

**Casa-Museu Medeiros e Almeida: o projeto de um homem.
De coleção privada a acervo público**

Maria de Ornelas Bruges de Lima Mayer

Dissertação de Mestrado em Museologia

Maio 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia, realizada sob a orientação científica de Leonor da Conceição Silva e Alves de Oliveira e coorientação de Raquel Henriques da Silva

Parafraseando René Huyghe, em dedicatória a Medeiros e Almeida, dedico esta dissertação:

« À Antonio de Medeiros e Almeida, qui poursuit avec les chefs d'œuvre le dialogue de toute une vie »

(A António de Medeiros e Almeida que prossegue com as suas obras primas o diálogo de toda uma vida)

Dedicatória manuscrita (Lisboa, 1978?) no livro « *Dialogue avec le Visible : Connaissance de la Peinture* » Paris: Flammarion, 1972 (1955)

Nota: René Huyghe (1906-1997), historiador da arte, professor, autor, conservador de pintura do Museu do Louvre, diretor do Museu Jacquemart André e membro da Academia Francesa.

O Professor Huyghe foi convidado pela Fundação Calouste Gulbenkian para aí lecionar lições de Arte em duas ocasiões (1977 e 1978). Em 1977 Huyghe visitou a coleção de Medeiros e Almeida tendo manuscrito a seguinte dedicatória num outro livro da sua autoria:

« A Antonio de Medeiros e Almeida en souvenir d'une visite émerveillée de sa collection où éclate l'universalité de son goût en hommage de sympathie et d'admiration. »

s.l. (Lisboa), 14. XII.77 « L'Art et L'Âme » Paris: Flammarion, 1960

(A António de Medeiros e Almeida como lembrança de uma visita maravilhosa da sua coleção na qual brilha a universalidade do seu gosto em homenagem de simpatia e de admiração).

Ambos os livros tinham sido adquiridos por Medeiros e Almeida e integram atualmente o espólio bibliográfico da Casa-Museu Medeiros e Almeida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos Filhos pela falta que a Mãe fez.

Ao meu querido Marido pela paciência que teve.

Ao meu querido Sogro (o mais entusiasta).

Este estudo é devedor de um contributo institucional e de vários contributos pessoais.

À orientadora, Doutora Leonor Oliveira agradeço ter acedido orientar esta dissertação, a pertinência das críticas e sugestões, o acompanhamento, as palavras de incentivo, o respeito pelos meus singulares *timings* e a calma que me soube transmitir.

À Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, coorientadora da dissertação, o meu agradecimento pela confiança depositada que me sobrecarregou de responsabilidade mas também de estímulo.

À Fundação Medeiros e Almeida, instituição mote desta dissertação e meu local de trabalho. Ao Conselho Administrativo e à direção da Casa-Museu, na pessoa da sua Diretora Dr.^a Teresa Vilaça, dedico o meu agradecimento, pela total disponibilidade com que aceitaram este projeto, pelo acesso ao arquivo documental e pelo incentivo sempre presente.

Aos meus incansáveis colegas de trabalho, pela enorme dedicação e amizade: Cereja, Maria do Rosário, São, Samantha, Flávia, Cristina e Sr. Fernando Silva. À Begoña.

A todos os outros que com a sua amizade e incentivo proporcionaram a conclusão desta dissertação. Graças a Deus MUITOS!

RESUMO

Casa-Museu Medeiros e Almeida: o projeto de um homem.

De coleção privada a acervo público

Maria de Ornelas Bruges de Lima Mayer

António de Medeiros e Almeida (1895-1986) reuniu apaixonadamente, ao longo de sessenta anos, um valioso acervo de artes decorativas, o qual decidiu doar ao País em 1972. De modo a concretizar o seu sonho, o colecionador criou uma fundação à qual afetou todo o seu património. A instituição permitiria a musealização do acervo bem como a sua disponibilização ao usufruto público. O projeto haveria porém, de sofrer contrariedades que não permitiram a sua concretização em vida do instituidor, desaparecido em 1986.

Esta dissertação propõe-se explicitar, através do estudo do arquivo inédito da Instituição, as circunstâncias históricas em que nasceu e foi implementada a Fundação Medeiros e Almeida e a sua Casa-Museu, assim como, o processo que culminou na sua abertura ao usufruto público em 2001, no seguimento do cumprimento da sua vontade do fundador. Paralelamente, foi traçado o perfil pessoal, profissional e de colecionador de Medeiros e Almeida, o processo de formação e a caracterização do acervo, numa contextualização indissociável das instituições por si criadas, ainda hoje em funcionamento com base nas suas disposições.

PALAVRAS-CHAVE: António de Medeiros e Almeida; colecionador; coleção privada; doação; acervo público; casa-museu; génese; constituição; fundação

ABSTRACT

Casa-Museu Medeiros e Almeida: the project of a man. From private to public collection

Maria de Ornelas Bruges de Lima Mayer

In 1972 António de Medeiros e Almeida (1895-1986) decided to donate to the nation his valuable collection of decorative art, enthusiastically built up over 60 years. To implement his goal, he transferred his assets to a foundation, which would allow the musealization of his collection as well as its availability to the public enjoyment. However, the project suffered a number of setbacks that prevented its realization during the lifetime of its instigator, who died in 1986.

On the basis of a study of the unpublished archives of the institution, this dissertation aims to describe the historical circumstances and incidents attending the creation of the Medeiros e Almeida Foundation and its Museum House, culminating in its being opened to the public in 2001 in fulfilment of its originator's wishes. At the same time, it provides an account of the personal and professional life of Medeiros e Almeida, his profile as a collector, and the formation and characterization of his collection in the indissociable context of the institutions he created and which today still operate in accordance with his stipulations.

KEY WORDS: António de Medeiros e Almeida; collector; private collection; donation; public collection; house-museum; origin; foundation

Índice

NOTAS PRÉVIAS

ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – CONTEXTO: O FUNDADOR E A SUA COLEÇÃO	6
CAPÍTULO 1. ANTÓNIO DE MEDEIROS E ALMEIDA (1895-1968)	6
1.1 Dados biográficos	6
1.2 O homem de negócios	9
1.2.1 A “A. M. ALMEIDA”	10
1.2.2 A aviação e outros negócios	12
1.2.3 A atividade nos Açores	14
1.3 O colecionador.....	18
1.3.1 As motivações do colecionador.....	21
1.3.2 O perfil do colecionador	23
1.3.3 A coleção vista (visitada) por outros	27
CAPÍTULO 2. O ACERVO MUSEOLÓGICO	32
2.1 Caraterização tipológica	33
2.2 Constituição do acervo	34
2.2.1 Modos de incorporação - Portugal.....	37
2.2.2 Modos de incorporação - Estrangeiro	38
CAPÍTULO 3. O EDIFÍCIO - DE CASA DE FAMÍLIA A CASA-MUSEU	42
3.1 De 1896 a 1943 - O edifício antes de Medeiros e Almeida	43
3.2 De 1943 a 1968 - Aquisição por AMA, consequentes intervenções	45
3.3 De 1968 a 2001 - Transformação em espaço público	47
3.3.1 De 1971 a 1980 – Conclusão da obra, a museografia	48

3.3.2 De 1992 a 2001 - Atualização do projeto inicial	51
PARTE II – O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: DE COLEÇÃO PRIVADA A ACERVO PÚBLICO	57
CAPÍTULO 1. A TIPOLOGIA “CASA-MUSEU”	57
1.1 O ICOM / DEMHIST	57
1.2 Casa-Museu – contributos para a sua definição e classificação	59
1.3 O Projeto de categorização do DEMHIST	67
1.4 Uma reflexão, à laia de conclusão	68
CAPÍTULO 2. A FMA - FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA	72
2.1 Uma ideia que toma forma	73
2.2 Fundação Medeiros e Almeida - Estatutos.....	77
2.2.1 O inventário do acervo	84
2.3 Revolução de 25 de Abril de 1974 – dificuldades atrasam o projeto	85
2.3.1 Negociações com o Governo e com a Banca.....	87
2.4 Morte do colecionador - O testamento	95
CAPÍTULO 3. A SUCESSÃO.....	98
3.1 Implementação da FMA - avanços e recuos.....	98
3.1.1 O processo SINAGA.....	98
3.1.2 O “Edifício Fundação”	101
3.2 Implementação da Casa-Museu	102
3.2.1 O inventário	103
3.2.2 Um diretor para a Casa-Museu	105
3.3 Abertura da Casa-Museu ao público	110
3.3.1 O percurso museológico	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

ANEXOS.....	i
I. Anexo fotográfico	i
II. Anexo documental.....	xv
III. Anexo gráficos	lxxviii

NOTAS PRÉVIAS

1. No texto desta dissertação a autora optou por utilizar os termos “coleção” e “acervo” diferenciando os seus significados apesar de na língua Portuguesa erroneamente, os conceitos serem utilizados indistintamente.¹ O conceito operativo utilizado para o termo “coleção” relaciona-se com a referência a um grupo de objetos com a mesma tipologia. O termo “acervo” refere-se ao conjunto de bens artísticos pertencentes a uma entidade. O termo “espólio” é ainda utilizado com a mesma conotação de “acervo”. Ressalvam-se as referências feitas em abstrato à “coleção” antes da implementação da Instituição.

2. Em relação ao termo “doação”, este é utilizado para referir o destino que Medeiros e Almeida entendeu dar ao seu património. O colecionador integrou todos os seus bens móveis e imóveis numa fundação. Uma fundação, por definição, é uma entidade abstrata cujo património não tem proprietário mas cujo usufruto é público. Juridicamente não foi feita uma doação ao País – esta pressupõe uma transmissão de propriedade na qual não há lugar à coordenação ou gestão dessa dádiva² – no entanto, a situação é assim comumente entendida. Na documentação analisada é frequente Medeiros e Almeida referir-se à “doação ao País”. Nos próprios estatutos da Fundação está consagrado o objetivo da instituição: “...dotar o País de uma casa-Museu.”

3. De acordo com as normas de inventário dos acervos museológicos, todas as peças possuem uma identificação alfanumérica que inclui o acrónimo da instituição e a numeração atribuída. Nesse sentido, as obras de arte referidas no texto são referenciadas com o respetivo número de inventário da Casa-Museu Medeiros e Almeida, p. ex: **FMA 1224**.

¹ De acordo com o dicionário, “coleção” é uma “reunião de objectos da mesma natureza” e “acervo” significa um “conjunto de bens pertencentes a algo ou alguém”. In: AA.VV. Dicionário da Língua Portuguesa. 8ª Edição revista e atualizada. Porto: Porto Editora, 1999

² Código Civil, Artº. 940 1: “Doação é o contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente.” Artº. 954: “A doação tem como efeitos essenciais: a) A transmissão da propriedade da coisa ou da titularidade do direito; b) A obrigação de entregar a coisa; c) A assunção da obrigação, quando for esse o objecto do contrato...”

4. A autora realizou entrevistas a familiares e colaboradores de Medeiros e Almeida, que são citados ao longo desta dissertação, complementando a informação documental recolhida e analisada neste trabalho.

Acervo documental

Para além das referências bibliográficas mencionadas, o acervo documental da instituição, inédito, foi a base de estudo para a investigação desenvolvida nesta dissertação. A falta de tratamento arquivístico sistemático do espólio documental e o elevado número de documentação existente levou a autora a optar por uma organização e sistematização própria; à sua seleção presidiu uma lógica temática e uma organização cronológica.

No seguimento deste trabalho, a autora compilou a documentação em diversas pastas:

Para a redação da **Capítulo I - Parte I** - relativo a dados biográficos de Medeiros e Almeida à sua atividade empresarial e à vertente de colecionador reuniram-se as seguintes pastas:

Pasta I - biográfica: documentos respeitantes à família direta de AMA; documentos pessoais, cartas, testamentos, diários, memoriais, artigos de jornal e fotografias;

Pasta II - cartas de agradecimento: compilação de cartas particulares, de diversas individualidades, nacionais e estrangeiras dirigidas a AMA em agradecimento pela visita efetuada à coleção;

Pasta III - empresas: correspondência administrativa diversa, livros de atas, testamentos, discursos (arquivo morto da FMA), memoriais e artigos de jornal. Visto esta dissertação apenas visar uma abordagem de contextualização à atividade empresarial de AMA, pela sua extensão e complexidade esta documentação foi apenas aflorada;

Pasta IV - discursos: compilação de discursos proferidos no âmbito da atividade empresarial;

Para o **Capítulo 2** no qual se analisa a constituição do acervo, visto o espólio ter sido tratado arquivisticamente, a documentação está arquivada nos processos das peças do inventário da Casa-Museu referido enquanto: **Inventário CMMA – Arquivo FMA**;

Pasta V - processos de compras: correspondência, faturas, fotografias, recortes de jornais, documentação de transitários, transportes, seguros, licenças de importação;

Para o **Capítulo 3** que versa sobre a história do edifício foi compilada uma pasta relativa aos processos de obras:

Pasta VI - edifício: projetos de arquitetura, memórias descritivas, plantas, cadernos de encargo, processos camarários, escrituras e fotografias. Livro de Atas nº1;

Na **Parte II**, para o **Capítulo 1** que aborda a tipologia Casas-Museu, foi utilizada a documentação mencionada nas referências bibliográficas.

O **Capítulo 2** foi elaborado com recurso a documentação relativa à criação e implementação da Fundação Medeiros e Almeida.

Pasta VII - FMA: correspondência, legislação, estatutos, testamento de AMA, Livro de Atas nº1;

O **Capítulo 3** baseou-se numa recolha relativa a documentação sobre a inauguração da Casa-Museu.

Pasta VIII - inauguração: regulamento, planeamentos, correspondência com fornecedores, Livro de Atas nº1;

Pasta IX - “Memoriais” e “Exposições”: documentos datilografados ou manuscritos em que AMA resume uma situação para memória futura.

Os documentos do espólio documental serão referidos no texto da dissertação mencionando o nº da pasta de arquivo e a tipologia do documento:

Pasta x, Espólio documental - Arquivo FMA

ABREVIATURAS

Arq. - arquiteto

Artº - artigo

C. - cerca de

Cap. - capítulo

Coord. – coordenação

Coord. ed. – coordenação editorial

DL – Decreto-Lei

Dir. - direção

Ddoc. - documento

Ed. - edição

Et al. – *et alii* (e outros)

Fig. – figura / Fig.s - figuras

In – Em (incluído na publicação citada)

LQ – Lei-Quadro

Nº - número

P. – página

Pp. - páginas

P. ex. – por exemplo

S.d – sem data

S.l – sem local

Séc. – século

URL – Uniform Resource Locator

Vol. – volume

WWW – World Wide Web

ACRÓNIMOS

AC – Arquiteto Alberto Cruz

AMA – António de Medeiros e Almeida

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CMMA – Casa-Museu Medeiros e Almeida

CR – Arquiteto Carlos Ramos

CTN - Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, SARL.

DEMHIST – (Demeures Historiques) International Committee for Historic House Museums

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FG – Arquiteto Frederico George

FMA – Fundação Medeiros e Almeida

FRESS – Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva

ICOM – International Council of Museums

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

JA – Arquiteto João de Almeida

MAB – Maria Alice Beaumont

MMA – Margarida de Medeiros e Almeida

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

SEC – Secretaria de Estado da Cultura

SLA – Simonetta Luz Afonso

SR – Arquiteto Sommer Ribeiro

IPM – Instituto Português de Museus

CEA – Caixa Económica Açoriana

TV – Teresa Vilaça

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

O tema da presente dissertação - a génese e constituição da Fundação Medeiros e Almeida – foi desenvolvido na sequência de uma longa relação de profissional entre a autora e a Instituição em estudo. Mais do que uma ligação profissional, trata-se de uma verdadeira relação afetiva nascida no dia 1 de Abril de 1997.

Ao longo dos anos de trabalho, a autora verificou um grande desconhecimento, tanto do meio académico, como do público em geral, sobre a Fundação e Casa-Museu Medeiros e Almeida, que se reflete na inexistência de estudos académicos. Esta perceção e a injustiça da situação motivaram igualmente este trabalho, que tem como propósito clarificar a situação e colmatar essa lacuna.

A Fundação Medeiros e Almeida é uma instituição criada com o objetivo de dotar o País com uma Casa-Museu que tem origem na coleção de arte de António de Medeiros e Almeida (1895-1986), figura pertencente à elite social e empresarial do século XX português. Tendo reunido ao longo da vida um valioso património constituído por bens móveis e imóveis, o colecionador garantiu a sua salvaguarda fazendo uma doação ao País através da constituição de uma fundação. Dotada de personalidade jurídica, de interesse social e de utilidade pública, a entidade fundação implica o usufruto público dos bens patrimoniais que lhe foram afetos, sendo a figura jurídica de suporte à criação de entidades museológicas a que muitos outros patronos recorreram (Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva – 1953, Fundação Calouste Gulbenkian – 1956, Fundação Abel de Lacerda – 1958, Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro - 1969).

O objetivo traçado foi o da reconstituição histórica dos factos que motivaram a génese e constituição da Fundação Medeiros e Almeida. O intuito foi o da realização de um estudo de carácter monográfico que possa servir de instrumento de trabalho, enquanto elemento contextualizador, a futuras abordagens à temática da Casa-Museu ou do seu instituidor.

À falta de material bibliográfico e documental de origem externa à Instituição, a metodologia seguida foi a da compilação da documentação inédita do arquivo documental

da Fundação. O facto de este espólio não se encontrar tratado arquivisticamente implicou uma compilação sistemática e um trabalho de seleção e organização temática e cronológica.

Quanto à organização do trabalho, entendemos dividir a dissertação em duas partes: na primeira é feita uma abordagem contextualizadora que inclui uma resenha biográfica sobre o colecionador, o edifício que alberga a instituição e o acervo, a segunda parte, de carácter mais aprofundado, dedica-se ao estudo da problemática da tipologia “casa-museu” e a sua articulação com a entidade em questão e estabelece a história da origem da Fundação Medeiros e Almeida e das vicissitudes sofridas até à concretização final do projeto do seu instituidor.

A primeira parte da dissertação divide-se em dois capítulos tratados enquanto tópicos tangentes ao tema principal da dissertação.

No primeiro capítulo é analisada a figura de António Medeiros e Almeida em termos biográficos e na sua vertente de empresário e colecionador terminando com uma análise de cariz analítico da coleção que constituiu.

Para o estudo deste capítulo concorreram os trabalhos já publicados pela própria Instituição e uma compilação efetuada a partir do volumoso e disperso espólio documental respeitante a dados biográficos, à atividade profissional do empresário e aos poucos registos coevos que apoiaram a fundamentação dos factos apurados.

Se para estudar o homem-empresário existe um suporte documental rigoroso, cujas informações são de cariz concreto, revelando factos e datas que contribuíram para o historial da sua preenchida carreira, a orientação seguida para o estudo do homem-colecionador incluiu uma análise de cariz interpretativo baseada em informação indireta. Procurou-se caracterizar o perfil do colecionador, identificando as motivações gosto e condicionantes da formação da coleção que esteve na base da doação de Medeiros e Almeida ao estado, que fez dele um dos grandes mecenas portugueses do século XX.

Decorrente da caracterização do colecionador, o capítulo termina com uma abordagem à sua coleção reunida ao longo de 60 anos e constituída por cerca de 9.000 obras de arte de diversas tipologias, num eclético conjunto de artes decorativas. Medeiros e Almeida encarou o colecionismo com o mesmo espírito de rigor e profissionalismo que norteavam a sua atividade empresarial, tendo tido a noção da importância que a

documentação poderia vir a desempenhar na formação de um acervo museológico, pelo que a mesma foi devidamente preservada. O tratamento arquivístico do espólio documental permitiu o enriquecimento da informação do inventário museológico. A análise expressa neste capítulo abordou, para além da caracterização tipológica, as condicionantes da formação do acervo e a tipificação da política aquisitiva.

O segundo capítulo, uma biografia do edifício onde está instalada a Casa-Museu, foi considerado pertinente devido ao seu papel de habitação familiar, de contentor edificado da coleção e por ter sido integrado na doação ao Estado. Nesse sentido, com recurso a documentação técnica mantida nos arquivos da Fundação, foram estabelecidas as diferentes fases de obras sofridas pelo edifício desde que foi erguido até ser adquirido por Medeiros e Almeida em 1943 e as consequentes obras de qualificação.

A segunda parte da dissertação divide-se em três capítulos. O conceito operativo difere da vertente contextualizadora já que se procurou fazer uma análise exaustiva dos temas propostos.

O primeiro capítulo aborda a produção teórica desenvolvida sobre a tipologia casa-museu. Com base na reflexão de alguns autores e da muita produção de conhecimento por parte do organismo internacional que estuda a realidade “casa-museu”, o DEMHIST, partimos para um exercício de comparação e aplicação das idiosincrasias desta tipologia à entidade Casa-Museu Medeiros e Almeida. O intuito era o de comprovar a integração plena da Instituição nos pressupostos nacional e internacionalmente aceites para esta categoria. Para finalizar este capítulo, acompanha-se o processo de adaptação arquitetónica sofrido pelo edifício - ampliação e requalificação - que permitiram a transformação do espaço habitacional em espaço expositivo bem como a evolução da musealização do espaço. A casa particular metamorfoseou-se em casa-museu (1972).

Quanto aos capítulos (2 e 3) que abordam a génese, constituição e implementação da Fundação Medeiros e Almeida, oficialmente instituída em 1972, propusemo-nos a desenvolver um trabalho o mais exaustivo possível, concorrendo para um historial rigoroso.

O capítulo 2 teve por base a averiguação das circunstâncias que levaram Medeiros e Almeida a optar pela figura jurídica de uma fundação, bem como na análise da redação dos estatutos. De acordo com as especificidades desta entidade, que assegura o estabelecimento

vitalício das suas regras de gestão e funcionamento, o próprio colecionador presidiu à elaboração dos estatutos revelando a sua intenção de definir os destinos do seu património. No seguimento da criação da fundação, em 1972, são analisadas as vicissitudes da sua implementação, que sofreu diversas contrariedades decorrentes da Revolução de 25 de abril de 1974 e no âmbito dos constrangimentos aplicados à atividade bancária, já que à época o instituidor tinha abrandado a atividade profissional, vivendo essencialmente dos rendimentos da sua carteira de ações. Medeiros e Almeida procurou ultrapassar as dificuldades solicitando a colaboração do Governo, evocando a doação já feita ao País. A ajuda por parte do Estado concretizou-se em 1977, na figura de um plano financeiro que incluiu a atribuição à Instituição de um subsídio monetário e a libertação da carteira acionista de Medeiros e Almeida que, em contrapartida, afetou à Fundação um grupo de bens, ainda por inventariar, avaliados pelo Estado em cerca de 200.000 contos. Este percurso está devidamente documentado já que as negociações entre as partes implicaram diversa correspondência, material que serviu de suporte à investigação.

António de Medeiros e Almeida morre em 19 de fevereiro de 1896 sem ter visto a instituição que criara cumprir a sua missão; a disponibilização ao usufruto público do seu património.

O último capítulo aborda a questão da sucessão de Medeiros e Almeida que coube aos seus testamenteiros e administradores da Instituição (alguns sobrinhos). Regendo-se pelas orientações consagradas tanto no testamento como nos estatutos, ficou a cargo do Conselho Administrativo continuar a implementação do projeto do fundador. O maior desafio enfrentado foi a criação de meios financeiros para promover a construção do edifício que tinha sido planeado por Medeiros e Almeida e que este não chegou a concretizar (edificado em terreno anexo à Instituição, adquirido para o efeito). Em relação à Casa-Museu impunha-se criar as condições, tanto a nível técnico como museológico, conducentes à promoção da sua abertura ao público. Ao nível das condições técnicas ressalta-se nova adequação do edifício aos referidos fins, quanto à vertente museológica, o Conselho seguiu ainda instruções do fundador, no sentido da conclusão do inventário das peças (iniciado em tempo do colecionador) e a contratação de um diretor para a Casa-Museu. Suportado pela documentação existente, este capítulo narra o processo de profissionalização conducente ao estabelecimento das condições necessárias, refletidas no cumprimento das funções

museológicas, que levaram à preparação da instituição para a conclusão do sonho de Medeiros e Almeida.

Para concluir este trabalho, no sentido de dar a conhecer o percurso museológico da Instituição, foi elaborada uma breve visita guiada à Casa-Museu, disponibilizada em anexo.

No dia 1 de Junho de 2001, a Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida abriu as portas ao público.

PARTE I – CONTEXTO: O FUNDADOR E A SUA COLEÇÃO

CAPÍTULO 1. ANTÓNIO DE MEDEIROS E ALMEIDA (1895-1968)

A elaboração desta dissertação de mestrado dedicada à história da génese e constituição da Fundação Medeiros e Almeida e, consequentemente, da sua Casa-Museu, não ficaria completa sem uma ainda que breve abordagem à figura do panorama social e económico do século XX português que foi o seu fundador: António de Medeiros e Almeida. (fig.1)

De modo a compreendermos as razões tanto conjunturais como financeiras que permitiram a criação da Fundação Medeiros e Almeida e da sua casa-museu abordamos, neste capítulo, a figura do fundador enquanto empresário. De facto, foi o seu incansável labor que possibilitou a construção de um império financeiro e a constituição de uma coleção de arte e foi a sua preenchida vida social e cultural, as diversas viagens e os contatos com colecionadores e negociantes de arte nacionais e estrangeiros, adiante tratados (vide subcapítulo 1.3), que lhe garantiram uma consciência filantrópica a uma escala pouco vista no nosso País.

Dos dados coligidos na muita documentação compilada para a elaboração deste capítulo foi elaborada apenas uma síntese contextualizadora da vida e obra de Medeiros e Almeida.

As fontes de estudo foram constituídas pela documentação pertencente aos espólios bibliográfico, documental, epistolar e fotográfico da Fundação.

1.1 Dados biográficos

A 17 de Setembro de 1895, nascia em Lisboa (São Mamede) António de Medeiros e Almeida³, filho primogénito de Maria Amélia Tavares Machado de Medeiros (1872-1952) e de João Silvestre d' Almeida⁴ (1864-1936) ambos açorianos naturais de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel. (fig. 2)

³ António de Medeiros e Almeida será doravante referido como Medeiros e Almeida e/ou com o acrónimo AMA

⁴ Doravante referido com o acrónimo JSA

Nos anos oitenta do século XIX João Silvestre muda-se para o Continente, forma-se em Medicina em Coimbra, mas escolhe a capital para exercer clínica, onde se instala em finais de oitocentos. Casado em 1894, o casal teve três filhos (fig. 3): António (AMA), Maria da Conceição (1897-1965) sem descendência e Gustavo (1898-1955) médico otorrinolaringologista, casado com Maria Luísa de Paiva Raposo e pai dos únicos dois sobrinhos diretos de AMA: João Vasco (1927) e Maria Teresa (1930) de Paiva Raposo de Medeiros e Almeida.

Em 1912, a família muda-se para a rua Mouzinho da Silveira, nº12, para um edifício mandado erguer por JSA ao arquiteto Miguel Ventura Terra (1866-1919), em cujo interior se destacavam um conjunto de vitrais Arte Nova e pinturas murais de Veloso Salgado. Os verões da família Medeiros e Almeida eram passados no *chalet* "Mira Serra", em Sintra. Sendo o casal amigo de artistas como Veloso Salgado (que pintou vários retratos da família) e de Miguel Ventura Terra, JSA mantinha alegres tertúlias culturais em sua casa, proporcionando aos filhos uma educação com uma forte vertente cultural e artística. Habitados a um ambiente e vivência requintados, os filhos adquiriram o gosto de se rodearem de belos objetos tendo recheado as suas casas com antiguidades.

Na capital, JSA fez fortuna própria. Para além da atividade como médico cirurgião, JSA mostrou grande empreendedorismo, tendo fundado, em 1899, com Raoul Mesnier de Ponsard e com o amigo Duarte Borges Coutinho de Medeiros a sociedade "*Empresa do Elevador do Carmo*" que obteve licença para construir e "*...assegurar a exploração do elevador por um período de 99 anos...*"⁵ JSA foi ainda sócio fundador, com Alfredo da Silva, da sociedade "*A Tabaqueira*" (1927). Na sua ilha natal, fundou, em 1929, em conjunto com o seu filho António, a *Sociedade Ribeira Grandense* (sociedade particular civil) para gerir diversos negócios, nomeadamente uma próspera produção de álcool puro e de açúcar que abastecia o Continente.⁶ No primeiro aniversário da morte de JSA, o jornal "*Diário dos*

⁵ SIPA [Em linha], [Consult. 26 out. 2015]. Disponível em WWW: URL: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3146>

QUADROS, Eng.º Carlos Xavier de, ELEVADOR DE SANTA JUSTA, Ciclo "*A Arquitectura e a cidade de Lisboa*", Centro Nacional de Cultura, E.S.B.A.L. – Departamento de Arquitectura, pp.1-2, s.l., s.d. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA

⁶ *Certidão da escritura de constituição da Sociedade Ribeira Grandense lavrada em 23 dez. 1929.* 8º Cartório Notarial de Lisboa, 23 dez. 1929. Pasta I, Espólio documental - Arquivo FMA. A produção de açúcar veio substituir a produção de álcool açoriano (a partir de batata doce e milho) na sequência da crise vinícola no Continente que se verificou em 1901 e que levou à proibição de entrada de álcool puro açoriano no Continente. JSA adquiriu as unidades de Santa Clara e de Lagoa onde produziu açúcar. Estas integravam a então UFAA –

Açores”, escrevia: “...nunca deixou um só momento de trabalhar pelo engrandecimento desta sua terra, (...) a economia micaelense, que incalculáveis benefícios lhe ficou devendo...”.⁷

Após terminar o Curso Complementar de Ciências em 1915, AMA, seguindo os passos de seu pai, inscreve-se na Faculdade de Medicina de Lisboa, pedindo transferência no ano seguinte para Coimbra. Em 1921, desiste do curso e regressa a Lisboa. Nesse ano adquire o seu primeiro carro, um *Morris Cowley*, que servirá para participar na primeira de muitas corridas de carros que empreendeu ao longo da vida, como a Rampa da Pimenteira ou a Volta a Portugal. A paixão pelos automóveis viria a ser responsável pelo primeiro grande negócio de AMA.⁸ (fig. 4)

Para desenvolver o seu espírito empreendedor e apetência pelos negócios internacionais, em junho de 1922, AMA viaja de barco para Berlim, na então República de Weimar, onde permanece até à primavera de 1923. (fig. 5) Pouco se sabe dessa estadia, para além das pueris informações transmitidas pelas cartas que trocou com a família e a noiva. AMA tinha, entretanto, ficado noivo de Margarida Rita de Jesus da Santíssima Trindade de Castel Branco Ferreira Pinto Basto⁹ (Lisboa, São Vicente de Fora, 5 de Junho de 1898 – Lisboa, Coração de Jesus, 25 de Junho de 1971). MMA era filha de João Teodoro Ferreira Pinto Basto (1870-1953) presidente da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre (fundada pelo seu bisavô em 1824) e de Constança de Castelbranco Pombeiro (1872-1968). (fig. 6)

A 23 de junho de 1924 António e Margarida casam-se em Lisboa instalando-se na rua onde AMA nascera, a rua do Salitre, nº 134. Com a consolidação dos negócios, em 1943, o casal adquire um palacete situado no gaveto das ruas Mouzinho da Silveira e Rosa Araújo, perto da casa dos pais do empresário. Aqui fixam residência em 1946, após obras de adaptação (vide Cap.3, 3.2). Em 1970, o casal muda definitivamente para uma nova moradia

União das Fábricas Açorianas de Álcool - presidida pela Soc. Ribeira Grandense. “...As fábricas de destilação da Lagoa e de Santa Clara, em Ponta Delgada, surgiram em 1872 e 1876 e depressa as respetivas produções atingiram os oito milhões de litros de álcool. A chamada Lei de Meios (Junho de 1891) sobre o monopólio do fabrico do álcool provocou um sério revês no negócio, com implicações no espaço rural da ilha, e constituiu uma das grandes motivações das lutas autonómicas.” MACHADO, 2004, p.28

⁷ *Diário dos Açores*, São Miguel, 23 set.1937. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA

⁸ Para além dos muitos carros que possuiu ao longo da vida (*Morris Isis*, *Auburn Cord*, *Morris Léon Bollée*, *Mercedes 300SL*...), AMA possuía um *Wolseley* (Morris Motors) e em 1954 encomendou para a mulher, uma limousine *Austin Princess* ao famoso fabricante belga Vanden Plas, em cujo desenho interveio pessoalmente. Estes dois automóveis viriam a ser doados por AMA ao Museu do Automóvel do Caramulo. MAGALHÃES, 2011, pp. 30-32

⁹ Doravante referida com o acrónimo MMA

na rua Rosa Araújo (n.ºs 37-39), contígua à anterior morada, de modo a permitir a construção do seu sonho: doar ao País a sua coleção de arte e o imóvel que habitaram. (vide Parte II, Cap.2, 2.1)

1.2 O homem de negócios

Na senda do empreendedorismo demonstrado pelo seu Pai, António de Medeiros e Almeida foi um astuto homem de negócios. A partir dos anos vinte a sua carreira empresarial far-se-á com um grande empenho e inteligência, tendo o desempenho do empresário conferido uma projeção no mundo empresarial nacional e internacional, algo invulgar no Portugal da primeira metade do século XX. A profícua e respeitada atividade comercial, industrial e benemérita de AMA foi amplamente reconhecida, nomeadamente através das diversas ordens honoríficas portuguesas e estrangeiras com que foi agraciado.¹⁰

Apesar de pertencer à elite económica do Estado Novo, com o qual simpatizava ideologicamente, e, de por várias vezes, se ter cruzado com o Presidente do Conselho Oliveira Salazar e com diversos Ministros do regime – nomeadamente em ocasiões relacionadas com a sua atividade económica mas igualmente em eventos sociais - AMA nunca se envolveu em política ou exerceu algum cargo político. (fig. 7)

O importante papel que desempenhou no universo empresarial português durante largas décadas caiu porém, no esquecimento público após a sua morte. Ao contrário de outros nomes da alta finança, seus contemporâneos (fig. 8) como José Manuel de Mello, Ricardo do Espírito Santo Silva, Manuel Baullosa ou Manuel Queiroz Pereira, a partir de finais dos anos sessenta AMA reduz a sua atividade empresarial, mantendo somente a presidência de duas empresas: A SINAGA – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas SARL.¹¹ e a

¹⁰ Em 1941 AMA recebe o grau de Oficial da Ordem da Benemerência (OB) (hoje chamada Ordem do Mérito) enquanto Diretor-Adjunto do Serviço dos Transportes da Mocidade Portuguesa e o de Comendador da Ordem Militar de Cristo (ComC) enquanto “gerente da firma Bensaúde & C.ª.” Em 1959 foi elevado a Comendador da Ordem de Benemerência (ComB) e em 1962 foi feito Grande-Oficial da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial (GOMAI) - Classe do Mérito Industrial tendo sido elevado, enquanto Presidente da Fundação Salazar, a Grã-Cruz da mesma Ordem e Classe, em 1969. Em 1951 AMA recebe a ordem francesa do Mérito Comercial - *Mérite Commercial et Industriel*, pelo seu papel na Confederação Internacional do Linho e do Cânhamo (*Confédération Internationale du Lin et du Chanvre*). As insígnias e certificados destas condecorações formam hoje parte do acervo da Casa-Museu encontrando expostas no Escritório. Inventário CMMA – Arquivo FMA

¹¹ Doravante referida com o acrónimo SINAGA

Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, SARL.¹² AMA pretendia concentrar-se num novo projeto: o da criação da Fundação Medeiros e Almeida.

Quanto à Casa-Museu, o facto de AMA não ter conseguido inaugurar em vida a instituição (aberta ao público quinze anos após a sua morte) fez com que a sua vertente de colecionador e mecenas fosse também remetida para o esquecimento.

1.2.1 A “A. M. ALMEIDA”

No início dos anos vinte, Medeiros e Almeida decide dedicar-se à importação de automóveis, atividade pouco desenvolvida no país. Almejando lançar-se nesse negócio, estabelece contacto com o fabricante da marca britânica *Morris*, William Richard Morris (1877-1963)¹³, tornando-se importador para Portugal das marcas *Morris*, *Wolseley* e *Riley*. Sobre o primeiro encontro com o fundador da *Morris*, que teve lugar na fábrica de Cowley em Inglaterra em 1923, AMA escreveu em 1954:¹⁴ “...Fui então recebido por Mr. Morris e foi assim que nos conhecemos, sendo a minha imediata impressão de que estava perante um homem que, para além da sua simplicidade exterior, era um homem de ideias precisas e claras, interessado em pequenos detalhes e decidido em desenvolver a produção dos seus carros. Tomou notas durante toda a nossa conversa...”¹⁵ (fig. 9)

Durante a referida reunião, em que se discutiu a exclusividade da importação para Portugal e denunciando já um apurado tino comercial, propõe a Morris o fornecimento de automóveis a crédito. Surpreendido com o ímpeto e juventude do seu interlocutor, Morris indagou sobre as garantias apresentadas para a realização do negócio, ao que AMA respondeu: “A garantia sou eu!”¹⁶ A resposta agradou tanto ao empresário britânico que, apesar da inusitada garantia, acedeu ao negócio com o destemido português. Tinha começado uma longa e profícua relação comercial e de amizade entre os dois.

O contrato com a *Nuffield Exports Ltd.* concretizou-se com a abertura de um *stand* de automóveis em 1923 na Rua da Escola Politécnica nº37/39 em Lisboa - A. M. ALMEIDA.

¹² Doravante referida com o acrónimo CTN

¹³ William Morris é agraciado em 1929 com o título de Barão de Nuffield (cidade onde viva) e em 1938 com o título de 1º Visconde Nuffield.

¹⁴ Quando lhe pediram as suas impressões para uma biografia de William Morris, publicada em 1955 (*The Life of Lord Nuffield*, ANDREWS, BURNER, 1955)

¹⁵ RAMALHO, 2011, p. 21

¹⁶ ALMEIDA, VILAÇA, 2002, p.11

Medeiros e Almeida foi um dos primeiros distribuidores internacionais da *Morris Motors Ltd.*, tornando-se a partir de 1926 o importador exclusivo para Portugal. (fig. 10) Apesar do sucesso de vendas registado desde o início, dado o custo acessível dos automóveis, o negócio abrandou financeiramente, pois surgiram muitas reclamações relacionadas com problemas nas suspensões e refrigeração das viaturas vendidas. Esta situação obrigou AMA a fazer um acordo com a *Garagem Conde Barão* em Lisboa onde reparava, às suas custas, os carros que tinha vendido.

A este propósito, cita-se um texto escrito nos anos oitenta¹⁷ em jeito de biografia: *“...Casei em 1924 e logo comecei a ser atacado pelo vício do colecionador, mas em 1928 fui obrigado a suspender esse vício pois o negócio dos automóveis resultou num prejuízo de 1.600 contos em virtude dos carros importados fabricados em Inglaterra comportarem-se otimamente nas estradas inglesas mas não suportarem os pisos dos pavimentos em paralelepípedo ainda existentes não só em Portugal como noutras partes da Europa. Nessas circunstâncias os carros partiam-se e eu senti-me na obrigação de reparar e reforçar todos os carros vendidos, à minha custa, o que provocou o referido prejuízo. Mas tive a felicidade após grande argumentação de convencer os ingleses a fabricarem um tipo de carro especial para exportação. Assim em 1930¹⁸ apareceu o célebre “Morris Ten” fabricado com características para suportarem maus pisos. Consequentemente em menos de seis anos [1935] eu tinha recuperado aquele prejuízo e a partir de então continuei a dar satisfação ao meu vício de colecionador...”*.

A seguir à II Guerra Mundial surgiu, decorrente do *Morris Ten*, o famoso *Morris Minor* (1948), cujo sucesso de vendas (devido à boa relação qualidade/preço) assegurou a AMA os anos mais lucrativos do negócio, que terminaram com a venda da empresa em 1955 ao seu amigo António Mendes de Almeida: *“Tal negócio rendeu-me um lucro que ultrapassou os 42.000 contos”*¹⁹

¹⁷ Memorial manuscrito por AMA, s.l. (Lisboa), s.d. (posterior a 1966. Anos 80?), p.1. Data estimada pela grafia manual já muito tremida e por semelhança com outra documentação coeva. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 1

¹⁸ O modelo *“Morris Ten”* foi lançado na época de 1932-33 pelo que se trata de uma confusão de datas por parte de AMA. ANDREWS, BURNER, 1955, p.194

¹⁹ Memorial manuscrito. s.l. (Lisboa), s. d. (posterior a 1966. Anos 80?), p.2. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 1

O espírito empreendedor levou-o a abrir distribuidores das marcas no Porto, Viseu e Coimbra, a participar em salões automóveis por todo o país, a fazer publicidade às suas marcas em anúncios em jornais e revistas (*Jornal de Notícias, O Volante, ACP...*) e a patrocinar corridas de automóveis. Em 1938 ficou célebre a exposição da *Morris* que realizou na *Sociedade Nacional de Belas Artes*²⁰, onde se apresentou ao público o chassis de um Morris, seccionado e a trabalhar: “...depois de desarmado por completo todo o chassis, o quadro foi cuidadosamente decapado e pintado com acabamento perfeito para que uma peça de série se transformasse numa obra digna de exposição pública. Depois todas as peças foram examinadas e cortadas (...) podendo trabalhar à vista do público accionado por um motor eléctrico...”²¹ (fig. 11)

No mesmo texto, AMA relaciona o negócio dos automóveis com a criação da Fundação: “...Em 1955 vendi a minha fracção na firma A.M. Almeida por mim criada, e posso dizer que o negócio dos automóveis foi o indicador e promotor do que é hoje a Fundação Medeiros e Almeida.”²²

1.2.2 A aviação e outros negócios

AMA interessou-se também por outras áreas empresariais como a da aviação comercial na qual teve um papel de relevo; em 1948 adquiriu a maioria do capital social de uma das primeiras companhias aéreas portuguesas de transporte regular – a *Aero Portuguesa*. A empresa, que tinha sido fundada em 1934 pelo Comandante Júdice de Vasconcelos (1877-1948) em sociedade com a *Air France*, encontrava-se em dificuldades financeiras, tendo AMA conseguido reabilitá-la, tornando-a numa grande companhia. (fig. 12). Esta tinha alvará para voos regulares nas rotas de Tânger e Casablanca em Marrocos, operando primeiro com um *Fokker*, depois com um *Douglas DC3* e ainda com um *Lockheed Model 12 Electra Junior*.²³ Foram vários os passageiros famosos que viajaram na *Aero*

²⁰ A exposição foi inaugurada pelo Presidente da República Óscar Carmona (1869-1951)

²¹ MAGALHÃES, 2011, p.28. A inauguração deste salão foi motivo de uma reportagem pela então *Emissora Nacional de Radiofusão* (inaugurada três anos antes, em Agosto de 1935) hoje guardada no arquivo da *Tobis Portuguesa*. Em carta a AMA, de Londres, datada de 13 de maio de 1938, Lord Nuffield pede que o chassis seja oferecido ao Governo português para fins educacionais: “...on my behalf, will offer to the Portuguese Government for educational purposes...” Pasta III, Espólio documental – Arquivo FMA

²² Memorial manuscrito por AMA, s.l. (Lisboa), s. d. (posterior a 1966. Anos 80?), p.2. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 1

²³ A história da compra da companhia é relatada por AMA numa entrevista, conduzida em casa, em 1982, pelos jornalistas Henrique Maia e Alberto Silva Pereira, gravada em cassette. Espólio áudio – Arquivo FMA. VILAÇA, 2002, p.3, MAGALHÃES, 2011, pp.50-53. Durante muitos anos existiu na família de AMA uma *petite histoire*

Portuguesa, cuja memória ficou registada nos Boletins de Informação da companhia.²⁴ (fig.13)

Em 1947, AMA participou como investidor e Administrador Delegado na *Sociedade Açoriana de Estudos Aéreos, Lda.*, criada com o objetivo de dinamizar as ligações aéreas entre o continente e o arquipélago açoriano, convertendo-se mais tarde na SATA - Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos, Lda., da qual se tornou Diretor-Gerente. Participou ainda na criação do aeroporto da ilha de Santa Maria, inaugurado oficialmente ao tráfego civil em 1945. (fig.14)

Em 1953, altura em que a *TAP - Transportes Aéreos Portugueses* (fundada em 1945 como Secção de Transportes Aéreos) se transformou em sociedade anónima (SARL), AMA funde a *Aero Portuguesa* na transportadora nacional, com a condição única de absorver todos os seus empregados, dando assim lugar a dois novos destinos (Tânger e Casablanca) e tornando-se o maior acionista privado. Por esta razão, é nomeado pelo Governo como presidente da Assembleia Geral da *TAP*, cargo que ocupa entre 1955 e 1960. Em 1960 deixa a *TAP*, transferindo o seu capital para a SATA (1.000.000\$00 correspondendo a 20%) onde permanece até 1980, altura em que a empresa se torna pública (sob tutela do Governo Regional dos Açores).²⁵ Estando envolvido na aviação comercial, AMA foi ainda membro ativo da *IATA International Air Transport Association*, o órgão regulador da aviação civil.²⁶

De realçar igualmente, o papel de AMA no setor têxtil enquanto Presidente do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas

que contava que o avião que aparece no final do famoso filme "*Casablanca*" seria o da *Aero Portuguesa* dado que à época (durante a II Guerra Mundial) a ligação Casablanca-Lisboa era unicamente operada pela *Aero Portuguesa*. No entanto, o filme de Michael Curtiz foi inteiramente rodado em Hollywood em 1942, tendo-se utilizado uma pequena maquete para as cenas que incluem o avião, um Lockheed Model 12 Electra Junior. "*The entire picture was shot in the studio ... The background of the final scene, which shows a Lockheed Model 12 Electra Junior airplane with personnel walking around it, was staged using little person extras and a proportionate cardboard plane...*". [Em linha], [Consult. 26 out. 2015]. Disponível em WWW: URL: <https://en.wikipedia.org/wiki/Casablanca_%28film%29>

²⁴ A *Aero Portuguesa* editou um Boletim de Informação mensal entre janeiro de 1951 e dezembro de 1952 onde se publicavam diversas notícias, nomeadamente referências a passageiros importantes transportados na Companhia. Foram os casos do «cançonetista» francês Jean Sablon (junho 1951), o Ministro das Finanças, Dr. Águedo de Oliveira (dezembro 1951), a «cançonetista» Paule Sabatier (janeiro 1952), a artista Colette Mars (março 1952), os ciclistas portugueses Alves Barbosa e Moreira de Sá (abril 1952) ou o «rei da canção francesa» Charles Trenet (maio 1952). Boletins de Informação *Aero Portuguesa*, Lisboa, 1951-1952. Pasta III, Espólio documental – Arquivo FMA.

²⁵ PEIXOTO, 2010, pp. 23, 37, 45, 83

²⁶ ALMEIDA, VILAÇA, 2002, p.13, MAGALHÃES, 2011, pp. 48-49

SARL. (fundada em 1845), empresa que adquiriu na totalidade à Bensaúde & C^a. Ld^a. em 1949²⁷ e na qual se manteve até setembro de 1983 (após o que se tornou seu Presidente Honorário). A empresa produzia fios e tecidos nomeadamente juta, lona e turco provenientes de algodão, linho e cânhamo. Pelo desenvolvimento e modernização que conferiu à unidade de produção²⁸ que, nos anos sessenta, empregava cerca de mil operários, assim como pela promoção do setor, aquém e além fronteiras - papel que desempenhou enquanto Presidente da Secção de Propaganda da Confederação Internacional do Linho e do Cânhamo (*Confédération Internationale du Lin et du Chanvre*) - em 1951, AMA recebe a ordem honorífica francesa do Mérito Comercial (*Mérite Commercial et Industriel*). (fig.15)

Ao longo da vida AMA desempenhou ainda diversos cargos na administração de empresas de setores variados, da construção à banca.²⁹

1.2.3 A atividade nos Açores

A ligação empresarial de AMA com a ilha de S. Miguel nos Açores começou com a gestão dos diversos negócios do pai, entre eles a União das Fábricas Açorianas de Álcool (UFAA), agrupados na Sociedade Ribeira Grandense, grupo onde a família Bensaúde detinha algum capital. Após a morte do pai em 1936, AMA vai continuar a desempenhar um papel de relevo no desenvolvimento das indústrias açorianas do álcool industrial e do açúcar produzidos a partir do melaço da beterraba sacarina (que substituiu o cultivo da batata doce anteriormente utilizada) que, na altura, voltavam a sofrer restrições de exportação para o Continente devido à proteção dos interesses africanos. O empresário envolve-se como vogal

²⁷ S.A., *Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas*, 1969, p.31

²⁸ A modernização da CTN incluiu um exemplar bairro operário tendo a fábrica sido equipada com refeitório, infantário/berçário e posto médico. “A acção social desenvolvida pela Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas constitui um dos capítulos mais prestigiantes do esforço que vem desenvolvendo.” S.A., 1969, p. 61 (pp.61-66)

²⁹ Enumeram-se algumas participações de AMA: 1941 - Diretor-Adjunto do Serviço dos Transportes da Mocidade Portuguesa; 1954-58 - Acionista e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco de Portugal; 1953-58 membro do Conselho Superior da Indústria; 1959 - SODIM - Sociedade de Investimentos Imobiliários, composta por investidores que, por sugestão do Presidente do Conselho, vão reunir o capital necessário para a construção do Hotel Ritz (para substituição do então desaparecido Hotel Aviz). Em 1944 é nomeado Vice-Consul Honorário da Libéria em Lisboa. 1964-75 - Presidente do Conselho de Administração da Fábrica Automóveis Citroën Lusitana, SARL em Mangualde; 1965 - administrador da SALVOR, sociedade que construiu a cadeia de hotéis ALVOR em parceria com o Grupo Mello; 1966 - Presidente da Direção Nacional da UCIDT - União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho. Anos de 1960 - Administrador do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Relatório “Empresas”, s.l., s.d., p.1. Pasta III, Espólio documental – Arquivo FMA / ALMEIDA, VILAÇA, 2002, p.14. MAGALHÃES, VILAÇA, 2011, p.35

da Comissão Reorganizadora da Indústria de Fabrico de Álcool (1948)³⁰ batendo-se por melhores condições para o setor. Em 1967 a Sociedade Ribeira Grandense da qual era já então sócio maioritário, entrou como fundadora e acionista de uma sociedade anónima, a SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas SARL. Nesse âmbito, a Fábrica do Álcool de Lagoa e a Fábrica de Santa Clara são modernizadas tendo as produções atingido grande qualidade: *“O álcool aí produzido será então um dos melhores da Europa.”*³¹ (fig.s 16-17) AMA sempre se mostrou um empresário com preocupações sociais procurando dar melhores condições de vida aos trabalhadores. Assim aconteceu nas fábricas açorianas onde construiu habitação condigna e instalações recreativas para os seus empregados. AMA foi Presidente do Conselho de Administração da empresa até aos 90 anos³², altura em que se tornou Presidente Honorário conservando o cargo até à morte.

Tendo a família Medeiros e Almeida relações de amizade e profissionais com a família (de origem açoriana) Bensaúde, em 1941 AMA torna-se sócio e gerente da firma Bensaúde & C^a. Ld^a. A empresa fundada em 1873, era dirigida à época por Vasco Elias Bensaúde (1896-1967) que durante a II Guerra Mundial, por pertencer a uma abastada família judia, se refugiara nos Açores e posteriormente nos Estados Unidos da América. Nesse sentido, Vasco Bensaúde convida Medeiros e Almeida para gerente e sócio do grupo familiar, transferindo-lhe parte da sua quota e confiando-lhe a gestão do grupo.³³ (fig. 18) A quota é inteiramente devolvida à família no fim da II Guerra Mundial, mantendo-se AMA na administração das empresas. Após a morte de Vasco Bensaúde em 1967, AMA liquida todos os seus ativos da

³⁰ *“...Em 1938 encetámos uma luta titânica para que fossem abertas as portas do Continente ao açúcar e álcool açorianos. Nessa luta insistimos com os sucessivos governos para sermos autorizados a renovar a nossa indústria para uma produção nunca inferior a 20 mil toneladas de açúcar, pois era essa a dimensão mínima economicamente rendível e a forma de produzirmos açúcar e álcool a preços competitivos. E, por isso, apenas pedíamos que os excedentes fossem colocados no Continente sem pagamentos de direitos. Em determinada altura, quando expunha a Salazar a injustiça com que os Açores eram tratados, ele respondeu-me “temos de acabar com essas barreiras” mas a verdade é que as influências das empresas açucareiras africanas eram de tal forma poderosas que nada se conseguiu...”* – Memorial, s.l., 31 jan. 1978. Pasta III, Espólio documental – Arquivo FMA

³¹ MAGALHÃES, VILAÇA, 2011, p.39

³² *“António de Medeiros e Almeida deixou a presidência da SINAGA e homenageou todos os seus colaboradores”.* Açoriano Oriental, São Miguel, 18 set 1985. Pasta III, Espólio documental - Arquivo FMA.

³³ *“...em 1941 fui convidado muito insistentemente a associar-me à firma Bensaúde & C^a que atravessava certas dificuldades. A minha resistência em aceitar esse convite baseava-se como então afirmei que presava mais o nome grangeado na Banca e na Praça do que todo o dinheiro que me quisessem oferecer. Fiquei o único sócio da firma em Lisboa com toda a responsabilidade de administração visto o sócio Vasco Bensaúde se ter retirado para os Açores e o outro sócio Dr. Joaquim Bensaúde viver em Paris...”* Documento manuscrito, s.l. (Lisboa), s.d. (posterior a 1966. Anos 80?), p.2. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 1

firma abandonando em outubro de 1968 a administração da empresa para se dedicar a assuntos particulares.³⁴ Enquanto sócio-gerente da Bensaúde & C^a. Ld^a., geriu e integrou uma série de negócios que fizeram prosperar o grupo em diversos ramos do comércio e indústria e que promoveram a sua consolidação financeira:³⁵ *“Seja-me permitido dizer que consegui desenvolver a firma a um expoente tal que cheguei a ser o principal responsável pela administração simultânea de 21 empresas, todas elas dando lucros.”*³⁶ (fig. 19)

No âmbito das suas ligações aos Açores, AMA foi contactado pelo seu amigo, o embaixador do Reino Unido em Portugal (1940-1945) Lord Ronald Hugh Campbell (1883-1953) no sentido de prestar auxílio às forças aliadas no arquipélago, considerado um ponto estratégico no Atlântico. Nessa altura, os Estados Unidos e a Inglaterra (Winston Churchill), através de Campbell procuravam o apoio de Oliveira Salazar no projeto porém, perante o estatuto de neutralidade de Portugal no conflito e a recusa em lidar com o Presidente Roosevelt, Salazar recusa-se provocando grandes tensões políticas e diplomáticas. AMA empenha-se então, em nome particular, em prestar a necessária assistência aos Aliados através das empresas que geria. Só mais tarde viria Salazar, ao abrigo da velha aliança Luso-Britânica, a conceder o estabelecimento de bases militares britânicas (não americanas) nos Açores. O espólio documental da Fundação Medeiros e Almeida³⁷ possui diversa documentação – nomeadamente em cifra - respeitante a este período que inclui relações de passageiros transportados na companhia de navegação *Insulana*, listagens de navios e aviões

³⁴ “...de modo a que pudesse dispor de tempo para tratar dos meus assuntos particulares e muito especialmente da transformação da minha casa em museu, obra muito trabalhosa e de grande responsabilidade...” Documento datilografado. s.l. (Lisboa), 28 out. 1968. Pasta III, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 2

³⁵ Enumeram-se algumas empresas do grupo Bensaúde: E.I.N. Empresa Insulana de Navegação, 1870 (transporte de passageiros e mercadorias entre as ilhas e Lisboa e depois os EUA), operação portuária (Porto de Ponta Delgada), importação de combustível e óleo (Tagus Oil Company), seguros (Companhia de Seguros Açoreana), banca (Banco Micaelense – depois Banco Comercial dos Açores e hoje BANIF), Mutualista Açoreana, abastecimento de aeronaves (distribuição Shell J. - H. Ornelas & C^a Suc. Lda^a). O grupo era também sócio fundador e agente da SATA em Santa Maria) e detinha outros negócios: hotelaria – Sociedade Terra Nostra (Hotel Terra Nostra, 1933 e Hotel de S. Pedro, 1965), transportes (Varela & C^a), importação e abastecimento de carvão para a navegação (Sociedade de Carvão e Fornecimentos do Faial), fundição (Fundição Lisbonense), fiação (Fiação e Tecelagem Micaelense, Ld^a e Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, S.A.R.L., adquirida em 1934), comercialização de fuelóleo para navegação (Fuel Oil Station), pescas (Parceria Geral das Pescarias), indústria conserveira (Empresa de Conservas Poker), destilação (Sociedade Lusitana de Destilação Ld^a) e ainda produção de tabaco (Fábrica de Tabaco Micaelense) e de chá (Chá Gorreana). Relatório Bensaúde, s.l., s.d., p.2 Pasta III, Espólio documental – Arquivo FMA / ALMEIDA, VILAÇA, 2002, P.13, MAGALHÃES, 2011, pp.37-46.

³⁶ Memorial manuscrito por AMA. s.l. (Lisboa), s. d. (posterior a 1966. Anos 80?), p.2. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 1

³⁷ Doravante referida com o acrónimo FMA

reparados e abastecidos nos estaleiros das ilhas açorianas e referências à ajuda prestada a tropas evacuadas.³⁸ (fig.s 20-21) Na sequência desta atitude, em 1947 é condecorado pelo Rei Jorge VI de Inglaterra, com o grau de Grande-Oficial (*Honorary Officer*) da Ordem do Império Britânico – *Most Excellent Order of the British Empire*, O.B.E.

Medeiros e Almeida possuía um profundo sentido social que o levou durante a vida a empenhar-se em diversas causas. Para além de ajudar os muitos que a ele acorriam diretamente, foi benemérito de diversas associações e instituições, na maior parte das vezes como doador anónimo.³⁹

Uma instituição que apoiou foi a *Colónia Balnear Infantil O Século*; para além dos apoios financeiros, teve grande sucesso uma ação que organizou (duas vezes, 1952-1953) no Natal, na qual era encenada a chegada do Pai Natal num avião da Aero Portuguesa trazendo presentes para as crianças da Colónia. (fig. 22) O seu papel de benemérito é ainda relevante na *Fundação Salazar*, instituição que é convidado a fundar pelo Presidente da República Américo Thomaz e que dirige entre 1969 e 1974. A instituição tinha como objetivo: “...facultar habitação em boas condições económicas, àqueles que, devido aos seus fracos recursos, não possam por outra forma consegui-la...”⁴⁰ (fig. 23)

É incontornável o papel de relevo que AMA desempenhou no mundo empresarial português. O sucesso enquanto empresário permitiu-lhe tornar-se colecionador, papel que desempenha com o mesmo entusiasmo e dedicação que dedicou aos negócios.

Da recheada vida de AMA, a obra que teve maior e mais perdurável impacto no País foi sem dúvida, a doação ao País do seu acervo artístico, fazendo dele um dos maiores mecenas portugueses do século XX. (vide Parte II, Cap. 2, 2.1)

³⁸ No seguimento destes acontecimentos, em 1943, Oliveira Salazar convida AMA para o cargo de embaixador de Portugal na Grã-Bretanha. AMA recusa devido à sua atividade empresarial indica o seu amigo Domingos de Sousa Holstein Beck (1897-1967). ALMEIDA, VILAÇA, 2002, pp.13-14, MAGALHÃES, 2011, p.36. Pasta III Espólio epistolar – Arquivo FMA

³⁹ “...para além de um importante empresário, um homem de apurada sensibilidade e que de uma forma exemplar, seguindo o mandamento divino que “a tua mão esquerda não saiba o que a direita fez”, auxiliou centenas de pessoas, na doença e nos estudos, nos momentos difíceis da vida de alguns que até nem pessoalmente conheça ou conhece, a grande maioria dos quais nunca soube de onde lhe chegou a ajuda...” *Açoriano Oriental*, São Miguel, 18 set 1985. Espólio documental - Arquivo FMA.

⁴⁰ Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 721/73. [Em linha], [Consult. 26 out. 2015]. Disponível em WWW: URL: <<http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19733030%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>>

Com uma letra já muito tremida, AMA escreveu no fim da vida: *“Parto confiante de que aqueles que vierem depois de mim farão tanto ou melhor do que eu fiz.”*⁴¹ (fig.24)

Medeiros e Almeida morreu em casa, de acidente cardiovascular, a 19 de fevereiro de 1986 com 91 anos incompletos.⁴² (vide Anexo II, 3)

O jornalista António Valdemar dava conta da notícia da morte de AMA escrevendo no Diário de Notícias: *“...dedicou-se António Medeiros e Almeida a colecionar obras de arte e antiguidades, reunindo, ao longo de meio século, um acervo notável de mobiliário, pratas, joias, cerâmica, escultura e pintura[...]Por não ter filhos e outros herdeiros directos ainda em vida da sua mulher, António Medeiros e Almeida criou, em 1972, uma fundação legando o seu património artístico ao Estado[...] É um museu que a maior parte de Lisboa desconhece e que António de Medeiros e Almeida não conseguiu abrir ao grande público, uma vez que aguardava oportunidade para obter recursos financeiros que assegurassem os meios indispensáveis para um funcionamento autónomo. Caberá agora, aos testamentários, de colaboração com os organismos e entidades do sector acionar, tão breve quanto possível, as medidas necessárias para a conservação e a manutenção daquele espólio e de providenciar, ao mesmo tempo, quanto ao acesso do público às diversas colecções que constituem um todo que reflecte o gosto e os interesses de quem o formou, no decurso da maior parte da sua vida.”*⁴³

1.3 O colecionador

Este subcapítulo incide sobre alguns aspetos da vivência de Medeiros e Almeida, tentando estabelecer os principais fatores que determinaram e motivaram o seu percurso de colecionador.

Desde o casamento que António e Margarida construíram uma vida de acordo com a elite social da época, culta, cosmopolita e de gostos refinados. (fig. 25) A atividade empresarial de AMA proporcionou desde cedo uma vivência desafogada; apesar de uma vida

⁴¹ Documento manuscrito por AMA s.l. (Lisboa) s.d. (a grafia muito tremida indica a sua avançada idade) Espólio documental - Arquivo FMA

⁴² António e Margarida Medeiros e Almeida estão sepultados num jazigo, no Cemitério dos Prazeres em Lisboa.

⁴³ *“Muitas obras de arte e antiguidades num valioso museu legado ao Estado”* António Valdemar. Artigo jornal DN Cultura/Espectáculos, 23 fevereiro 1986. Pasta I. Espólio documental – Arquivo FMA

profissional muito preenchida, o casal recebia em casa, frequentava festas, o teatro e a ópera, visitava museus e exposições e viajava bastante dentro e fora do País.⁴⁴ (fig. 26) Na sequência dos hábitos familiares, paralelamente à sua carreira empresarial, AMA interessou-se por antiguidades, tornando-se, ao longo do tempo, num colecionador de prestígio nacional e internacional.

Conforme anteriormente abordado, a casa da rua Mouzinho da Silveira era um palacete que o casal recheou com requinte, sendo um ponto de reunião de família e amigos. Curiosamente, AMA não fomentou a tradição de realização de tertúlias culturais de casa dos seus pais que tinha convivido e que tinham feito parte da sua formação. A família próxima era composta pelos pais e sogros de AMA, os seus dois irmãos, os seis irmãos e irmãs de Margarida e os catorze sobrinhos.⁴⁵ (fig.27, 27a – 27b, 27 c, 27d)

Para além da vasta teia de relações familiares e de amizade de MMA, responsável pela vida social do casal, o pequeno círculo de amigos pessoais de AMA incluía o Presidente da República Américo Thomaz, a família Bensaúde, Domingos de Sousa Holstein Beck (Palmela), Henrique Pinto Balsemão, o advogado Tito Arantes, Manuel do Espírito Santo Silva, os irmãos Jorge e José Manuel de Mello, os médicos Fernando da Fonseca (também médico de Calouste Gulbenkian) e Machado Macedo (primo), o General Luiz Câmara Pina, os colecionadores Francisco Barros e Sá (amigo de adolescência e colega de curso de Medicina em Coimbra), Francisco Sá Carneiro e Abel de Lacerda.⁴⁶ Tornaram-se ainda amigos e visita frequente da sua casa a colecionadora inglesa Dorothy Hart, o sócio William Morris (Lord Nuffield) e o embaixador de Inglaterra em Portugal Sir Ronald Campbell, e a sua esposa, Lady Helen.⁴⁷

AMA viajava muito, tanto em negócios como em viagens de lazer, sendo muitas vezes acompanhado pela mulher (por vezes convidavam sobrinhos). No estrangeiro, o casal

⁴⁴ São inúmeros os convites, programas de espetáculos, ementas, mapas, cartões-de-visita e cartões de boas festas guardados no espólio documental. Espólio documental – Arquivo FMA

⁴⁵ Como casa de veraneio AMA tinha uma pequena quinta, situada em Paço de Arcos, que adquiriu à família da mulher onde MMA reunia a família.

⁴⁶ A amizade com Abel de Lacerda levou-o a envolver-se no projeto do Museu do Caramulo, do qual, para além de doador, foi por diversos anos presidente da Assembleia Geral e presidente do Conselho Fiscal. AMA doou ao Museu do Caramulo a pintura “*Descimento da Cruz*”, à época atribuída a Garcia Fernandes. Pasta III, Espólio documental-Arquivo FMA

⁴⁷ Após a reforma o casal passava os verões na casa da Mouzinho da Silveira onde Campbell se entretinha com trabalhos de marcenaria no anexo do jardim. Aí morreu, em 1949, Lady Helen que está enterrada no Cemitério dos Ingleses em Lisboa.

visitava amigos e frequentava espetáculos, museu e exposições bem como, no âmbito da atividade de colecionador, visitavam leilões, antiquários, galerias e feiras de arte. (fig. 28) Participavam também em viagens culturais do grupo de amigos do Museu do Louvre (do qual era membro benfeitor nº 75) ou da organização “*Connaissance des Arts*”, percorrendo toda a Europa. Para além da Europa e Marrocos, AMA viajou ainda para os Estados Unidos da América. Das muitas viagens, passeios e reuniões familiares não existem relatos escritos, mas ficaram, como testemunho, as centenas de fotografias por si tiradas (existindo também algumas filmagens).

O gosto de AMA pelos automóveis levava-o também a realizar muitas viagens de carro. Para espanto da família, a partida para a lua-de-mel fez-se num *Morris Cowley* descapotável, com o noivo vestido de fato-macaco. No dia-a-dia conduzia um *Morris Wolseley* descapotável, tendo possuído ainda um *Morris Isis*, um *Auburn Cord* (carro americano), um *Morris Léon Bollée* e um Mercedes 300SL que importou da Alemanha. Em 1954 encomenda uma limusina *Austin Princess*⁴⁸, executada pelos fabricantes belgas *Vanden Plas*, em cujo desenho participou, veículo que foi posteriormente oferecido ao Museu do Automóvel do Caramulo.

A internacionalização dos negócios de AMA e, principalmente, a sua atividade enquanto colecionador leva a que seja referenciado internacionalmente: em maio de 1952 o casal foi fotografado em casa para a revista inglesa *Town & Country* (fig.29) A partir de 1953 AMA aparece referenciado como empresário na publicação inglesa “*The International Year Book and Statesmen’s Who’s Who*”, editada pela Burke’s Peerage Ltd. Esta publicação, iniciada em Inglaterra em 1935, integra as biografias de pessoas que se notabilizaram em diversas áreas. (fig. 30) Em 1970, o casal Medeiros e Almeida foi entrevistado no Hotel *Ritz* de Paris para o programa “*60 Minutes*” da cadeia de televisão americana CBS. No programa (sobre o hotel Ritz) AMA conta que tinha sempre a mesma *suite* reservada onde guardava todo o ano alguma roupa e objetos pessoais. O mesmo acontecia no Hotel *Claridge’s* em Londres e no *Hotel des Bergues* em Genebra.

AMA relacionava-se ainda com antiquários e *marchands* de arte portugueses, como Alexandre Fernandes, António Costa e Wolf Steinhardt, e estrangeiros como os ingleses John

⁴⁸ O mesmo modelo que possuíam Salazar e o Cardeal Patriarca.

Sparks (porcelana da China), John Mitchell (pintura) e Ronald A. Lee, o francês Maurice Chalom (mobiliário) e o suíço Edgar Mannheimer (relógios), que contribuíram para o seu reconhecimento enquanto colecionador e para a divulgação do seu acervo. (Vide Notas Prévias 1) Como veremos adiante, desde os anos 50 que agentes de mercado, colecionadores, profissionais de museus e outras figuras do mundo da arte solicitam visitas às suas coleções com o intuito de as estudar, publicar em revistas da especialidade e de as mostrar em exposições.⁴⁹ (vide Anexo 4)

Ao longo da vida, AMA reuniu uma vasta biblioteca onde figuram, para além de obras de referência, nacionais e estrangeiras, obrigatórias em todas as estantes, as muitas publicações periódicas que assinava, os catálogos de leiloeiras e de antiquários que frequentava, e publicações que tinha hábito de adquirir, relacionadas com as peças que ia comprando, bem como roteiros das cidades e países para onde viajava. Comprava ainda catálogos de todos os museus e exposições que visitava, pelo que sabemos que visitou a maioria das mais importantes instituições internacionais, como o Louvre, o Prado, o Museu Britânico, os Museus do Vaticano, a Galeria de pintura de Berlim, o Metropolitan de Nova Iorque e a Smithsonian Institution de Washington⁵⁰. AMA interessou-se também por outros museus e casas-museu como a Wallace Collection e o Museu Soane em Londres, o Museu Guimet, o Museu Rodin, a Orangerie, o Jacquemart André, o Marmottan e o Nissim de Camondo em Paris, a Fundação José Lázaro Galdiano em Madrid, a coleção Frick em Nova Iorque ou a Galeria Borghese em Roma. Das suas muitas viagens, AMA conhecia ainda os grandes castelos franceses, alemães e austríacos.

1.3.1 As motivações do colecionador

Todas as coleções vão acontecendo. Com o (hoje) acervo Medeiros e Almeida como em muitos outros casos, não houve uma motivação inicial de criar uma coleção; a formação do acervo artístico deveu-se a uma conjugação de fatores que levaram paulatinamente, à criação de um projeto que cresceu em paralelo com uma vivência requintada e uma bem-sucedida atividade profissional.

⁴⁹ Em 1958 o colecionador é convidado a participar, com bastantes empréstimos, na *Exposição de Arte Decorativa Inglesa* realizada na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva em Lisboa.

⁵⁰ AMA tinha uma viagem programada ao Museu Hermitage em São Petersburgo na companhia do seu amigo Fernando da Fonseca porém, a morte súbita deste (1974) anulou os planos. AMA não chegou a empreender a visita ao museu.

A já mencionada escassez de testemunhos por parte de AMA, nomeadamente sobre as razões que o levaram a colecionar, leva-nos a tirar ilações baseadas no seu percurso enquanto colecionador. Neste âmbito, identificam-se três fases distintas neste trajeto. A primeira, que acompanha o início da sua carreira, é marcada pela necessidade de decorar a casa onde vivia e pela opção de recorrer ao mercado das antiguidades. A segunda fase, ainda motivada pela decoração da sua habitação, liga-se ao sucesso da sua carreira profissional, permitindo-lhe frequentar os melhores antiquários e leiloeiras em Portugal e no estrangeiro. A terceira etapa verifica-se após a decisão de criar a Fundação e do consequente alargamento do espaço expositivo e corresponde às compras realizadas para recheiar os ambientes específicos criados na nova ala da Casa-Museu.

Foi a partir de meados dos anos trinta⁵¹ que AMA começou a adquirir obras de arte com regularidade, sendo esta fase sobretudo motivada pela necessidade de mobilar as suas residências. A decoração da primeira casa, sita na rua do Salitre, onde se instalou em 1924 após o casamento, está parcamente documentada.

A mudança em 1946 para a rua Mouzinho da Silveira acelerou o ritmo de compras uma vez que, a nova moradia com 700 metros quadrados, obrigou a uma decoração em grande escala. A mudança coincidiu com factos que vieram alterar o processo aquisitivo. Em meados dos anos quarenta as suas empresas tinham entrado em “velocidade de cruzeiro” apresentando já consideráveis lucros. Era o caso da *A. M. Almeida* que estava então no auge de vendas e da *Aero Portuguesa* que se afirmava no mercado como uma lucrativa companhia aérea. Tais sucessos proporcionaram a liquidez necessária ao colecionador, para frequentar as melhores casas de antiguidades e leiloeiras da Europa, ascendendo então as aquisições a um novo patamar de qualidade e quantidade. A partir daí, as compras sucederam-se em grande ritmo até à sua morte em 1986. A estes factos não foi alheia a conjuntura do mercado de arte europeu, que no pós-II Guerra Mundial (1939-1945) viveu uma fase florescente, motivada pela afluência de bens artísticos provenientes do despojamento por parte de colecionadores e famílias com falta de liquidez. Nesta altura, os compradores com possibilidades financeiras tiveram acesso a boas oportunidades: *“A grande guerra que deflagrou no Mundo, de 1939 a 1945 – e a que Portugal se soube furtar - deixou os*

⁵¹ De acordo com os processos de compras, o registo mais antigo data porém de 1939 (“O Velho Pescador” de Fausto Sampaio - FMA 4109). Vide Notas prévias 3. Inventário CMMA – Arquivo FMA

beligerantes europeus tão contundidos e tão arruinados que grande parte do seu património artístico teve que ser vendido. Nunca como então o “Christie’s” o “Sotheby’s” e o “Drouot” apresentaram tantas espécies raras nos seus leilões. Nunca como então, os “bricabraques” ingleses e franceses se viram tão cheios e tão prontos a satisfazerem todas as exigências dos compradores. E entre todos os adquirentes de tão extraordinário espólio, houve quem, ou por maior paixão, ou por melhor conhecimento da matéria, carregou para Portugal, as mais importantes peças.”⁵²

Quando em finais dos anos sessenta, AMA decide fazer a doação ao País e construir o anexo para aumentar a coleção, a área expositiva foi acrescentada em cerca de 1.000 metros quadrados (dois pisos de 500m²). A partir desta resolução e à luz do projeto de musealização da coleção, as compras são realizadas com o intuito da integração no acervo da futura instituição. A arquitetura do novo espaço condiciona agora as escolhas num desenho de uma sucessão de grandes salões onde o colecionador projeta espaços de aparato criando diferentes ambientes. Mais uma vez, preside a ideia de decorar o espaço desta feita porém, a uma nova escala. O recheio da nova ala condiciona as aquisições, muitas vezes feitas mediante dimensões específicas; AMA interessa-se agora por apainelados, tetos em madeira, conjuntos azulejares, tapeçarias e estatuária de grande porte que imprimem à coleção uma nova dimensão.

1.3.2 O perfil do colecionador

Manifestando a mesma atitude de dedicação que votava aos seus negócios, AMA empenhou-se diretamente na construção da sua coleção ao definir as suas principais linhas orientadoras e ao intervir ativamente nas aquisições. (vide 2.2) A este propósito citam-se duas breves passagens escritas em jeito de biografia, reveladoras do seu perfil de colecionador obsessivo, porém seletivo e tenaz:

"Desde os meus vinte anos, isto é, desde 1915, comecei a interessar-me por antiguidades, que passei a adquirir a partir dos meus 30 anos e quando as minhas posses o permitiam. Esse interesse foi-se desenvolvendo com intensidade e a pouco e pouco fui coleccionando peças raras de valor artístico e histórico como móveis, tapetes, lustres, loiças,

⁵² Texto para publicação no Diário de Notícias, enviado a AMA para revisão “A FUNDAÇÃO ANTÓNIO DE MEDEIROS E ALMEIDA e o fabuloso museu que o seu instituidor vai oferecer a Portugal”. Jorge Gamboa de Vasconcelos, Ponta Delgada, ?, nov. 1984, p.6. Espólio documental – Arquivo FMA

bibelots, leques, relógios, pratos, quadros, joias, livros de arte, cristais, azulejos, tapeçarias, peças de arte sacra, estatuária, etc.

À medida que o tempo ia correndo, tornei-me mais exigente e por isso fui pondo de parte determinadas peças e substituindo-as por outras mais valiosas. Assim, a selecção tem-se mantido cada vez mais rigorosa. Algumas dessas antiguidades foram adquiridas com certa dificuldade, umas vezes por os seus donos não quererem desfazer-se delas, outras por os seus preços estarem fora do meu alcance. Casos houve em que, para as adquirir, tive de esperar anos e outros em que, para as observar e discutir a compra, obrigado fui a deslocar-me por esse mundo fora. Mas o facto é que cada uma dessas peças, reunidas ao longo de 50 anos, faz hoje parte do meu ser e reflete o meu gosto.”⁵³

Durante cerca de meio século, Medeiros e Almeida reuniu um vasto conjunto de obras de arte muito eclético, cujas tipologias se inserem no campo temático das chamadas “artes decorativas”. Esta tendência filia-se num gosto pelas artes decorativas que atravessou a primeira metade do século XX em Portugal e que se reflete em diversas coleções particulares coevas, como as de Ernesto Vilhena, Ricardo do Espírito Santo Silva, Abel de Lacerda ou Anastácio Gonçalves. As artes decorativas, por oposição às tradicionalmente chamadas “artes maiores” ou “belas artes” (arquitetura, pintura e escultura) estão associadas aos conceitos de beleza, ornamentação, funcionalidade e manufatura. Esta tipologia integra, portanto, objetos de uso quotidiano enriquecidos por um trabalho artístico que os transforma em objetos decorativos de luxo, concebidos com recurso a materiais nobres e elaboradas técnicas de execução, aplicando-se a tipologias como o mobiliário, a ourivesaria, a joalheria, a cerâmica, os têxteis ou os relógios.

O estudo do acervo da CMMA permite tipificar o gosto de AMA e fazer um balanço da sua prática colecionista identificando tendências, preferências e comportamentos.

O acervo caracteriza-se por uma matriz cosmopolita, identificando-se porém, uma atitude conservadora; o colecionador não se interessou pela arte modernista ou contemporânea. Não se confinando em movimentos artísticos, geografias ou períodos específicos como fizeram outros colecionadores que especializaram as suas coleções⁵⁴, é

⁵³ Memorial, s.l. (Lisboa), jan. 1977. Pasta I, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 5

⁵⁴ Veja-se a coleção de pintura naturalista de Anastácio Gonçalves ou a coleção de artes decorativas portuguesas de Ricardo do Espírito Santo Silva

clara a preferência por duas orientações estéticas distintas no âmbito das artes decorativas: a europeia (mobiliário, têxteis, porcelana, relógios, leques) - onde o gosto pela arte francesa, em particular do século por excelência das artes decorativas, o século XVIII, é predominante⁵⁵ - e a chinesa (porcelana, biombos, esmaltes e jades) sobre a qual escreveu: *“...Sempre tive grande admiração pela civilização chinesa – como está patente no meu museu – e que em certos aspectos deixa as actuais civilizações bastante diminuídas...”*⁵⁶

A sua seleção, certamente também condicionada pelas oportunidades do mercado, era muito diversificada; tanto comprava a seu gosto, por impulso, interessando-se por diferentes espécies e proveniências (das peças indo-portuguesas à joalharia, das armas aos têxteis) como adquiria as chamadas peças “coleccionáveis” (paliteiros, leques e caixas de rapé). Interessavam-no autores específicos⁵⁷, comprando motivado pelo valor estético⁵⁸, técnico/artístico⁵⁹ ou histórico das peças (nomeadamente quando a proveniência fosse relacionada com Portugal⁶⁰ ou com individualidades de renome⁶¹).

AMA fez ainda esporádicas incursões nos campos da escultura e da pintura, principalmente estrangeira, tendo reunido uma pequena mas interessante coleção⁶².

⁵⁵ *“Taste in Portugal, like artistic creation, is traditionally conservative and nationalist [...] Models of taste are socially established and mimetic behavior prolongs them indeterminately. Sometimes over several generations. [...] It demonstrates how the French taste inherited from the Marquis of Foz (1849-1917) was still present...”* MAGALHÃES, 2008, p.253

⁵⁶ Carta de AMA a Ingrid (?), Lisboa, 21 mai. 1984. Pasta II, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 4

⁵⁷ É o caso do paisagista flamengo Jan van Goyen (1596-1656) do qual possui oito pinturas (FMA 355, 372 a 374, 376, 390 a 392) ou da casa relojoeira Breguet de que detém 26 exemplares (Vitrine nº 4 da Sala dos Relógios). Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁵⁸ Destacam-se alguns exemplos: Adorno de corpete em filigrana portuguesa do séc. XVII com diamantes brasileiros (FMA 873); *garniture* de porcelana de Sèvres (FMA 6-8); cornucópia em cristal de rocha e esmaltes austríacos (FMA 169); conjunto de seis tocadoras de música em terracota chinesa (FMA 768-777). Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁵⁹ Destacam-se alguns exemplos: piano de cauda Erard decorado com bronzes e *vernís-Martin* (FMA 73); retrato miniatura de Margarida de Parma por Antonio Moro (FMA 213); cigarreira Fabergé com pintura em miniatura de V. Vasnetsov (FMA 1411); *garniture* em porcelana de Meissen, assinada e datada, com relógio e dois candelabros (FMA 26-28); espelho em tartaruga e bordado inglês *stumpwork*, do século XVII representando Carlos II e Catarina de Bragança (FMA 203). Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁶⁰ Destacam-se alguns exemplos: retrato de Catarina de Bragança (FMA 206); relógio de noite inglês de Edward East que foi pertença de Catarina de Bragança (FMA 209); relógio de bolso da rainha Maria Pia (FMA 7805); peças de porcelana da China com simbologia portuguesa (Gomil FMA 824, Taça Avé Maria FMA 814, par de pratos covos FMA 809 – 819). Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁶¹ Destacam-se alguns exemplos: Taça do Cardeal Pietro Aldobrandini (FMA 1183); serviço de chá de Napoleão Bonaparte (FMA 1956 a 1960); relógio de bolso do General Junot e do Duque de Wellington (FMA 7744); caixa de rapé do Czar Nicolau I da Rússia (FMA 955); *bidet* com as armas da família real francesa (FMA 190); serviço de viagem em *vermeil* pertencente ao Duque de Nemours (FMA 1874-1902). Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁶² A Casa-Museu possui um núcleo importante de 32 pinturas holandesas e flamengas, para além do núcleo de 8 van Goyen e dos dois Brueghel destacam-se uma natureza-morta com presunto de de Heem (FMA 467) e duas tábuas de Teniers: *O Bom Pastor* e *Unção em Betânia* (FMA 1212-1213). De origem francesa referem-se

Quanto à produção portuguesa o colecionador não apostou em grandes nomes, mas o núcleo de peças é muito significativo. As coleções portuguesas reúnem um significativo conjunto de painéis de azulejos, peças de mobiliário das épocas D. João V, D. José e D. Maria, pratas portuguesas nomeadamente salvas renascentistas, arte sacra e paliteiros e porcelana e vidros da fábrica Vista Alegre. No que respeita à pintura, existem retratos de família de Veloso Salgado e de Henrique Medina, uma obra de João Vaz (Cais das Colunas – FMA 1043), um núcleo de 4 pinturas de Carlos Botelho, datando uma delas de 1931, altura em que começou a pintar em Paris (Bercy-Sena, FMA 3269).

Sendo a diversidade tipológica uma das características do acervo da CMMA, a existência de alguns núcleos coerentes é reveladora das preferências pessoais do colecionador: é o caso das coleções de porcelana da China, de relógios e de pratas inglesas. Na senda de um gosto bem português, da coleção de porcelana da China, marcada pela qualidade e quantidade, destaca-se o núcleo de peças da dinastia Ming, da primeira metade do século XVI, decoradas com simbologia portuguesa, real, religiosa e nobre denominada “primeiras encomendas”: *“...a porcelana “Azul e Branco” do período Ming, pelas suas qualidades intrínsecas e pelo valor artístico da sua forma e decoração, genuinamente chinesas, é a que, desde sempre, mais agradou ao colecionador esclarecido.”*⁶³ A coleção de relógios ocupou AMA até ao fim dos seus dias, a preferência direcionava-se para os relógios de bolso dos quais se destaca a diversidade de proveniências, tipologias e de autores, veja-se o caso do conjunto de 26 exemplares da casa relojoeira Breguet que constitui um núcleo único em Portugal, de reconhecida fama internacional. A este propósito AMA mencionava em 1978: *“...ser internacionalmente sabido que a minha coleção de relógios é uma das melhores do mundo.”*⁶⁴ Das cerca de 900 peças de prata do acervo, distingue-se o conjunto de proveniência inglesa, nomeadamente as 182 peças de mesa do prateiro Paul Storr (1810-1840). A consciência destes núcleos enquanto coleções coesas levou o colecionador, aquando da construção da nova ala e da decoração da ala antiga, a destinar galerias próprias para as expor.

oito pinturas, entre elas um retrato de Delacroix (FMA 225) e um par de pinturas de Jean Pillement (FMA 20,30). Existem ainda 14 pinturas inglesas, nomeadamente uma paisagem de início de carreira de John Constable (FMA 309), uma paisagem de Gainsborough (FMA 283) e dois retratos de Romney (FMA 80) e Hoppner (FMA 74). Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁶³ CABRAL, 1996, p.17

⁶⁴ Documento manuscrito, s.l., s.d. (jul. 1978). Pasta VII, Espólio documental – Arquivo FMA

AMA era um colecionador informado, estando atualizado com o mercado de arte em geral; conhecia as principais leiloeiras, antiquários e museus e o seu olhar de colecionador e gosto foram-se formando com as numerosas viagens e visitas, com a convivência com colecionadores e agentes de mercado e com a leitura interessada da sua biblioteca de arte. Mostrando especial interesse pelos campos da porcelana da China e da relojoaria AMA desenvolve um gosto informado por estas tipologias. Não podemos, no entanto, considerar o colecionador como um conhecedor. Não sendo um intelectual, a agitada vida profissional não lhe permitia tempo de qualidade para aprofundar a sua cultura artística.

Apesar disso, ao contrário da maior parte de colecionadores portugueses, como José Relvas, Ernesto Vilhena, Ricardo do Espírito Santo Silva ou Anastácio Gonçalves,⁶⁵ junto de AMA não existiu a figura de um conselheiro (*expert ou connoisseur*) que orientasse as suas escolhas. Poder-se-á cogitar que a falta de aconselhamento artístico se reflete na heterogeneidade de tipologias do acervo, porém, a expressão eclética que imprimiu à sua coleção deve ser entendida enquanto uma metáfora do seu gosto: *“Diversa é a postura dos colecionadores privados que, podendo definir uma intencionalidade para o acto de colecionar, constroem a colecção com critérios personalizados e segundo parâmetros que oscilam entre o afecto e o capricho ou o juízo erudito e a ostentação da riqueza.”*⁶⁶

1.3.3 A coleção vista (visitada) por outros

Na ausência de testemunhos orais ou escritos por parte do casal MA, o recurso à análise de uma compilação de cartas de agradecimento (escritas entre 1952 e a morte do colecionador) por parte de inúmeras personalidades portuguesas e estrangeiras que visitaram a casa ao longo dos anos, torna-se essencial para conhecer os planos do colecionador e o gosto e orgulho que tinha em mostrar a coleção. Estas visitas decorreram

⁶⁵ José Relvas: “...o contacto fosse por procuração a um terceiro interveniente, neste caso alguns amigos mais próximos e conhecedores como ... Raul Lino e o próprio José de Figueiredo, entre outros, que faziam a mediação.” GRILLO, 2014 p.157. Ernesto Vilhena: “Na função de guias, o Comandante menciona Martinho Júlio da Costa, [...] tal como João Nascimento, António Viana ou António Saraiva Nunes, que não só participam das viagens, mas também desempenham, como veremos, o papel de compradores activos.” CARVALHO, 2014, p.319. Ricardo do Espírito Santo Silva: “...grande companheiro, amigo e conselheiro, Dr. Guilherme Possollo [...] Quem o aconselhou foi Luís-Reis Santos...” SALGADO, 2003, pp.26-27. Anastácio Gonçalves: “...a maior parte das peças a Alexandre Fernandes [...] passava longos serões na casa da Avenida 5 de Outubro [...] sólida relação de amizade e confiança” MÂNTUA, 2014, p.75

⁶⁶ PEREIRA, 2003, p.41

não só de amizades pessoais, como principalmente de contactos feitos através da atividade como comprador/coleccionador, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

Através da leitura das cartas recolhemos os testemunhos de colecionadores, diretores e conservadores de museus, académicos, historiadores da arte, especialistas, antiquários, leiloeiros, diplomatas e jornalistas que elogiam o gesto altruísta, a qualidade da coleção, pedem para estudar e publicar as peças do acervo e gabam o seu conhecimento e paixão. Devido ao destaque qualitativo que assumem no todo do acervo, como anteriormente referido é notório o interesse dos visitantes pelas coleções de porcelana da China e relógios, bem como por alguma pintura estrangeira (Rembrandt e van Goyen).

Salvaguardando o cunho elogioso que pressupõem as cartas de agradecimento, destacamos algumas afirmações (vide Anexo II, 4): Em 1957, **Jacques Gans-Ruedin**, autor e especialista em tapetes orientais refere : « *...Et avec quel amour et quelle compétence vous savez expliquer les tableaux, meubles, porcelaines...* » (p.1). Em 1959 AMA dá permissão a **Kurt Bauch** (1897-1975), autor, historiador da arte, especialista em Rembrandt (Friburgo, Alemanha) para publicar uma pintura de Rembrandt: “*... permission to reproduce my Rembrandt’s picture “The Raising of Lazarus”*” (p.1). Em 1966, **Roger Soame Jenyns** (1904-1976) historiador da arte do departamento de Antiguidades Orientais do Museu Britânico de Londres escreve: “*...to study collections of Chinese export porcelain.....[Pope] tells me that you have a magnificent house full of 15th century Flemish masters and Chinese porcelain.*” (p.3) Em 1967, **Henry Trubner** (1920-1999), especialista em arte do Extremo Oriente, conservador no Museu Real de Ontário, Canadá, agradece: “*...to thank you again for allowing me to see your very important collection of Chinese ceramics, notably the Ming blue-and-white ...your lovely house and beautiful collection of paintings, French furniture and clocks...*” (p.4). Em 1968, **Marie Hélène Demoriane (?)**, autora, colaboradora na revista *Connaissance des Arts*, Academia Francesa, solicita: “*...vous possédez quelques beaux spécimens de Breguet. Au cas où vous accepteriez que nous les reproduisions...* » ao que AMA responde: « *...la montre Junot-Wellington qui est la plus importante de ma collection, dont le nombre de pièces dépasse déjà les trois centaines.* » (p.4). Em 1970, um dos antiquários de Londres, **Geoffrey W.G. Agnew (?)** afirma: “*... I greatly admire your generosity in making such a gift to Portugal...*” (p.4) e em 1970, AMA escreve a **Clifford Musgrave (?)**, autor, diretor do Pavilhão Real em Brighton esclarecendo: “*I’ve just started rebuilding and redecoration of my*

old home to be turned into a museum” Musgrave responde: *“It is exciting news that you have now begun the extension of the building to form a museum ...It will be wonderful to have all your splendid works of art which are at present stored away through lacking space, displayed in a worthy manner.”* (p.5). Em 1971, **John A. Pope** (1906-1982) historiador da arte, especialista porcelana da China, diretor da Freer Gallery, Smithsonian Institution Washington, pede fotografias de estudo: *“...supply me with photographs of your pieces of Chinese blue and white that have Portuguese transcriptions and coats of arms and decorations...as they play an important part in the whole history of early Chinese export porcelain.”* (p.5). Em visita à casa em 1971, **Ferdinand Belin** (1913-1982) diplomata, colecionador de relógios americano, agradece: *“It was a day to remember, once more so many thanks to you for the personally guided tour of your house ... the National Gallery of Art of Portugal!”* (p.6). Em 1973, **George Feuer (?)** do antiquário londrino Artinterias (Cranbourn Antiques) Ltd., refere a doação: *“...your intended bequest to the Nation can almost be compared with the Wallace collection in London and also in a way with the Jones Collection at the V&A...”* (p.7). Também **José Cutileiro** (n. 1934), Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Londres escreve em 1975: *“...é único em Portugal...como exemplo de uma forma de serviço público e amor pela Pátria ...”* (p.8). Em 1976, **M^a Teresa Gomes Ferreira (?)**, Diretora do Museu Calouste Gulbenkian tem uma opinião semelhante: *“... sua preciosa coleção que tenho esperança muito em breve possa ser patenteado ao público. Ele reveste-se, de facto, do maior interesse e será, estamos certos, um elemento valioso para o enriquecimento cultural do nosso país...”* (p.9). Em 1977, o Professor **Joaquim Veríssimo Serrão** (n. 1925), historiador da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa manifesta: *“...encanto e surpresa pela descoberta dessa admirável realidade cultural...agradeço-lhe, como português, a dádiva colossal e sem preço que põe à disposição do nosso País e que fica a assinalar uma trajetória humana inspirada pela Beleza eterna.”* (p.10). Em 1978 **Frédéric Fresco (?)** e **Bernard Labère** (1941-2013 colecionador Paris), colecionadores franceses, comentam: *« Il est évident que vous avez consacré une partie de votre existence très importante à choisir, éliminer et réunir des arts si divers Rembrandt et van Goyen dont vous avez si intelligemment rassemblé des différentes manières...l’éclairage, l’aménagement des vitrines (que j’espère voir bientôt garnies) »* (p.11). Já em 1983, **Simon Hijman Levie** (1925-?) historiador da arte, diretor do Rijksmuseum e do Museu Van Gogh de Amsterdão mostra-

se: *“Deeply impressed by the quality and quantity of works of art which you collected during the last fifty years...”* (p.12)

Em visita oficial à Casa-Museu, decorrida a 25 de março de 1985, a então ~~Ministra da~~ secretária de Estado da Cultura e Coordenação Científica, **Teresa Patrício Gouveia** (n.1946) afirma: *“...orgulhosa fiquei por saber que neste país, que é o nosso, há quem tenha sabido vencer o desinteresse generalizado e tenha sabido fazer uma obra tão exemplar...”* (p.14)

Numa rara afirmação, cheio de orgulho, AMA também escreve: *“...realizar o meu sonho que é deixar ao meu País o produto de uma longa vida de trabalho intenso, traduzido num Museu que depois de completo, modéstia à parte, julgo seria um dos melhores da Europa de iniciativa particular.”*⁶⁷

Das poucas referências bibliográficas atuais referentes ao colecionador ou à sua Casa-Museu, os autores são igualmente unânimes no reconhecimento da qualidade e valor da Instituição:

*“Quando na década de 1920 Medeiros e Almeida inicia a sua colecção, é fundamentalmente para mobilar a residência em Lisboa, tendo vindo mais tarde a estabelecer critérios de maior exigência já numa perspectiva de colecionismo, com aquisições feitas em Portugal e no estrangeiro, quase até à sua morte em 1986. Prossequindo o colecionismo oitocentista, reúne um acervo de mobiliário francês e inglês dos séculos XVIII e XIX, associado a peças portuguesas da segunda metade do século XVIII, o prestigiado mobiliário do período de D. José e de D. Maria I. Integrando um gosto europeu, junta importante colecção de porcelana da Companhia das Índias, mas também de peças de referência de porcelana da China, as primeiras encomendas feitas para a Europa, pelos portugueses.”*⁶⁸

“Numa lista infindável de colecionadores que fundaram Casas-Museu e Museus propriedades de Fundações para a subsistência dos mesmos, realçamos [...] as Casas-Museu dos colecionadores e mecenas António de Medeiros e Almeida (1895-1986), em Lisboa [...] que sobressaem do vulgo nacional, pela excelência das artes decorativas em que viviam

⁶⁷ Documento manuscrito, s.l., s.d. (jul. 1978). Pasta I. Espólio documental – Arquivo FMA

⁶⁸ PEREIRA, 2003, p.46

rodeados. Hoje são visitáveis pela integração dos imóveis e seu recheio nas Fundações que criaram, superados apenas pelo colecionador Calouste Sarkis Gulbenkian...”⁶⁹

“Se utilizarmos como critérios a memória do espaço habitacional, a relevância do património artístico e a coerência do projeto museológico, a Casa-Museu Medeiros e Almeida é uma das mais notáveis casas-museu de Portugal.”⁷⁰

⁶⁹ BORGES, 2014, p.166

⁷⁰ AFONSO, 2014, p.188

CAPÍTULO 2. O ACERVO MUSEOLÓGICO

Este capítulo baseia-se na análise da documentação dos processos de compra constantes das pastas de inventário da CMMA. A partir destes registos foi recolhida numerosa informação sobre os mecanismos de aquisição e incorporação das obras de arte no acervo, constituindo este fundo um importante contributo para o estudo da coleção. Os registos são somente de carácter comercial visto AMA, ao contrário de outros colecionadores como José Relvas⁷¹ ou Anastácio Gonçalves⁷² ou Castro Pina⁷³, não ter inventariado ou deixado outra informação escrita sobre as peças que ia adquirindo.

Para fazer estas aquisições, AMA recorria a fornecedores especializados que sabiam o que procurava e que o ajudaram a dar coerência tipológica a estes núcleos: foi o caso dos suíços Edgar Mannheimer que adquiriu relógios em seu nome por toda a Europa e Peter Ineichen, da leiloeira suíça *Auktionshaus Ineichen* (Zurique). Para a porcelana da China AMA recorreu a comerciantes ingleses especializados, como Peter Sparks (da *John Sparks*⁷⁴), Stanley Pratt (*Stanley J. Pratt Ltd.*) e J.W. Barker (da *Spink and Son*); e em Lisboa a Alexandre Fernandes (da *Antiquarium*) e António Campos (da *Antiquália*). Os comerciantes de prata eram principalmente W.E. Burfitt, da *Burfitt Ltd.* e A.C. Kauffmann da *I. Freeman & Son, Ltd.*, ambos prestigiados antiquários ingleses.

Uma leitura geral do acervo - à luz das escolhas efetuadas por AMA para recheiar o espaço que habitava e a nova ala que criou - permite considerar diferentes níveis de qualidade: obras de “primeira linha” - peças com estatuto de exceção e de raridade, tanto pelo virtuosismo do seu criador, como pelo impacto no seu género e interesse histórico. Nesta categoria integram-se o já mencionado grupo de porcelanas chinesas, as duas pinturas dos irmãos flamengos Pieter e Jan Brueghel, uma taça de ourivesaria

⁷¹ “...uma vez que o colecionador tinha o hábito de neles [catálogos dos leilões] anotar as aquisições, o custo atingido pelas peças e, amiúde, escrevia comentários sobre a sua qualidade, a sua autenticidade ou a sua notável qualidade plástica...” GRILO, 2012, p.63

⁷² “Homem extremamente metódico deixou numerosas fichas e anotações que nos permitiram traçar o percurso das suas peças...” MÂNTUA, 2014, p.71

⁷³ “...no caso particular da cerâmica, acrescentou a esta informação uma descrição da peça e, por vezes, os exemplares semelhantes identificados noutras colecções...” HENRIQUES, 2011, p.15

⁷⁴ “The company John Sparks Ltd is best known as one of the longest established and most respected London dealers in Chinese art. From 1906 until its closure in 1992, Sparks advised buyers and supplied ceramics, bronzes, jades and paintings to a wide clientele...” PEARCE, Nick - *John Sparks, sea captain and dealer in Japanese and Chinese art*. In: CARP – Chinese Art Research Provenance. [Em linha], [Consult. 30 mar. 2016]. Disponível em WWW: URL: <http://carp.arts.gla.ac.uk/essay1.php?enum=1370358740>>

renascentista *“Taça Aldobrandini”*, duas peças do marceneiro francês François Linke (c.1900), uma ampulheta em âmbar (c. 1660), duas peças imperiais em jade chinês (1716) ou o conjunto de esmaltes austríacos de meados do séc. XIX. (fig.s 31-35)

As obras de “segunda linha” referem-se àquelas cujas características estéticas, técnicas e materiais conferem ao objeto notoriedade entre as demais peças. É o caso do par de pinturas de François Boucher (1733), de uma estátua italiana com o rosto velado *“Veritas”*, de duas tapeçarias da Manufatura de Beauvais pertencentes à famosa armação *“Os Grotescos”* (c.1700), do púlpito Indo-Português de finais séc. XVII (peça única na Europa) e de centenas de relógios de bolso de afamados relojoeiros franceses, ingleses e suíços. (fig.s 36-40)

O conjunto de peças “mais comuns” são aquelas que apesar de evidenciarem habilidade técnica e preocupações estéticas, não lhes é vinculado qualquer estatuto de relevância.⁷⁵

As peças expostas no circuito da Casa-Museu são representativas do que de melhor existe em cada tipologia da coleção, pertencendo a maior parte à primeira e segunda categorias referidas, sendo que o restante espólio se encontra em reserva.

2.1 Caracterização tipológica

O inventário museológico da Casa-Museu possui **8.859** obras, das quais, estão expostas cerca de **2.000**, correspondendo a 22,6% do total do acervo. (vide Gráfico 1)⁷⁶

As obras do acervo abarcam um largo período cronológico que se estende da dinastia chinesa Han (200 a.C.-66 d.C.) até aos finais do século XIX. O arco temporal alarga-se se atentarmos nas três estatuetas egípcias (Uchebtis) da XXXª Dinastia (380 a.C. – 343 a.C.) e nas pinturas de Carlos Botelho, datadas dos anos sessenta do século XX (a única concessão de AMA ao contemporâneo, já que o pintor foi seu colega no Liceu Pedro Nunes).

⁷⁵ Pinturas de autores diversos; serviços de mesa em porcelana Vista Alegre; serviços de vidros, peças em casquinha e diversos têxteis compõem esta categoria. Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁷⁶ Os dados referidos neste subcapítulo são provenientes da análise da documentação de compras referida como Pasta V. Inventário. CMMA – Arquivo FMA

Do total do acervo destaca-se o grande número de tipologias (21) sendo, em termos de quantidade, a cerâmica a mais representada, seguida da categoria dos vidros, da ourivesaria e dos relógios:

Cerâmica – 2527 (28,52%) / Ourivesaria – 1205 (13,60%) / Relógios – 661 (7,46%) / Vidro – 1618 / Mobiliário – 443 / Pintura – 154 / Têxteis – 463 / Revestimento arquitetônico – 144 / Joalheria – 183 / Escultura – 167 / Luminária – 159 / Metais – 453 / Leques – 210 / Instrumentos de precisão – 32 / Instrumentos musicais – 12 / Caixas – 71 / Armas – 43 / Gravura-Desenho – 43 / Condecorações – 24 / Fotografia – 10 / Diversos – 237. (vide Gráfico 2)

No que respeita aos centros produtores, o número de peças portuguesas é o mais elevado devido aos muitos vidros, porcelanas, azulejos e pratos. O núcleo de origem inglesa é representado na sua maioria por relógios e pela grande quantidade de peças de ourivesaria a justificar o seu impacto no acervo. É significativo ainda, o núcleo de origem francesa que constitui menor número mas que se traduz em maior variedade de tipologias mas, principalmente em peças de maior significado histórico-artístico no cômputo geral do acervo como: mobiliário, pintura, porcelana, leques e relógios. As peças de produção chinesa são predominantemente de cerâmica:

Portugal – 2998 (31.58%) / Inglaterra – 1349 (12,96 %) / França – 1246 (11,84%) / Suíça – 209 (2,35 %) / China – 1767 (19,94 %) / Itália – 260 / Alemanha – 147 / Holanda 26 - Flandres 22 / Áustria – 39 / Espanha – 38 / USA – 26 / Dinamarca - 20 / Índia - 19 / Turquia – 17 / Pérsia (Irão) – 15 / África - 9 / Brasil - 7 / Japão - 7 / Rússia - 3 / Egito - 3 / Turquemenistão – 3 / Paquistão – 1 / Peru – 1 / Não identificada – 627 (vide Gráfico 3)

2.2 Constituição do acervo

AMA tinha um fiel secretário – António Costa Santos⁷⁷ (que falava e escrevia em francês, inglês e alemão), que foi responsável pela burocracia envolvendo os processos de aquisição das peças ao longo de cerca de 30 anos.

Os processos (criteriosamente arquivados) incluem cópias de todos os documentos (correspondência, faturas e documentação técnica) enviados e recebidos por carta e telegrama, tanto de Portugal como do estrangeiro. A documentação referente às aquisições

⁷⁷ António da Costa Santos (1937-2007), secretário pessoal de AMA.

em Portugal é muito parca no que se refere aos dados sobre as peças (vide Anexo II, 12), contrastando com o nível de profissionalismo dos fornecedores estrangeiros em cuja documentação se incluem elementos identificadores das proveniências, descrições, referências a exposições e a peças semelhantes, referências bibliográficas e indicações dos preços e dos números de lotes.⁷⁸ Estes dados permitiram enriquecer o processo de inventário das obras e cruzar referências, constituindo preciosa ajuda na identificação, classificação e descrição das mesmas, do seu modo de incorporação e no apuramento das suas proveniências. (vide Anexo II, 13) O fundo arquivístico mostrou-se pois essencial para documentar o *modus operandi* da constituição da coleção Medeiros e Almeida e para conhecer a importante rede de contactos que estabeleceu.

O colecionador começa a comprar antiguidades em finais dos anos 30 e continua sem parar, até à sua morte em 1986. No início, as compras são feitas exclusivamente em Portugal. Haveria, pois, que esperar pelo fim do conflito armado que assolava a Europa para AMA começar a frequentar o mercado internacional.

Apesar da quantidade de documentação, da análise documental concluímos que somente cerca de um terço (3.446) das 8.859 obras que compõem o acervo tem o seu processo de compra documentado (38,89%). (vide Gráfico 4) Do total apurado, 55,54% diz respeito a obras de arte adquiridas em Portugal (1.914)⁷⁹ e 44,46% no estrangeiro (1.532). Concluiu-se ainda que as compras efetuadas em Portugal realizaram-se unicamente em Lisboa e que as aquisições no estrangeiro foram feitas maioritariamente em Londres (981 – 64,03%) e Paris (422 – 27,54%). A Suíça (Genebra e Zurique) regista 120 peças (0,78%) não tendo outras cidades qualquer expressão numérica. (vide Gráfico 5)

A intensa atividade profissional não permitia a AMA estar presente em todas as transações pelo que a maioria das aquisições foi feita através de terceiros. Em Portugal, à

⁷⁸ Apesar de toda a documentação ter sido identificada, estudada e arquivada existe ainda documentação por identificar - principalmente proveniente de fornecedores portugueses -, por impossibilidade de cruzamento de dados. Existe ainda um grande núcleo documental (correspondência e fotografias) referente a peças oferecidas a AMA mas não adquiridas. Pasta V. Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁷⁹ Equacionando que existem algumas centenas de peças de produção portuguesa (nomeadamente porcelanas e vidros) que não têm a proveniência apurada, consideramos que a maioria das peças cujo modo de incorporação na coleção se encontra por apurar foi adquirida em Portugal. Pasta V. Inventário CMMA – Arquivo FMA.

semelhança do que acontecia com outros colecionadores, recebia em casa diversos antiquários e *marchands* que lhe propunham peças das suas casas ou de particulares.

Do total de compras no estrangeiro, verifica-se que somente cerca de 20% (306 peças), foi efetuada por AMA *in loco*. Foi portanto a partir do seu escritório em Lisboa (situado na rua Castilho) que o colecionador adquiriu a maioria das peças decorrendo daí, os referidos processos de correspondência entre as partes envolvidas.

De modo a manter-se a par do mercado, principalmente internacional, AMA recebia em casa catálogos de antiquários e de leiloeiras e assinava diversas publicações periódicas da especialidade, através dos quais se inteirava da oferta a partir dos anúncios publicados pelos agentes do mercado. Entre as publicações periódicas assinalam-se : *The Connoisseur*, *The Burlington Magazine*, *Apollo* *The International Art Magazine*, *Connaissance des Arts*, *The Antique Collector*, *Antique Collecting*, *Art & Curiosité* e a *Tribune des Arts*.⁸⁰A partir destes dados, contactava os fornecedores diretamente e efetuava as compras ou recorria a antiquários e *marchands* que atuavam como seus intermediários, representando-o em leilões e feiras onde adquiriam as peças por si previamente escolhidas. Através dos processos de aquisição verifica-se o envolvimento pessoal na escolha de todas as peças pois AMA referia os anúncios das revistas de arte onde tinha localizado a peça eleita ou os 'lotes dos catálogos das leiloeiras que recebia com antecipação.

Reflexo do seu forte tino comercial e apesar de não visarem o lucro, as aquisições foram entendidas por AMA como um negócio. Não era fácil negociar consigo uma vez que nunca aceitava o preço inicialmente pedido procurando baixar os valores, argumentando com a necessidade de restaurar as peças, de as transportar para Portugal, de pagar os respetivos impostos. A partir de meados dos anos sessenta, começou a dar como justificação para a negociação de valores que as peças se destinavam a integrar um museu. Sempre a par dos comportamentos do mercado, AMA apontava ainda as cotações das peças, já que

⁸⁰ A FMA conserva estes núcleos de catálogos de leilões e de publicações, esperando poder vir a ser objeto de tratamento documental num futuro próximo. Biblioteca FMA. Nota: A coleção detinha ainda jornais generalistas portugueses e estrangeiros que foram doados à Hemeroteca Municipal de Lisboa (1999) por apresentarem menor interesse documental para a Fundação.

também assinava publicações (de caráter anual) que continham compilações sobre os resultados de vendas.⁸¹

Prezando muito o anonimato, nas listas de compradores dos leilões constava sempre o nome do intermediário na compra ou, raramente, “Almeida”. Quando a compra era notícia de jornal, devido à espetacularidade dos preços atingidos, AMA era referenciado como um colecionador privado.⁸²

2.2.1 Modos de incorporação - Portugal

No que respeita aos registos das compras efetuadas em Portugal, apesar da atividade registada ao nível do mercado de arte,⁸³ verifica-se a concentração em poucos agentes de mercado. São eles a casa *Antiquarium Lda.* (612 peças) a leiloeiras *Leiria e Nascimento* (390) e a *Soares e Mendonça* (335). Para além das aquisições, a documentação revela ainda uma estreita relação com os antiquários Alexandre Fernandes, António Costa, António Campos e Wolf Steinhardt.

Curiosamente, a primeira e a última peças documentadas foram adquiridas no nosso País; a primeira em 1939, um óleo de Fausto Sampaio, “*O Velho Pescador*” (FMA 4109) adquirido na Sociedade Nacional de Belas Artes e a última compra, uma cabeça de divindade oriental em marfim (FMA 3075), adquirida num leilão da Soares e Mendonça, de janeiro de 1986, ano da morte de AMA.

A constituição da coleção seguiu as práticas habituais da época sendo que são diversos os modos de incorporação no espólio da Casa-Museu provenientes de Portugal:

- Por Herança – Várias peças foram herdadas por morte dos pais de AMA e de MMA⁸⁴;

⁸¹ Para mencionar algumas: *The Ivory Hammer* (Sotheby's), *The Year in Review* (Christie's), *The International Antiques Yearbook* (Philip Wilson Editor), *The British Antiques Yearbook* (David & Charles), *The Connoisseur Art Sales Annual* (The Connoisseur), *Annuaire des Ventes* (E. Mayer). Biblioteca FMA

⁸² Foi o caso da compra do relógio de bolso Breguet que pertenceu a Junot (FMA 7744) onde é mencionado no jornal *Financial Times* como “...a Portuguese private collector” (2 jun. 1964) ou de um relógio pertencente à coleção de David Salomons (FMA 7846), sendo referido enquanto “...a Continental collector”, no jornal *Evening Standard* (2 nov. 1965). Pasta V. Inventário CMMA – Arquivo FMA.

⁸³ “Apesar da existência de numerosas casas de antiquários e de penhores que forneciam o mercado português...” e de *marchands de arte*, em particular os estabelecidos em Portugal “...durante a década de 40 do século XX.” MÂNTUA, 2014, p.73-77

⁸⁴ Destaca-se a série de estudos de Veloso Salgado, composta por 9 telas a carvão e aguarela, representando a evolução da Medicina desde a Antiguidade a Pasteur, que o artista tinha oferecido para o consultório do seu

- Em leilões (agências de leilões) **Leiloeiras - Lisboa:** *Leiria & Nascimento Lda.*; *Soares e Mendonça Lda.*; *Pintassilgo e Fernandes Lda.* (Alexandre Fernandes); *Dinastia* (Alexandre Fernandes);
- Em lojas de antiguidades, **Antiquários – Lisboa:** *António Costa Antiguidades*; *Antiquarium, Lda.* (Alexandre Fernandes); *Henrique Soares Antiguidades*; *Antiquália Lda.* (António Campos); *Galeria de Antiguidades Wolf Steinhardt*; *Fausto de Albuquerque Lda.*; *Elena Adorno y Hortega Antiquário*; *Jacinto Freire Themudo*; *A. Pais Pereira Antiguidades*; *Manuel Henriques de Carvalho, Lda.*; *Jayme P. Esteves, Lda.* (tapetes); *C.O. Husum*; *Antiquário S. Filipe de Nery*; *Renaissance (Soc. Inglesa de Decorações e Antiguidades Lda.)*; *Bric-à-Brac (Salão) Antiguidades*; *Nobre & Cª, Lda.*; *J. Vultos e Duarte Lda.*
- Em Lojas de especialidade - Ourivesarias *Leitão & Irmão*; *Joalharia Mergulhão*; *A. D'Abreu Lda.*; *António P. da Silva Lda.*; *J. Maury Succ.*;
- Em Salões de Antiguidades – O 1º Salão de Antiguidades de Lisboa realizou-se na FIL em 1963. Os registos continuam até ao 6º Salão de Antiguidades (1972);
- Em Exposições/venda - Sociedade Nacional de Belas Artes;
- A Particulares - Eduardo Mira de Lara atuava como intermediário apresentando propostas de particulares que desejavam ficar no anonimato;

Diversas peças do acervo são provenientes de conhecidas coleções particulares portuguesas: Comandante Ernesto Vilhena (1876-1967, Lisboa); José Gaspar da Graça (Porto); Francisco Sá Carneiro (Porto); Manuel José de Barros (Porto); Henrique Burnay (Lisboa); Barros e Sá (Lisboa); Alfredo Guimarães (Lisboa); Prof. Luís Reis-Santos (Coimbra); Tristão Guedes de Queirós, Marquês da Foz, Palácio Foz (1849-1917).

2.2.2 Modos de incorporação - Estrangeiro

No que respeita ao estrangeiro, o período áureo de compras verifica-se a partir de meados dos anos 40 e durante as décadas de 50, 60 e 70. Como vimos, as aquisições efetuadas no estrangeiro eram feitas presencialmente no âmbito das suas deslocações, mas eram principalmente executadas a partir de Portugal.

amigo João Silvestre, pai de AMA e que foi herdada por morte de JSA em 1936. Os frescos originais foram elaborados para a Escola Médica do Campo Santana em Lisboa. Pasta V. Inventário CMMA – Arquivo FMA

Nas aquisições a partir de Lisboa era sempre utilizado o mesmo método: escolhida a obra na consulta das publicações que recebia, era enviado ao fornecedor um pedido de informação inicial solicitando a cotação e, na maioria dos casos, o envio de uma fotografia. Seguia-se uma troca de correspondência que incluía toda a documentação referente a bancos, pedidos de importação, seguros, transitários, transportes e alfândega.

No estrangeiro, AMA frequentava regularmente os antiquários e feiras de antiguidades mas, raramente ia a leilões e jamais licitava pessoalmente. Excetuam-se os casos dos famosos leilões da coleção Mentmore da família Rotschild (Buckinghamshire, 1977) a que assistiu pessoalmente e o da Baronesa viúva Cassel van Doorn (Paris, 1956), sendo que, neste último, licitou pessoalmente as peças adquiridas: uma baixela com 90 peças do prateiro Paul Storr (1 OUR), uma pintura de van Goyen (“Vista de Haia” - FMA 376) e um autorretrato (à época assim atribuído) de Rembrandt (FMA 8061).⁸⁵

A primeira peça registada como adquirida no estrangeiro foi um conjunto alfinete de peito e brincos (FMA 909), comprado em Londres na joalheria *S. J. Phillips Ltd.*, em junho de 1945. As primeiras compras feitas em Paris foram efetuadas cerca de uma década mais tarde, no já referido leilão da Baronesa Cassel van Doorn, em maio de 1956. A última peça adquirida foi um relógio de suspender com *chatelaine* (FMA 7810), num leilão da *Sotheby's & Co.* de Genebra a 16 de novembro de 1983.

Em relação às peças vindas do estrangeiro, são vários os modos de integração na coleção, revelando uma diversidade nos contactos entre AMA e os negociantes de arte:

- Pessoalmente - feitas presencialmente por AMA, em deslocações ao estrangeiro no âmbito de viagens de negócios ou lazer;
- Através de intermediários – AMA enviava antiquários da sua confiança como António Costa e Wolf (Lopo) Steinhardt a leilões no estrangeiro, tendo em vista a compra de peças específicas ou fornecia quantias para serem gastas em peças dentro uma certa tipologia e orçamento.⁸⁶ Em Londres, confiava a tarefa a antiquários como John Mitchell,

⁸⁵ A este propósito, os familiares referem que AMA contava que ao licitar a pintura contra o representante do Rijksmuseum, se “distrain” continuando a fazer o sinal combinado para subir a licitação, acabando por ficar com a peça a um preço muito acima das suas previsões (15.000FFR). Pasta V. Inventário CMMA – Arquivo FMA

⁸⁶ No caso de não querer ficar com alguma das peças, estava combinado os antiquários venderem-nas nos seus estabelecimentos em Lisboa.

John Sparks, Stanley Pratt e Ronald A. Lee que faziam a intermediação. Em França não se verificou esta modalidade, todas as aquisições foram presenciais ou realizadas a partir de Lisboa;

- Em leilões, **Leiloeiras - Londres:** *Sotheby's & Co.* e *Christie's* (Messrs Christie, Manson & Woods);

Leiloeiras - Paris: *Hôtel Drouot; Palais Galliera; Ader Picard Tajan* (através de diferentes *Commissaires-Priseurs*);

Leiloeiras - Suíça: *Sotheby's & Co.; Christie's* (Messrs Christie, Manson & Woods); *Phillips, Son & Neale S.A.; Uto Auktions A.g.; Auktionshaus Ineichen*;

- Em lojas de antiguidades: **Antiquários - Inglaterra (Londres):** *Mallet and Son, M. Graus Antiques, John Mitchell & Son* (pintura); *Galerie Eugene Slatter* (pintura); *William Drown Ltd* (pintura); *John Sparks Limited.* (Peter Sparks, porcelana da China); *Stanley J. Pratt Ltd.*; *M. Harris & Sons* (mobiliário); *Ronald A. Lee*; *I. Freeman & Son, Ltd.* (ourivesaria); *Leggatt Brothers*; *Gerald Kerin Ltd.*; *Frank Partridge & Sons Limited* (Leonard Partridge); *Burfitt Ltd.* (ourivesaria); *Mann & Flemming Ltd., Asprey & Co.* (ourivesaria); *S. J. Phillips* (ourivesaria); *Spink & Son Ltd.*; *H. Blairman & Sons*; *W.G.T. Burne (Antique Glass) Ltd.* (vidros); *Keeble Ltd.*; *Chas. Tozer Ltd.*; *Brian L. Koest Gallery* (pintura); *Holmes Ltd.*; *Walter H. Wilson Ltd.* (ourivesaria), *Ayer & Co.* (ourivesaria), *South Audley Art Galleries Ltd.*; *J. Pearson Smyth & Co. Ltd.*; *R. L. Harrington Ltd.*; *Mann & Fleming (Antiques) Ltd.*; *Sidney L. Mosse Ltd.*; *G.Oliver & Sons*; *Tilley & Co.*; *Crowther of Syon Lodge* (escultura, Middlesex).

Antiquários - França (Paris): *Galerie Maurice Chalom Meubles anciens - Objets d'Art - Tableaux - Décoration*; *Galerie Charpentier*; *Nicolas E. Landau*; *C. Benedict Tableaux Anciens* (pintura); *Jacques Kugel*; *Maison Breguet* (relógios); *Kraemer et Cie.- Objets d'Art*; *J. O. Leegenhoek Tableaux*; *C. T. Loo et Cie.* (porcelana da China); *Bruno Pepin* (joalheria); *Dario Boccara* (tapeçarias); *Lefortier Tapisseries Anciennes* (tapeçarias); *Jean Rouge Meubles & Objects Précieux du XVIIIeme*; *Au Bonheur du Jour* (H. Calvet Sucrs); *À L'abbaye au Bois*; *Jean Rouge Meubles & Objects Précieux*;

Antiquários - Suíça (Zurique e Genebra): *Galerie Koller*; *Galerie Edgar Mannheimer*; *Jade Company S.A. Antiquaires*; *Nordmann & Cie*; *Galerie d'Horlogerie Ancienne*;

- Em Feiras de Antiguidades – *Antique Dealer's Fair* (Londres);

- A Particulares – cerca de 50 peças a Dorothy Hart, viúva do colecionador inglês Geoffrey Hart;

Proveniências: Diversas peças são provenientes de conhecidas coleções particulares citando-se algumas:

Coleções Inglesas - Richard Seymour-Conway Marquês de Hertford (1800-1870), Ferdinand de Rothschild, banqueiro, Waddesdon Manor (1839-1898); Mayer Amschel de Rothschild, banqueiro, Mentmore Towers (1818-1874); Duque de Wellington, general (1769-1852); Horace Walpole, romancista, Strawberry Hill (1717-1797); Peter Winkworth (1929-2005); W.J. Holt, colecionador porcelana da China; Sir Alfred Aykroyd, político (1873-1949); Richard Benyon de Beauvoir, ascendente de Lady Diana Spencer (1769-1845); David Lionel Solomon, político (1851-1925); Jakob Goldschmidt, banqueiro (1882-1955); Geoffrey Hart (Whych Cross Place, Middlesex); ...

Coleções Francesas – Rei Luís XV (1710-1774), Louis-Charles de Orleães Duque de Nemours (1814-1896); Imperador Napoleão Bonaparte (1769-1821); General Jean-Andoche Junot (1771-1813); James Mayer de Rothschild, banqueiro, Castelo de Ferrières (1792-1868); Barão Jean-Germain Cassel van Doorn, banqueiro (1882-1952); Frédéric Spitzer, colecionador e antiquário (1815-1890); Charles Sedelmeyer, *marchand* de arte e colecionador (1837-1925); Marie Charlotte Constance Say, Princesa Amedée de Broglie (1857-1943); Henrique d' Orléans Conde de Paris (1908-1999); Joseph Pâris-Duvernay, administrador da Cª das Índias Francesas, Castelo de Plaisance (1684-1770).

CAPÍTULO 3. O EDIFÍCIO - DE CASA DE FAMÍLIA A CASA-MUSEU

A noção preconizada pelos mais recentes estudos museológicos que indica que o património imóvel e mesmo o património imóvel integrado, enquanto contentores e suporte de uma coleção, sejam considerados objetos museológicos, levou à elaboração deste capítulo de contextualização sobre o percurso arquitetónico do edifício da rua Mouzinho da Silveira nº 6, local onde Medeiros e Almeida habitou e que doou, com todo o seu recheio, ao País. Apesar de a referida noção não figurar explicitamente nas normas de inventariação dos bens museológicos, cabe à entidade museal reconhecer esse facto e atentar à própria legislação da especialidade, na qual se integra o dever de inventariação sendo que “...*O inventário museológico é a relação exhaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação.*”⁸⁷.

No caso concreto da Casa-Museu Medeiros e Almeida⁸⁸, acresce à pertinência deste relato, o facto de o edifício se ter tornado parte integrante da coleção, ao ter sofrido alterações pela mão do próprio instituidor, no sentido de ser preparado para conter a coleção de arte que abrigava. Assim, as primeiras fases de obras, adiante relatadas, foram realizadas no sentido de criar condições habitacionais para os diversos proprietários mas, a campanha de ampliação e alterações, iniciada em 1968, marcou a conversão do edifício em objeto museológico, com a transformação da residência em casa-museu.

Referindo ainda a legislação portuguesa, o facto de o dever de “*documentação*” e de “*interpretação e exposição*” estarem igualmente consagrados⁸⁹, comprova a importância do estudo da moradia onde a casa-museu se implantou no sentido de contextualizar a história da Instituição e a sua abertura ao público. Deste modo, torna-se necessário o registo das vicissitudes sofridas pelo edifício, ao mesmo tempo que se pretende salvaguardar a memória da vivência quotidiana do casal Medeiros e Almeida durante vinte e cinco anos.

⁸⁷ Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei nº 47/2004, Artigo 7º, c), p.2. Artigo 16º, 1, p.3. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

⁸⁸ A instituição será doravante mencionada como: Casa-Museu, Museu e/ou com o acrónimo CMMA

⁸⁹ “...*O inventário museológico deve ser complementado por registos subsequentes que possibilitem aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, bem como acompanhar e historiar o respectivo processamento e a actividade do museu.*” Artigo 7º c), f). Artigo 25º. Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei nº 47/2004. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Este capítulo foi realizado com recurso à análise da documentação relativa aos diversos projetos de obras existentes no arquivo da FMA.

3.1 De 1896 a 1943 - O edifício antes de Medeiros e Almeida

O edifício nº 6 da rua Mouzinho da Silveira foi edificado em 1896. Integrava-se numa zona de Lisboa em franca expansão à época, sob a alçada do plano de alargamento da cidade para norte gizado pelo Engenheiro-Chefe da Câmara Municipal de Lisboa, Frederico Ressano Garcia (1847-1911) que estudara em Paris, sob a influência do Barão de Haussmann. Este plano implicou a construção de quarteirões residenciais, de malha ortogonal, a bordejar o eixo que constituía a recém-inaugurada Avenida da Liberdade (1886) destinados a uma burguesia endinheirada. (fig. 41)

Ao subir a avenida da Liberdade, surgem, à esquerda, as ruas perpendiculares Barata Salgueiro, Alexandre Herculano, Rosa Araújo⁹⁰ e Mouzinho da Silveira. No gaveto destas duas últimas ruas, com entrada pela Mouzinho da Silveira nº 6, ergueu-se, no final do século XIX, após autorização da Câmara Municipal de Lisboa⁹¹, um palacete⁹², de quem se desconhece o risco, a mando do advogado lisboeta Augusto Víctor dos Santos⁹³. A obra ficou a cargo do construtor Manuel Correia Júnior. O edifício construído ao estilo parisiense oitocentista era constituído por quatro pisos - cave, rés-do-chão, 1º andar, sótão em mansarda - e generosa área de jardim onde se incluía uma garagem com entrada pela rua Rosa Araújo⁹⁴. O terreno tinha uma implantação de 1.055,60m² elevando-se a área bruta da construção então, a cerca de 1.200m². (fig.42)

Em 1921 a moradia é vendida a Eduardo Guedes, que dois anos mais tarde obtém licença camarária para efetuar importantes alterações, projetadas pelo arquiteto Carlos

⁹⁰ Toponímia que homenageia o então Presidente da CML, José Gregório Rosa Araújo (1840-1893) apelidado “*Barão Haussman alfacinha*”. SEQUEIRA, MACEDO, c.1945. Citado em: [Em linha], [consult. 9 jan. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://cutcity7.blogspot.pt/2012/02/rosa-araujo-ainda-que-nao-tenha-nascido.html>>

⁹¹ Doravante referida com o acrónimo CML.

⁹² Deferimento de autorização de construção CML. Lisboa, 10 abril de 1896. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

⁹³ “*Augusto Víctor dos Santos, bacharel em direito, foi nomeado juiz presidente do Tribunal de Árbitros Avindores de Lisboa em 1898 [...]. Voltou a presidir ao Tribunal entre os inícios do ano de 1904 e 31 de Dezembro de 1910.*” PEREIRA, 2012, p. 78. [Em linha], [consult. 26 Out 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://run.unl.pt/handle/10362/8421>>

⁹⁴ O módulo da garagem é visível numa planta topográfica da área, de J. A. V. da Silva Pinto, datada de 1911. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

Rebello de Andrade (1887-1971)⁹⁵ Este projeta um anexo sobre a garagem (a este da casa) com acesso pelo jardim, composto por uma casa para o motorista, uma estufa envidraçada e um lavadouro. (fig.43)

Em 1924, para além de intervenções no interior, no sentido de melhorar a vivência quotidiana, como a instalação de aquecimento central⁹⁶, Eduardo Guedes aumenta o espaço habitável com a reforma/ampliação do andar de mansarda existente e a criação de um sótão em esconso, resultando numa nova mansarda de dois pisos que se ergue acima da cornija. De modo a criar um novo acesso à mansarda (acedida por uma escada de ferro), no ano seguinte, é submetido novo projeto de alterações para construção de um torreão com elevador de serviço.⁹⁷ A cobertura do torreão com remates em ferro forjado e do primeiro andar da mansarda é feita com telhas de ardósia, bem ao estilo parisiense.⁹⁸ A área bruta de construção elevou-se então a 1.792 m². (fig.44)

Em Outubro de 1929 o palacete é comprado pelo Estado do Vaticano, para aí instalar a sede da Nunciatura Apostólica em Portugal.⁹⁹ A Nunciatura ao abrigo do estatuto de “*extraterritorialidade*” comunica à CML em outubro de 1929 que “...vae fazer diversos trabalhos de reparação interiores para instalação dos seus serviços”¹⁰⁰. Em Julho de 1942 a moradia é vendida pelo Núncio Apostólico Monsenhor Pedro Ciriaci¹⁰¹ (1885-1966)

⁹⁵ Pedido de alterações à CML. Lisboa, 9 mai. 1923. Processo CML 8970/923, Lisboa, 16 jun. 1923. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 6

⁹⁶ Idem “...convenientemente montada por uma casa técnica...”

⁹⁷ Requerimento nº 1627/924. Lisboa, 1 fev. 1924. “...a caixa da escada será em ferro e cimento encimado por uma cobertura em tudo semelhante á da mansarda devendo a escada ser de madeira...”, Pasta VI, Espólio documental - Arquivo FMA

⁹⁸ Destas alterações constam ainda um arranjo nas divisões, o alargamento da capela (então existente na mansarda) e a transformação de um quarto em *atelier* pelo rasgamento de um grande janelão, ainda existente. Pasta VI, Espólio documental - Arquivo FMA

⁹⁹ O Núncio Apostólico era Monsenhor João Breda Cardinale (1928-1933). [Em linha], [consult. 9 jan. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.anuariocatolicoportugal.net/nunciatura.asp>>

¹⁰⁰ “Extraterritorialidade em direito internacional é o estado de ser isento da jurisdição da lei local, geralmente como resultado de negociações diplomáticas. A extraterritorialidade também pode ser aplicada a lugares físicos, tais como embaixadas estrangeiras, bases militares de países estrangeiros ou escritórios das Nações Unidas. [Em linha], [consult. 9 jan. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Extraterritorialidade>> Ao abrigo deste estatuto, a Santa Sé não precisava de pedir licença de obras tendo simplesmente que as comunicar.

Ofício para pequenas obras, Processo CML nº 3451/929. Lisboa, 20 out. 1929. As obras, não especificadas, foram realizadas pelo construtor José Joaquim dos Santos. Pasta VI, Espólio documental - Arquivo FMA. Vide Anexo II, 7

¹⁰¹ Monsenhor Pedro Ciriaci foi Núncio Apostólico em Portugal entre 1934 e 1953. [Em linha], [consult. 9 jan. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.anuariocatolicoportugal.net/nunciatura.asp>>

Arcebispo de Tarso, à Sociedade Agrícola do Cassequel¹⁰², por um milhão quinhentos e cinquenta mil escudos¹⁰³.

3.2 De 1943 a 1968 - Aquisição por AMA, consequentes intervenções

Por escritura de 22 de dezembro de 1943, o casal Medeiros e Almeida compra à Sociedade Agrícola do Cassequel, pela quantia de um milhão seiscentos e setenta mil escudos, o edifício número 6 da rua Mouzinho da Silveira¹⁰⁴, já que o palacete se situava perto da casa dos pais de AMA, situada no nº 12 da mesma rua.

Em 1944, Medeiros e Almeida contrata o arquiteto Carlos Ramos¹⁰⁵ (1897-1969) para efetuar as remodelações e melhoramentos necessários à instalação definitiva do casal. Na memória *“descritiva e justificativa”* do projeto de CR, datado de 1945, previa-se: *“...a substituição de todos os revestimentos de paredes e tetos (...) quasi todas as divisórias interiores, construídas em madeira, serão substituídas por paredes a uma e a meia vez de teijolo (...). Toda a instalação de energia eléctrica, redes de esgotos, distribuição de águas quentes e frias serão executadas de novo...”*¹⁰⁶. A casa foi ainda equipada com todas as comodidades necessárias à época¹⁰⁷ e a estrutura não foi descurada, tendo-se reforçado

¹⁰² A Sociedade Agrícola do Cassequel tinha sede em Benguela, Angola e escritórios em Lisboa. Foi fundada em 1913 por José M^a do Espírito Santo Silva, dedicando-se aos negócios do açúcar, do sisal e do algodão. DAMAS, José Alberto, *José Maria do Espírito Santo Silva, De Cambista a banqueiro*, p.872 [Em linha], [consult. 9 Jan. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223312713W5oVZ8ze9Zs04AU8.pdf>>

¹⁰³ AMA compra ainda alguns bens móveis que se encontravam no prédio por 671.000\$00. Carta. Lisboa, 15 jul. 1943. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA. Devido a atraso nas obras do edifício da Avenida Luís Bivar, a Nunciatura mantém-se na casa até Agosto de 1943. Carta. Lisboa, 10 set. 1943. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁰⁴ Freguesia de Camões na altura, depois Freguesia do Corpo Santo (hoje de Sto. António). Escritura de Compra. Lisboa, 22 dez. 1943. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁰⁵ Carlos João Chambel Ramos - adiante referido com o acrónimo CR -, arquiteto, urbanista e docente é um dos pioneiros da arquitetura modernista portuguesa. [Em linha], [consult. 9 jan 2016]. Disponível em WWW: <URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Jo%C3%A3o_Chambel_Ramos>

Petição para licença de obras. Lisboa, 6 jan. 1944. Caderno de Encargos, Lisboa, 28 mai. 1944. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA.

¹⁰⁶ Neste documento constam ainda as seguintes intervenções: abertura de quatro salas em *enfilade* criando um grande salão no andar nobre que era servido por três janelas/portas de acesso à varanda e jardim, a remodelação da escadaria nobre que se construiu com três lanços e balaustrada em madeira de sicupira (substituindo os dois lanços antigos e o gradeamento em ferro) e a instalação de três casas de banho no primeiro andar de serviço aos dois quartos de dormir.

Projeto de alterações, Processo CML nº4120/945, Lisboa, 30 jan. 1945. Pasta VI, Espólio documental - Arquivo FMA. Vide Anexo II, 8

¹⁰⁷ No piso térreo (cave) criou-se uma completa zona de serviço (o pessoal incluía um chefe, uma ajudante de cozinha, dois criados de mesa e duas criadas de quarto) com uma moderna cozinha, uma câmara frigorífica, uma despensa, arrecadações, um elevador monta-pratos que servia a casa de jantar (situada no rés-do-chão) e o andar dos quartos, um sistema elétrico de chamada dos empregados, uma área de engomados e ainda

diversas divisões com recurso ao uso de betão armado e procedido à colocação de vigas horizontais onde se mostrou necessário.

Criou-se assim uma moderna vivenda com garagem e jardim¹⁰⁸, numa área construída de cerca 1.792m², que contava com uma cave totalmente equipada para o serviço doméstico. O andar nobre integrava diversas divisões como um grande salão, um escritório/biblioteca, a casa de jantar, copa e uma pequena casa de banho de visitas, divididas por um amplo corredor central. Os apartamentos privados do primeiro andar – seguindo o mesmo tipo de distribuição axial - eram compostos pelo oratório/capela, um quarto de roupeiros, um quarto para hóspedes com casa de banho, uma salinha íntima. O quarto de casal era servido por uma divisão de descanso e duas casas de banho nos extremos. Os dois andares de mansarda (acessíveis pelo torreão) eram dedicados ao alojamento do pessoal e à arrumação.¹⁰⁹¹¹⁰ (fig.s 45-46) Nesta época, o oratório privado do sótão foi transferido para duas divisões no primeiro andar. Este espaço viria a ser consagrado em Junho de 1946 pelo Cardeal Cerejeira¹¹¹, numa cerimónia que foi registada pelo fotógrafo Mário Novais.

Ao nível da decoração arquitetónica também se identificam as intervenções do arquiteto CR, como a colocação de elaborados *parquets* no andar nobre, o desenho da lareira do salão (em mármore verde de Viana), o arranjo do vestíbulo de entrada forrado a mármore e da escadaria nobre onde se rasgaram três grandes janelões ladeados por colunas do mesmo mármore.¹¹² Em dezembro de 1945, AMA envia um cheque a Carlos Ramos,

cofre-forte. No andar dos quartos de dormir, uma divisão foi inteiramente forrada com roupeiros de três metros de altura, as duas casas de banho do casal foram revestidas a mármore e equipadas com toalheiros quentes e radiadores e criou-se uma pequena copa para serviço aos quartos.

¹⁰⁸ A. Van Bellinghen, Lisboa, foi contratado para “*obras de construção*” no jardim da Mouzinho da Silveira. Recibos. Lisboa, 19 mar./ 17 jun. 1946. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁰⁹ Entre 1953 e 1967 existem ainda diversos pedidos de alterações submetidos à CML que não interferem nas características gerais do edifício. Pasta V, Espólio documental – Arquivo FMA

¹¹⁰ O arquiteto Carlos Ramos fez um detalhado álbum de fotografias que documenta o decorrer das obras. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹¹¹ Certificado nº 50 aprovado pelo Papa Pio XII, Nunciatura Apostólica. Lisboa, 13 dez, 1946. / O privilégio de ter uma capela privada foi concedido pela Chancelaria do Patriarcado de Lisboa e pressupunha, entre outras, a obrigação de: “*Celebrar-se no Dito Oratório o Santo Sacrifício da Missa ao menos uma vez cada semana (...). Provisão de Concessão de licença para se conservar o Santíssimo Sacramento num Oratório pertencente aos suplicantes*, Lisboa, 27 jan. 1947 (e anos seguintes). Pasta I, Espólio documental - Arquivo FMA

¹¹² Um relatório de autoria desconhecida, datado de 1947, valoriza parte das obras efetuadas em 2.874.553\$48. “*Despesas efectuadas com a transformação da moradia do Exmº Senhor António de Medeiros e Almeida, na Rua Mousinho da Silveira Nº6, segundo os elementos que possui*”, Lisboa, 9 jul. 1947. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

referindo: “...Agradeço a colaboração que me deste da qual prescindo a partir deste momento, visto as obras estarem quase concluídas...”¹¹³

Enquanto decorrem as obras, o casal, que já tinha deixado a anterior morada, muda-se para o Hotel Aviz (1944-1946), coincidindo aí com a estadia de Calouste Sarkis Gulbenkian. Não há porém qualquer registo de convivência entre o casal e o colecionador arménio que ali habitou de 1942 até à sua morte em 1955, apesar de consultarem o mesmo médico; o Dr. Fernando da Fonseca (1895-1974).

Com a mudança em 1946, o casal MA inicia a decoração da sua habitação. O programa decorativo - adiante tratado - vai acompanhar a disponibilidade financeira de AMA.

3.3 De 1968 a 2001 - Transformação em espaço público

Em 1968, AMA começa a implementar o projeto de criação de uma instituição museológica, contratando o arquiteto Alberto Cruz (1920-1990)¹¹⁴ para transformar a sua residência em casa-museu no sentido de expor toda a coleção no mesmo espaço e na perspetiva do seu crescimento, tornou-se necessária uma solução que previsse estas condicionantes. A questão foi resolvida com a construção de uma nova ala sobre a totalidade do jardim da sua casa, que ocupava uma área de implantação de 504m².¹¹⁵

A nova ala¹¹⁶, composta por dois pisos, adossou-se ao edifício em toda a extensão do alçado sul, mantendo porém a garagem¹¹⁷ (da qual se eliminou o piso superior) e integrou o barracão de arrumação existente no jardim (com saída para o nº 4 da rua Mouzinho da Silveira)¹¹⁸. (fig.s 47-48)

¹¹³ Carta a CR. Lisboa, 19 dez. 1946. Pasta V, Espólio documental – Arquivo FMA

¹¹⁴ Alberto Manuel Barbosa Pereira da Cruz (adiante referido com o acrónimo AC) arquiteto, foi funcionário da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais até 1987. Projetou, entre outros, o Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos (não construído) o Museu do Caramulo e o Hotel Alvor no Algarve. SILVA, 2012, pp.24-27. A sua contratação pode ter sido influenciada pela ligação de AMA aos projetos do Museu do Caramulo e do Hotel Alvor.

¹¹⁵ Projeto nº 282. Lisboa, ? abr. 1968. Pasta Projeto de alterações com Memória descritiva CML nº 18264/68. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II 9

¹¹⁶ Apesar de não existir uma memória descritiva desta obra, existem as plantas, cortes e alçados assinados por Alberto Cruz., s.l. (Lisboa), abr. 1968. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹¹⁷ Sendo esta garagem insuficiente para os automóveis de AMA, este alugou um edifício fronteiro ao prédio onde guardava os diversos carros. Informação prestada pelos familiares de AMA

¹¹⁸ Devido a esta integração, “...o imóvel passou a estar inscrito na respectiva matriz, s/ o art.º 499 [...] tendo os actuais nºs de polícia 4 e 6 para a Rua Mouzinho da Silveira, tornejando para a Rua Rosa Araújo, nº 41” Processo 61518/83. Lisboa, 26 dez. 1983). Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA.

Do projeto de Alberto Cruz, que não interveio no andar dos apartamentos privados, que incluía uma área bruta de construção de 1.008m², destaca-se a idealização de um espaço de jardim de inverno coberto, a funcionar como memória do jardim da residência que não veio a ser construído tal como previsto. Com esta ampliação, a futura instituição aumentou quase para o dobro a sua área e adquiriu catorze novas galerias de exposição (distribuídas pela cave e rés-do-chão do novo anexo), uma nova entrada, um aparatoso átrio e escadaria em mármore e ferro forjado, com acesso pela rua Mouzinho da Silveira, nº4. No decorrer da obra, AC vai requerendo alterações ao projeto. Em novembro de 1970 submete um pedido que prevê apenas “...o aumento da sala de exposições do primeiro pavimento e o diferente arranjo do “hall” da entrada no museu.”¹¹⁹ Em 1971 solicita nova licença devido a: “...recentes aquisições de peças destinadas ao Museu, entre as quais magníficos tetos em madeira pintada, impuseram alterações de certo vulto...”¹²⁰

Para possibilitar os trabalhos de extensão da moradia e pensando na conservação das peças que escolheu para figurarem na casa-museu, as quais tinham uso quotidiano, AMA muda-se com a esposa em 1970, para uma moradia vizinha, desenhada pelo arquiteto Ventura Terra, cujas obras de remodelação ficaram também a cargo de Alberto Cruz¹²¹. Ficaram para trás vinte e quatro anos de ocupação. (fig.49)

3.3.1 De 1971 a 1980 – Conclusão da obra, a museografia

A 4 fevereiro de 1971, AMA convida Alberto Cruz a dirigir as obras do seu projeto museológico no entanto, em maio desse ano, o contrato é quebrado por AMA que se queixa: “...Não está em dúvida a sua elevada competência, mas o facto é que a organização do seu atelier é deficiente para o muito trabalho que tem...”¹²² O arquiteto Frederico George (1915-

¹¹⁹ Processo nº 6028/OB/1970. Lisboa, 14 nov. 1970 / Processo nº1034/OB/1971, s.l. (Lisboa), s.d. (1971). Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA.

¹²⁰ A compra dos tetos em madeira – nomeadamente um teto de grandes proporções em caixotão decorado com representações dos quatro continentes (FMA 449) - condicionou a planta da chamada “sala do lago”, justificando novo projeto pela mão de Frederico George, a substituir o de Alberto Cruz. Pedido 1034/OB/1971, s.l. (Lisboa), s.d. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹²¹ “Alterações ao Projecto de Alteração que o Exmo. Sr. António de Medeiros e Almeida pretende mandar executar na sua moradia sita na Rua Rosa Araújo Nº37 – Freguesia do Coração de Jesus em Lisboa”. Plantas e Alçados, s.l. (Lisboa), s.d. (c.1968-69). Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹²² Carta de AMA dirigida a Alberto Cruz. Lisboa, 21 mai. 1971. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

1994)¹²³ é então contratado para finalizar a obra¹²⁴. Do seu trabalho destaca-se o novo projeto para a chamada “sala do lago” que integrou, como peça chave, um teto de caixotão em madeira, entretanto adquirido.¹²⁵ (fig.50)

Paralelamente, o arquiteto Sommer Ribeiro (1924-2006)¹²⁶ é convidado para elaborar o programa museográfico da Casa-Museu sendo-lhe solicitado também um plano para a realização do inventário do acervo. A escolha de SR deve-se certamente à sua experiência e prestígio, já que era, na altura, o diretor do Serviço de Exposições e Museografia da Fundação Calouste Gulbenkian, instituição que AMA admirava e na qual se baseou para construir o seu projeto. (vide Parte II Cap. 2, 2.1) O plano de trabalho de SR que incluía a contratação de um engenheiro eletrotécnico e desenhadore-decoradores¹²⁷ foi aprovado, tendo a equipa iniciado funções de imediato, visto os trabalhos de construção civil estarem em fase de finalização.

No âmbito do projeto de museografia, entre 1971 e 1974, SR desenha os pavimentos em mármore da ala nova (capela, ante capela, átrio, galeria nova, galeria de cima, sala do lago, galeria de baixo, sala dos relógios e sala das porcelanas) bem como, os pormenores dos mármore e cantarias – em mármore de Estremoz, de Portalegre e em lioz - e demais elementos em mármore (colunas, plintos, ombreiras, aduelas, etc.). São ainda de desenho de Sommer Ribeiro as diversas vitrinas de exposição para a capela, ante capela, sala do lago, sala dos relógios e sala das porcelanas, na maioria em perfil metálico e a instalação do teto de madeira na sala do lago criando uma cobertura de quatro águas no telhado.¹²⁸ Criaram-se ainda algumas vitrinas em madeira, na sala do piano e na sala Luís XIV, bem como, sendo

¹²³ Frederico George, arquiteto e pintor, doravante mencionado com o acrónimo FG. [Em linha], [consult. 9 jan 2016]. Disponível em WWW: <URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Frederico_George#cite_note-Enci-6>

¹²⁴ Anos mais tarde, Frederico George escreve a Simonetta Luz Afonso: “...Suponho ter sido sugestão do Fernando Cruz a minha intervenção nesses trabalhos. Passando-me o encargo, acrescentou aquele que já não havia desenhadore que soubessem desenhar o clássico”. Carta FG a SLA, 17 mar. 1989. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹²⁵ “Procurei nestas condições interpretar os desejos do Sr. Ant. Medeiros de Almeida realizando com algum equilíbrio, julgo eu, aquilo que fui incumbido.” Idem. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹²⁶ O arquiteto José Aleixo da França Sommer Ribeiro - adiante referido com o acrónimo SR - esteve envolvido desde 1956 nos projetos arquitetónicos da sede e museu da Fundação Calouste Gulbenkian tendo ocupado, entre outros, o cargo de diretor do Serviço de Exposições e Museografia da FCG (1969-1983) e de primeiro diretor do CAMJAP – Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão (1983-1994). [Em linha], [consult. 9 jan. 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://fasvs.pt/exposicoes/view/78>>

¹²⁷ Projeto “Casa-Museu de António de Medeiros e Almeida”. Lisboa, 3 fev. 1971. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹²⁸ Arquivo 179. Lisboa, 29 Out. 1971. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

esta a única intervenção registada na ala antiga da casa, na “copa” anexa à sala de jantar (hoje Sala das Pratas) cujas paredes foram inteiramente forradas com vitrinas.¹²⁹ (fig.s 51-52)

SR foi ainda responsável pela instalação e acomodação de diversas peças que iam sendo entretanto adquiridas para a ala nova: três salas foram forradas com apainelados e tetos de madeira, na sala do lago procedeu-se à colocação das estátuas, do lago e à aplicação dos painéis de azulejos, na galeria de cima instalaram-se o teto de caixotão e azulejaria. Vários lances de escadas foram criados e na capela foi necessária a integração do altar-mor (vindo do oratório do 1º andar) de painéis de azulejos, da teia de separação e dos barrotes do teto.

Quanto aos aspetos técnicos, recorrendo aos seus conhecimentos, SR contrata os trabalhos de iluminação para a nova ala e contacta a empresa de segurança francesa que tinha equipado o Museu Calouste Gulbenkian, no sentido de orçamentar um sistema antirroubo para a Casa-Museu.¹³⁰ Montado em 1972, o sistema equipa com alarmes o circuito da Casa-Museu (incluindo portas, janelas e vitrinas).¹³¹

No que respeita à conservação preventiva, SR solicita um parecer ao Eng.º Massano de Amorim, que entrega a AMA um extenso relatório elaborado para o Museu C. Gulbenkian¹³², porém, o sistema de tratamento do ar não chegou a ser implementado em vida do fundador.

Após as obras que acabaram nos inícios da década de oitenta, o espaço passou a contar com uma área bruta construída de 2.063,60m² sendo que, as dependências expositivas totalizavam 1.734m² (dois pisos da casa e dois sobre o jardim).¹³³ (fig.s 53-54-55)

¹²⁹ A Casa-Museu não possui uma memória descritiva do projeto de museografia de SR mas possui diversos desenhos de pormenor, cortes, alçados e plantas datados de 1971 a 1974 feitos para o “*Museu Particular António Medeiros de Almeida*”. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹³⁰ AMA tinha visto em Paris um sistema de radar que queria instalar na Casa-Museu “...*cette installation pourra être utile, spécialement en vue d’éliminer des rondes nocturnes*. Lisboa, 27 set. 1972. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹³¹ *Ante-Projeto do Sistema Contra Roubo da Casa-Museu Medeiros e Almeida*, certificado pela PROFABRIL, Centro de Projectos Industriais, s.a.r.l., 10350/84/72. Lisboa, ? 1972. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹³² O engenheiro Amorim dirige uma nota a AMA: “*É um assunto maçador mas de algum interesse para o Museu e que foi escrito e estudado para o Museu Gulbenkian. É aplicável ao seu Museu.*”, Relatório Conservação Preventiva. Lisboa, 2 set. 1972. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹³³ Em 1975, AMA encomenda um estudo de avaliação das suas propriedades que apresenta os seguintes valores: Rua Mouzinho da Silveira nº4 – 14.500.000 escudos, Rua Mouzinho da Silveira nº6 – 20.700.000\$00,

Quando Medeiros e Almeida morre em 1986, o projeto de instalação da Casa-Museu estava concluído porém, a Casa-Museu não estava ainda aberta ao público...¹³⁴

3.3.2 De 1992 a 2001 - Atualização do projeto inicial

No tempo decorrido entre a morte de Medeiros e Almeida e o arranque do projeto de atualização da Casa-Museu, iniciado em 1992, o edifício não sofreu qualquer intervenção.

A contratação em setembro de 1989, da primeira diretora para a Casa-Museu, Simonetta Luz Afonso¹³⁵, veio dinamizar o projeto da abertura ao público (vide Parte II, Cap.3, 3.2). Nessa altura, verificada a necessidade de rever as condições do edifício e dos equipamentos, sem quaisquer atualizações desde o final da campanha de obras, o Conselho Administrativo encomendou um levantamento tipográfico do edifício¹³⁶ e contratou um gabinete de arquitetura para apresentar um projeto de requalificação. A justificar esta remodelação estavam ainda os progressos técnicos entretanto ocorridos, ligados às áreas da conservação preventiva, da luminotecnia e da segurança, sendo o desafio o de adaptar o imóvel a uma solução de compromisso entre a conservação da coleção e a abertura ao público. A ideia era dotar a Instituição com as funcionalidades necessárias a um projeto museológico às portas do século XXI.

Desta feita, a remodelação foi encomendada aos arquitetos João de Almeida (n.1927), sobrinho direto de AMA, Pedro Ferreira Pinto (n.1935) e António da Costa Cabral (n.1950) do gabinete de arquitetura *ARQUI III*, envolvido à época na construção do “Edifício Fundação”: “...deliberou por unanimidade dispensa de concurso público, ao abrigo do artigo 7º do decreto-Lei 211/79, o projecto para recuperação, adaptação e criação de infra-estruturas no museu e na antiga residência do Instituidor e fazer a sua adjudicação ao gabinete de arquitetura *ARQUI III*...”¹³⁷

Rua Rosa Araújo nºs 37-39 – 15.000.000\$00 e Rua Barata Salgueiro nº30 (terreno a construir) – 40.000.000\$00. *Avaliação de Propriedades*. Lisboa, 16 jun. 1975. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹³⁴ Vide Parte II, Cap. 2, 2.1

¹³⁵ Simonetta Bianchi Ayres de Carvalho Luz Afonso (n.1946), museóloga, gestora cultural, doravante mencionada com o acrónimo SLA.

¹³⁶ Em fevereiro de 1990 o CA encomendou um levantamento topográfico do edifício. *Levantamento topográfico*. Lisboa, 11 abr. 1990. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹³⁷ Livro de Actas da Fundação Medeiros e Almeida, nº 1, fl.74, Lisboa, 31 jan. 1992. Livro de Atas nº 1, Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Em 1992 foi submetido à CML um projeto de alterações-execução.¹³⁸ Na sua apresentação os arquitetos identificaram diversas situações a abordar: “... *Criação de uma zona de receção e vendas, inexistente, e de uma nova entrada do Museu; Criação de um serviço de restaurante e self-service; Melhoria de formas de apresentação de algumas colecções que integram o Museu, de modo a torna-las mais atraentes ao público; Melhoria dos sistemas de iluminação das peças, na maior parte dos casos bastante deficientes, Introdução de um sistema de climatização adequado, dado que o existente impossibilita a abertura do Museu ao público; Melhoria das condições de segurança...*”¹³⁹ Após diversas vicissitudes, arrancam finalmente em 1999 as obras de remodelação da Casa-Museu.¹⁴⁰

No ponto 1 do projeto (a criação de uma entrada e zona de receção para o público) tanto SLA (no plano de abertura do museu apresentado de 1989¹⁴¹) como a ARQUI III verificaram a inviabilidade do acesso previsto no projeto anterior. A entrada do público estava pensada para um pequeno átrio com acesso direto à rua (Mouzinho da Silveira nº4) onde, para além da exiguidade do espaço, se punham em causa regras básicas da conservação preventiva uma vez que é desaconselhada a ligação direta da rua com a área de exposição das coleções. Tornou-se assim necessário pensar numa alternativa. Observando a planta do edifício, depressa se evidenciou um espaço de excelência para cumprir estas funções. Tratava-se da cave, que, com a sua área de 363m², proporcionava a criação de uma zona de entrada/receção dotada de todas as valências necessárias à época e que não tinham sido previstas anteriormente. Devido à inclinação do terreno, a cave dá para a rua através do logradouro de acesso à garagem sito na rua Rosa Araújo. Estava encontrada a solução.¹⁴²

¹³⁸ *Museu da Fundação Medeiros e Almeida – Lisboa Projecto de Remodelação. Memória Descritiva*. Lisboa, 24 mar. 1992. / Processo Camarário nº 1996/08/1992. Lisboa, ? ago. 1992 (As plantas são datadas de abril e maio de 1992). Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹³⁹ *Museu da Fundação Medeiros e Almeida – Lisboa. Projecto de Remodelação Memória Descritiva*. Lisboa, 24 mar. 1992. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁴⁰ “*Empreitada de Remodelação Geral Museu da Fundação Medeiros e Almeida*” Caderno de Encargos. Lisboa, ?, jul. 1999. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁴¹ “1.1 A entrada do público prevista pelo Fundador pela Rua Mouzinho da Silveira, não reúne os requisitos necessários de conforto, segurança e operacionalidade...” / “*Ante-Projecto de Abertura ao Público do Museu da Fundação Medeiros e Almeida*”. Lisboa, 14 mar. 1989. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁴² “*Entrada – desloca-se do nº4 da Rua Mouzinho da Silveira para o portão com o nº41 da Rua Rosa Araújo. No primeiro caso a porta, com um pequeno guarda-vento, dava acesso imediato a uma zona da exposição sem condições para se tornar átrio de receção...*” *Museu da Fundação Medeiros e Almeida – Lisboa Projecto de Remodelação. Memória Descritiva*, p. 2. Lisboa, 24 mar. 1992. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

Trabalhando a partir desse espaço, abrindo vãos, derrubando paredes e alargando as divisões existentes, os arquitetos projetaram na antiga zona de serviço uma ampla área de receção dotada de bilheteira, bengaleiro, loja, cafetaria, instalações sanitárias e ingresso do espaço museológico. Foi ainda criada uma área privada para a central de segurança, balneários para a guardaria e uma zona de entrada para os escritórios. Após as tentativas falhadas de criar uma zona de restauração ligando o pátio da rua Rosa Araújo 41 com o pátio da moradia vizinha (propriedade da Fundação)¹⁴³, o gabinete de arquitetura optou por projetar um espaço mais simples de cafetaria, que veio a ocupar a antiga cozinha da casa e parte do pátio de entrada, adossando-se ao alçado da antiga garagem (virado a sul).

O contributo do arquiteto João de Almeida e do seu gabinete com larga experiência no campo da reabilitação do património arquitetónico como do desenho de exposições temporárias¹⁴⁴) foi também importante em alguns aspetos de atualização da museografia da Casa-Museu. A nova entrada obrigou a repensar o circuito de visita, tendo sido necessário derrubar uma parede onde estava colocado um púlpito indo-português. JA criou nesse espaço uma porta de correr (por onde se inicia o percurso de visita) tendo recolocado o referido púlpito numa parede da galeria recriada como capela.¹⁴⁵

Tendo em conta a importância das exposições temporárias, foi criado um novo espaço aproveitando uma “sala polivalente” constante no projeto de AC: *“Sala polivalente – Ocupará uma área do anexo utilizada para garagem e ainda uma sala do Museu considerada dispensável para efeito de instalação permanente. Será devidamente tratada para exposições temporárias, pequenos concertos e conferências, dispondo de uma zona de*

¹⁴³ O arquiteto João de Almeida, sobrinho de AMA, submete ao tio um projeto de alterações que visa: *“...estabelecer ligação entre os logradouros de dois edifícios contíguos pertencentes à Fundação Medeiros e Almeida, localizados na Rua Rosa Araújo, 37-39 e o segundo no nº 41 da mesma rua (...), a ligação far-se-á pela abertura de um vão no muro divisório que separa os dois pátios...”* Memória Descritiva. Lisboa, 23 mar. 1981. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁴⁴ JA foi responsável pelas exposições temporárias *“Josefa de Óbidos e o tempo do Barroco”* (Galeria de Pintura do rei D. Luís, 1991), *“No Tempo das Feitorias”* (Museu Nacional de Arte Antiga, 1992), *“O Triunfo do Barroco”* (Centro Cultural de Belém, 1993) e pelos projetos de remodelação do Convento das Chagas, Vila Viçosa, 1993, do Convento das Bernardas, Lisboa, 1996, dos Paços do Concelho (após o incêndio de 1996), Lisboa e de duas remodelações do espaço expositivo no Museu Nacional de Arte Antiga, em 1982-83 (para a 17ª Exposição de Arte, Ciência e Cultura Europeias) e em 1993-94 (para a Lisboa Capital da Cultura). FERNANDES, CUNHA, ALMEIDA, 2012, pp.24-35

¹⁴⁵ Depois de regressado da exposição temporária *“De Goa a Lisboa”* realizada, no âmbito do Festival Europália, em Bruxelas (1991) e Coimbra (1992): *“...para que o púlpito de Goa, emprestado para exposições e entretanto devolvido, seja com a maior urgência recolocado no seu devido lugar.”* Livro de Actas da Fundação Medeiros e Almeida, nº 1, 29 set. 1993, f.88. Livro de Atas nº 1, Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

arrumos...”¹⁴⁶ Os dois espaços, ligados através de um amplo vão, criaram uma área de exposições temporárias com 170m². Apesar do acesso ser comum, esta zona é independente da área de exposição permanente.¹⁴⁷

De grande importância para o funcionamento profissionalizado da Casa-Museu ~~foram~~ foi ainda a implementação dos projetos de luminotecnia e de conservação preventiva, no respeito pelas novas recomendações para estas áreas, uma vez que os projetos anteriores não tinham previsto uma intervenção de cariz preventivo no que diz respeito à iluminação e ventilação.

As questões da luminotecnia ficaram a cargo do Engenheiro Vítor Vajão¹⁴⁸, reputado perito com vasta obra no campo do património artístico, que, em outubro de 1993, apresentou uma *“Breve análise da iluminação existente”*, onde assinala alguns dos problemas verificados.¹⁴⁹ Porém, só em abril de 1977, se iniciam as obras segundo a *“Memória Descritiva para a Remodelação da Iluminação”*, seguindo-se os projetos de iluminação das fachadas (junho 97) e da zona de receção (junho 98). A atualização do esquema luminotécnico do museu visou *“...criar condições de boa percepção visual das peças expostas e acentuar a presença das mais significativas, sem perturbar a ambiência característica de cada espaço.”*¹⁵⁰ O Engenheiro Vajão permanece ainda hoje como consultor técnico para o sistema de iluminação participando ocasionalmente, em projetos de exposições temporárias.

¹⁴⁶ *Museu da Fundação Medeiros e Almeida – Lisboa Projecto de Remodelação. Memória Descritiva*, p. 2. Lisboa, 24 mar. 1992. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁴⁷ Neste espaço encontrava-se exposta uma colcha indo-portuguesa (FMA 1363) numa enorme vitrina desenhada para o efeito que, devido às enormes proporções, se encontrava disposta em oblíquo inviabilizando grande parte do espaço. A colcha foi retirada para as reservas.

¹⁴⁸ Vítor Vajão, engenheiro eletrotécnico, especialista em luminotecnia, membro da *Illuminating Engineering Society of North America* (IESNA), fundador e ex-Presidente do Centro Português da Iluminação (CPI), vogal da Comissão Executiva de Luminotécnica da Ordem dos Engenheiros. [Em linha], [consult. 9 fev. 2016]. Disponível em WWW: [URL:http://www.oelectricista.pt/2016/02/09/lidel-manual-de-praticas-de-iluminacao-de-vitor-vajao/](http://www.oelectricista.pt/2016/02/09/lidel-manual-de-praticas-de-iluminacao-de-vitor-vajao/)

¹⁴⁹ *“Quadros com sistema de iluminação agregado [...] a excessiva quantidade de calor emitido para a obra de arte [...] Paramentos com fortíssima iluminação de luz fluorescente [...] projectores de luz concentrante [...] elevados níveis de encadeamento [...] grandes desigualdades de níveis de iluminação...”*. Relatório técnico. Lisboa, 22, out, 1993. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁵⁰ *“Remodelação da Iluminação Fundação Medeiros e Almeida”*. Lisboa, 30 abr., 1997. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA.

Reconhecida figura na área da conservação preventiva e igualmente com obra aplicada ao património, o Engenheiro Elias Casanovas¹⁵¹ foi convidado a colaborar com a Casa-Museu em 1995 e desde logo afirmou: “...na sequência do convite [...] Junto envio o respectivo relatório, cumprindo-me antes de mais esclarecer que a minha colaboração, tal como aí fica definida, será prestada no âmbito das minhas funções docentes, quer no mestrado em Museologia e Património quer na escola Superior de Conservação e Restauro, e portanto não envolve o pagamento de qualquer tipo de honorários.”¹⁵² No relatório preliminar assinalava alguns problemas encontrados “... as condições interiores do espaço representam um microclima pouco vulgar cuja origem se deve, provavelmente a dois factores: a total ausência de ventilação e a elevada percentagem de materiais como a madeira e os têxteis ...”¹⁵³ Constatada a pré-existência de condutas de ventilação (instaladas para o aquecimento central) reveladas essenciais para evitar obras de construção civil, em outubro de 1997 dá-se início à implementação do projeto.¹⁵⁴

A questão da segurança do museu foi uma preocupação constante desde o tempo de Medeiros e Almeida, que tinha mandado instalar um sistema de alarmes em 1972. Integrado no projeto de requalificação, o sistema de segurança foi modernizado, contando com a assessoria técnica do Eng.º Lopes de Sousa¹⁵⁵, responsável à época, pelo departamento de segurança da Fundação Calouste Gulbenkian. O percurso museológico foi equipado com um novo sistema de alarme contra incêndio, intrusão e roubo e de videovigilância controlado a

¹⁵¹ Luís Efrem Elias Casanovas (1926-2014) adiante referido com o acrónimo EC. Diplomado em 1952 em engenharia eletrotécnica na Escola Politécnica de Universidade de Lausanne. O seu percurso profissional passou pelo Conservatório Nacional, pelo IPPC e pela docência na área da museologia. Aposentado, continuou a fazer investigação no Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR) da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa. [Em linha], [consult. 9 fev. 2016]. Disponível em WWW: <URL: http://www.rtp.pt/noticias/cultura/luis-casanova-eleito-personalidade-do-ano-pela-apom_n505728>

¹⁵² Na sequência desta colaboração, EC considerou a Casa-Museu como um “caso de estudo” tendo lecionado bastantes aulas “in loco”. O acompanhamento da situação (e a prestação de serviços gratuita) manteve-se até à sua recente morte. Engenheiro Casanovas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 4 jul. 1995. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA.

¹⁵³ Engenheiro Casanovas, Universidade Nova de Lisboa, Relatório preliminar, p.1. Lisboa, 4 jul. 1995. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA

¹⁵⁴ “Memória descritiva que diz respeito ao estudo prévio das instalações de Aquecimento, Ventilação e ar Condicionado “AVAC” previstas para o Museu e zona de exposições temporárias da Fundação António Medeiros de Almeida” / “Instalações de Aquecimento/Ventilação/Ar Condicionado”, s.l. (Lisboa),? out, 1997. Pasta VI, Espólio documental – Arquivo FMA.

¹⁵⁵ “Foram adjudicadas as obras de remodelação e actualização das instalações electromecânicas apresentadas no relatório de 31 de Maio de 1988 do Sr. Eng. Lopes de Sousa.” Livro de Actas da Fundação Medeiros e Almeida, nº1, 22 jul. 1988, fl.40. Livro de Atas nº1. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

partir da central operada pela guardaria e tal como AMA tinha desejado, ligado à Polícia de Segurança Pública e Bombeiros.

Não tendo existido qualquer ampliação nesta campanha de obras, a área total dedicada à exposição permanente da Casa-Museu saldou-se em 1.734m², correspondendo 170m² à área de exposições temporárias. (fig.s 56-57-58) (Vide Anexo II, 10)

Após a conclusão das obras em 1 de junho de 2001, procedeu-se finalmente à abertura oficial da Casa-Museu ao público. (vide Parte II, Cap.3, 3.3)

Tinham passado 15 anos após a morte de AMA e 27 anos após a conclusão do projeto por ele encomendado (1974).

PARTE II – O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: DE COLEÇÃO PRIVADA A ACERVO PÚBLICO

CAPÍTULO 1. A TIPOLOGIA “CASA-MUSEU”

Este capítulo aborda a tipologia “casa-museu”, incidindo nas problemáticas da sua definição e classificação, fazendo a ponte para a realidade da instituição Casa-Museu Medeiros e Almeida.

Para suporte deste estudo, atentámos na produção académica de autores nacionais e estrangeiros que abordaram esta tipologia museológica, bem como na produção de conhecimento gerada pelo ICOM – o Comité Internacional de Museus (*International Council of Museums*), nomeadamente pelo seu comité dedicado às casas-museu, o DEMHIST, enquanto organismos internacionais de reconhecida competência no âmbito dos estudos nesta área.

1.1 O ICOM / DEMHIST

A preocupação de debater, defender e promover as instituições museais tem mobilizado os seus profissionais desde que se começou a teorizar sobre museologia. Para esta reflexão e teorização, muito contribuíram a UNESCO – Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que, motivada pela defesa, preservação, promoção e estudo do património mundial, iniciou em 1948 uma publicação dedicada aos museus, a revista “*Museum International*”. O ICOM, organismo associado da UNESCO, criado em 1946 enquanto plataforma de reflexão especificamente sobre museus, envolvendo instituições e profissionais de museus de todo o mundo, muito tem também debatido e publicado neste campo de estudo.

No decorrer de uma conferência realizada em Génova subordinada ao tema “*Habitar a história: Casas-Museu históricas: restauro, segurança, didática, comunicação*”¹⁵⁶, a temática das casas-museu enquanto tipologia específica de Museu foi largamente discutida, tendo resultado na assinatura de uma petição, pela mão do Professor e museólogo italiano Giovanni Pinna (1939), que sugeria ao ICOM (instituição convidada) a criação de um comité

¹⁵⁶ Conferência “*Abitare la storia: le dimore storiche-museo : restauro, sicurezza, didattica, comunicazione*” Génova, 1997

temático, vocacionado para o estudo das especificidades desta categoria, à imagem de outros comités da organização dedicados a assuntos específicos na área dos museus.¹⁵⁷ Nesse sentido, na conferência mundial do ICOM de 1998 (Melbourne) a moção foi ratificada nascendo o comité intitulado *“Comité International pour les Demeures Historiques-Musée”*¹⁵⁸ que recebeu o acrónimo DEMHIST. De acordo com a sua página eletrónica, o DEMHIST é: *“...comité internacional do ICOM focado na conservação e gestão de Casas-Museus. O nome é uma abreviatura do termo francês “demeures historiques”. Casas-museus abrangem de castelos a cabanas de todos os períodos. A interpretação das casas-museu inclui informação histórica, arquitetónica, cultural, artística e social.”*¹⁵⁹

O trabalho desenvolvido por este comité bem como, a maior parte dos estudos sobre museus são norteados pela definição de “museu” preconizada pelo ICOM que, desde 1951, tem sofrido alterações mas, que assenta sempre nos pressupostos da existência de uma instituição aberta ao público com a tarefa de conservar, estudar e divulgar o seu património.¹⁶⁰

Os especialistas identificaram desde cedo, na panóplia de instituições museológicas, a categoria da “casa-museu”, que difere essencialmente do “museu” por nascer do pressuposto da existência de uma casa, dos seus bens e da associação ao seu proprietário/habitante. A diversidade tipológica da instituição Museu conduziu à necessidade de definir e categorizar as diversas estruturas museológicas no sentido de organizar o entendimento do panorama geral e de proporcionar um melhor aprofundamento de cada tipologia no panorama particular.

¹⁵⁷ PINNA, Giovanni, *Demhist: the genesis of a committee*, pp. 1-5 [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015]. Disponível em WWW: URL: <<http://DEMIST.ICON.museum/shop/shop.php?detail=1255432597>>
<http://giovanni.pinna.info/pdf/DEMIST-the-genesis.pdf>

¹⁵⁸ Também intitulado *“International Committee for Historic House Museums”* ou *“Comité Internacional por las Residencias Históricas-Museo”*

¹⁵⁹ Tradução da autora: *“ICOM International Committee focusing upon the conservation and management of house museums. Its name is an abbreviation of the French term “demeures historiques”. House Museums, range from castle to cottages, from all periods. The interpretation of house museums includes historic, architectural, cultural, artistic and social information.”* [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015]. Disponível em WWW: URL: <<http://DEMIST.ICON.museum/shop/shop.php?detail=1255432597>>

¹⁶⁰ Em inglês no original: *“A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment.”* ICOM Statutes, 2007. [Em linha] [Consult. 31 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://ICOM.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/statutes_eng.pdf>.

1.2 Casa-Museu – contributos para a sua definição e classificação

Identificada a categoria “casa” contentora de um museu – a casa-museu – logo se gerou a necessidade da criação de uma definição e classificação desta tipologia. Alguns autores têm-se debruçado sobre a temática contribuindo para a discussão tanto nacional como internacional.

Ana Margarida Martins é a primeira autora portuguesa a dedicar uma tese de mestrado a esta problemática.¹⁶¹ Apoiada por alguns casos de estudo, a autora baseia a sua reflexão na ideia de que a instituição “casa-museu” não difere na sua essência da instituição “museu”, dedicando-se a analisar as idiossincrasias dos dois conceitos nas suas convergência e distanciamentos para defesa da sua teoria. Como ponto de partida para este debate, Martins esclarece: *“...entendemos a casa-museu, como um museu com alguns aspectos particulares, distintivos e não como uma instituição realmente distinta dos museus em geral, com simples referências analógicas. Neste sentido definir casa-museu seria apresentar mais uma definição de museu (...) a apresentação de uma definição seria redutora da realidade observada, uma vez que esta instituição museológica não apresenta um padrão institucional.”*¹⁶²

Referindo-se às diversas definições de museu, designadamente à definição preconizada pelo ICOM, que tem sofrido alterações ao longo do tempo e apesar de reconhecer *“...o carácter evolutivo destas instituições que traduzem assim diferentes atitudes da sociedade face ao papel, objectivos e funções desta realidade institucional”*¹⁶³, Martins indica na sua análise os aspetos que no seu entender, marcam a diferença entre as duas realidades mas que não criam um distanciamento suficiente para gerar duas definições. Os pontos diferenciadores das instituições são: a origem da ideia da criação, a constituição dos acervos, os modelos de organização, as tutelas administrativa e financeira e os condicionalismos de funcionamento.

Quanto à ideia da criação da instituição “casa-museu” segundo a autora: *“...uma maioria de casos de casas-museu em Portugal nasce de uma necessidade particular de*

¹⁶¹ “Casas-Museu em Portugal Modelos de organização e conceito”, MARTINS, 1997. Disponível no repositório da Universidade Nova – Run (<http://runl.unl.pt>) apenas consultável na Biblioteca da FCSH (tese não disponível online)

¹⁶² MARTINS, 1997, p.82

¹⁶³ MARTINS, 1997, p. 133

perpetuação de uma memória pessoal.”¹⁶⁴ De seguida a autora refere as questões da tutela administrativa e financeira indicando que a solução tem origem: “...na maior parte dos casos da vontade explícita (assumindo várias formas sendo a mais frequente, a constante em testamento) ou implícita do próprio que doa, lega vende ou dá e do respectivo assentimento da entidade receptora.”¹⁶⁵ e que assume três possíveis entidades tutelares: “... a quem foi doado, legado ou vendido um dado património, do próprio indivíduo que doa, lega, dá ou vende e finalmente dos amigos/parentes do indivíduo em causa (individualmente ou em grupo) sob a forma de associação ou de fundação.”¹⁶⁶

A propósito dos modelos de origem das casas-museu, Martins afirma: “...subjacente à ideia de criação de uma instituição deste tipo [...] encontram-se dois aspectos fundamentais: o reconhecimento social da importância de uma personalidade e/ou de uma colecção; e a necessidade de perpetuação da memória de uma dada personalidade, como expressão da vontade dessa personalidade, ou de um grupo restrito de indivíduos a ela ligados. A criação da instituição museológica tem em qualquer dos casos um papel legitimador.”¹⁶⁷

No que respeita à origem das colecções (bens móveis) Martins verifica que “...a maior parte se encontra na base da constituição das casas-museu têm a sua origem em colecções privadas reunidas pelo indivíduo homenageado.”¹⁶⁸. Quanto aos tipos de colecções, afirma que “...apesar de diversificados, verifica-se no entanto o predomínio das artes decorativas.”¹⁶⁹ Nesta perspetiva, conclui que: “...este predomínio pode desde já indiciar instituições que se centrem nos objectos das colecções, remetendo a memória do indivíduo homenageado para um plano quase subsidiário.”¹⁷⁰ – como veremos implicitamente mencionando duas tipologias de casa-museu.

Por fim, Martins destaca os condicionalismos decorrentes dos legados, doações ou vendas, que podem “...criar barreiras à gestão do património recebido em termos das partes

¹⁶⁴ Idem, p.71

¹⁶⁵ MARTINS, 1997,71

¹⁶⁶ Ibidem

¹⁶⁷ MARTINS, 1997, p.70

¹⁶⁸ Idem, p.72

¹⁶⁹ Ibidem

¹⁷⁰ MARTINS, 1997, p.73

*constitutivas...*¹⁷¹ mormente no modelo institucional a seguir ou na forma de apresentação e gestão das coleções.

Apesar de compreendermos as observações de Martins quanto à proximidade entre museus e casas-museu na partilha da mesma missão e funcionamento tendo em vista a salvaguarda e divulgação de um dado património, não podemos concordar que as duas realidades se confundam ao ponto de não merecerem definições distintas. Na realidade, as diferenças apontadas pela autora distanciam efetivamente as duas tipologias sendo estas em nosso entender, suficientes para criar dois padrões institucionais distintos.

A própria autora ensaia uma definição de casa-museu ao: *“...destacar os elementos característicos da casa-museu numa análise individual e global, são eles: a memória pessoal e os seus aspectos materiais: o edifício e a colecção, num todo indissociável, onde cada elemento estabelece um jogo de relação de influência recíproca.”*¹⁷² Martins segue ainda esclarecendo que *“...a memória pessoal é aqui encarada como o elemento aglutinador da teoria e prática das casas-museu. É ela que confere significado, coerência e justificação para a existência deste tipo de instituição (...) O edifício confere-lhe o necessário enquadramento físico e possui referências simbólicas ao indivíduo (...) A colecção é encarada como suporte material da memória que adquire significado por referência a esta...”*¹⁷³. Parece-nos esta uma muito acertada definição de casa-museu.

Martins não aborda explicitamente a temática das classificações de casas-museu - nem o podia fazer já que considera serem somente variantes de museus - porém indica dois grandes grupos no que respeita ao foco da sua atividade: instituições orientadas para a homenagem ao indivíduo (casa-museu de personalidade) e instituições que se centram na colecção (casa-museu de colecção). A análise da autora é embrionária no que respeita a futuras abordagens que virão desenvolver estas e outras questões, valorizando-as porém à luz de novos contributos.

Marta Moreira, na sua dissertação de mestrado intitulada *“Da Casa ao Museu: adaptações arquitectónicas nas casas-museu em Portugal”*¹⁷⁴ contribui para esta reflexão,

¹⁷¹ Ibidem

¹⁷² Idem, p.82

¹⁷³ Idem, pp.82-83

¹⁷⁴ MOREIRA, 2006

abordando-a numa perspetiva inédita: através dos olhos de um arquiteto e não de um museólogo/historiador. A autora concentra-se na: “...*transformação de espaços domésticos privados em espaços museológicos públicos, em que os primeiros são motivo ou pretexto dos segundos.*”¹⁷⁵ De modo a contextualizar a sua pesquisa analisa a historiografia¹⁷⁶ dedicada à descrição e tipificação do objeto “casa-museu” referindo diversas propostas: a pioneira foi apresentada em 1934, num artigo da revista de museografia francesa “*Museion*” intitulado: “*Les maisons historiques et leur utilisation comme musées*”¹⁷⁷ onde se elencam três categorias pensadas a partir da coleção: **Casa de interesse biográfico, Casa de interesse social e Casa de história local.** Nos anos oitenta, o “pai” da nova museologia, o museólogo, professor, conservador, curador francês e diretor do ICOM, Georges Henri-Rivière (1897-1985) também apresentou uma classificação provisória de acordo com os bens musealizados, conforme registado numa lição de Conservação na obra “*La Muséologie*”¹⁷⁸ que incluía dois tipos: **Casas históricas** (incluindo Castelos e palácios de soberania, Casas históricas de notáveis, artistas, escritores ou cientistas) e **Casas rurais.**

A obra “*Historic House Museums: a practical handbook for their care, preservation and management*” (1993) da historiadora americana Sherry Butcher-Young, também referida por Moreira, apresenta uma categorização de “casas-museu históricas” americanas com quatro categorias baseadas nos métodos e meios utilizados para a sua musealização: **Casa-museu documental, Casa-museu representativa, Casa-museu de estética e Casas-museu que combinam as três categorias.**¹⁷⁹

As autoras italianas Rosanna Pavoni e Ornella Selva, numa comunicação proferida no âmbito da referida conferência de Génova, intitulada “*La diversità delle Dimore-Museo: opportunità di una riflessione*”, identificam oito subcategorias a partir da relação entre edifício e habitante e/ou coleção e/ou significado histórico particular: **Palácios reais, Casas de homens ilustres, Casas de artistas, Casas de estilo ou época, Casas de colecionadores, Casas históricas, Casas de famílias, Casas com uma identidade**

¹⁷⁵ Idem p.7 (Resumo)

¹⁷⁶ Idem, pp.17-20

¹⁷⁷ S/A *Museion, Revue internationale de muséographie*, Office International des Musées n.ºs 25-26, Paris: Institut International de Coopération Intellectuelle, 1934 p.283 [Em linha], [Consult. 22 Nov. 2015]. Disponível em WWW: <URL :<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61016959/f355.item.r=zoom>>

¹⁷⁸ RIVIÈRE; DELCROIX, 1993, pp.298-301

¹⁷⁹ Também referidas em PINNA, 2001, p.8

sociocultural específica.¹⁸⁰ Moreira cita ainda uma síntese elaborada por Pavoni a propósito da problemática da definição de casas-museu, que realça a importância do elo entre a casa e o seu conteúdo enquanto elementos definidores da tipologia.¹⁸¹

Moreira refere ainda na sua sistematização as considerações do museólogo espanhol Pedro Lorente que define a casa-museu como: “...espaço doméstico aberto ao público como testemunho exemplar de decoração de interiores de uma época ou como homenagem a alguém que por alguma razão está relacionado com ela...”¹⁸². Este autor analisa o assunto com alguma poesia falando da contradição de um espaço que recebe público mas cuja vocação é conservar a privacidade, considerando que os espaços só são casas-museu quando o visitante tem a sensação de entrar num *habitat* privado, doméstico, povoado de fantasmas, aliando um sentimento de nostalgia à atratividade desta tipologia.

Por fim, Moreira cita as duas tipologias descritas por Pavoni em Barcelona (2001); a **descritiva** e a **representativa**, considerando Pavoni, que dos dois exemplos: “... *um é um documento autêntico de uma época, enquanto o outro é um documento autêntico de “leitura” e re-uso desse período*”¹⁸³ provando que existe uma multitude de abordagens à problemática da categorização.

Considerando todos estes contributos, a autora apercebe-se que, devido ao alargado leque de possibilidades e perspetivas, não foi até então gerado um consenso, concluindo que “...*definir o carácter fundamental da casa-museu e descrever simultaneamente as suas variáveis com rigor científico, considerando a estrutura arquitectónica, o tipo de colecções, as opções museológicas e museográficas, e o carácter das actividades da instituição, tem sido entendido sobretudo como uma ferramenta de trabalho e não como procura de uma definição exclusiva e universal, no tempo e no espaço.*”¹⁸⁴

¹⁸⁰ MOREIRA, 2006, p.8

¹⁸¹ Também disponível em PAVONI, 2001, p.17 [Em linha], [Consult. 31 Nov. 2015] Disponível em WWW: <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf>

¹⁸² “As casas-museu abertas ao público como tal, ou seja com o seu mobiliário e colecções, mesmo em diversas ocasiões, as que possuem arranjos de cores características e que nunca foram utilizadas para expor colecções de origens diferente, constituem uma categoria museográfica a todos os respeito, que recobre inúmeras variantes do ponto de vista tipológico. Em resumo, **o carácter específico deste género de museu é o elo indissolúvel entre contentor e conteúdo**, entre palácio/casa/apartamento e colecções permanentes/mobiliário/decorações.” Apud MOREIRA, p.18

¹⁸³ Apud, MOREIRA, 2006, p.20

¹⁸⁴ MOREIRA, 2006, p.20

O interessante olhar de Marta Moreira leva-a a analisar de seguida os conceitos implícitos, fundadores e mesmo formadores da tipologia casa-museu que identifica desde a Antiguidade; são eles o hábito de receber e reunir (receções, tertúlias e festas), o hábito de colecionar das elites (as coleções das elites), a análise do gosto e da sua evolução (as artes decorativas), o carácter doméstico (o culto da domesticidade), o fascínio dos espaços de criatividade (lugares de inspiração) e a importância do universo pessoal (a casa como universo).

À laia de conclusão, a autora extrai seis conceitos¹⁸⁵ que enformam a sua abordagem e resumem a sua definição de casa-museu: *“lugar de encontro social e cultural”, “espaço de acolhimento da coleção privada”, “materialização do gosto pessoal”, “lugar de observação e aprendizagem do viver quotidiano”, “exposição da intimidade” e “revelação de um universo pessoal”*.

António Ponte dedica também a sua dissertação de mestrado¹⁸⁶ ao estudo das casas-museu, abordando-as na perspetiva de museólogo. Lembrando que são diversas as “tónicas” de análise, começa por trabalhar os conceitos inerentes a esta tipologia analisando os motivos para a criação de uma casa-museu, discutindo a determinação dos requisitos para o seu estabelecimento e propondo contributos para a definição da categoria. Citando diversos autores, incide sobre questões também tratadas por Moreira como as diferenças entre “casa histórica” e “casa-museu” e a dualidade existente nestes conceitos em que a dimensão pública e privada, à partida ideias opostas, coabitam. Ponte debate ainda a ideia do universo pessoal que se torna fiador de uma memória e de um património, sendo que a qualificação da tipologia está indexada ao reconhecimento dessa realidade.

Com o objetivo de formular uma definição de casa-museu, Ponte enuncia outros contributos como os de Bann, Pinna, Gorgas, Lorente e Whittingham¹⁸⁷ percorrendo, à

¹⁸⁵ Idem, pp.38-42-45-48-51-52

¹⁸⁶ *Casas-Museu em Portugal: Teoria e Prática*, PONTE, 2007 [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em WWW:<URL: <https://antonioponte.files.wordpress.com/2008/05/microsoft-word-texto2.pdf>>

¹⁸⁷ *"The house Museum is not the same as a country house, or palazzo; but a country house, such as Sir Walter Scott's Abbotsford, or a palazzo, such as the Bagatti Valsecchi, can be a House Museum. The House Museum is not the same as a Historical Museum. But some Historical Museums are also, or at least began as, House Museums... The House Museum is not the same as an artist's House. But certain artists' houses were certainly conceived as House Museums, such the Soane Museum, or the Maison Pierre Loti. The House Museum is not the same as a collector's house. But a collector's House, like Kettle's Yard, can become a House Museum."* BANN, 2000, p. 20 / Apud, PONTE, 2007, Cap.1, p.5, notas bibliográficas 4-5

semelhança de Moreira, a historiografia das propostas para a sua tipificação. São referidas as análises da revista “*Museion*” de Georges Henri-Rivière, de Sherry Butcher-Young, de R. Pavoni e Ornella Selvafolta, a que ainda acrescenta a de Linda Young. Esta docente australiana apresentou pela primeira vez, no âmbito de uma conferência do DEMHIST (2006), uma categorização de casas-museu no artigo intitulado: “*House Museologie: Houses as Museums in the Age of Heritage*”, onde identifica seis tipologias: **Casas de heróis, Casas de coleção, Casas de design, Casas de acontecimentos, Casas de campo inglesas e Casas de sentimento**.¹⁸⁸

Conforme adiante se debaterá, a primeira sistematização institucional surge nesta conferência, a partir de uma proposta do próprio DEMHIST pelas mãos de Pavoni, a qual, nenhum dos autores supracitados menciona.

No sentido de entender as *nuances* da definição desta tipologia, o estudo de Ponte recorreu a três ferramentas:

- a análise das propostas dos autores fazendo o exercício de aferir a sua adequabilidade à realidade das unidades museológicas portuguesas¹⁸⁹,
- os resultados de um inquérito por ele elaborado e conduzido junto de instituições portuguesas consideradas casas-museu e membros da Rede Portuguesa de Museus (Inquérito AP)¹⁹⁰
- e ainda a análise comparativa das classificações de museus do IPM em confronto com as categorias preconizadas pela UNESCO – dados que recolheu na publicação “Inquérito aos Museus em Portugal”¹⁹¹.

The historic house is certainly an incomparable and unique museum in that it is used to conserve, exhibit or reconstruct real atmospheres which are difficult to manipulate [...] The historic house museum is unlike other museum categories because it can grow only by bringing together original furnishings and collections from one or other of the historic periods in which the house was used.” PINNA, 2001, p. 4 / “More than a monument that celebrates a lost past, a historic house is seen as a place where people have lived out their life.” GORGAS, 2001, p. 10 / “Una casa-museo es un ámbito doméstico abierto al público como testimonio ejemplar de la decoración de interiores de una época o como homenaje a alguien que por alguna razón está relacionado con ella.” LORENTE LORENTE, 1998, p. 30 / “Les musées consacrés à un artiste distinguent l’œuvre d’un créateur, ils en retracent la genèse, ils évoquent le contexte dans lequel elle a été crée.” WHITTINGHAM, 1996, p. 4

¹⁸⁸ Idem, 2007, Cap.2, pp.52-53

¹⁸⁹ PONTE, 2007, pp.47-55

¹⁹⁰ Idem, pp.4-5 e Anexo 6

¹⁹¹ No contexto das definições de museu apresentadas neste relatório, PONTE enquadra as casas-museu no âmbito dos “museus especializados” que são descritos pelo IPM como: “*museus preocupados com a pesquisa*

A fim de contribuir para uma leitura objetiva das diversas fontes, Ponte considerou os dados existentes insuficientes quanto à sua abrangência – nomeadamente no que diz respeito à realidade nacional. Em relação à listagem de casas-museu que lhe foi cedida pela RPM, concluiu ainda que: “...a maior parte destas unidades museológicas não se integram na definição de casa-museu que é proposta, nesta dissertação, para as instituições deste género...”¹⁹², propondo-se aprimorar a definição de casa-museu e realizar uma “proposta de classificação das casas-museu portuguesas.”

Perante o seu diagnóstico, apresenta a sua definição de casa-museu: “...uma instituição fundamentada na existência de um espaço de habitação com o seu acervo móvel, elementos que foram fruídos, pelo menos por algum tempo pelo patrono da instituição, indivíduo ou grupo, reflectindo a sua personalidade, formação cultural e, eventualmente ideológica, que devia manter-se, o mais possível, no seu estado original.”¹⁹³

Quanto à organização tipológica, o autor propõe-se classificar as casas-museu portuguesas “...de acordo com a sua função, objectivos e modos de apresentação ao público”, definindo quatro categorias: 1- **Casa-Museu Original** / 2 – **Casa-Museu Reconstituída** / 3 – **Casa-Museu Estética/Colecção**/ 4 – **Casa-Museu de Época “Period Rooms”**.¹⁹⁴

De acordo com as definições de Ponte, a CMMA - que não foi visada pelo seu estudo por não pertencer à RPM -, seria catalogada na categoria 3; “Casa-Museu Estética / Colecção”, que o autor define como: “...casas-museu que se localizam nos espaços de vivência do homenageado, sendo, todavia, o seu principal objectivo apresentar as colecções que este reuniu ao longo da sua vida, não sendo a tónica essencial colocada no conhecimento da personalidade do patrono, mas nas suas colecções. Assim, em muitos casos, a decoração pode ser alterada com vista a uma melhor percepção do acervo exposto, mantendo, porém, a organização ao longo dos diferentes espaços domésticos. Estas unidades museológicas dão um contributo essencial na divulgação, conservação das colecções e na preservação da unidade das mesmas, evitando que estas se dispersem entre herdeiros ou em vendas

e exposição de todos os aspectos relativos ao tema ou sujeito particular...” e pela UNESCO como: “museus preocupados com a pesquisa e exposição de todos os aspectos relativos a um tema ou sujeito particular...”
SILVA; SANTOS, 2000, pp.170-171

¹⁹² PONTE, 2007, Cap.2, p.13

¹⁹³ Idem, p.47

¹⁹⁴ PONTE, 2007, pp.55-60

diversas, quando não existam sucessores.¹⁹⁵ Em nossa opinião, a descrição desta categoria assenta perfeitamente na realidade da CMMA, tanto ao nível da sua missão, como do seu funcionamento.

1.3 O Projeto de categorização do DEMHIST

Tendo em conta o debate gerado pelo vasto e multifacetado número de instituições que se intitulam casas-museu, o DEMHIST sentiu a necessidade de criar uma categorização desta tipologia. Foi em 1999, na primeira assembleia geral do comité (São Petersburgo), que nasceu o projeto *“Categorization Project for Historic House Museums”* pelas mãos de Rosanna Pavoni (secretária de 1999 a 2002 e Presidente de 2002 a 2005 do DEMHIST) juntamente com Giovanni Pinna (primeiro Presidente do DEMHIST 1998 - 2002). Neste âmbito, Pavoni desenvolveu um abrangente inquérito¹⁹⁶, realizado a 153 instituições, cujos resultados, apresentados em 2001, foram publicados no artigo: *“Order Out of Chaos: the Historic House Museums Categorization Project.”*¹⁹⁷

A segunda fase do projeto, discutida em seminários e conferências nacionais e internacionais, arrancou logo em 2002 e culminou com a publicação de uma lista de seis categorias de casas-museu e respetivas instituições, divulgada na conferência de Malta em 2006. Em 2007 a lista foi alargada a nove categorias (Viena) tendo Pavoni posteriormente acrescentado duas subcategorias.

A listagem final, publicada em 2009, inclui onze tipologias de casas-museu: **Casas de personalidades; Casas de colecionadores; Casas de beleza; Casas de eventos históricos; Casas de sociedade local; Casas Ancestrais; Casas de Poder; Casas Clericais; Casas Modestas; Casas para Museus e Salas de Época.**¹⁹⁸ Apesar de a CMMA não ser membro do

¹⁹⁵ Idem, p.58

¹⁹⁶ Formulário para a criação de categorias de casas-museu, [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em WWW: <URL: http://www.museumartconsulting.com/sito_inglese/Categorisation%20Eng.pdf>

¹⁹⁷ Apesar dos esforços envidados junto da delegação portuguesa do DEMHIST para obtenção de algumas comunicações proferidas nas conferências referidas (para além das que se encontram publicadas *online*) não nos foi possível ter acesso à informação solicitada.

¹⁹⁸ As categorias são descritas pelo DEMHIST como: *“PersH - Personality houses (writers, artists, musicians, politicians, military heroes, etc); CollH - Collection houses (the former home of a collector or a house now used to show a collection); BeauH - Houses of Beauty (where the primary reason for a museum is the house as work of art); HistH - Historic Event houses (houses that commemorate an event that took place in/by the house); SociH - Local society houses (house museums established by a local community usually seeking a social cultural facility that may reflect its own identity, rather than for an historic reason); AnceH - Ancestral homes (country houses and small castles open to the public); RpowH - Power houses (palaces and large castles open to the public); ClerH - Clergy houses (monasteries, abbots’ houses and other ecclesiastical buildings with a*

comité, a Instituição participou em algumas conferências e reuniões do DEMHIST e respondeu ao inquérito, pelo que foi listada no projeto de categorização como pertencente à categoria “**COLLH**” - Casas de Colecionadores.¹⁹⁹

Também o DEMHIST Portugal²⁰⁰ tem realizado diversos encontros de trabalho dinamizando a reflexão e a discussão no panorama português.²⁰¹ A delegação portuguesa tem trabalhado sobre o conceito de casa-museu e das suas tipologias propondo-se atualizar a lista de instituições nacionais constantes no projeto de categorização (o documento lista apenas 15 casas-museu portuguesas) tendo realizado a tradução para português das definições das categorias.²⁰²

Os autores referidos estão de acordo com a necessidade de definir e tipificar a categoria “casa-museu” devido à grande variedade tipológica existente. Como constatado, as abordagens possíveis são múltiplas, resultando em diferentes pontos de vista, o que nos leva a concordar com Moreira quando conclui que tanto as definições como as diversas propostas apresentadas se tratam: “... *não tanto de afirmações categóricas, mas de exercícios que contribuem para a verificação da complexidade da temática e que funcionam como ferramentas de reflexão e trabalho.*”²⁰³

1.4 Uma reflexão, à laia de conclusão

Segundo o projeto de categorização antes mencionado, a CMMA integra-se na categoria de “Casa de Colecionador” cuja definição, traduzida para português, refere: “... *uma casa onde viveu um coleccionador, onde ele recolheu, onde foi guardando a sua*

former or current residential use, open to the public); HumbH - Humble homes (vernacular buildings such as modest farms valued as reflecting a lost way of life and/or building construction); - HousfM – Houses for Museums, (a house that becomes a venue for different collections not related to its history) - Rooms - Period Rooms. [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em WWW: <URL:

http://DEMHOST.ICON.museum/shop/data/container/DEMHOST_CategorizationProject_I_Data.pdf>

¹⁹⁹ A list of House Museums and their proposed categories. PAVONI, p.4. 2005-09. [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em WWW:<URL: www.DEMHOST.ICON.museum/CategorizationProject.pdf >

²⁰⁰ Encabeçado por Maria de Jesus Monge, Vice-Presidente do DEMHIST e Diretora do Museu da Casa de Bragança, Paço Ducal de Vila Viçosa.

²⁰¹ A primeira conferência internacional teve lugar em 2005 (Museu Nacional de Etnologia). Últimas reuniões: Guimarães (2010), Lisboa (2011), Alpiarça (2012), Porto (2013), Tormes (2015).

²⁰² MONGE, M^a de Jesus, *O projecto de categorização de Casas-Museu do DEMHIST*, Boletim RPM, 2010, p.7 [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em WWW: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/boletim-rpm/>, MONGE, M^a de Jesus, Jornadas de trabalho DEMHIST, Paço dos Duques em Guimarães, 2010 [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em WWW: <URL: <http://casas-museu-em-portugal.blogspot.pt/2010/02/o-projecto-internacional-de.html>>

²⁰³ MOREIRA, 2006, p.20

coleção e também pode ser uma casa onde o colecionador não viveu, mas onde actualmente é exposta a sua coleção.”²⁰⁴ Percorrendo as definições das categorias, parece-nos acertada a escolha do DEMHIST, sendo que a CMMA é de facto, a antiga residência de um colecionador, alberga a sua coleção, que, por sua vez, é a protagonista da instituição.

De acordo com os autores supracitados, uma casa-museu é um equipamento cultural que parte do pressuposto da existência de um patrono, de uma habitação e de uma coleção e a sua missão inclui a interpretação da memória pessoal do seu fundador.

A realidade da Casa-Museu Medeiros e Almeida está portanto plenamente identificada pelos mais recentes estudos; os pressupostos da tipologia são cumpridos pela Instituição, sendo que as dimensões pública e privada estão patentes no discurso expositivo. Ao visitante é proporcionado o contacto com uma vivência específica, uma identidade, cuja personalidade, gosto, formação ideológica e cultural do patrono são contextualizados pela museografia. Esta está vocacionada não só para a apresentação das diferentes coleções, mas também para a revelação do intimismo da vivência anterior do edifício através da manutenção dos espaços domésticos originais

A intenção de AMA de constituir uma casa-museu encontra-se claramente indicada nos estatutos da Fundação; a importância deste documento confirma não só a sua opção por esta tipologia de museu, como também pela valorização do recheio da casa, colocando o foco no acervo, conforme o artigo atrás referido sublinha: “...sendo o seu recheio constituído por quadros, tapeçarias, tapetes, móveis, esculturas, pratos, porcelanas, relógios, joias, leques, azulejos, lustres, adornos diversos, livros e outros objectos de carácter artístico ou cultural...”²⁰⁵

A questão da valorização da coleção *versus* a valorização do personagem (presente na tipologia “Casa de Personalidades”) esteve presente na definição da missão da CMMA, especialmente aquando da elaboração da proposta funcional da Instituição. Estava em causa direccionar o trabalho museológico exclusivamente para o estudo, divulgação e salvaguarda

²⁰⁴ RODRIGUES, Elsa; Jornadas de trabalho DEMHIST, Paço do Duque, Guimarães, 2010 [Em linha], [Consult. 15 Nov. 2015] Disponível em WWW: <URL: <http://casas-museu-em-portugal.blogspot.pt/2010/02/proposta-de-categorizacao-das-casas.html>>

²⁰⁵ Cap. I Art. 3º a). Estatutos iniciais FMA. Vide Anexo II, 11

da coleção ou integrar na missão o estudo e divulgação da vida e obra de AMA, mantendo viva a memória do fundador enquanto colecionador e empresário.

Qual seria a sua vontade? Porquê uma casa-museu? Estaria AMA consciente das implicações da tipologia “casa-museu”? Conhecedor como era de outras realidades semelhantes, a não desejar esse tipo de protagonismo, o colecionador poderia ter optado por uma doação a um museu ou mesmo ao Estado. São muitos os casos que conhecia, nacionais e internacionais como a Jones Collection doada ao Victoria & Albert em 1882, a coleção Untermyer doada em 1941 ao Metropolitan de Nova Iorque, as doações feitas ao Museu Nacional de Arte Antiga, em 1969, de Calouste Gulbenkian, de Francisco Barros e Sá (ourivesaria) ou de Ernesto Vilhena (escultura), se bem que neste caso a doação foi feita em troca da isenção de pagamento do imposto sucessório ou a doação ao estado de Anastácio Gonçalves²⁰⁶.

Medeiros e Almeida era sempre muito abrangente na abordagem das questões que o moviam no entanto, temos por certo que, a sua opção terá sido principalmente orientada pela preocupação de evitar a dispersão do património e da sua valorização museológica e não por um exercício crítico sobre a essência tipológica do modelo de instituição que escolheu. No entanto, e apesar de se desconhecerem quaisquer determinações relativas ao registo da sua vida e obra, AMA estaria ciente de que esta opção implicava a perpetuação não só da sua coleção e casa como também do seu nome e memória.

Em 1979 terá expressado a Jacques Bruschin-Mortiau (1931-?, engenheiro, professor da Escola Politécnica de Lausanne, Suíça, colecionador e especialista em porcelana da China), aquando de uma visita deste à coleção, as suas inquietações quanto à futura salvaguarda de um espírito intimista que ele gostaria de ver refletido na sua Casa-Museu. O registo foi transmitido pelo próprio colecionador, 10 anos depois, aquando de uma segunda visita (março de 1989) à coleção em carta dirigida à administração da Fundação, agradecendo a visita: «...*Si j'étais émerveillé cette fois comme il y a dix ans par le goût très sûr et la grande persévérance de feu son propriétaire, je m'interroge encore sur la possibilité de concilier le cachet très particulier que dégage la demeure – celui de la maison d'un amateur éclairé d'art et de belles choses qui collectionne des céramiques de Chine, des montres et la peinture de*

²⁰⁶ Referem-se somente casos de instituições/coleções cujos acervos são coevos e similares ao da CMMA.

van Goyen – avec le besoin de préserver les objets contre l'usure sinon le vandalisme, une fois qu'elle sera ouverte au public. Je me souviens qu'António de Medeiros avait beaucoup insisté lors de notre rencontre sur cet aspect presque intimiste (je dirai anti-musée), qu'il souhaitait sauvegarder. La solution, difficile (mais est-ce que ce serait intéressant sans cela ?), qui vous incombe maintenant, est fondamentale, parce qu'elle déterminera le caractère de l'ensemble, tel qu'il sera perçu par les futurs visiteurs intéressés.»²⁰⁷

Na ausência de um esclarecimento cabal da questão, a direção da CMMA escolheu enveredar por uma vertente abrangente incluindo na sua missão o estudo tanto do património material como do imaterial. Duas linhas de interesse foram estabelecidas: o estudo das obras de arte constantes do acervo contribuindo para um aprofundamento do conhecimento das artes decorativas em Portugal e o estudo da vida e obra de AMA valorizando o seu papel de colecionador e empresário pretendendo gerar um contributo para a história do colecionismo em Portugal no século XX.

²⁰⁷ Vide Anexo II, 4, pp. 14-15

CAPÍTULO 2. A FMA - FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA

Neste capítulo analisa-se a génese e implementação da Fundação Medeiros e Almeida, abordando as vicissitudes do complicado e moroso processo, que levou à sua instituição.²⁰⁸

Como já foi abordado, a procura de uma solução para concretizar a vontade do casal Medeiros e Almeida, de doar ao país a sua coleção de arte, foi amadurecida ao longo dos anos sessenta, tendo sido nesse âmbito que AMA resolveu criar uma fundação. A figura jurídica da fundação enquanto entidade pública de direito privado, dotada de personalidade jurídica, de utilidade pública e de interesse social, garantia a realização desse sonho, proporcionando ainda o estabelecimento das condições legais para perpetuar a reunião e apresentação pública do património de AMA.

Por definição, uma fundação²⁰⁹ é uma pessoa jurídica, um fundo autónomo, que visa a administração de um dado património que é destinado a uma finalidade específica estabelecida estatutariamente - neste caso, a constituição e gestão de uma casa-museu. A referida finalidade é económica, mas não distributiva, a instituição não tem proprietário e é perpétua. A personalidade jurídica que lhe assiste refere-se à aptidão para adquirir direitos e contrair deveres (esta aptidão é genérica, reconhecida a todo o ser humano). O estatuto de utilidade pública é atribuído por se tratar de uma “...*pessoa coletiva privada, sem fins lucrativos...*”²¹⁰, o que por sua vez, garante benefícios como regalias e isenções fiscais. Também por definição legal, uma fundação “...*prossegue fins de interesse geral em cooperação com a Administração central ou local...*”²¹¹, sendo que o reconhecimento por parte do Estado depende do seu impacto social: “*Artigo 188.º 1.: Não será reconhecida a fundação cujo fim não for considerado de interesse social pela entidade competente.*”²¹² No caso da FMA, para além do respetivo interesse público e pedagógico, a sua atividade

²⁰⁸ Os conteúdos deste capítulo foram revistos pelo Presidente do Conselho Administrativo da FMA (Dr. João Oliveira da Silva) que acompanhou pessoalmente grande parte deste processo.

²⁰⁹ Código Civil, Capítulo II Pessoas Coletivas. [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL: <<http://www.cases.pt/outras-organizacoes/fundacoes/legislacao/codigocivil>>

²¹⁰ Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL: <<http://www.sg.pcm.gov.pt/pessoas-coletivas-de-utilidade-publica/faq.aspx>>

²¹¹ Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL: <<http://www.sg.pcm.gov.pt/pessoas-coletivas-de-utilidade-publica/faq.aspx>>

²¹² Código Civil, Artigo 188º [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=>>

compreende ainda a atribuição de bolsas de estudo, tal como foi disposto pelo seu fundador. (vide Estatutos FMA, Capítulo I, artigo 3º b).

Vários outros aspetos relacionados com a constituição da entidade fundação poderão ter ido de encontro aos interesses de AMA: o facto de as fundações poderem ser estabelecidas em vida, do seu reconhecimento estar indexado aos bens a ela destinados (artigo 185º 1.), a proibição de revogação por parte dos herdeiros (artigo 185º 4.), a capacidade de definição dos estatutos próprios (artigo 167º 1.) e ainda a escolha dos órgãos administrativo e de fiscalização (artigo 162º)²¹³ por parte do instituidor.

2.1 Uma ideia que toma forma

À falta de documentos escritos por AMA ou por MMA, são pequenos indícios como as histórias contadas pelos familiares e referências na vasta documentação do arquivo da Fundação (relacionada com a atividade de colecionador e de empresário), que nos levam a considerar que o casal discutia o destino a dar aos seus bens. Esta preocupação, que assiste a todos os colecionadores, começou a ser formulada no início da década de sessenta quando o casal a entrar na casa dos setenta anos e sem descendência direta, se questionava sobre o futuro a dar ao seu, já então, vasto património. Não é claro quando foi tomada a decisão, porém, podemos apontar o início dessa década como a altura em que começou a ser acarinhado o projeto de doar, ainda em vida, os seus bens ao País. (vide Notas Prévias 2)

Segundo relatos da família, a primeira ideia que surgiu foi a da criação de um museu de relógios, se bem que esta vontade não se encontre documentada, Margarida que certamente não pensava em deserdar os sobrinhos, era a impulsionadora do projeto para o qual, tinha mesmo pensado como localização a Torre do Relógio, edifício fronteiro ao Palácio Nacional de Queluz.²¹⁴ Por razões desconhecidas mas que pensamos prenderem-se com uma

²¹³ Código Civil, Artigos 185º, 167º, 162º [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=>>

²¹⁴ Conhecido como Torre do Relógio, o edifício datado de finais do século XVIII, situa-se no largo fronteiro ao Palácio Nacional de Queluz. À época pertencia ao Ministério das Finanças e aí funcionavam serviços do Estado tendo sido armazém da Legião Portuguesa, escola primária e casa de funcionários do Palácio. O edifício alberga hoje a Pousada D. Maria I. [Em linha], [Consult. 26 out. 2015]. Disponível em WWW: URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70878/>

ambição diferente por parte do marido, tais planos não foram adiante, tendo todas as coleções conhecido um caminho diferente.

Para além desta ideia, a participação de MMA no projeto posteriormente levado a cabo é irrelevante. Educada no seio de uma família da alta burguesia, como uma boa esposa, limitava-se a acompanhar o marido nas suas decisões. Da leitura dos pequenos diários que redigia destaca-se o registo das viagens e passeios que fazia e o seu papel no lar, com as preocupações respeitantes aos empregados e manutenção da casa bem como, a responsabilidade da vida social, com a organização de receções e jantares.²¹⁵ Como qualquer mulher da sua condição social, o dia-a-dia de MMA passava por assistir à Missa, visitar os pais e familiares, tomar chá com amigas e fazer compras no Chiado.²¹⁶

No âmbito da decisão de doar ao país a sua coleção, cujo património incluía, para além do acervo artístico, o edifício onde este estava instalado, AMA planeia construir um anexo sobre o jardim da sua casa de modo a poder alargar a coleção; a ideia era a de continuar a colecionar. Esta resolução toma forma em 1968, quando contrata o arquiteto Alberto Cruz para projetar a referida extensão. Contudo, a primeira referência escrita conhecida sobre esta decisão surge pela mão do antiquário inglês Ronald A. Lee que em 1964, numa carta de agradecimento a AMA por lhe ter mostrado a coleção, sugere que o colecionador já falava num projeto que contemplava um novo edifício para a sua coleção: *"...How wise you are to plan an extension for the porcelains, etc. they deserve to be shown more individually as the standard is so very high..."*²¹⁷

A decisão estava tomada, restava concretizá-la. Em termos jurídico-legais AMA tinha três alternativas: ou fazia uma doação ao Estado (a um museu nacional ou camarário) ou criava uma entidade que garantisse a união e manutenção do seu património podendo fazê-lo em vida ou por legado *pos-mortem*. A solução que encontrou foi a criação, em vida, de

²¹⁵ Ficou famoso o jantar oferecido aos Príncipes do Mónaco, de visita oficial a Portugal em abril de 1964, no qual Amália foi contratada para cantar ao serão. Pasta I. Espólio documental – Arquivo FMA

²¹⁶ Não se lhe conhece também qualquer papel na escolha de obras de arte. Existe porém, uma história familiar que conta que certa ocasião em França, em 1971, MMA manifestou gosto por um apainelado francês pintado à mão. António fingiu-se desinteressado tendo efetuado a compra às escondidas para fazer uma surpresa à mulher. Infelizmente, quando o apainelado chegou a Portugal, MMA tinha acabado de falecer. Inventário CMMA – Arquivo FMA

²¹⁷ Excerto da carta de Ronald Lee a AMA, Londres, 15 set. 1964. Lee nota ainda a qualidade da iluminação: *"...I also think that the lighting of your paintings is as good as I have seen, a point which is so often missed in many collections..."*. Vide Anexo II, 4

uma fundação. A instituição à qual doou todo o seu património móvel e imóvel, tinha como objetivo: “...dotar o País de uma casa-Museu.”²¹⁸ Estavam assegurados os seus objetivos.

Um memorial escrito em dezembro de 1975 é o único documento que esclarece, pelo seu punho, o que motivou a sua escolha: “...À ideia de ainda em vida constituir uma Fundação e nela integrar as suas valiosas colecções presidiu a preocupação de evitar que, após a sua morte, se verificasse a sua dispersão e abandono, como infelizmente tem acontecido noutros casos.”²¹⁹ AMA estaria possivelmente a referir-se ao caso da dispersão da coleção do Comandante Ernesto Vilhena (1876-1967) “Sem lhes deixar testamento redigido ou últimas vontades apontadas [...]. Passados os dias da comoção e da perda, árdusos iriam ser os tempos. Iria começar a dispersão da(s) Colecção(ões) Vilhena.”²²⁰ e ao caso da doação ao Estado pelo Dr. Anastácio Gonçalves (1888-1965) que à época se encontrava num impasse: “A Casa-Museu só viria a abrir ao público em 1980, quinze anos após a morte de António Anastácio Gonçalves, quinze anos de luta burocrático-administrativa, incluindo a aceitação do legado pelo Estado, obras de conservação e segurança no edifício...”²²¹ São ainda seus contemporâneos os processos de coleções semelhantes à sua, que sofreram destinos diversos relacionados com as disposições dos seus patronos: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (1953), Fundação Calouste Gulbenkian (1956), Museu do Caramulo (1959). Certamente que as vicissitudes destas realidades o inspiraram: todas de uma forma ou outra, são instituições de usufruto público no entanto, só as fundações Calouste Gulbenkian e Abel de Lacerda (hoje Fundação Abel e João de Lacerda) têm o total controlo das suas decisões.

Podemos afirmar que a opção do colecionador pela criação de uma fundação terá sido uma escolha consciente, de teor jurídico, motivada por um lado pela garantia de união e preservação dos seus bens e, por outro, pela possibilidade de controlo dos destinos da instituição que assiste a esta figura jurídica. (vide Parte II, Capítulo 2, 2.1)

Deverá então o gesto altruísta de AMA ser entendido enquanto uma decisão racional, de ordem burocrática? AMA era conhecedor e admirador da cultura filantrópica

²¹⁸ Capítulo I, Artigo 3º a). Estatutos iniciais FMA. Vide Anexo 11

²¹⁹ Memorial, Lisboa, 18 dez. 1975. Pasta VII, Espólio documental - Arquivo FMA. Anexo II, 14

²²⁰ CARVALHO, 2014, p.434

²²¹ MATOS, 2002, p.14

nomeadamente dos países anglófonos²²², onde a prática de doações de coleções é muito frequente, pelo que, o sentido benfeitor e mesmo um espírito cívico e patriótico, próprios da época, nortearam certamente as suas disposições. Poderia ter beneficiado os muitos herdeiros porém, a sua forte personalidade que valorizava o rigor e o método aliados à vertente prática, não permitiriam que a situação da sua dádiva não ficasse totalmente estipulada e clarificada nem que a sua subsistência ficasse garantida. Ainda hoje a Casa-Museu Medeiros e Almeida funciona nos termos das suas disposições.

A decisão de AMA insere-se numa corrente, que vinha do início do século XX, com a instituição de doações e legados feitos ao Estado com vista à salvaguarda de património, nomeadamente acervos artísticos e bibliográficos de colecionadores, artistas, escritores e políticos que geraram a criação de museus, casas-museu e museus-biblioteca: *“Até então, o exemplo que encontramos das criações das Casas para Museus teve início com o Museu João de Deus [Museu-Biblioteca, Pedagógico e Artístico João de Deus (1917), Lisboa], encontrando eco no projeto do escultor Teixeira Lopes que, em 1936, instituiu em Vila Nova de Gaia, a sua Casa-Museu Atelier...”*²²³

Um pouco mais tarde, por volta dos anos 50, os patronos recorrem à criação de fundações: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (1953), Fundação Calouste Gulbenkian (1956), Fundação Abel de Lacerda (1958), instituições que visam a salvaguarda e gestão dos seus acervos: *“As Fundações, como figura jurídica de suporte à criação de museus, permitiu em Portugal a proliferação de espaços vocacionados para a salvaguarda do património...”*²²⁴ A Fundação Medeiros e Almeida, instituída em 1972, integra-se nesta tendência.

Para a redação dos estatutos da sua Fundação, o colecionador ter-se-á apoiado em alguns casos semelhantes: as já mencionadas Fundação Ricardo Espírito Santo Silva²²⁵ (1953), Fundação Calouste Gulbenkian²²⁶ (1956), Fundação Abel de Lacerda (1958) e as fundações Raquel e Martin Sain (1959) e Amélia da Silva Mello (1964). Os estatutos destas

²²² O seu sócio e amigo William Morris (1877-1963) criou, em 1943, uma fundação de beneficência no campo da educação (Nuffield College, Oxford). Fundação Nuffield: <http://www.nuffieldfoundation.org/about-the-foundation>

²²³ BORGES, 2014, p.165

²²⁴ Referem-se somente casos de instituições/coleções cujos acervos são coevos e similares ao da CMMA. BORGES, 2014, p.166

²²⁵ Doravante referida com o acrónimo FRESS

²²⁶ Doravante referida com o acrónimo FCG

instituições (que são constantes do espólio documental da FMA) articulam-se segundo a mesma lógica: os capítulos visam a criação, o património, a administração, a fiscalização e as disposições gerais da instituição, diferindo essencialmente no que respeita à missão/objetivos e ao património com que são dotadas. Os casos da FRESS e da Fundação Abel de Lacerda são aqueles que mais se aproximam do modelo funcional da FMA. A FRESS, difere no sentido em que, para além da constituição de um museu (Museu-Escola de Artes Decorativas) a instituição criou também: “...*oficinas destinadas a estágios e aperfeiçoamento nas várias artes decorativas...*”²²⁷ Quanto à Abel de Lacerda, que foi criada após a morte prematura do fundador do museu, na administração da qual AMA esteve envolvido, apesar de prosseguir igualmente “...*fins artísticos e educativos, nomeadamente o culto das belas-artistas, estimulando o interesse por elas e promovendo a instalação do Museu do Caramulo...*”, a constituição do seu património é distinta da FMA pois é inteiramente constituído por: “...*todos os bens que lhe foram ou venham a ser doados ou legados...*”²²⁸. A FCG tem como particularidade ter sido criada por disposição testamentária. Se bem que os “...*fins da Fundação são caritativos, artísticos, educativos e científicos*”²²⁹, não se encontra referida nos estatutos a constituição do museu que é posteriormente criado (1969) no âmbito da fundação. As restantes fundações são de teor diferente; a Fundação Sain “...*tem por objetivos a realização de uma obra de educação e ocupação tiflológicas, nomeadamente na formação profissional de cegos...*”²³⁰ e a Fundação Silva Mello tem como missão “...*fins de educação e de assistência.*”²³¹

2.2 Fundação Medeiros e Almeida - Estatutos

A elaboração dos estatutos, que adiante analisamos, foi realizada por AMA com o apoio jurídico das suas equipas de advogados, lideradas pelo Dr. Tito Arantes (1900-2001) e

²²⁷ Cap. I, Art.º 3 d) - Decreto-Lei nº 39190, Diário do Governo, I Série, nº 85, 27 abr. 1953. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²²⁸ Cap. II, Art.º 5 e 7 b) – Despacho Ministerial, 17 Fevereiro de 1958, Diário do Governo nº 84 III Série, 9 Abril 1958. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²²⁹ Cap. II, Art.º 4 - Decreto-Lei nº 40690, 18 jul. 1956. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²³⁰ Cap. I Art.º 3 - Decreto-Lei nº 42117, 21 jan. 1959. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²³¹ Cap. I, Art.º 4 - Decreto-Lei nº 45954, Diário do Governo, I Série, nº 235, 7 out. 1964. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

pelo Dr. Abranches-Ferrão (1908-1985)²³². Com estes estatutos AMA procurava garantir, nos termos que julgou pertinentes, o funcionamento da instituição que pretendia criar.

Redigidos os estatutos iniciais, o documento foi submetido à Presidência do Conselho que, conforme dita a lei, ordenou uma auditoria jurídica, no sentido de obter o necessário reconhecimento.²³³ Recorrendo ao exemplo de situações semelhantes²³⁴, a auditoria debateu²³⁵ a questão da criação da fundação enquanto ato administrativo integrado no exercício da administração pública e com as subsequentes diligências administrativas/legislativas. À partida, “...Entendia-se necessário para essas fundações, pois, o reconhecimento pelo Governo, visto a este caber a administração pública. Na prática, porém, a aprovação costumava ser dada por lei especial...”. No caso da FMA, baseando-se o auditor no facto de que esta fundação seria uma instituição de interesse social e estando já regulamentadas essas fundações no novo Código Civil²³⁶ - que reconhece que tais fundações adquirem personalidade jurídica - o relatório concluiu: “3.4 ... não ser necessário qualquer diploma legal para a instituição e para o reconhecimento da projectada fundação.” Esta é a razão da inexistência de um decreto-lei fundador da mesma. Quanto ao devido

²³² Dr. Tito Luís Mena Castelo Branco Arantes, advogado, político e parlamentar (Legislaturas V, VI, VII, VIII, IX) [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL:

<http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/a/arantes_tito_de_castelo_branco.pdf>

Dr. Fernando de Oliveira Abranches-Ferrão, advogado e ativista político. Curiosamente, Tito Arantes era um homem fiel ao Estado Novo e da confiança de Salazar e Abranches-Ferrão era um conhecido opositor do regime do Estado Novo. AMA sempre se soube rodear e criar amizades com pessoas de todos os quadrantes sociais e políticos.

²³³ Código Civil, “Artigo 158.º 1. As associações e fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, salvo disposição especial da lei. 2. O reconhecimento é individual e da competência do Governo, ou do seu representante no distrito quando a actividade da associação ou fundação deva confinar-se na área dessa circunscrição territorial.” [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL:

<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=>

²³⁴ À época, as fundações regiam-se pelo Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei nº 47 344, de 25 de novembro de 1966. Pela Lei nº 24/2012 foi criada a Lei-Quadro da Fundações alterando o Código Civil <http://www.sg.pcm.gov.pt/media/8063/Lei24-2012.pdf>. A lei foi revista em 2015 estando hoje em vigor a Lei 150/2015.

²³⁵ Para fundamentar o seu parecer, o auditor jurídico apoiou-se na legislação em vigor, nomeadamente de outras fundações e em documentação coeva como o “Manual de Direito Administrativo”, o “Manual de Ciência Política e Direito Constitucional” e a obra “Das Fundações”, de autoria do Professor Marcello Caetano, que cita diversas vezes no documento. Relatório da auditoria jurídica, Lisboa, 20 Jan. 1969. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²³⁶ “... quer nos artigos 185º a 194º, que as regulam especificamente, quer nos artigos 157º a 166º, que definem as disposições comuns sobre pessoas colectivas.”, e “3.3 Também o Código Civil regula o acto da instituição, estabelecendo, no nº1 do art. 185º, que as fundações podem ser instituídas por testamento ou por acto entre vivos, devendo, neste último caso, constar de escritura pública...” Relatório da Auditoria Jurídica, Lisboa, 20 Jan. 1969, p.4. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

reconhecimento, o relatório evoca a prossecução de “...fins artísticos e educativos” da instituição, para validar a competência do Governo sobre a matéria, em vez do Governo Civil de Lisboa, o que à partida faria sentido visto situar-se na referida cidade²³⁷. Esta premissa justifica o despacho ministerial que outorga os primeiros estatutos da Fundação.

Por documento existente nos arquivos da FMA, sabemos que a primeira redação dos estatutos da FMA foi anterior à morte de MMA, que ocorreu a 25 de junho de 1971, pois lê-se no 1º artigo: “...cujo património inicial é constituído pelos bens e valores afectados pelos seus instituidores António de Medeiros e Almeida e sua Mulher D. Margarida Pinto Basto e Almeida.”²³⁸ Será porém cerca de um ano mais tarde, já após a morte da esposa, a 31 de agosto de 1972, que AMA verá aprovados os “estatutos iniciais” da Fundação Medeiros e Almeida, por despacho de “Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional”, do Governo de Marcello Caetano, o Professor Doutor José Veiga Simão (1929-2014)²³⁹. Esses primeiros estatutos compunham-se de quatro capítulos: Capítulo I - Criação e Fins, Capítulo II - Património, Capítulo III - Administração e Fiscalização, Capítulo IV - Disposições Gerais, e contavam vinte e dois artigos. Esta estrutura manter-se-á apesar das revisões efetuadas. Os estatutos em vigor datam da última revisão efetuada a 8 de abril de 1992.

De acordo com o Capítulo I: “Art. 1º É criada na cidade de Lisboa uma fundação denominada “Fundação Medeiros e Almeida”, cujo património inicial é constituído pelos bens e valores afectados pelo seu instituidor António de Medeiros e Almeida. Art. 2º A Fundação, dotada de personalidade jurídica, é uma instituição perpétua, de interesse social e utilidade pública, tem a sua sede no prédio sito na Rua Mouzinho da Silveira, Ns 4 e 6 e Rua Rosa Araújo, Nº 41, e rege-se pelos presentes estatutos.” O artigo 3º esclarece o objetivo da constituição da Fundação: “...dotar o País com uma Casa-Museu, sendo todo o seu recheio constituído por quadros, tapeçarias, tapetes, móveis, esculturas, pratas, porcelanas, relógios,

²³⁷ “...a projectada fundação não terá a sua actividade necessariamente limitada à área de um distrito, e, pois, que a competência para o reconhecimento deverá pertencer ao Governo. [...] tendo a fundação fins artísticos, culturais ou educativos, [...] deve pertencer ao Ministro da Educação Nacional...” Relatório de Auditoria Jurídica, Lisboa, 20 Jan. 1969, p.8: Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²³⁸ “Estatutos da Fundação Medeiros e Almeida”, s.l. (Lisboa), s.d. (anterior a junho 1971). Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²³⁹ “Estatutos da Fundação Medeiros e Almeida”, s.l. (Lisboa), 31 Ago. 1972. Estatutos iniciais. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 11

lustres, adornos diversos e livros”. Anexo a este despacho, conforme indicação do relatório da auditoria, encontrava-se uma relação dos bens afetos, ainda sem valores.

De modo a garantir o seu futuro financiamento e auto sustento, Medeiros e Almeida doou à Fundação praticamente a totalidade do seu património: *“Artigo 4.º À Fundação são desde já destinados pelo seu instituidor: a) O prédio sito em Lisboa, na Rua Mouzinho da Silveira, N.ºs 4 e 6 e Rua Rosa Araújo, N.º 41; b) o prédio sito em Lisboa, na Rua Rosa Araújo, N.ºs 37 e 39, que constituirá um prolongamento natural da Casa-Museu para os fins estabelecidos no art.º 3.º; c) o recheio dos mesmos prédios, conforme respectivos inventários [...]; d) - 1) o terreno anexo à Casa-Museu, tornejando da Rua Mouzinho da Silveira para a Rua Barata Salgueiro, a fim de nele ser construído um imóvel; 2) o rendimento líquido do imóvel referido [...].”*²⁴⁰

No seguimento das recomendações da auditoria respeitantes à isenção fiscal pretendida - por não ter a FMA utilidade pública administrativa, a qual teria direito a tal isenção -, é recomendada a criação de um decreto-lei específico²⁴¹. A 13 de dezembro de 1972, é publicado o Decreto-Lei nº 510/72, *“...Visto e aprovado em Conselho de Ministros – Marcello Caetano e Manuel Artur Cotta Agostinho Dias”,* que concede isenção de impostos²⁴² à instituição e ao instituidor.²⁴³

²⁴⁰ Vide Estatutos FMA, Cap. II, Artigo 4º, 1, a),b),c),d), 2. Estatutos iniciais. Espólio documental – Arquivo FMA. Anexo II, 11

²⁴¹ *“4.4...Parece-me que só por disposição especial [...] é de concluir que só por decreto-lei se poderá garantir à projectada Fundação a ampla e genérica isenção prevista no artigo 6º do projecto.”* Relatório de Auditoria Jurídica, Lisboa, 20 Jan. 1969, p. 13. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁴² Contribuição Predial - Despacho da Direção-Geral de Contribuições e Impostos, Lisboa, 2 out. 1973. Imposto Complementar - Despacho da Direção-Geral de Contribuições e Impostos, Lisboa, 2 out. 1973. Contribuição Industrial - Despacho da Direção-Geral de Contribuições e Impostos, Lisboa, 18 mar. 1974. Imposto de Capitais - Despacho da Direção-Geral de Contribuições e Impostos, Lisboa, 7 ago. 1978. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁴³ *“Artigo 1º A Fundação Medeiros e Almeida goza das isenções fiscais concedidas pela lei geral às pessoas colectivas de utilidade pública administrativa” e “Art. 2º O instituidor da Fundação fica isento do imposto sobre as sucessões e doações por ele devido quanto aos bens imóveis compreendidos na herança de sua esposa, Margarida Pinto Basto e Almeida, e que por ele sejam doados à Fundação no prazo de um ano, contado da vigência do diploma.”* Ministério das Finanças, Diário do Governo, I Série - Número 288, p. 1903. Decreto-Lei 510/72, Lisboa 13 Dez. 1972. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Conforme publicado no Diário do Governo²⁴⁴ de 28 de março de 1973, a primeira escritura pública²⁴⁵ de constituição da Fundação data de 21 de fevereiro de 1973²⁴⁶, publicando-se os estatutos inicialmente aprovados a 31 de agosto de 1972. Paralelamente à criação da Fundação, AMA formaliza a doação dos seus bens à FMA, realizando uma escritura de doação onde consta uma relação dos bens móveis e imóveis, ascendendo a um valor total de avaliação de trinta e três milhões e quarenta e seis mil escudos (33.046.000\$00)²⁴⁷.

No sentido de dotar a FMA com os bens prometidos, AMA doa ainda a favor da FMA a metade indivisa “...de um prédio rústico (...) situado em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro e Mouzinho da Silveira (...) o valor de quinze milhões de escudos...”²⁴⁸, esta metade tinha pertencido a MMA e por sua morte, tinha sido transferida para AMA, seu único e universal herdeiro, que reserva a restante metade do imóvel – ainda por construir - para seu usufruto em vida. Tal nunca se veio a verificar pois, devido às dificuldades financeiras enfrentadas por AMA – adiante tratadas - o prédio só veio a ser construído após a sua morte.²⁴⁹

Em relação à coleção, no sentido de garantir a sua preservação, AMA torna o seu acervo praticamente numa “coleção fechada”, ao dificultar o processo de compra de obras de arte²⁵⁰ e ao proibir qualquer tipo de alienação.²⁵¹ Conhecedor como era da atividade de

²⁴⁴ Diário do Governo, III Série – Número 74, Lisboa 28 Mar. 1973, pp. 1882-1884. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁴⁵ Código Civil, “Artigo 185.º 3. A instituição por acto entre vivos deve constar de escritura pública e torna-se irrevogável logo que seja requerido o reconhecimento ou principie o respectivo processo oficioso.” [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL:

<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=>

²⁴⁶ Escritura de Constituição da Fundação com a denominação de “FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA”, Lisboa, 21 fev. 1973. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁴⁷ A primeira escritura de doação não apresenta valoração dos bens: “Inventário do recheio do prédio da rua Mouzinho da Silveira, números quatro e seis, conforme alínea b) do artigo quarto”, Lisboa, 21 fev. 1973. Espólio documental – Arquivo FMA. Em junho é apensa nova escritura de doação: “Relação dos bens doados por António de Medeiros e Almeida, residente na Rua Rosa Araújo, Nº37, desta cidade, por escritura de 21 de Fevereiro de 1973, a favor da Fundação Medeiros e Almeida. Bens Mobiliários que constituem o recheio do prédio sito em Lisboa, na Rua Mousinho da Silveira, nºs 4 e 6 e Rua Rosa Araújo, nº 41, desta cidade”, Lisboa, 11 Jun. 1973. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁴⁸ Escritura de doação, Lisboa, 30 nov. 1973. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁴⁹ O terreno tinha sido adquirido por AMA em janeiro de 1951. A primeira intenção era construir uma “Estação de serviço e Stand de Automóveis” de apoio à atividade no ramo automóvel. Pedido dirigido à CML, Lisboa, 19 jan. 1955. Pasta VI. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁵⁰ Até hoje a Fundação só adquiriu um conjunto de 10 fotomontagens da autoria do artista Eduardo Nery, por estas terem sido feitas no âmbito de uma exposição temporária, sobre fotos cedidas ao fotógrafo pela Casa-Museu Pasta V. Inventário CMMA – Arquivo FMA

²⁵¹ “Capítulo II, Artigo 7º § 2.º - A Fundação só poderá adquirir, a título oneroso, obras de arte quando estas se enquadrem no espírito que presidiu à organização da Casa-Museu e sem prejuízo do disposto no § único do Art.

uma instituição museal faz também, algumas disposições nesse sentido: *“Capítulo II, Artigo 4º § único - Não poderão ser feitas alterações no arranjo do Museu, devendo, no entanto, serem expostas as peças que ainda se encontram armazenadas nas instalações da Fundação. As peças poderão ser, excepcionalmente, removidas por ocasião de exposições temporárias de especial relevância.”*

Quanto à administração da instituição, no Capítulo III dos estatutos é instituído-conforme os ditames do artigo 162º do Código Civil²⁵² - um Conselho Administrativo, composto por sete membros, do qual é o Presidente, acompanhado por Tito Arantes e Oliveira da Silva, ambos seus advogados. Como membros natos nomeia o Diretor do Instituto Português do Património Cultural²⁵³ enquanto superior dirigente da tutela da cultura e o Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, instituição de referência a nível nacional e cuja coleção tem mais afinidades do ponto de vista cronológico e tipológico com o acervo artístico da FMA. São ainda nomeados como administradores os sobrinhos Adolfo de Lima Mayer e João Vasco de Paiva Raposo de Almeida.

AMA garantiu ainda, segundo o artigo 162º, a existência de um órgão de fiscalização das contas da Fundação por parte das entidades oficiais competentes, elegendo um Conselho Fiscal de três membros composto: *“...pelas pessoas que para tanto forem designadas pela Inspeção-Geral de Finanças e Direcção-Geral da Contabilidade Pública e presidido por um Juiz do Tribunal de Contas, designado pelo presidente deste.”*²⁵⁴

As condições de uma possível extinção estão também consagradas nos estatutos da FMA: *“Capítulo IV, Disposições Gerais, Artº. 22: No caso de a Fundação se extinguir, os bens a ela afectos pelo Instituidor reverterão à sua posse e propriedade, ou de quem este indicar por disposição testamentária ...§ único Será causa de extinção a insuficiência das receitas referidas no artigo 6º para fazer face às despesas da Fundação. Contudo tal extinção não*

4.º. Art. 8.º A Fundação não poderá alienar, no todo ou em parte, os bens definidos nas alíneas a), b), c) e d) do art.º 4.º, que constituem o seu património inicial.” Pasta VII. Estatutos iniciais FMA. Vide Anexo II, 11

²⁵² Código Civil “Artigo 162º Os estatutos da pessoa colectiva designarão os respectivos órgãos, entre os quais haverá um órgão colegial de administração e um conselho fiscal, ambos eles constituídos por um número ímpar de titulares, dos quais um será o Presidente.” [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=>

²⁵³ Apesar da alteração do artigo 10º (1992) que substituiu o Instituto Português do Património Cultural pelo Instituto Português de Museus, a pessoa jurídica da tutela tem-se alterado porém, o cargo cabe sempre ao Presidente da tutela da Cultura.

²⁵⁴ Capítulo II, artigos 14º e 15º. Pasta VII. Estatutos iniciais FMA. Vide Anexo II, 11

*poderá ser efectivada, pelo fundamento exposto, sem um pré-aviso de noventa dias feito aos Ministérios das Finanças e da Tutela.”*²⁵⁵

No âmbito de um trabalho conjunto do fundador com a tutela (Secretaria de Estado da Cultura e Instituto Português do Património Cultural²⁵⁶) os estatutos sofreram algumas revisões²⁵⁷ que nos termos da lei, foram sendo publicadas em Diário de Governo:

- 15 junho de 1978²⁵⁸ - As alterações foram comunicadas por ofício assinado por Luz Afonso Chefe de Gabinete do SEC.²⁵⁹ Desta primeira revisão destacam-se as seguintes alterações: no artigo 4º incluem-se nos bens da Fundação o terreno da Barata Salgueiro e metade do seu rendimento líquido, no artigo 8º autoriza-se uma hipoteca sobre o imóvel a construir, no 19ºb) acrescenta-se o dever de: “... *promover e dirigir a construção de um imóvel de rendimento no terreno referido na alínea d) do artigo 4º...*”. No último artigo o 22º, referente às condições de extinção da Fundação, introduz-se a salvaguarda de possíveis investimentos do Estado: “...*sem prejuízo da reversão a favor do estado do valor dos subsídios que este lhe tenha atribuído, directamente ou através do instituidor, com a actualização dos coeficientes de desvalorização da moeda fornecidos pelo Banco de Portugal.*”;

O referido ofício da SEC sugeria que o CA, atendendo ao empréstimo concedido: “... *fosse alterado de modo a funcionar em regime de paridade entre os representantes do Estado e os restantes membros...*” Esta pretensão foi liminarmente recusada por AMA que referiu na sua resposta: “...*Parece-me elementar justiça que quem pratica um gesto destes deseje ser ele ou, após o seu falecimento, os seus familiares, quem administre a Fundação – já se vê com plena fiscalização por parte das entidades oficiais competentes.*”²⁶⁰

²⁵⁵ Vide Estatutos FMA, Cap. IV, Artº 22 e §. Pasta VII. Estatutos iniciais FMA. Vide Anexo II, 11

²⁵⁶ Organismos doravante referidos com os acrónimos SEC e IPPC

²⁵⁷ Código Civil “Artigo 189.º Os estatutos da fundação podem a todo o tempo ser modificados pela autoridade competente para o reconhecimento, sob proposta da respectiva administração, contanto que não haja alteração essencial do fim da instituição e se não contrarie a vontade do fundador. [Em linha], [\[Consult. 30 Dez. 2015\]](#). Disponível em WWW: URL:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=>

²⁵⁸ Lisboa, Diário da República, III Série – número 135, 15 de junho de 1978, pp. 6628-6629. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁵⁹ Estatutos revistos aprovados por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura do II Governo Constitucional, Dr. Mário Sottomayor Cardia. Ofício 647-GAB/78, Lisboa, 17 Mar. 1978. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁶⁰ Resposta ao ofício nº 647-GAB/78 da SEC. Lisboa, 27 mar. 1978. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

- 5 de Agosto de 1980²⁶¹ - Nesta revisão, sem grandes alterações de fundo, modificaram-se os artigos: 4º b) e c), 8º, 10º, 11º, 12º e 19ºb) e f);²⁶²

- 6 de Julho de 1983 – Nesta revisão incluiu-se o artigo 3º a alínea b) que prevê a concessão de bolsas de estudo, no artigo 4º introduziu-se o dever de “...*expor as peças que ainda se encontram armazenadas nas instalações da Fundação*” e no artigo 17º introduz-se a obrigação de homologação de possíveis alienações ou contrações de empréstimos, por parte da tutela.

Seis anos após a morte de Medeiros e Almeida, a 20 de fevereiro de 1992, o CA solicita à tutela uma última alteração de estatutos.

- 8 de Abril de 1992²⁶³ – A revisão resumiu-se à alteração artigo 10º respeitante ao IPPC enquanto membro nato do Conselho Administrativo da Fundação que foi substituído pela tutela coeva, o IPM.

Com esta pequena revisão os estatutos adquirem a atual redação²⁶⁴. Visto o conteúdo se manter atualizado, o CA não tem sentido necessidade de proceder a alterações. Ao CA compete dirigir a Instituição e garantir que as disposições de AMA são seguidas.

2.2.1 O inventário do acervo

Consciente do trabalho que uma instituição museológica envolve, Medeiros e Almeida tinha solicitado ao arquiteto Sommer Ribeiro - contratado para realizar o projeto de museografia da Casa-Museu - um plano de trabalho para a inventariação das peças do acervo. O plano apresentado previa a contratação de técnicos da Fundação Calouste Gulbenkian para elaborarem o inventário da coleção; o conservador António Manuel Gonçalves, as técnicas auxiliares Maria Madalena de Pina Massano d’ Amorim e Maria Helena Lane de Almeida Lima Ribeiro (mulher de SR) e o fotógrafo Reinaldo Viegas.²⁶⁵ Esta

²⁶¹ Diário da República, III Série, Nº 179, 5 Agosto, 1980, p. 8928. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁶² Vide Anexo II, 15

²⁶³ Informação 251/92, Instituto Português dos Museus, Documento de homologação da *Alteração do artigo 10º dos Estatutos da Fundação Medeiros e Almeida*, Lisboa, 28 abr. 1992, enviado à Fundação em 9 jul. 1992. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁶⁴ Apesar da tutela da cultura ter alterado por diversas vezes de organismo (Ministério, Direção-Geral, Instituto), o cargo pertence ao seu dirigente máximo. Estatutos finais. Vide Anexo II, 16

²⁶⁵ Projeto “*Casa-Museu de António de Medeiros e Almeida*”. Lisboa, 3 fev. 1971. Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

primeira campanha de inventário, realizada entre 15 de fevereiro e 15 de maio de 1971, não incluiu a totalidade do acervo. O inventário foi elaborado segundo as regras vigentes à época, incluindo informações sobre a identificação das obras de arte em fichas de inventário manuais bem como o seu registo fotográfico.

No âmbito da intenção de abertura da casa-museu ao público e da vontade de cumprir a pertinente legislação, Medeiros e Almeida recorre ao IPPC, dirigido então por Maria Natália Correia Guedes e ao Museu Nacional de Arte Antiga, na pessoa da sua diretora, a museóloga e historiadora da arte Maria Alice Mourisca Beaumont²⁶⁶, no sentido de aconselhamento profissional. Após se inteirarem sobre o projeto de AMA, Correia Guedes e Beaumont estabelecem como prioridades para o futuro funcionamento da Casa-Museu a conclusão do processo de inventariação e a preparação de um concurso para encontrar o diretor da futura instituição. Decorrendo da solicitação de AMA, em julho de 1977, Beaumont elabora um relatório onde especifica as habilitações e o perfil pretendidos para o candidato: *“...o domínio de uma cultura média superior, sobretudo em história da arte e uma vocação para a profissão de Conservador que inclui o interesse pelos objectos (estudo, conservação, valorização) e pelo público a quem se comunicam os mesmos objectos, a dedicação ao objectivo do seu trabalho, uma sólida formação deontológica e a aliança entre o sentido de dignidade profissional e a disponibilidade para cumprir a sua missão.”*²⁶⁷

AMA acabou por não ver implementados estes planos devido à demora nas obras da Casa-Museu e, principalmente, devido a não se ter concretizado o projeto de construção do edifício que asseguraria a sua viabilidade financeira, resultando numa falta de liquidez, que se prolongou até à morte de Medeiros e Almeida, em 1986.

2.3 Revolução de 25 de Abril de 1974 – dificuldades atrasam o projeto

Em 1974, as obras que AMA empreendeu no anexo do Museu encontravam-se em bom ritmo. Os arquitetos Frederico George e Sommer Ribeiro encontravam-se ainda em funções, bem como os empreiteiros envolvidos. Para realizar este investimento, tinha contraído um empréstimo junto do Banco FONSECAS & BURNAY.²⁶⁸

²⁶⁶ Doravante referida com o acrónimo MAB

²⁶⁷ *“Definição do Perfil do Conservador do Museu da Fundação Medeiros e Almeida”*. Lisboa, 1 jul. 1977. Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁶⁸ Adiante referido com o acrónimo BFB

Nessa altura, o plano de viabilidade económica da Fundação assentava no pressuposto da venda de ações da sua vasta carteira de títulos nacionais e internacionais, nomeadamente da participação maioritária que detinha na fábrica de açúcar açoriana SINAGA, para a qual existiam à época três entidades interessadas. O capital realizado permitiria cumprir as obrigações bancárias, pagar aos fornecedores da obra e fazer face às despesas de manutenção da Casa-Museu. Outro projeto a ser financiado pela venda das ações era o da construção do projetado imóvel no terreno anexo à Casa-Museu, que viria garantir um rendimento a AMA, já que se tinha afastado do mundo dos negócios mantendo somente as presidências da SINAGA e da CTN.

Com a Revolução de 25 de abril de 1974, a situação de Medeiros e Almeida altera-se drasticamente. As consequências económicas decorrentes das disposições referentes ao sistema bancário estiveram na origem dos problemas que o impediram de ver concretizado em vida o sonho de *“dotar o País com uma Casa-Museu”*²⁶⁹

Após a Revolução, a *Junta de Salvação Nacional* ordena várias medidas de emergência no sentido de evitar a especulação monetária e possíveis dependências de agentes externos ao País. Logo a 29 de abril de 1974 é decretado o encerramento da Bolsa de Valores de Lisboa e do Porto, com a suspensão das transações de valores mobiliários²⁷⁰. Posteriormente, o Conselho da Revolução aprova a nacionalização das instituições de crédito²⁷¹ e a intervenção do Estado nas empresas privadas.

Devido a estas medidas, AMA encontrou-se sem liquidez nem capacidade de manobra já que vivia essencialmente dos rendimentos da sua carteira acionista. Quanto às ações da SINAGA, que antes da nacionalização contabilizavam um valor superior a cem mil

²⁶⁹ Vide Estatutos FMA, Cap. I, Artigo 3º a). Pasta VII. Estatutos iniciais FMA. Vide Anexo II, 11

²⁷⁰ Diário de Notícias, Lisboa, 28 Abril de 1974: *“...3) Até instruções em contrário, fica encerrada a Bolsa de Títulos e em consequência ficam igualmente suspensas todas as transacções de valores mobiliários”*. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Esta resolução não cumpriu o requisito formal de publicação em Diário do Governo tendo por isso sido confirmada, por despacho do Diretório do Conselho da Revolução, DD4493, de 23 Agosto de 1975. Diário da República Eletrónico, [Em linha], [\[Consult. 10 Jan. 2016\]](#). Disponível em WWW: URL: <https://dre.tretas.org/pdfs/1975/08/23/dre-224508.pdf>

²⁷¹ Conselho da Revolução - Decreto-Lei n.º 132-a/75, 14 mar. 1975 - Nacionalização da Banca. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra [Em linha], [\[Consult. 10 Jan. 2016\]](#). Disponível em WWW: URL: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapol12> Nota: Presidente da República Francisco da Costa Gomes (1914-2001).

contos, as entidades que se mostravam interessadas na sua compra desistiram do seu intento perante o congelamento das ações. Estavam comprometidos os planos de AMA.

Em relação ao património artístico e imobiliário, visto os bens não pertencerem a AMA por terem sido integrados na Fundação em 1972, este não sofreu qualquer problema direto pois, ao abrigo das prerrogativas legais da instituição fundação, atrás debatidas, a inexistência de um proprietário significa que o usufruto do património pertence à Nação ficando, como tal, a instituição protegida de atos de nacionalização ou de intervenção por parte do Estado.

No que respeita à coleção, AMA debateu-se com dificuldades relativas à importação de novas peças. Por um lado, a saída de dinheiro para o estrangeiro estava condicionada²⁷² e, por outro, as importações de obras de arte ou antiguidades – consideradas em termos fiscais como transações, eram taxadas a 60% (correspondentes a direitos e imposto de transação). Como consequência, no período pós-25 Abril de 1974, é notório o decréscimo no ritmo de compras.²⁷³

2.3.1 Negociações com o Governo e com a Banca

Perante a difícil situação em que se encontrava, AMA tenta negociar com o Governo a atribuição de um empréstimo de modo a poder honrar os seus compromissos. Para tal, Medeiros e Almeida evoca junto das instâncias governamentais a doação que tinha feito ao País, a existência de valiosas obras de arte que ainda não integravam o acervo da Fundação, alegando mesmo uma possível extinção da instituição como solução final.

Os contactos que iniciou de imediato junto do Governo tiveram sempre uma boa aceitação, porém, a instável situação política com sucessivas quedas de governo e respetivas mudanças estratégicas, obrigam-no a repetir a apresentação dos problemas a cada novo responsável pelas tutelas das Finanças e da Cultura.²⁷⁴ O processo foi moroso mas, como

²⁷² Saída de dinheiro para o estrangeiro - Portaria n.º 619/75, de 25 out. 1975. [Em linha], [\[Consult. 10 Jan. 2016\]](#). Disponível em WWW: URL: < <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapolitica05>>

²⁷³ Entre 1975 e 1986 AMA comprou 139 peças, maioritariamente relógios de bolso (na Suíça) e joalharia; peças de pequeno porte, que implicavam menor burocracia e menos impostos. Pasta V. Inventário CMMA – Arquivo FMA

²⁷⁴ Entre Abril de 1974 e a resolução do problema, sucederam-se seis Governos Provisórios (1974-1976) e um Governo Constitucional (1976-1977).

veremos adiante, surtiu resultados positivos junto do I Governo Constitucional, dirigido por Mário Soares, sendo Presidente da República o General Ramalho Eanes.

Após quase um ano de incumprimento do empréstimo ao BFB, com os juros a crescer, em fevereiro de 1975, AMA dirige-se à instituição bancária fazendo um ponto de situação sobre o crédito concedido e sugerindo uma solução de compromisso. Lembra que a maior parte dos seus bens (títulos depositados em *dossier* bancário) não estavam disponíveis e sugere ao banco a reversão em seu favor, como amortização da dívida, das obrigações do Banco de Portugal que iriam ser atribuídas como pagamento pelas ações comprometidas (promessa governamental que não se cumpriu). Tentando compensar o banco quanto às ações que caucionavam o crédito, propõe ainda a substituição dos papéis da CTN pelas ações da SINAGA, já que estas tinham um valor de mercado superior.²⁷⁵ A situação bancária da época não permitiu, porém, que as soluções propostas fossem implementadas, continuando devedor.

No intuito de sensibilizar o Governo para a sua difícil situação, AMA convida Secretários de Estado, Ministros e Presidentes das tutelas a visitarem a Casa-Museu de modo a poderem atestar a importância do legado ao País e a urgência de uma solução.²⁷⁶ Na sequência da visita do Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente, João de Freitas Branco, e do Diretor-geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, Ruben Andresen Leitão, elabora, em abril de 1975, uma exposição da qual constava a lista de peças por inventariar²⁷⁷, pretendendo demonstrar que, na falta de ajuda por parte do Governo, a alienação das referidas peças (única solução para o seu problema de liquidez) poria em causa uma futura integração no património da Fundação.

Em resposta a esta exposição, em julho de 1975 surge a primeira tentativa de solução por parte do Governo. AMA recebe o Despacho nº 34/75, no qual o Secretário de Estado das

²⁷⁵ Carta ao BFB, Lisboa, 20 fev. 1975. As ações da SINAGA estavam valorizadas em 150.000 contos e as ações da CTN valiam 44.800 contos. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Nota: AMA tentou ainda junto de outras entidades bancárias contrair um empréstimo para fazer face aos juros do empréstimo do BFB mas nenhum banco lhe concedeu o crédito solicitado.

²⁷⁶ Carta ao Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente Dr. João de Freitas Branco, Lisboa, 30 abr. 1975: “...trazer ao museu o nosso Primeiro Ministro, porque além do valor cultural que a obra tem julgo que é neste momento, de manifesto interesse político.” Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁷⁷ Ofício, Lisboa, 22 abr. 1975 - “Relação de algumas peças, entre muitas outras existentes, que já estão expostas mas não fazem parte do inventário anexo à escritura de constituição da Fundação.” Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Finanças, José de Almeida Serra, e o Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente, reconhecendo o *“...excepcional interesse para o património artístico nacional...”* e considerando que *“...não sendo a totalidade da colecção pertença da Fundação, é grande o risco de a mesma se vir a dispersar, urgindo assim estudar uma plataforma para evitar esse risco.”*, nomeiam uma comissão para *“...estudar a situação financeira da Fundação Medeiros e Almeida e sugerir qual a fórmula indicada para assegurar a sobrevivência da colecção que a Fundação encerra, bem como a da própria Fundação.”* A referida comissão é constituída por: *“...um representante da Direcção-Geral da Fazenda Pública, pelos Drs. José Baganha [Chefe de Gabinete de Serra] e João Manuel Oliveira da Silva [Chefe de Gabinete de Freitas Branco] por um conservador do Museu de Arte Antiga [Rafael Salinas Calado] e pelo antiquário António Costa...”*²⁷⁸

Como resultado desta comissão, em agosto desse ano Rafael Calado e António Costa apresentam à SEC uma relação de obras de arte pertencentes ao acervo da Fundação valorizada, por alto, em 123.490.000\$00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e noventa mil escudos). Os signatários redigiram uma nota ao relatório onde acrescentam que: *“os valores aproximados e a sua descrição muito sumária são devidos à escassez de tempo dado para a elaboração desta estimativa”* e que, perante as muitas outras obras de arte observadas, não valorizadas, o montante apurado subiria para cerca de *“200 mil contos.”*²⁷⁹ Perante este relatório, AMA escreve ao Chefe de Gabinete da SEC agradecendo, mas permitindo-se observar que: *“...algumas peças foram avaliadas por preços inferiores ao seu custo [...] são absolutamente compreensíveis certas diferenças por se tratar de peças pouco vulgares [...] a escassez de tempo não permitiu consultar os arquivos sobre as ditas peças...”*²⁸⁰ A este ofício apensa um memorial onde descreve a difícil situação em que se

²⁷⁸ Despacho nº 43/75, Lisboa, 14 jul. 1975. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁷⁹ *Relação das peças antigas da colecção do Senhor António de Medeiros e Almeida que constituem parte de um conjunto a ser integrado no Museu da Fundação.* Lisboa, 14 Ago. 1975: *“Tivemos ainda ocasião de ver nas várias arrecadações [...] muitas centenas de peças de cerâmica oriental e Portuguesa na sua maioria de grande qualidade [...] pratos e outras espécies diversas, caixas em ouro com esmaltes e brilhantes, de difícil discriminação dada a exiguidade de tempo mas cujo valor nos parece montar a muitas dezenas de milhares de contos. Uma avaliação e discriminação destes conjuntos levará, sem dúvida alguma, vários meses de cuidadoso trabalho. Todavia, podemos afirmar com segurança que a parte da colecção Medeiros e Almeida não pertencente à Fundação, vale os atrás discriminados 123.490.000\$00, mais essas dezenas de milhares de contos dos conjuntos que observámos nas arrecadações e na Casa Forte, o que nos leva a afirmar dever rondar os 200 mil contos a totalidade da parte da colecção Medeiros e Almeida não pertencente à Fundação.”* Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁸⁰ Ofício, Lisboa, 27 Ago 1975. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

encontrava, referindo o aumento da dívida ao BFB, a interrupção das obras do Museu por falta de fundos, a dívida acumulada para com os empreiteiros, bem como a suspensão do projeto de construção do edifício. (vide Anexo II, 17)

A 2 de setembro de 1975, AMA recebe um *“Despacho Conjunto de Orientação”*²⁸¹ que respondia aos seus anseios. Assinado pelos Secretários de Estado das Finanças (José Almeida Serra) e da Cultura (João de Freitas Branco), a SEC propunha-se resolver a questão da Casa-Museu. Como contrapartida da entrega à Fundação das peças referidas no relatório da comissão, o Estado resgataria a dívida junto do BFB e a Fundação seria dotada de uma verba para finalizar a obra, ficando a Fundação somente obrigada a proceder a uma alteração dos estatutos, de modo a proteger a intervenção do Estado. Estava encontrada a solução para a viabilização da Casa-Museu. Porém, o V Governo Provisório caiu em 19 de setembro desse ano, deitando por terra todo o trabalho realizado.

Os convites e apelos a diversas instâncias governamentais sucedem-se e as promessas também.²⁸² Em maio de 1976 AMA expõe ao Ministro Salgado Zenha a sua situação²⁸³, sugerindo como solução a libertação pelo Governo da sua carteira de ações ou, em alternativa, propunha a venda das referidas ações ao próprio Governo ou ao BFB. Em junho de 1976, o BFB solicita a AMA informação sobre a regularização do crédito que, na altura já ascendia, com juros, a 39.624.281\$90 ao que este responde relatando a visita de Salgado Zenha à instituição, na qual aquele tinha assegurado: *“...que ficasse descansado porque os problemas que me preocupavam seriam resolvidos rapidamente, acrescentando que isso era da maior justiça.”*²⁸⁴ Nesta perspetiva, o BFB aceita prolongar o prazo de vencimento por 60 dias.

Reencaminhada a exposição para Artur Santos Silva (Secretário de Estado do Tesouro) este aprova a libertação das ações salvaguardando, porém, a aprovação do Ministério das Finanças.²⁸⁵ AMA refuta este despacho, solicitando a aprovação sem a reserva

²⁸¹ Despacho Conjunto de Orientação, Ministério das Finanças, Lisboa, 2 set. 1975. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁸² Neste âmbito, David Mourão Ferreira (Secretário de Estado da Cultura), Artur Santos Silva (Secretário de Estado do Tesouro), Salgado Zenha (Ministro das Finanças), Eduardo Pereira Ribeiro (Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação), António Sousa Gomes (Secretário de Estado dos Investimentos Públicos), Herlander Estrela (Subsecretário de Estado do Tesouro) visitam a coleção. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁸³ Ofício, Lisboa, 12 mai. 1976. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁸⁴ Ofício, Lisboa, 8 jun. 1976. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁸⁵ Ofício, Lisboa, 21 mai. 1976. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

da solução proposta, uma vez que a “*condição inopensiva*”²⁸⁶ o impediria de resolver sozinho a situação.

Por intervenção de Salgado Zenha, o pedido de AMA é deferido, autorizando-se a implementação do despacho do Governo anterior: “...a) *deve o Conselho Administrativo da Fundação propor ao Ministério da Educação e Cultura a alteração dos estatutos tendo em conta as propostas feitas nesse sentido, b) feita essa alteração estatutária deve a Secretaria de Estado do Tesouro proceder às diligências tendentes a dar satisfação ao constante do despacho conjunto de 2 de setembro de 1975, acima referido.*”²⁸⁷

De seguida, Abranches-Ferrão solicita ao Ministro das Finanças o andamento das disposições aprovadas, requerendo a libertação das ações depositadas no Banco Espírito Santo e em caução no BFB, a autorização da elevação do empréstimo para 50.000 contos (importância garantida por penhor mercantil dos bens constantes da relação efetuada por Rafael Calado e António Costa) e a redução dos juros de dívida. Parecia achada a solução... porém, a 22 de julho 1976 o VI Governo Provisório cai.

O futuro da casa-museu estava agora nas mãos do I Governo Constitucional, que tomou posse em 23 de julho de 1976.

Na sequência da aprovação anteriormente deferida, em 23 de setembro, o novo Subsecretário de Estado do Tesouro, José Achando Cabral, emite um despacho no qual admite a transação das ações condicionada porém, à permanência no circuito bancário (transferência do *dossier* de um proprietário para o outro) e autoriza o aumento do montante de crédito junto do BFB devidamente caucionado com um penhor mercantil sobre a relação das obras de arte não inventariadas. Passado um mês, faltando a autorização definitiva por parte do Primeiro-Ministro, Mário Soares, AMA dirige-lhe um ofício e memorial recordando todo o processo e referindo que, devido às dívidas que detinha, “...o instituidor será compelido a invocar o artigo 22º dos estatutos e notificar aos Ministérios das Finanças e da Educação e Investigação Científica a extinção da Fundação.”²⁸⁸ Em dezembro desse ano, Victor da Cunha Rego (Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro) reitera

²⁸⁶ Exposição, 2 jul. 1976. “*Condição inopensiva*” refere-se ao fato de o vendedor não poder, por si só, tomar o compromisso. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁸⁷ Despacho Ministério das Finanças, Lisboa, 6 jul. 1976, confirmado pelo requerimento de 2 jul. 1976. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 17

²⁸⁸ Ofício e Memorial, Lisboa 12 out. 1976. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

o interesse do governo na resolução da situação “...Não poderia esquecer a importância que para o País tem a doação do património da Fundação Medeiros e Almeida tanto mais que pude apreciar, pessoalmente, o valor cultural das obras de arte que o compõem”, solicitando a compreensão de AMA: “...estou certo que V. Exa poderá avaliar bem os problemas que nos impedem de actuarmos com a prontidão que desejamos.”²⁸⁹

A primeira reunião do CA da Fundação²⁹⁰ teve lugar no dia 2 de dezembro de 1976. Nesta reunião ficaram lavradas em ata as diligências efetuadas por AMA “...no tocante a: necessidades de policiamento; ligações telefónicas directas à Polícia e aos Bombeiros...” Desde o início do processo que AMA tinha envidado esforços para obter, por parte do Governo, o policiamento permanente da Casa-Museu, suspenso desde a Revolução e a instalação de linhas telefónicas de alarme ligadas à PSP e aos Bombeiros, de modo a proteger o recheio. Este também se mostrou um processo de difícil resolução.²⁹¹

Tendo surgido uma entidade estrangeira interessada na compra das ações da SINAGA, Abranches-Ferrão solicita ao Subsecretário de Estado do Tesouro uma alteração à decisão do despacho de 23 de setembro no sentido de autorizar a libertação das ações do circuito bancário. O Ministério das Finanças autoriza a libertação, bem como a elevação do empréstimo para 50.000 contos, mas

remete as pretensões referentes aos juros para os Ministérios da Administração Interna e dos Transportes e Comunicações.²⁹² AMA responde agradecendo: “...a justiça que me é feita...” mas insiste numa solução para os juros da dívida bancária (que em novembro de 1976 já ascendia a 43.000 contos) e solicita o aumento do empréstimo bancário para 60.000 contos referindo que: “...a evolução dos preços tem sido tal que, mesmo reduzindo-se ao solicitado mínimo o débito dos juros, a quantia que me ficaria livre após a sua liquidação não permitiria já de modo algum a realização das obras indispensáveis à conclusão do Museu e manutenção do mesmo, bem como à liquidação das dívidas aos

²⁸⁹ Ofício nº 96, Lisboa, 9 dez. 1976. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁹⁰ As seguintes atas, realizadas em vida de AMA (3), referem somente aprovações de contas. As atas continuam com ritmo regular após a sua morte. Livro de Actas nº1. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁹¹ Memorial, Lisboa, 14 Jul. 1975, AMA insiste: “Suas Excelências os Senhores Secretários de Estado da Cultura e das Finanças já tiveram a oportunidade de visitar a Fundação e conhecem perfeitamente o valor das suas colecções de arte”. Em 10 fev., 30 mar. e 10 mai. de 1976 AMA renova o pedido. Pasta IX. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁹² Despacho do Subsecretário de Estado do Tesouro, José Achando Cabral, Lisboa, 6 jan. 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 18

*respectivos empreiteiros. [...] solicitar a Vossa Excelência que o Governo aceda a suportar as despesas com os mencionados juros do empréstimo de 30.000 contos, ficando de minha responsabilidade a liquidação do capital respectivo, que conto poder realizar dentro do prazo máximo de um ano...*²⁹³

Em janeiro de 1977, quando o processo continuava a sofrer diversas contrariedades, AMA deixa por escrito os seus sentimentos quanto ao difícil período que atravessava: *“...Por isso, sinto-me chocado quando alguém me sugere a venda de uma ou mais peças para resolver a minha actual situação financeira, que é difícil, visto ter entregue à Fundação que criei, todos os meus haveres e do pouco que me resta, parte estar nacionalizada ou comprometida para integrar a Fundação. Na eventualidade de aumentarem essas dificuldades financeiras, preferirei, se a tanto as circunstâncias me levarem, recorrer à mendicidade, em vez de me desfazer de qualquer uma das peças que com tanto carinho e amor coleccionei para as deixar ao meu país. É possível que, por isso, me apelidem de tolo. Serão diferenças de sensibilidade.*”²⁹⁴

Em fevereiro de 1977, Achando Cabral emite um despacho no qual dá o acordo à elevação do empréstimo para 60.000 contos, remete a decisão da redução da taxa de juro para o BFB e no caso da assunção do encargo com o montante dos juros por parte do Estado, considera: *“...ser hipótese a considerar no âmbito de um subsídio ou donativo a solicitar pelos interessados à Secretaria de Estado da Cultura...”*²⁹⁵ No seguimento deste despacho, AMA celebra com o BFB o já mencionado contrato de penhor mercantil²⁹⁶ sobre as peças de arte por inventariar²⁹⁷ que é dado como garantia do valor em empréstimo, até ao montante de 60.000 contos.²⁹⁸ Como consequência do penhor, o BFB liberta as ações anteriormente depositadas como caução do empréstimo (SINAGA, CTN e Citroën).

²⁹³ Ofício, Lisboa, 24 jan. 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁹⁴ Documento, s.l., jan 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 5

²⁹⁵ Despacho, Lisboa, 4 fev. 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 19

²⁹⁶ Contrato B.F.B., Lisboa, 21 fev. 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

²⁹⁷ Os arquivos FMA não possuem cópia da referida lista.

²⁹⁸ Como já referido, esta relação estava avaliada em cerca de 200.000 contos. Uma cláusula garante que as peças, uma vez restituídas, só possam ser entregues à Fundação. O contrato obriga ainda a um seguro de incêndio sobre duas pinturas constantes da relação, atribuídas à época ao pintor holandês Rembrandt. Contrato B.F.B., Lisboa, 21 fev. 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Em abril de 1977, AMA relata a Abranches-Ferrão²⁹⁹: *“... após reunião provocada pela Presidência da República e que teve lugar no dia 28 de Março no gabinete do Dr. Mourão Ferreira tenho estado em permanente contacto quer com a SEC quer com a do Tesouro para ultimar a resolução dos assuntos ainda pendentes. Considero-os praticamente resolvidos...”*. O contacto com a Presidência da República é esclarecido numa carta dirigida por AMA ao General Ramalho Eanes, em maio de 1979, na qual relembra: *“...certamente se recordará da visita que em companhia da sua Esposa, minha Senhora, e de seu filho fizeram ao Museu da minha Fundação no dia de Natal de 1976. Eu também não posso esquecer-me de que foi graças a essa visita que a Sr^a D. Maria Manuela Eanes chamou a atenção de quem de direito, para serem solucionados os problemas da Fundação que estava prestes a dissolver-se. Espero que dentro de pouco tempo possa pedir a Vossas Excelências para repetirem a visita e então constatarem o resultado da vossa intervenção.”*³⁰⁰

No âmbito da referida intervenção do Presidente da República, é finalmente em maio de 1977 que a Secretaria de Estado do Tesouro emite uma solução definitiva: *“...Propõe-se que: a) A DGT liquide ao Banco Fonsecas & Burnay o montante exacto de 60.000 contos. b) A diferença entre o limite da conta e o saldo devedor que a mesma apresenta, seja transferido para uma conta à ordem da Fundação Medeiros e Almeida. c) As obras de arte que constituem o penhor mercantil – caução da conta – sejam entregues à Fundação.”*³⁰¹

Em resposta, AMA escreve: *“...o Estado contribuiu para a Fundação com a importante verba de 60 mil contos (uma parte da qual – 13.282 contos – representa juros bancários). É certo e não fujo a mais uma vez manifestar por isso o meu reconhecimento. Mas é igualmente certo que essa contribuição não só teve como contra-partida o ingresso para o património da Fundação de bens de valor superior a 200 mil contos (segundo avaliação oficial, aliás bastante baixa), mas também nunca esteve no espírito do instituidor, ao criar a Fundação, ter de recorrer a tal auxílio, só necessário em virtude das transformações sócio-económicas posteriormente ocorridas no País.”*³⁰²

²⁹⁹ Ofício, Lisboa, 20 abr. 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁰⁰ Ofício, Lisboa, 6 mai. 1979. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁰¹ Despacho de Consiglieri Pedroso, Lisboa, 11 mai. 1977. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA Nota: Uma nota manuscrita por AMA neste documento dá conta que o BFB depositou o montante em 27 de maio de 1977.

³⁰² Referência feita por AMA, em ofício à SEC, Lisboa, 27 maio 1978. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Tinham passado três anos desde que Medeiros e Almeida tinha iniciado o processo de pedido de ajuda ao Estado.

Ultrapassadas as dificuldades restava-lhe continuar o seu projeto. Apesar do novo fôlego, a situação tarda em resolver-se: as obras da Casa-Museu arrastam-se e a carteira de ações da SINAGA não se vende comprometendo o objetivo de construir o edifício de arrendamento.

Medeiros e Almeida viria a falecer sem ter visto cumprido o seu sonho de abrir a Casa-Museu ao público. Estavam, porém, garantidas as condições necessárias para dar continuidade ao projeto.

2.4 Morte do colecionador - O testamento

Medeiros e Almeida morre a 19 de fevereiro de 1986. As suas últimas vontades ficaram expressas em testamento público outorgado a 21 de setembro de 1984 e parcialmente alterado a 20 de agosto do ano seguinte.

No texto introdutório do testamento, destaca a Fundação Medeiros e Almeida enquanto a sua maior obra que coroa uma longa vida de trabalho: *“...Depois do falecimento da sua muito querida mulher [...] Que ele testador passou então a dedicar-se com mais amor à Fundação que criou, e que constitui a cúpula de uma longa vida de trabalho intenso e escrupulosamente honesto, onde se encontram hoje investidos quasi todos os seus haveres, resultantes desse trabalho e que teve a maior satisfação em doar ao seu País, por considerar, que ele é o maior merecedor legatário desse vultoso património...”*³⁰³

Das várias disposições testamentárias destacam-se as respeitantes ao futuro da Fundação Medeiros e Almeida: *“...À “Fundação Medeiros e Almeida” deixo a parte do terreno que me pertence [...] Se não tiver resolvido de outra forma, deixa a sua posição de acionista maioritário da “Sinaga – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas SARL” à Fundação Medeiros e Almeida mas este legado fica sujeito aos encargos adiante mencionados: em primeiro lugar a Fundação deverá, o mais rapidamente possível, promover a venda, em bloco, da sua referida posição acionista maioritária da Sinaga [...] promover a construção de um imóvel de rendimento no terreno atrás referido [...] O rendimento desse imóvel reverterá*

³⁰³ “Testamento que faz António de Medeiros e Almeida”. 17º Cartório Notarial de Lisboa, 21 set. 1984, livro de testamentos nº50, fls.98-104. Pasta VII. Espólio documental - Arquivo FMA.

para [...] a Fundação fazer face, não só à sua própria manutenção, como também custear bolsas de estudo no domínio da arte [...] Se, pelo contrário, o referido produto de venda, depois de pagos os legados, não chegar para a construção do imóvel, então o Conselho Administrativo da Fundação deverá tomar as medidas necessárias, nomeadamente através da contratação de um empréstimo para executar a obra de construção...”

No que respeita à Fundação o testamento não apresentou qualquer novidade pois, as disposições relacionadas com a FMA, já estavam contempladas nos seus estatutos (vide Parte II, 2.2). Destaca-se por não estar expresso nos estatutos, o legado da posição maioritária da SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, SARL.³⁰⁴ Este legado advém do facto de AMA não ter conseguido realizar a alienação das ações em vida.

Em relação aos bens imobiliários e móveis poucas foram as disposições tomadas no testamento pois AMA já tinha doado à FMA praticamente a maioria do seu património.

Quanto a uma possível extinção da FMA, em aditamento ao testamento, realizado a 20 de agosto de 1985, AMA dispõe: *“Caso a Fundação deva extinguir-se pelos motivos previstos nos seus estatutos, todo o património a ela afecto reverterá para a Fundação Casa de Bragança, que deverá assegurar a sobrevivência do Museu com a manutenção nas actuais instalações, da unidade, de toda a colecção artística nelas existente, exposta e armazenada, bem como o cumprimento dos seus fins estatutários.”*³⁰⁵

Para salvaguardar o cumprimento das suas últimas vontades: *“...Nomeia seus testamentários, primeiro Dr. Tito Castello Branco Arantes; Dr. João Manuel Santos Lima Oliveira da Silva; terceiro Dr. Carlos Pinto Basto Bobone; quarto o Sr. Adolfo de Lima Mayer, aos quais aqui deixa o seu profundo reconhecimento por terem anuído ao seu pedido e aos quais confere poderes para cumprirem os legados e mais encargos da herança...”*.

Dias após a morte de AMA, o seu advogado e amigo de longa data Tito Arantes convoca – enquanto novo Presidente do Conselho Administrativo e primeiro testamentário

³⁰⁴ Legado esse condicionado à sua venda, sendo que o produto da venda se destinava a proporcionar a construção de um prédio no terreno doado à FMA. A disposição relativa à construção do edifício já está expressa no Cap. II, art.4º, d) -1). Estatutos FMA finais. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo 16

³⁰⁵ *“Testamento que faz António de Medeiros e Almeida”*. 17º Cartório Notarial de Lisboa, 20 ago. 1985, livro de testamentos nº 52, fls.65-67. Espólio documental - Arquivo FMA.

uma reunião destinada a dar conhecimento aos herdeiros das disposições testamentárias.³⁰⁶ A 11 de Março reúne-se pela primeira vez o CA e o Conselho Fiscal sendo tomadas as seguintes decisões: “...*Escolha dos objectos pessoais do Instituidor [...] Inventário dos bens móveis da Fundação [...] O Dr. João Palma-Ferreira ficou de procurar conseguir a colaboração de técnicos dos serviços que superiormente dirige (IPPC) [...] a questão da segurança tendo ficado desde já decidido activar as máquinas fotográficas instaladas no interior [...] Avaliação da Sinaga [...] Assembleia Geral da Sinaga.*”³⁰⁷

Em nova reunião de 22 de agosto Tito Arantes renuncia enquanto primeiro testamenteiro, cargo que passa a ser ocupado por Oliveira da Silva. Na reunião é apresentada uma “*Relação de bens para os autos de liquidação do Imposto sobre Sucessões nº2126, instaurado por óbito de António de Medeiros e Almeida*”³⁰⁸; entre os ativos contam-se títulos de crédito, dinheiro, bens móveis e bens imóveis (ações - nominativas e ao portador de empresas portuguesas e estrangeiras -, obrigações do Tesouro, valores em contas bancárias em Portugal e no estrangeiro e bens pessoais) que foram entregues de acordo com as disposições testamentárias, à Instituição, a familiares e aos colaboradores.

Em reunião de dia 1 de outubro de 1986, de modo a completar o Conselho de sete membros estabelecido estatutariamente, é eleito como administrador o sobrinho e testamenteiro Carlos Pinto Basto Bobone para ocupar a vaga deixada pela morte de AMA.³⁰⁹ Em janeiro de 1992 Tito Arantes que, por motivos de saúde, já se fazia representar no CA há vários anos, renuncia enquanto Presidente do Conselho Administrativo da Fundação passando a ocupar a posição, conforme disposto por AMA, o advogado João Oliveira da Silva.³¹⁰ Em maio de 1993 o CA elege para o lugar deixado vago por Tito Arantes, Ana Costa Cabral sobrinha-neta de AMA, por parte da família Almeida.³¹¹

Estava completo o presente Conselho Administrativo da Fundação Medeiros e Almeida. Restava aos testamenteiros e aos membros do CA lançar “mãos à obra” e cumprir os desejos do instituidor.

³⁰⁶ Ofício Tito Arantes, Lisboa 26 fev. 1986. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁰⁷ Livro de Actas da Fundação Medeiros e Almeida, fls 9-10. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁰⁸ *Relação de Bens*, Lisboa, 3 ago. 1986. Registada a 13 ago. 1986 - Repartição de Finanças do 9º Bairro de Lisboa. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁰⁹ Livro de Actas do Conselho Administrativo, nº1, fl.18. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³¹⁰ *Idem*, fl.71

³¹¹ *Idem*, fl.86.

CAPÍTULO 3. A SUCESSÃO

Após a morte de Medeiros e Almeida, o Conselho Administrativo da Fundação³¹² empenha-se em garantir a sucessão, envidando esforços para cumprir as estipulações de AMA, consignadas nos estatutos da Instituição e no seu testamento. Estava em causa assegurar a viabilidade financeira da Fundação e promover a abertura da Casa-Museu ao público.

3.1 Implementação da FMA - avanços e recuos

Como consequência do período conturbado vivido desde meados dos anos setenta, em 1986 a Fundação encontra-se com alguma liquidez mas sem rendimentos significativos: *“...foi por todos considerada como prioridade absoluta a questão financeira, uma vez que os rendimentos disponíveis atualmente apenas fazem face às despesas mínimas correntes.”*³¹³

Para fazer face a estas dificuldades, no sentido de dar continuidade aos planos de AMA, o CA enfrenta duas grandes tarefas: a venda da carteira acionista da SINAGA e a promoção da construção do edifício de rendimento. Um *“Relatório de Actividade”* resume os objetivos traçados pelo CA após a morte de AMA: *“Com o falecimento do Instituidor da Fundação colocou-se ao Conselho Administrativo, como tarefa prioritária, o cumprimento das disposições testamentárias, nomeadamente no que respeita à venda da posição acionista da SINAGA e consequente pagamento de legados e construção do prédio de rendimento ...”*³¹⁴ Serão dois complicados e morosos processos que o CA irá enfrentar.

3.1.1 O processo SINAGA

De grande importância para o futuro e viabilidade económica da Instituição foi o processo de alienação da posição maioritária que AMA detinha na fábrica de açúcar açoriana SINAGA. Este processo seguiu as instruções deixadas pelo próprio: *“...em primeiro lugar a Fundação deverá, o mais rapidamente possível, promover a venda, em bloco, da sua referida*

³¹² O CA adota como sede e escritório da FMA a moradia da rua Rosa Araújo. Aí trabalha até à reforma o secretário Costa Santos (dezembro 2002) e o último casal de empregados ao serviço de AMA: José e Deolinda Viana (dezembro 2003). Após as obras da campanha de 2001, a sede e escritórios da Fundação são transferidos para o andar de mansarda do edifício da rua Rosa Araújo, 41.

³¹³ Livro de Actas do CA da Fundação Medeiros e Almeida, nº 1, 24 mar. 1986, fl.11. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Os rendimentos que a Fundação auferia à época traduziam-se em juros de um depósito a prazo e no vencimento enquanto administradora da SINAGA.

³¹⁴ *Relatório de Actividade*, Tito Arantes, p.1. Lisboa, 15 mar. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

*posição acionista majoritária da Sinaga.”*³¹⁵ Conforme expresso no testamento, foi constituída uma comissão de avaliação da empresa: *“Previamente, uma comissão de três técnicos avaliadores [...] deverá proceder à avaliação da sua referida posição acionista majoritária na Sinaga para orientação do Conselho Administrativo da Fundação, o qual contudo poderá efectuar a venda pelo melhor preço que lhe seja possível obter desde que não se afaste muito da avaliação.”*³¹⁶ A comissão, composta por Mário Anunciação Gomes, Rogério Fernandes Ferreira e José do Nascimento Ribeiro, avaliou a empresa em *“629 mil contos”*³¹⁷.

Em setembro de 1987 a FMA recebeu uma proposta de compra por parte da Caixa Económica Açoreana s.a.r.l.³¹⁸ no valor de 500.000\$00 (quinhentos milhões de escudos)³¹⁹ e em dezembro do mesmo ano, uma oferta por parte da TATE & LYLE/Alcântara Sociedade de Empreendimentos Açucareiros, S.A., no valor de 400.000\$00³²⁰. Após receção das propostas os avaliadores são chamados a pronunciar-se, tendo ambos³²¹ dado o seu acordo à proposta apresentada pela CEA. A 6 de Janeiro de 1988 é assinado um protocolo de compra e venda das 25.638 ações, correspondendo a 51.27% do capital social da SINAGA, entre a FMA e a CEA.³²²

O CA solicita ainda um parecer ao Conselho Fiscal da Fundação (à época composto por António de Sousa Franco, Fernando Patronilo de Araújo e Manuel Marques de Almeida do Tribunal de Contas) que ratifica a solução proposta: *“...pareceu a este Conselho Fiscal que a Caixa Económica Açoreana estaria melhor situada para a defesa dos interesses nacionais e regionais, nomeadamente na continuação da laboração das fábricas de açúcar e álcool na*

³¹⁵ *“Testamento que faz António de Medeiros e Almeida”* – 21/9/1984 e 20/8/1985, 17º Cartório Notarial de Lisboa, fls.98-104, livro nº50 de testamentos e fls.65-67, livro nº52, p.99 v. Pasta VII. Espólio documental - Arquivo FMA

³¹⁶ *“Testamento que faz António de Medeiros e Almeida”* – 21/9/1984 e 20/8/1985, 17º Cartório Notarial de Lisboa, fls.98-104, livro nº50 de testamentos e fls.65-67, livro nº52, p.99 v. Pasta VII. Espólio documental - Arquivo FMA

³¹⁷ Os arquivos da FMA não possuem o relatório de avaliação. O valor atribuído é mencionado em diversa documentação.

³¹⁸ Instituição doravante mencionada com o acrónimo CEA.

³¹⁹ *Ofício Caixa Económica Açoreana*, Lisboa, 29 set. 1987. Pasta VII. Espólio documental - Arquivo FMA

³²⁰ A Alcântara era acionista da SINAGA. *Ofício Tate & Lyle Alcântara*, Lisboa, 22 dez. 1987. Pasta VII. Espólio documental - Arquivo FMA

³²¹ Ferreira: *“...não parece que repugne, à falta de melhor proposta, a aceitação do valor oferecido”*, *Ofício Avaliação da SINAGA*, Lisboa, 25 out. 1987. Espólio documental - Arquivo FMA. Ribeiro: *“...não me parece que repugne a aceitação do valor oferecido de 500 mil contos”*, *Ofício*, Lisboa, 15 jan. 1988. Pasta VII. Espólio documental - Arquivo FMA

³²² *Protocolo*, Lisboa, 6 jan. 1988. Lisboa, 26 jan. 1988. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

*região Autónoma dos Açores...*³²³, acrescentando ainda: *“O Conselho Fiscal, ao apreciar favoravelmente este acto de Administração, julga contribuir para a efectiva autonomia da actividade da Fundação, no exercício autónomo e responsável da sua actividade cultural.”*³²⁴ De modo a completar o processo e seguindo as disposições estatutárias: *“...o art.º 17º dos estatutos desta Fundação estipula que as alienações de bens móveis ou imóveis deverão ser decididas pelo Conselho Administrativo, apreciadas pelo Conselho Fiscal e homologadas pelo Ministro ou Secretário de Estado...”*³²⁵, o CA dá também conhecimento do protocolo ao Presidente do Instituto Português do Património Cultural (à época António Lamas) e à Secretaria de Estado da Cultura que emite a homologação em fevereiro de 1988.³²⁶

O contrato de compra e venda foi efetuado a 15 de Março de 1988³²⁷ tendo o montante resultante da transação ficado depositado na instituição de crédito compradora. A CEA era então presidida pelo empresário açoreano Emanuel Sousa, também ele acionista. Um ano após a venda, a instituição de crédito entrou em processo de liquidação devido a gestão danosa³²⁸, acabando por ser encerrada compulsivamente, por crime económico, em março de 1995³²⁹. Na sequência deste processo as contas foram “congeladas” ficando os depositantes impedidos de efetuar movimentos bancários – estavam comprometidos (mais uma vez) os objetivos da FMA... Após um complexo processo de intervenção por parte do Banco de Portugal no sentido de evitar a insolvência e a perda do capital dos depositantes (o Banco de Portugal era o principal credor da CEA), três anos depois, em 1991, o capital e respetivos juros foram devolvidos à FMA: *“O Conselho congratulou-se com o facto de ter sido finalmente possível desbloquear a situação existente relativamente aos fundos depositados na Caixa Económica Açoreana.”*³³⁰

³²³ Parecer do Conselho Fiscal da Fundação Medeiros e Almeida, Lisboa, 26 jan. 1988. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³²⁴ Ofício do Parecer, CP.27/88. Lisboa, 26 jan. 1988. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³²⁵ Ofício FMA à SEC, Lisboa, 28 jan. 1988. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³²⁶ Ofício SEC, MB/IP. Lisboa, 12 fev. 1988. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³²⁷ Contrato de Compra e Venda, Lisboa, 15 mar. 1988. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³²⁸ *“Caixa Económica Açoreana: este banco foi um caso de polícia”*, Revista Sábado.pt, 29 out. 2015 [Em linha], [Consult. 10 fev. 2016]. Disponível em WWW: URL: http://www.sabado.pt/dinheiro/detalhe/caixa_economica_acoreana_este_banco_foi_um_caso_de_policia.html>

³²⁹ Portaria 102/95, Diário da República, II Série, 31 Março, 1995. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³³⁰ Livro de Actas do CA da Fundação Medeiros e Almeida, nº1, 20 mar. 1991, fl.58. Espólio documental – Arquivo FMA. O arquivo da Fundação não tem qualquer documentação relativa à resolução final deste processo, tendo este sido sumariamente relatado à autora pelo Presidente da FMA Dr. Oliveira da Silva.

3.1.2 O “Edifício Fundação”

Descapitalizada como estava e enfrentando uma estimativa de custos de construção do prédio de cerca de 900.000 contos, a Fundação envida esforços junto da Direção-Geral de Contribuições e Impostos (Ministério das Finanças - Ministro Miguel Cadilhe) para ver concedidas em relação ao terreno e futuro imóvel, as isenções fiscais a que tinha direito, de acordo com o Decreto-Lei 510/72. Alegando que *“...não se trata de um terreno inserido no mercado imobiliário, uma vez que, por disposições estatutárias e testamentárias, se destina obrigatoriamente à construção pela própria Fundação dum imóvel cujo rendimento servirá, exclusivamente, para custear a prossecução e concretização dos seus objectivos eminentemente culturais e cujo muito elevado interesse para o País foi oficialmente reconhecido”*³³¹, em novembro de 1979 a FMA vê reconhecida a isenção de Contribuição Predial³³², em fevereiro de 1990 a isenção de Imposto sobre o Valor Acrescentado³³³ (Artigo 9º nº 30 do Código do IVA³³⁴) em março a isenção de IRC³³⁵ (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) e em novembro a de Contribuição Autárquica.³³⁶ Mais uma vez o Governo mostrou sensibilidade para com a situação da Fundação Medeiros e Almeida.

Em 1951 AMA tinha adquirido o terreno anexo à sua casa (757m² de implantação), tornejando da rua Mouzinho da Silveira para a rua Barata Salgueiro nº 30. A ideia era a criação de uma área de serviço de apoio à sua atividade na indústria automóvel³³⁷ mas, com o decorrer dos acontecimentos referentes à criação da fundação, decidiu construir um edifício de arrendamento (com escritórios e estabelecimentos comerciais) de modo a obter meios autónomos de financiamento para o seu projeto de constituição de uma casa-museu.

Em vida de Medeiros e Almeida foram apresentados quatro anteprojetos para o edifício, pelas mãos dos arquitetos Alberto Cruz (1968), Frederico George (1973), Artur

³³¹ Ofício Chefe de Repartição Finanças, Lisboa, 16 jul. 1990. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³³² Despacho da Direção-Geral de Contribuições e Impostos, Lisboa, 21 nov. 1979. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³³³ Doravante mencionado com o acrónimo IVA

³³⁴ Decreto-Lei 241/86 “Artigo 4º 1) ...os sujeitos passivos que renunciarem à isenção nos termos do artigo 1º terão direito à dedução do imposto suportado para a realização das operações relativas a cada imóvel ou parte autónoma, segundo as regras definidas nos artigos 19º e seguintes do Código do IVA.” [Em linha], [Consult. 30 dez. 2015]. Disponível em WWW: URL: <<http://publicos.pt/documento/id219079/decreto-lei-241/86>>

³³⁵ Despacho da Direção-Geral de Contribuições e Impostos, Isenção de IRC relativa às categorias C, E, F e G. Lisboa, 30 mar. 1990. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³³⁶ Despacho da Direção-Geral de Contribuições e Impostos, Lisboa, 16 jul. 1990. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³³⁷ Ofício à CML, Lisboa, 19 jan. 1955. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

Lamas (1973) e Carlos Ramos (1974). Porém nenhum destes se veio a concretizar devido aos entraves ocorridos na sequência da situação económica do País após a Revolução de abril de 1974. (vide Parte II, Cap.2, 2.3). Será o Conselho Administrativo da Fundação que, cumprindo as disposições testamentárias, em 1991, após resolução do caso da Caixa Económica Açoreana, entrega o projeto ao gabinete de arquitetura *ARQUI III* – dos arquitetos João de Almeida (sobrinho de AMA), Pedro Ferreira Pinto e Pedro Emauz e Silva.³³⁸ O edifício de nove pisos e cinco andares subterrâneos de estacionamento, pautou-se por uma linguagem moderna, numa arquitetura de linhas geométricas, depuradas e recurso ao vidro espelhado.

Em 1993 estava concluído o “Edifício Fundação”, iniciando-se o processo da sua comercialização.

3.2 Implementação da Casa-Museu

Em reunião do CA de março de 1986 é decidida uma divisão de tarefas, tendo o “*pelouro museológico e das coleções*”³³⁹ sido atribuído aos administradores Maria Alice Beaumont (por inerência de cargo enquanto Diretora do Museu Nacional de Arte Antiga³⁴⁰) e ao Arq. João de Almeida, que passam a coordenar todos os processos respeitantes ao funcionamento da futura Casa-Museu.

Apesar das dificuldades financeiras, tendo em conta o objetivo final de preparar a abertura da Casa-Museu ao público, as prioridades estabelecidas para este pelouro relacionavam-se com a atualização do sistema de segurança, conclusão da inventariação das peças do acervo e contratação de pessoal técnico.

As questões ligadas à segurança da Casa-Museu, nesta época tratadas pelo Eng.º Lopes de Sousa, foram abordadas no capítulo 2 da primeira parte. (vide Parte I Cap. 2 2.3.2)

De acordo com o CA: “*...Resolvida a questão do conservador e terminados os trabalhos nos sistemas de segurança e de inventariação, iniciar-se-ão os preparativos para a*

³³⁸ Licença inicial 180/C/90, Lisboa, 28 dez. 1990. Licença Nº 5668/D/90, processo nº 29840/89, obra nº 62331. Lisboa, 27 jan. 1991. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³³⁹ Livro de Actas do CA da Fundação Medeiros e Almeida, nº 1, 24 mar. 1986, fl.11,12. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴⁰ Doravante referido com o acrónimo MNAA

*abertura do museu, primeiro passo na linha das actividades culturais a desenvolver pela Fundação.*³⁴¹

3.2.1 O inventário

Prosseguindo os objetivos traçados, é decidido implementar as recomendações anteriormente feitas pelo IPPC/MNAA, que visavam a conclusão do processo de inventariação do acervo, iniciada pelos inventariantes da Fundação Calouste Gulbenkian em 1971, e a admissão de um conservador/diretor para a Instituição.

Com base no projeto apresentado a AMA por M^a Alice Beaumont, o CA solicita ao IPPC uma proposta para uma nova campanha de inventariação, que é entregue por Maria Helena Mendes Pinto em junho de 1987: *“Inventário sumário das peças existentes nas salas de exposição do Museu da Fundação Medeiros e Almeida”*.³⁴² Aceite a proposta, a Fundação contrata inventariantes do MNAA e do IPPC³⁴³ que continuaram a realização do inventário com recurso às tradicionais fichas em papel.³⁴⁴ No final dos trabalhos em outubro de 1987, Mendes Pinto, Castro Henriques e Luz Afonso (responsáveis pelos três grupos de trabalho) entregam ao CA detalhados relatórios dando conta do trabalho desenvolvido, referindo o nível de empenho e profissionalismo dos inventariantes.³⁴⁵

³⁴¹ *Relatório de Actividade*, Tito Arantes, p.2. Lisboa, 15 mar. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴² Ofício M, Helena Mendes Pinto, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 5 jun. 1987: *“A inventariação sumária será entregue a três grupos constituídos por duas pessoas [...] Todos os objectos serão numerados de 1 a ..., seguidamente, independentemente da sua natureza e localização [...] Realizar-se-ão ou assinalar-se-ão em separado todos aqueles que não possam ser considerados objectos de Museu [...] Os livros, revistas ou documentos serão reunidos num só compartimento [...] Dada a natureza dos mais importantes objectos contidos no cofre – relógios de bolso – e também por razões da sua conservação, o conteúdo do mesmo será inventariado por dois inventariantes no início do trabalho. Caso se verifique que as condições ambientais são prejudiciais, as peças deverão ser retiradas e guardadas em vitrina fechada [...] Fica bem explícito que as obras de arte a inventariar sumariamente serão as actualmente contidas nas salas de exposição do Museu da Fundação. As que se encontram noutros compartimentos do edifício, à excepção das guardadas no cofre já mencionado, serão inventariadas numa segunda fase a acordar.”* Recibos de pagamento. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴³ Como inventariantes, pelo MNAA participaram Maria Helena Mendes Pinto, Maria da Conceição Borges de Sousa (Assistente) e Maria da Graça Ribeiro Lima e pelo IPPC Ana de Castro Henriques (Chefe de Divisão), Simonetta Luz Afonso e Teresa Vilaça (Assistente), Fernando Mota Carneiro (Técnico Superior de 1^a classe), Constança Cabeçadas Calado (Técnica Superior de 1^a classe), Maria Isabel de Oliveira e Silva (Inspetor do Património Cultural Principal), Ana Maria Brandão, Maria Ana Bobone (em aquisição de serviço – Museu Nacional dos Coches) e o fotógrafo Henrique Ruas. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴⁴ Nestas fichas a informação registada incluía a identificação e datação das obras, uma descrição sumária, dados de contextualização e fotografias a preto branco.

³⁴⁵ *“...Ao terminar a primeira fase da inventariação das obras de arte constantes do acervo das XIX salas de exposição da Fundação Medeiros e Almeida, será útil deixar registadas algumas considerações referentes a: a) Problemas ambientais 1º Clima inadequado nalgumas salas [...] 2º Iluminação em excesso e com luz quente*

Em outubro do mesmo ano MAB apresenta o plano para a segunda fase de inventariação da coleção: *“Uma vez executado o inventário das peças expostas no Museu chega-se agora à fase de inventário das peças não expostas, guardadas no Cofre e sala anexa ao mesmo.”*³⁴⁶ Após a conclusão dos trabalhos, em junho de 1989, entregue o respetivo relatório³⁴⁷, Beaumont escreve: *“É com justiça que lembro a eficiência, disponibilidade e profissionalismo com que este trabalho foi feito [...]. Pedem-me as mesmas senhoras [inventariantes] que revele a pronta e eficaz assistência que lhes foi dada pelo pessoal do Museu. Creio estar o museu da Fundação Medeiros e Almeida em condições de iniciar uma nova fase esperada da orientação de um Conservador ou Director que por ele seja responsável.”*³⁴⁸

Pela sua parte, o Conselho Administrativo da FMA envia a todos os intervenientes uma carta de agradecimento referindo: *“...Trata-se dum trabalho muito completo e de inestimável valor, que fornece uma base sólida para a futura elaboração de um inventário qualificado e de catálogos. [...] registar o elevado nível de conhecimentos, eficiência e disponibilidade manifestado por V. Exa. no desempenho deste trabalho...”*³⁴⁹ Esta campanha não concluiu, contudo, o inventário da totalidade do acervo; ficaram por inventariar as obras de arte que se encontravam nos compartimentos do 1º andar e sótãos do edifício do Museu e as que tinham sido levadas por AMA para a nova morada no edifício vizinho.

Decorrente da finalização do inventário, em agosto de 1989 a Fundação contrata o primeiro seguro do acervo e do edifício da casa-museu.³⁵⁰

incidindo sobre as pinturas, 3ª falta de manutenção das salas. b) [...] A poeira escura que cobre tecidos, tapetes, tapeçarias suspensas [...] c) Problemas de inventariação: 1 – A falta de iluminação adequada tornou, por vezes bastante difícil a observação de peças volumosas e de complicada remoção; 2 – A falta de acesso a muita documentação relativa às obras de arte ocasionou trabalho mais moroso e menos completo. d) As fichas devidamente preenchidas, referentes a peças amovíveis ou integradas na arquitectura foram agrupadas por ordem numérica e por sala cuja identificação se fez por numeração romana. Às novas fichas juntaram-se quando existiam, as antigas e também fotografias, documentos ou fotocópias resultantes de pesquisa. Nem sempre, as inventariantes puderam, dada a diversidade dos objectos, preencher as fichas com idêntica pormenorização. Mesmo assim, nalguns casos, houve o cuidado de reunir elementos que pudessem proporcionar mais adequada caracterização e classificação das peças.” “Inventariação das Obras de Arte da Fundação Medeiros e Almeida”, Lisboa, 13 out. 1987. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴⁶ Ofício MNAA/IPPC 537/23-M-14/88. Lisboa, 11 out. 1988. Nesta fase participaram as profissionais Ana de Castro Henriques (IPPC) e Maria da Graça Lima (MNAA). Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴⁷ Ofício IPPC 5ADO 10(14)86, Lisboa, 29 jun. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴⁸ Ofício MNAA, 461/89. Lisboa, 2 ago. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁴⁹ Ofício FMA, Lisboa 8 set. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁵⁰ Ofício Scottish Union, Lisboa, 1 ago. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

3.2.2 Um diretor para a Casa-Museu

Relativamente ao objetivo de admissão de um diretor para a Casa-Museu, em outubro de 1989, MAB indica Graça Mendes Pinto para o cargo. Mendes Pinto visita a instituição e redige um relatório preliminar³⁵¹, tendo a sua proposta sido aceite pelo CA. Entretanto, Simonetta Luz Afonso³⁵², à época diretora do Palácio Nacional de Queluz, é também convidada pelo CA para concorrer ao cargo, tendo sido decidido em reunião do CA de 20 de janeiro de 1989 solicitar às candidatas a apresentação de um projeto de direção para a futura Casa-Museu. A decisão contou com a abstenção de MAB.³⁵³ De seguida, o Presidente do IPPC, António Lamas informa as duas candidatas: *“...que se tinha acordado basear a decisão sobre a direcção do Museu em propostas de gestão e apresentação das colecções, de preferência à apreciação de curricula.”*³⁵⁴ Em março desse ano, SLA apresenta um *“Ante-Projecto de Abertura ao Público do Museu da Fundação Medeiros e Almeida”*³⁵⁵ e Mendes Pinto envia uma carta à FMA desistindo da candidatura, alegando falta de disponibilidade motivada pelo seu trabalho no Palácio Nacional da Ajuda.³⁵⁶

Luz Afonso foi nomeada Diretora/Consultora da CMMA em setembro de 1989, cargo que acumulou com a direção do Palácio Nacional de Queluz. Em ofício posteriormente redigido, SLA esclarece as razões pelas quais aceitou o desafio: *“...um projecto diferente e de carácter inovador na área dos museus e que poderá vir a servir de exemplo e de modelo para este sector, quer pela forma como está a ser concebido, quer pela forma como se está a encarar a sua viabilização económica procurando que após a abertura ao público se auto-financie. Dado que nas instituições estatais deste tipo a burocratização dificilmente lhes permite provarem que a cultura pode não ser um fardo para a tutela, aceitei o convite que me foi formulado pelo Conselho de Administração desta Fundação em coordenar como*

³⁵¹ Relatório, Lisboa, 18 jan. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁵² Doravante referida com o acrónimo SLA

³⁵³ *“A Snra Dra Maria Alice Beaumont fundamentou a sua abstenção no facto de surpreendentemente ter havido uma modificação no processo de apresentação de candidatos, contrária à diligência de que a tinham incumbido.”* Livro de Actas do CA da Fundação Medeiros e Almeida, nº1, 20 jan. 1989, fl.41. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁵⁴ Ofício IPPC GAB/PRES, Lisboa, 14 mar. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁵⁵ *Ante-Projecto de Abertura ao Público do Museu da Fundação Medeiros e Almeida.* Ofício IPPC GAB/PRES, Lisboa, 14 mar. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁵⁶ Ofício, Lisboa, 29 mar. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

*consultora um projecto inovador na área da Museologia partindo de um legado do Fundador.*³⁵⁷

No projeto que apresentou, SLA procurou *“...respeitar o espírito do colecionador conciliando-o com as novas directrizes da moderna museologia, procurando que a colecção se transforme num Museu dinâmico, vivo, interessante, pedagógico e útil à comunidade, o que só abonará em prol daquele que durante toda a sua vida reuniu esta colecção.*”³⁵⁸ Os princípios gerais que SLA enuncia no projeto, demonstram o entusiasmo e a visão que presidiram à sua proposta, baseada em ideias inovadoras e no conhecimento da realidade museal, particularmente das especificidades da instituição casa-museu e da legislação pertinente: *“1. Salvaguarda e respeito pelo espírito do Colecionador do Museu que passa pela realização do menor número de alterações possível à Casa-Museu, tal como ela foi originalmente concebida, tendo porém em atenção: 1.1 Condições de segurança das colecções e dos visitantes; 1.2 Criação de um/dois circuitos de visita; 1.3 Criação de um espaço de conforto para atendimento e recepção ao público bem como bilheteira, bengaleiro, loja, etc. 1.4 Criação de serviços de apoio; gabinete de pessoal técnico, biblioteca, reservas, serviço educativo, sala polivalente (exposições temporárias, concertos e conferências); 2. Abertura ao público no mais curto espaço de tempo possível, salvaguardando porém as condicionantes de carácter técnico-científico, logístico e organizacional inerentes a uma instituição deste tipo (entre 6 e 9 meses).*”³⁵⁹

Data desse mês um memorando onde apresenta um estruturado plano de funcionamento do museu com quadro de pessoal, respetivas funções e dotação orçamental, avançando uma previsão de abertura ao público para 1990-91.³⁶⁰ O primeiro relatório de

³⁵⁷ Ofício SLA, Lisboa, 31 jul. 1990. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁵⁸ Idem

³⁵⁹ *Ante-Projecto de Abertura ao Público do Museu da Fundação Medeiros e Almeida*. p.1, Lisboa, 14 mar. 1989. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁶⁰ *“1- Recrutamento e Contratação de Pessoal [...] A técnica Maria Teresa Vilaça que assegurará a realização prática do projecto e que tem vínculo ao quadro de Queluz, propõe-se que seja destacada até à abertura do Museu [...] duas das três técnicas propostas também trabalham como tarefas [...] funções em regime de meio tempo à Fundação. Deve ser criado um plafond financeiro mensal que possibilite o pagamento de tarefas em regime de avença, designadamente: - Conservação e manutenção da colecção de relógios (Sr. Couto, relojoeiro do Sr. Medeiros e Almeida). – Limpeza e conservação da colecção de têxteis [...] de mobiliário [...] de pratos e ourivesaria [...] 2. Definição de Funções: 2.1 Pessoal Técnico Superior 2.1.1 Estudo das colecções, 2.1.2 Leitura, estudo e tratamento dos documentos existentes na casa, que servirão de base ao futuro arquivo do Museu e servirão para completar as fichas das peças. 2.1.3 Apresentação das colecções. 2.1.4 Preparação de visitas guiadas. 2.1.5 Elaboração de um primeiro roteiro do Museu. 2.1.6 Preparação de uma exposição – Medeiros e Almeida, O Homem e o Colecionador. 2.1.7 Selecção, preparação e formação do futuro pessoal que integrará*

atividade³⁶¹ data também de setembro de 1989, sendo assinado pela equipa de Luz Afonso: Teresa Vilaça, Ana Flores e Conceição Coelho (funcionárias do Palácio Nacional de Queluz) e Ana Ivo Cruz. O relatório dá conta dos trabalhos realizados durante o mês de setembro e apresenta orçamentos para serviços que tinham sido elencados enquanto necessidades prioritárias: *“1- Inventário - 1.1 Foram conferidas as fichas de inventário realizados pelo IPPC no museu e a existência está certa, considerando-se a partir desta data a existência à nossa responsabilidade. 1.2 Começou-se a inventariação das peças não inventariadas [...] 1.3 Uniformizou-se a numeração das colecções. 2 – Segurança - Trata-se do ponto mais vulnerável do Museu... Está a realizar-se um relatório sobre a segurança do Museu da autoria do Coronel Marcelino, por indicação do Major Baltazar Ferreira [Chefe de Segurança da Presidência da República] e que servirá de base de estudo para todas as intervenções futuras. 2.1 Organização do chaveiro. 3- Levantamento do arquivo – [...] Tem estado a ser realizado o levantamento, estudo e catalogação do arquivo pessoal e de todos os dossiers e fotografias encontrados no Museu. 3.2 Iniciou-se também o levantamento do arquivo relacionado com a aquisição de obras de arte, a fim de se poder enriquecer o historial de cada peça. 4- Limpeza [sic] e manutenção – Iniciaram-se os trabalhos de limpeza [sic]...”*³⁶²

Ciente das dificuldades que a FMA estava a atravessar, mostrando grande dinamismo e sentido de oportunidade, SLA apresenta, em julho de 1990, um *“Plano de mecenato para as obras de abertura do Museu da Fundação Medeiros e Almeida”*³⁶³, no qual propõe o recurso a participação de capitais de empresas e de particulares. Pensando ainda no auto financiamento do Museu, sugere a criação de uma associação de mecenas, em vez dos habituais “Amigos”, apresentando um completo e original plano, no qual previa diferentes

os quadros de guardas, de limpezas, recepção e monitores de serviço de extensão cultural para abertura ao público. 2.2 Pessoal auxiliar 2.2.1 Limpeza [...] O pessoal selecionado será submetido a uma preparação prévia relativa aos produtos, equipamento, processos e métodos permitidos [...] 2.2.2 Guardas Os dois funcionários existentes serão aproveitados e integrados no apoio às tarefas que a equipe técnica vai realizar no Museu [...] deverá ser contratada uma empresa de segurança que assegure a vigilância durante as 24 horas...”. Memorando Simonetta Luz Afonso, s.l. (Lisboa), s.d. (posterior a Março e anterior a Setembro 1989). Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁶¹ Relatório nº1 Mês de Setembro/89, s.l. (Lisboa), s.d. (final setembro 1989). Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁶² Na sequência destas propostas foi contratada uma empresa de segurança (ainda hoje presta serviço à Casa-Museu) e uma funcionária para a limpeza.

³⁶³ A proposta de mecenato apresenta originais opções de financiamento direcionadas a situações específicas: o estudo de viabilização económica, o projeto de arquitetura, elaboração de catálogos ou o patrocínio da informatização do inventário *“Plano de Mecenato para as Obras do Museu da Fundação Medeiros e Almeida”*, Lisboa, 27 jul. 1990. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA..

categorias de associados/cotas e especificava vários tipos de contrapartidas: *“O projecto da Associação foi elaborado tendo em mente divulgar o Museu junto de vários tipos de público, e por conseguinte “criar” público, mas também encontrar outras fontes de financiamento que não exclusivamente os rendimentos da própria Fundação.”*³⁶⁴

Em inícios de 1991, SLA aceita o desafio de Rui Vilar (Comissário Geral do Festival Cultural Europália) para comissariar as exposições da Europália, naquele ano a decorrer na Bélgica e com Portugal como país tema (Setembro-Dezembro de 1991).³⁶⁵ Devido à saída repentina e inesperada de Luz Afonso, a maior parte das propostas apresentadas não tiveram o devido seguimento. A leitura da documentação que ilustra a sua passagem fugaz pela Fundação Medeiros e Almeida atesta o seu profundo conhecimento da área dos museus, saber técnico, capacidade de organização e liderança. O seu projeto de abertura (datado de 1989) pela sua atualidade e pertinência esteve na base dos trabalhos que conduziram à abertura da Casa-Museu ao público em 2001.

Teresa Vilaça³⁶⁶ é então nomeada diretora (em destacamento de serviço), articulando estas funções com a de conservadora do Palácio Nacional de Queluz, situação que se manteve até à inauguração da Casa-Museu em junho de 2001, data em que TV passou a integrar plenamente o quadro de funcionários da Fundação.

Outra tarefa que se impunha ao CA antes de inaugurar a Instituição era a revisão das condições do edifício do Museu, que se encontrava “abandonado” desde o final das obras no início dos anos 80. (vide Parte I Cap.2, 2.3.2) Em janeiro de 1991 o gabinete de arquitetura *ARQUI III* é contratado para delinear uma proposta de obras de remodelação, adaptação e criação de infraestruturas do edifício consideradas indispensáveis para a inauguração do

³⁶⁴ “...cotas anuais e joias de montantes entre 500 e 1000 contos, mas seria então necessário disponibilizar logo a residência, nº37 da Rua Rosa Araújo, para em contrapartida permitirmos a sua utilização.” SLA desenvolveu ainda esforços para a FMA realizar a candidatura a um apoio financeiro do programa de fundos comunitários PRODIATEC (verbas atribuídas a fundo perdido) mas a FMA não reunia, à época, as condições necessárias de participação, por ainda não se encontrarem em curso as obras de renovação do Museu. *Associação de Mecenas do Museu da Fundação Medeiros e Almeida*, s.l. (Lisboa), s.d. (c. 1990). Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA.

³⁶⁵ Nesse âmbito, SLA dinamizou a participação de numerosas obras de arte da Fundação – nomeadamente peças de porcelana da China da Dinastia Ming - nas exposições da Europália levando o nome do acervo além-fronteiras. Após a Europália, em Janeiro de 1992, SLA seria nomeada Diretora do recém-criado Instituto Português de Museus – IPM, acabando por regressar à Fundação enquanto administradora nata.

³⁶⁶ Doravante mencionada com o acrónimo TV

Museu.³⁶⁷ Apesar do projeto ter sido aprovado em agosto de 1992, as obras de requalificação só viriam a iniciar-se em 1998: “...*Relativamente ao Edifício Fundação, verifica-se que a recessão no mercado imobiliário não permitiu, apesar de todas as acções desenvolvidas e de negociações executadas, firmar novos contratos de arrendamento [...] Tal facto tem infelizmente reflexos negativos na situação financeira da Fundação [...] Por outro lado, a abertura do museu – naturalmente desejada por todos, implica um dispêndio mínimo da ordem dos trinta mil euros em obras imprescindíveis. Ponderada esta situação, o Conselho deliberou não avançar para já com quaisquer obras para as quais não há cobertura financeira, não abdicando naturalmente da intenção de se abrir o museu...*”³⁶⁸ Decorrendo desta situação, tendo a FMA que suportar os elevados encargos envolvidos na construção do prédio, na requalificação da Casa-Museu e na sua manutenção quotidiana, em 1993 é decidida, conforme previsto estatutariamente³⁶⁹, a contratação de um empréstimo bancário realizando uma hipoteca sobre o terreno da rua Barata Salgueiro.³⁷⁰

Baseadas no plano de SLA, várias tentativas foram feitas no sentido de promover a inauguração da Casa-Museu ao público; em 1993 TV propõe a abertura para acompanhar a iniciativa “*Lisboa Capital da Cultura*” (1994), ideia que não se veio a concretizar. No ano seguinte a diretora sugere a comemoração do centenário do nascimento do fundador (junho de 1995) para a qual foi apresentado um plano de abertura que visava o estabelecimento de horários, preçário, percurso museológico, serviço educativo, previsão de custos com pessoal, gastos diversos e projeção de visitantes.³⁷¹ Quando tudo parecia bem encaminhado, o CA entendeu, novamente, ser cedo para se proceder à inauguração dado ainda não estarem consolidados os meios financeiros necessários à total implementação do projeto.

Na Casa-Museu, o departamento técnico continuava os trabalhos de inventariação e estudo das peças do acervo, na altura com a colaboração a tempo parcial de Conceição Coelho (Palácio Nacional de Queluz), Maria Ana Bobone (Museu Nacional dos Coches), Ana Ivo Cruz e André Andrade. Esta equipa foi responsável pela publicação, em 1994, do primeiro

³⁶⁷ Livro de Actas do CA da Fundação Medeiros e Almeida, nº1, 31 jan. 1992, fls. 73-74. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁶⁸ Idem, fl. 99.

³⁶⁹ Capítulo II, Artigo 8§. Estatutos finais FMA. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 16

³⁷⁰ Caixa Geral de Depósitos, Nota Privativa (1º cartório), Lisboa, 16 jun. 1993. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Nota: O referido empréstimo encontra-se, à data, totalmente pago.

³⁷¹ “*Proposta de Abertura do Museu – 1994*”, s.l. (Lisboa), s. d. (1994). Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

roteiro da Casa-Museu *“Fundação Medeiros e Almeida Roteiro”*³⁷², realizado com o mecenato dos CTT e editado nas versões portuguesa, inglesa e francesa.

Na continuidade do que já acontecia no tempo de Medeiros e Almeida, eram dirigidos à FMA diversos pedidos de publicação de imagens e de cedência de peças do acervo para exposições temporárias a que o CA anuía à luz das próprias disposições estatutárias: *“Artº 4§ As peças poderão ser, excepcionalmente removidas por ocasião de exposições temporárias de especial relevância.”*³⁷³ A Instituição recebia ainda pedidos de visitas guiadas que eram atendidos, apesar de a Casa-Museu não estar oficialmente aberta ao público. Estas atividades atestavam o (re)conhecimento da coleção Medeiros e Almeida junto da comunidade museológica nacional e internacional.

3.3 Abertura da Casa-Museu ao público

A prudente política de contenção de custos preconizada pelo CA - que se refletiu numa estrutura e num quadro de pessoal muito reduzidos – e os rendimentos provindos do prédio da rua Barata Salgueiro permitiram que em 1998 se iniciassem as obras de adaptação da Casa-Museu. Estas iriam durar cerca de dois anos e meio (vide Parte I Cap.2, 2.3.2).

Paralelamente ao arranque das obras, nesta altura foi constituída uma equipa técnica permanente³⁷⁴ que ficou responsável pela preparação da abertura do museu ao público, que se estimava para 2001.

Com vista à profissionalização da instituição, o departamento técnico empreendeu a definição das linhas de orientação estratégica da Casa-Museu expressas no Regulamento do Museu.³⁷⁵ Foi ainda elaborado um necessário Plano de Segurança.³⁷⁶ De igual importância

³⁷² VILAÇA, Teresa; CRUZ, Ana Ivo; COELHO, Conceição; BOBONE, Maria Ana; *“Fundação Medeiros e Almeida Roteiro”*, Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida, 1994

³⁷³ Art.º 4§. Estatutos finais FMA. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 16

³⁷⁴ A equipa era composta por: Diretora Teresa Vilaça, Conceição Coelho, Ana Isabel Ivo Cruz e Maria Mayer enquanto Técnicas Superiores e Maria Dinis como Auxiliar de Conservação Preventiva e de Museologia

³⁷⁵ Segundo a Lei-Quadro 47/2004, o regulamento interno inclui a vocação/missão do museu, o seu enquadramento orgânico e respetivos estatutos, as funções museológicas, os horários e regime de acesso público, os recursos humanos e financeiros (orçamento de funcionamento) e o organograma da instituição. *“Regulamento Interno – Museu da Fundação Medeiros e Almeida”*, Teresa Vilaça, s.l. (Lisboa), s.d. (2001). Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁷⁶ O plano abrange três vertentes: a segurança do espaço de acesso público, das áreas privadas e os respetivos planos de evacuação. *“Plano de Segurança – Fundação Medeiros e Almeida”*, s.l. (Lisboa), s.d. (2001). Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

se mostrou o plano museológico traçado especificamente para a abertura do museu³⁷⁷ com o respetivo orçamento e previsão de custos/receitas.³⁷⁸ Para a elaboração destes documentos, como apoio da reflexão desenvolvida à época, esteve presente a legislação do setor nomeadamente a Lei de Bases do Património Cultural (LB nº107/2001) e a Lei-Quadro dos Museus (LQ nº47/2004) alguma bibliografia da especialidade como o “*Manual de Museología*”³⁷⁹ bem como as orientações, normas e práticas formuladas pelo organismo internacional dos museus, o ICOM (Código Deontológico para Museus) e pelo seu comité para as casas-museu, o DEMHIST (Projeto de Categorização, vide Parte I, Cap. 4, 4.3).

Como instrumento de trabalho do departamento técnico foi ainda elaborado o plano de atividades de acordo com as “funções museológicas” descritas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses³⁸⁰, lei que abrange todos os organismos museais, tanto de gestão pública, como privada.

Relativamente ao inventário, de maneira a estar a par dos desafios tecnológicos, a FMA implementou uma plataforma informática tendo o inventário manual sido informatizado. Assim, com recurso às “*Normas de Inventário*” publicadas pelo então IPM e a estudos de investigação conduzidos na biblioteca da Instituição e em bibliotecas públicas, a equipa técnica inventariou todo o seu acervo artístico sendo que, os trabalhos de investigação relativos às peças do acervo continuam a ser desenvolvidos. Subjacente ao desenvolvimento do inventário, esteve a organização e estudo da documentação (já referida) relativa às aquisições das obras de arte.

No que respeita à interpretação do acervo, realização de exposições e promoção de ações educativas junto da comunidade, foi iniciada, a partir dos estudos conduzidos no extenso acervo documental da Fundação e da inventariação das obras de arte, a preparação de uma obra de divulgação sobre o colecionador e a Casa-Museu que viria a ser editada em 2002³⁸¹ bem como os estudos para a realização da primeira exposição temporária da Casa-

³⁷⁷ “*Programa de Abertura do Museu*”, Teresa Vilaça, s.l. (Lisboa), s.d. (2001). Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁷⁸ “*Fundação Medeiros e Almeida – Orçamento 2001*”, Teresa Vilaça, s.l. (Lisboa), s.d. (2001). Pasta VIII. Espólio documental - Arquivo FMA

³⁷⁹ HERNÁNDEZ, HERNÁNDEZ, Francisca; *Manual de Museología*, Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1998

³⁸⁰ “*O museu prossegue as seguintes funções: a) Estudo e investigação; b) Incorporação; c) Inventário e documentação; d) Conservação; e) Segurança; f) Interpretação e exposição; g) Educação.*” Capítulo II, Secção I, Art.º 7, c). Lei-quadro dos Museus Portugueses, nº 47/2004. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁸¹ ALMEIDA, João; VILAÇA, Teresa; *Um Tesouro na Cidade*, Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida, 2002

Museu, que viria a ser inaugurada em 2003.³⁸² No âmbito do serviço educativo, foram criadas as tabelas informativas para o percurso expositivo (português, inglês e francês³⁸³) e um guião para uma visita guiada à Casa-Museu. A oferta para o público escolar (visitas guiadas e atividades) só foi criada em 2003, sob proposta de duas recém-licenciadas da Faculdade de Belas Artes de Lisboa (Ana Rita Gamboa e Ana Afonso).

O planeamento da abertura previa ainda a estratégia de comunicação da Casa-Museu. Nesse âmbito, desenvolveu-se a imagem corporativa da instituição³⁸⁴, foi encomendado um estudo de marketing³⁸⁵, foi criada uma página eletrónica e um desdobrável bilingue de apoio ao visitante.

Foram ainda implementados a exploração do serviço de Cafetaria (através de concurso), o funcionamento de uma loja do museu³⁸⁶ e um plano de vigilância presencial para as galerias do museu no horário de abertura ao público. A Fundação contratou igualmente uma empresa para assegurar a assistência às redes técnicas (eletricidade, água e AVAC - tratamento do ar) e demais trabalhos de manutenção, bem como uma empresa de serviços de limpeza.

A planificação abordou igualmente o tratamento dos aspetos de museografia no espaço expositivo diretamente relacionados com o estabelecimento do percurso de visita. Nesse sentido, feita a opção por tabelas de sala, foram instalados pilaretes para receber as folhas plastificadas e, onde se mostrou necessário, o percurso foi equipado com cordões de segurança e passadeiras de modo a proteger as peças e a orientar a visita.

³⁸² *À Mesa da Aristocracia Europeia : Uma Arte de Estar*, 5 nov. 2003 – 31 jan. 2004. Pasta V. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁸³ A partir de 2010 realizaram-se as folhas de sala em castelhano.

³⁸⁴ Criada pelo *atelier* de Ana Filipa Tainha. Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁸⁵ *“Proposta para desenvolvimento de um Plano de Marketing para a Fundação Medeiros e Almeida”*. Lisboa, 2 jul. 2001 / *“Plano de Marketing Casa Museu Medeiros e Almeida”*, Rodrigo Sande Lemos, Pedro Rodrigues. S.l. (Lisboa) dez. 2002. Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁸⁶ Para a loja foram encomendadas réplicas de peças do acervo (em porcelana, vidro e estanho), *merchandising* (postais, lápis, marcadores de livros, etc.), foram disponibilizados para venda o roteiro do museu e outras publicações de âmbito artístico bem como objetos em regime de consignação.

Aquando da inauguração da Casa-Museu ao público, a Instituição cumpria os requisitos museológicos expressos na legislação portuguesa³⁸⁷, constituindo-se assim como uma nova, relevante e atualizada instituição no panorama cultural português.³⁸⁸

3.3.1 O percurso museológico

Quando Medeiros e Almeida morreu em 1986, a conversão do espaço doméstico em espaço musealizado estava concluída. Tinham sido criadas duas áreas distintas, num total de 27 salas de exposição, distribuídas pela habitação e pelo anexo construído nos anos setenta. Estes espaços chamados ala antiga e ala nova, apesar da narrativa comum, distinguem-se por terem discursos expositivos e museografias distintos, caracterizando por sua vez, as duas vertentes do colecionador: a privada e a pública.

Na ala antiga, o espaço é definido pela zona anteriormente habitada pela família sendo constituída por quinze divisões que ocupam o primeiro e segundo andares do edifício pré-existente. Por escolha do instituidor, esta área manteve-se tal como estava quando era habitada (apenas com as indispensáveis adaptações a museu) pelo que, se pode encontrar o seu canto no grande salão, a mesa posta como se fazia em dias de festa ou a salinha privada da dona da casa com retratos da família. Trata-se de um espaço de memória onde se pretende apresentar a vivência da casa, permitindo ao visitante acrescentar uma experiência intimista à visita do acervo.

A ala nova pensada de raiz para espaço expositivo é constituída por doze galerias que ocupam a cave e o rés-do-chão, caracterizando-se pela instalação de ambientes onde subjaz um discurso de aparato. Aqui foram criadas diferentes cenografias: um átrio de entrada, salões, um quarto, uma capela e ainda salas temáticas.

Na requalificação de 1998, aquando da preparação da inauguração da Casa-Museu (vide Parte I, Cap. 2, 2.3.2), o percurso museológico foi implementado, ficando organizado no respeito da sucessão dos espaços a visitar, criando um circuito de visita intuitivo.

³⁸⁷ “Artigo 113º Requisitos da credenciação a) Cumprimento das funções museológicas previstas nos artigos 8º a 43º da presente lei; b) Existência de recursos humanos, financeiros e instalações contemplados nos artigos 44º a 51º; c) Aprovação do regulamento do museu de acordo com o artigo 53º; d) Garantia do acesso público nos termos previstos nos artigos 54º a 62º.” Lei-quadro dos Museus Portugueses, nº 47/2004, Capítulo IX, Secção I, Artigo 113º. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁸⁸ Falta, em nossa opinião, uma candidatura à Rede Portuguesa de Museus bem como a afiliação no ICOM/DEMIST.

Com o intuito de dar a conhecer a coleção, elaborámos uma breve visita guiada. Vide Anexo II, 20

Estava tudo pronto.

No dia 1 de Junho de 2001, a Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida abriu as portas ao público. Na inauguração estiveram presentes para além de convidados de todos os quadrantes culturais, o Primeiro-ministro António Guterres (XIV Governo Constitucional de Portugal) e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares. No discurso de inauguração, o Presidente do Conselho Administrativo, João Oliveira da Silva referia: *“...A sua personalidade multifacetada era cheia de contrastes: austero e divertido, religioso e mundano, apreciador da beleza feminina, espartano e generoso, mas sempre um Esteta. É o amor à Arte que o leva desde cedo a colecionar quase tudo o que atraía a sua sensibilidade [...] Não tendo filhos, decidiu com a sua mulher, Snra. Dona Margarida Pinto Basto e Almeida converter a sua residência [...] em Casa-Museu e instituir a Fundação Medeiros e Almeida, dotando-a de meios para a manter em funcionamento [...] decorrerá a vossa visita que estou certo vos deixará no final o sentimento de que António de Medeiros e Almeida enriqueceu Portugal.”*³⁸⁹

Estava finalmente concretizado o projeto de vida de António de Medeiros e Almeida, cujo nome e memória seriam perpetuados pela Casa-Museu.

³⁸⁹ Discurso, s.l. (Lisboa), 1 jun. 2001. Pasta VIII. Espólio documental – Arquivo FMA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação incidiu sobre um tema nunca antes aprofundado, quer por estudos académicos, quer por publicações especializadas. De facto, a documentação associada à constituição da coleção e à criação da Fundação e Casa-Museu Medeiros e Almeida permaneceu até agora inédita, pelo que este trabalho não só revela um conjunto de documentos fundamentais, como também procede, pela primeira vez, à contextualização do perfil do fundador, análise do projeto arquitetónico do edifício que alberga a Casa-Museu, constituição e caracterização do acervo, assim como do seu projeto museográfico.

Em tudo o que fez Medeiros e Almeida denotou um inédito empreendedorismo (*avant la lettre*). No contexto de um Portugal política, social e culturalmente isolado da Europa, AMA demonstrou uma preparação fora do comum que se refletiu nas suas vertentes de empresário, colecionador e mecenas.

O seu desempenho profissional demonstrou uma projeção pouco comum à época, pela internacionalização e aposta em negócios inovadores como a importação de automóveis ou a aviação comercial, pela diversidade de empresas que geriu (com sucesso) simultaneamente, como ainda pelas preocupações sociais que o moveram.

Enquanto colecionador denota igualmente a singularidade que o caracterizou, no modo como construiu a coleção recorrendo ao mercado internacional, não requerendo o apoio de conselheiros e comprando movido simplesmente pelos seus critérios estéticos, ora motivado pela decoração da sua casa, ora pelo recheio da ala que construiu expressamente para musealizar. Porquanto assumidamente um homem do regime, de gostos conservadores, AMA escolhe imprimir à sua coleção uma dimensão de grande variedade tipológica, não especializada apesar da existência de alguns núcleos coerentes e de cariz internacional, ao contrário de outros colecionadores coevos que filiaram as suas coleções na tendência de valorização nacionalista tão ao gosto Estado Novo.

No grande projeto da sua vida, não se cingiu a sonhar; decidido a fazer a doação da sua coleção de arte ao País, AMA criou em vida uma fundação que dotou com todo o seu património. Outras opções se lhe abriam como ter deixado o seu património aos herdeiros, ter feito uma doação ao Estado ou mesmo instituir um legado (por disposição testamentária)

mantendo em vida a fruição do seu património e deixando a outros a sua concretização. Contudo, desde inícios dos anos sessenta, com determinação e persistência, o colecionador empenhou-se pessoalmente no acompanhamento do planeamento e implementação da sua fundação (das obras de adaptação do edifício, aos pormenores da decoração) e lutou até ao fim da vida, apesar das adversidades, para ver concretizado o seu projeto. No decorrer das dificuldades que atravessou no período pós revolução de 25 de abril de 1974, apesar da sua já avançada idade (79 anos) AMA não desistiu, com sucesso, de propor ao Governo soluções para encontrar a resolução da situação. De igual nota é o facto de AMA ter delineado uma estratégia para assegurar o futuro da sua instituição dotando a fundação de meios que ainda hoje garantem a viabilidade financeira da Casa-Museu.

A sua visão perscrutadora reflete-se ainda na opção de, a custo de um elevado investimento financeiro, AMA ter dotado a Casa-Museu com os melhores meios disponíveis à época, equiparando-a aos mais modernos equipamentos museológicos. *Versus* outros casos nacionais de criação de fundações e casas-museu, as quais abriram as portas ao público sem qualquer investimento nessas áreas, AMA promoveu a valorização museológica e museográfica da instituição recorrendo a um saber profissionalizado. Para desenhar a extensão da sua casa e adaptação a espaço museológico, contrata Alberto Cruz, um arquiteto modernista, responsável pelo primeiro museu criado de raiz em Portugal (Museu do Caramulo), quanto às valências do museu da museografia ao inventário) estas foram garantidas com o saber de técnicos especializados da instituição que parece ter-lhe servido de medida: o Museu Calouste Gulbenkian.

As particularidades da vida e obra de Medeiros e Almeida granjearam-lhe uma projeção internacional única, que se destaca da realidade portuguesa coeva e que perdurara na herança que deixou ao seu País.

A metodologia utilizada para a realização desta dissertação baseou-se no tratamento exaustivo do vasto espólio documental, sistematizado de acordo com critérios de natureza temática e cronológica. Pretendia-se a recolha do maior número possível de dados concretos, de modo a sustentarem o exigido e necessário rigor de trabalho historiográfico e consequente análise. Tendo em conta a necessidade desta sistematização e os constrangimentos descritos em baixo, não foi possível desenvolver uma reflexão teórica sobre conceitos subjacentes à caracterização tipológica do colecionador (cruzando áreas

como a sociologia, a psicologia ou a psicanálise) ou a análise conceptual da prática do colecionismo em geral.

De facto, o caminho não foi linear devido aos diversos constrangimentos que se interpuseram. Não que não contássemos com eles, mas, foram nossos adversários a inexistência de estudos académicos, um sótão cheio de documentação por organizar, e as restrições de texto e tempo impostas a este tipo de redação.

No entanto, este estudo deixa uma base sólida para o desenvolvimento de novas investigações mais focadas, por exemplo, no acervo, nomeadamente no aprofundamento tipológico das diferentes coleções; na relação com os agentes e mercados de arte; no inventário e na atividade e gestão da Casa-Museu, incluindo as áreas da divulgação, educação, conservação e de estudos de públicos.

Ressalvem-se dois recentes trabalhos focados no estudo da coleção de leques da Casa-Museu (Joana Ferreira, Mestrado em Museologia, FCSH – UNL) e na vertente educativa (Leonor Alvim, Mestrado em Educação Artística, FBA – UL).

O repto ao estudo inclui ainda o levantamento e tratamento arquivístico dos vastos espólios documental e fotográfico e da biblioteca de Medeiros e Almeida, sem dúvida fontes riquíssimas de informação ainda por trabalhar.

Pretendemos ainda que este trabalho contribua para o campo mais amplo da história do colecionismo e dos museus em Portugal, articulando-se com um conjunto de estudos já existentes

Com o estabelecimento do historial da Instituição, procurámos promover o reconhecimento do seu valor histórico e artístico com vista à valorização do contributo do seu fundador para o património artístico português.

Não podemos pois concluir sem destacar a obra empreendida por Medeiros e Almeida. A reunião do espólio, feita em paralelo com uma preenchida vida empresarial e o gesto altruísta que fez ainda em vida, de se separar da sua coleção e do seu lar, para os submeter ao domínio público, são gestos desprendidos que poucos têm intentado e, por isso, lhe merecem um lugar na história do colecionismo do século XX em Portugal.

O nosso contributo foi o despertar para esta realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de referência - Geral

AA.VV. - *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8ª edição revista e atualizada. Porto: Porto Editora, 1999

S.A. - *Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas 1845-1969*. Edição de autor, 1969

AFFONSO, Domingos de Araújo - *Notícia genealógica da família Ferreira Pinto Basto e suas alianças*. Braga: Livraria Cruz Editora, 1946

ALMEIDA, João; FERNANDES, José Manuel; CUNHA, João Pedro - *João Almeida, Arquitectura, Design, Pintura*. Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida, 2012

ALMEIDA, João; VILAÇA, Teresa - *Um Tesouro na Cidade*. Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida, 2002

ANDREWS, P.W.S.; BRUNNER, Elizabeth - *The Life of Lord Nuffield*. Oxford: Basil Blackwell, 1955

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François - *Conceptos Claves de Museología*. Con La Participación de Musée Royal Mariemont y la Participación del Comité Internacional del ICOM para la Museología. Paris: Armand Colin/ICOM, 2010

FERNANDES, Alexandra; AFONSO, Luís U. (coord.); [et al.] - *Os Leilões e o Mercado de Arte em Portugal Estrutura, História, Tendências*. Lisboa: 2012, Scribe

HERNANDEZ-HERNANDEZ, Francisca - *Manual de Museología*. Madrid: Editorial Síntesis, S. A., 1994

MACDONALD, Sharon (ed.) - *A Companion to Museum Studies*. Oxford: Blackwell Companions in Cultural Studies, 2006

MINEIRO, Clara (coord.) - *Temas de Museologia. Museus e Acessibilidades*. 1.ª ed. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004

MONCADA, Miguel Cabral (coord.) - *Museus Palácios e Mercados de Arte, Museums Palaces and Art Market*. Lisboa: Scribe, 2014

PEIXOTO, Ermelindo - *SATA - de Sociedade de Estudos a Sociedade Gestora de Participações Sociais, Génese e Desenvolvimento Operacional*. São Miguel: SATA, 2012

PINHO, Elsa Garrett; FREITAS, Inês da Cunha - *Normas de Inventário. Normas Gerais Artes Plásticas e Decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário, Instituto Português de Museus [ed.], Lisboa: Instituto Português de Museus, 1999

RAMALHO, Margarida Magalhães, VILAÇA, Teresa - *O Triunfo de uma Vida, António de Medeiros e Almeida 1895-1986*. Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida, 2011

RIVIÈRE, George Henri - *La Museología. Curso de Museologia/Textos y testimonios*. [S.l.], Madrid: Ediciones Akal, 1993

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) - *O Panorama Museológico em Portugal: 2000-2003*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus, 2005

SEQUEIRA, Gustavo de Matos; MACEDO, Luiz Pastor de - *A Nossa Lisboa*. Lisboa: Portugália Editora, c. 1945

SILVA, Raquel Henriques da (coord.) - *Museus e Investigação*. Revista de História da Arte, Instituto de História da Arte, FCSH-UNL, nº8, Lisboa: Instituto de História da Arte, 2011

SILVA, Raquel Henriques da; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.); [et. al] - *Inquérito aos Museus de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Museus – Observatório das Actividades Culturais, 2000

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e - *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998

SOUSA, Maria da Conceição Borges de; BASTOS, Celina - *Normas de Inventário Mobiliário: Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Direcção de Serviços de Inventário, Instituto Português de Museus. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004

Dissertação de Mestrado

MACHADO, José Joaquim Ferreira - *A administração municipal de Ponta Delgada nos primórdios da autonomia (1896-1910)*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2004. Dissertação de Mestrado

Direito

NABAIS, José Casalta - *Introdução ao Direito do Património Cultural*. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2010

Legislação consultada

Lei de Bases do Património Cultural Português – LB nº 107/2001

Lei-Quadro dos Museus Portugueses – LQ nº 47/2004

Credenciação dos Museus Portugueses - Despacho Normativo nº 3/2006

Lei-Quadro das Fundações - LQ nº 24/2012

Código Civil Português - Decreto-Lei nº 47344/66

Endereços eletrónicos

ICOM Portugal - *Código Deontológico do ICOM para Museus*. Disponível em : http://icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM_PT%202009.pdf

Boletim Instituto Histórico da Ilha Terceira – MOTA, Valdemar; *A Família Frederico de Vasconcelos na economia açoriana e no Museu de Angra*, Angra do Heroísmo: 2003.
Disponível em: <http://www.ihit.pt/new/boletins/fav.pdf>

Arquivo Histórico da República Portuguesa. Disponível em :
<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>

CASAS-MUSEU - Obras de referência

AA.VV: *Museum International: Historic House Museums*. Vol. 53, nº2. Paris: UNESCO, 2001.
Disponível em : <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf>

ARAÚJO, Alexandra - *Casas-Museu Em Reflexão*. In: Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus, n.º 12. Lisboa: RPM, 2004. Disponível em:
<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/boletim-rpm/>

BANN, Stephan - *A Way of Life: Thoughts on the Identity of the House Museum, Historic House Museums Speak to the Public: Spectacular Exhibits versus a Philological Interpretation of History*. Génova: DEMHIST-ICOM, 2001

CABRAL, Magaly - *Exhibiting and Communicating History and Society in Historic House Museums*. In: *Museum International*, vol. 53. Paris: UNESCO, 2001
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf>

LEONCINI Luca; SIMONETTI Farida (coord.) - *Abitare la storia: Le dimore storiche-museo*. Turim: Umberto Allemandi, 1998

LORENTE, Jesús Pedro - *Qué és una Casa-Museo? Por qué hay tantas Casas-Museo Decimonónicas?*. In: *Revista de Museología*, n.º 14, Madrid: AEM, 1998

MATIAS, Maria Margarida L. Garrido Marques - *Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: IPPC, 1980

MONGE, Maria de Jesus - *The Identity of House-Museum in Portugal. Case-Museo a Milano: Esperienze europee per un Progetto di Rete*. Milão: Regione Lombardia e Fondazione Cariplo, 2006

PAVONI, Rosanna - *Towards a Definition and Typology of Historic House Museums*. In: *Museum International*, vol. 53 Paris: UNESCO, 2001. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf>

PINNA, Giovanni; *Introduction to Historic House Museum*, *Museum International* vol. 53. Paris: UNESCO, 2001. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf>

PONTE, António da - *Casas-Museu Museus do Privado versus Espaços de público*. In *Museologia.pt*, ano II, nº2, Lisboa: IMC, 2008

RISNICOFF DE GORGAS, Monica - *Reality as Illusion, the Historic Houses that became Museums*. In: Museum International, vol. 53. Paris: UNESCO, 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf>

Tese de Doutoramento

BRIGOLA, João Carlos Pires - *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. Tese de Doutoramento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/11199>

Dissertações de Mestrado

ARAÚJO-GOMES, Bruno - *Lagoa Henriques: O Coleccionador e a Casa-Museu*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://www.academia.edu/2103209/LAGOA_HENRIQUES_O_Colecionador_e_a_Casa-Museu

MARTINS, Ana Margarida de Castro Lopes - *Casas-Museu em Portugal: Modelos de Organização e Conceito*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997. Dissertação de Mestrado

MOREIRA, Marta Rocha - *Da casa ao museu: adaptações arquitetónicas nas casas-museu em Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado

PONTE, António da - *Casas-Museu em Portugal: Teoria e Prática*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado
<http://antoniofonte.wordpress.com/tese/bibliografia/>

GOMES, Nádía Carina da Conceição - *Para Um Roteiro da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012. Trabalho de Projeto de Mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/9437>

Trabalhos de Seminários de Mestrado

GUERREIRO, M^ª Inês; SOUSA, João Pedro; SILVA, João Tomás; PEREIRA, Nuno; STEINHAUSEN, Philip - *Fundação Medeiros e Almeida*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2008-2009. Dissertação de Mestrado

LUNA, Maria Isabel Soares de - *Casa-Museu Medeiros e Almeida “Um Tesouro na Cidade”*. Lisboa: Instituto Superior Técnico- Instituto Universitário de Lisboa, 2009-2010. Dissertação de Mestrado

Trabalhos de Licenciatura

XAVIER, Hugo; BRANCO, Ricardo Lucas - *A Fundação Medeiros e Almeida*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002-2003. Licenciatura em História da Arte

Endereços eletrónicos

Blogue “Casas-Museu em Portugal”. Disponível em: <http://casas-museu-em-portugal.blogspot.pt/>

Blogue “Museologia.Porto”. Disponível em:
<http://museologiaporto.ning.com/page/bibliografia>

Blogue “No Mundo dos Museus”. Disponível em:
<http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/>

RPM Rede Portuguesa de Museus. Disponível em:
<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

ICOM - International Council of Museums. Disponível em: <http://icom.museum/>

DEMHIST – International Committee for Historic House Museums. Disponível em:
<http://demhist.icom.museum/shop/shop.php?detail=1255432597>

DEMHIST Portugal. Disponível em: http://icom-portugal.org/noticias_arquivo.aspx?nid=500&op=detalhes&menu=158&id=158

DEMHIST - Categorization Project I Data. Disponível em:
http://demhist.icom.museum/shop/data/container/DEMHIST_CategorizationProject_I_Data.pdf

DEMHIST - Categorization Project II Data. Disponível em:
<http://demhist.icom.museum/shop/data/container/CategorizationProject.pdf>

Rosanna Pavoni Museum and Art Consulting. Disponível em:
http://www.museumartconsulting.com/sito_inglese/case-museo_Pavoni-2.htm

Biblioteca Nacional de França, Gallica. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>

Mouseion Revue Internationale de Muséographie, Office International des Musées. Paris : Institut International de Coopération Intellectuelle, 1934. Disponível em:
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61016959/f355.item.r=.zoom>

RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Disponível em:
<http://www.rcaap.pt/results.jsp>

RUN - Repositório da Universidade Nova. Disponível em: <http://run.unl.pt/?locale=pt>

Repositório da Universidade de Évora. Disponível em:
<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/15481>

COLECIONISMO - Obras de referência

BAETA, Ricardo Manuel Mendes – *Coleções e colecionadores de arte na revista Ilustração Moderna (1926-1932)*. In: *Ensaios e Práticas em Museologia*. vol. 2. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012. Disponível em:
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10525.pdf>

BORGES, Augusto Moutinho – Coleccionadoores, Colecções e Casas-Museu: Identidade e Salvaguarda da Memória. In: Artis Coleccionadores e colecções, Revista de História da Arte e de Ciências do Património. Nº 2. Lisboa: Caleidoscópio, 2014

BUSTORFF SILVA, Maria João (coord.) - Ricardo Espírito Santo Silva: colecionador e mecenas. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2003

CABRAL, João Amaral – Evocação do Dr. António Anastácio Gonçalves, Coleccionador. In: A Casa das Porcelanas: Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves. Lisboa: Instituto Português dos Museus e Philip Wilson Publishers, 1996

CARNEIRO, José Manuel Martins – Ricardo Espírito Santo Silva (1900-1955): As Colecções de Arte de um Mecenas. In: Artis Coleccionadores e colecções, Revista de História da Arte e de Ciências do Património. Nº 2. Lisboa: Caleidoscópio, 2014

DIAS, João Carvalho – Calouste S. Gulbenkian: O Coleccionador que preferiu Portugal / 1942-1955. In: Artis Coleccionadores e colecções, Revista de História da Arte e de Ciências do Património. Nº 2. Lisboa: Caleidoscópio, 2014

DUARTE, Adelaide - O MACE: da Coleção privada à Fruição. In: Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. Porto: FLUP, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10381>

GRILLO, Fernando – Coleccionismo e Mercado de Arte Nacional e Internacional no início do século XX. A Coleção de José Relvas. In: Artis Coleccionadores e colecções, Revista de História da Arte e de Ciências do Património. Nº 2. Lisboa: Caleidoscópio, 2014

LIMA, Nuno Miguel – Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista. In: Análise Social, vol. 192, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1253274119E4wKP7ku9Cm54LC9.pdf>

MAGALHÃES, João – *Portugal*. In: *The International Art Markets: The Essential Guide for Collectors and Investors*. London: Kogan Page, 2008

MATOS, ALEXANDRE - *A importância da documentação e gestão das colecções na qualidade e certificação dos Museus*. In: *Ensaios e Práticas em Museologia*. Vol. 1. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8926.pdf>

MATOS, Maria Antónia Pinto de (coord.) - *A Casa das Porcelanas: Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museus e Philip Wilson Publishers, 1996

MATOS, Maria Antónia Pinto de (coord.) - *Casa-Museu Anastácio Gonçalves Roteiro*. Lisboa: IPM - Casa-Museu Anastácio Gonçalves, 2002

NETO, M^{re} João; MALTA, Marize (coord.) - *Colecções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014

- PEARCE, Susan – *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge, 1984
- PEARCE, Susan - *On Collecting: An Investigation into Collecting in the European Tradition*. London: Routledge, 1995
- PERDIGÃO, José de Azeredo - *Calouste Gulbenkian Coleccionador*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969
- PEREIRA, João Castel-Branco – A Memória dos Coleccionadores. In: *Ricardo Espírito Santo Silva: coleccionador e mecenas*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2003
- PINHAL, Teresa - *A poética do colecionador, um caso de estudo*. In: *Ensaio e Práticas em Museologia*. Vol. Nº2. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10528.pdf>
- RAMALHO, Margarida Magalhães - *O Triunfo de uma Vida, António de Medeiros e Almeida 1895-1986*. Lisboa: Fundação Medeiros e Almeida, 2011
- RIBEIRO, José Alberto – A coleção de arte do médico António Anastácio Gonçalves. In: *Artis Coleccionadores e colecções*, Revista de História da Arte e de Ciências do Património. Nº 2. Lisboa: Caleidoscópio, 2014
- TEIXEIRA, José - *D. Fernando II Rei-artista, artista-Rei*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1986
- XAVIER, Hugo – *A Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas-Artes de Lisboa: da formação à criação do Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia (1934-1884)*. In: *Projetha_Projectos do Instituto de História da Arte: Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal*. Lisboa: Instituto de História da Arte, 2013. Disponível em: https://institutodehistoriadaarte.files.wordpress.com/2013/07/projetha_museus-de-arte-em-portugal.pdf

Catálogos de exposições

- DIAS, João Carvalho (coord.) - *L'Hotel Gulbenkian 51, Avenue d'Iena – Memória do Sítio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012
- HENRIQUES, Ana de Castro (coord.) - *Coleccionar em Portugal: Doação Castro Pina*, Lisboa: IMC - Museu Nacional de Arte Antiga, 2011
- MÂNTUA, Ana Anjos – *As proveniências da Colecção e o mercado de arte em Portugal 1925 a 1965*. In: *Coleccionar para a Res Publica: o legado Dr. Anastácio Gonçalves. 1888-1965*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação - Casa-Museu Anastácio Gonçalves, 2010
- MATOS, M^a Antónia Pinto de; CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein (coord.); [et al.] - *Uma Família de Coleccionadores; Poder e Cultura - Antiga Colecção Palmela*, Lisboa: IPM, Casa-Museu Anastácio Gonçalves, 2001

MATOS, Maria Antónia Pinto de (coord.) - *Henri Burnay de Banqueiro a Coleccionador*. Lisboa: IPM, Casa-Museu Anastácio Gonçalves, 2003

PEARCE, Susan - *Interpreting Objects and Collections*, Leicester Readers in Museum Studies, London/New York: Routledge, 1994. Disponível em :

http://is.muni.cz/el/1423/jaro2013/SAN105/um/Susan_Pearce_Interpreting_Objects_and_Collection.pdf

RIBEIRO, José Alberto – *Um Coleccionador com olhar Cirúrgico*. In: *Coleccionar para a Res Publica: o legado Dr. Anastácio Gonçalves. 1888-1965*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação - Casa-Museu Anastácio Gonçalves, 2010

SILVA, Raquel Henriques da - *Colecionismo de arte no Portugal de oitocentos*. In: *Henri Burnay. De banqueiro a colecionador*. Lisboa: IPM, 2003

Teses de Doutoramento

BRIGOLA, João Carlos Pires - *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003

DUARTE, Adelaide - *Da colecção ao museu. O coleccionismo privado de arte moderna e contemporânea em Portugal, na segunda metade do século XX. Contributos para a história da museologia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. Tese de Doutoramento.

CARVALHO, Maria João Crespo Pimentel Vilhena de - *As Esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. Constituição de uma Colecção Nacional*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa 2014. Tese de Doutoramento. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/13889>

Dissertações de Mestrado

MONGE, Maria de Jesus – *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Évora: Universidade de Évora, 2003. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/15481>

PEREIRA, Iolanda Cristina Barreira – *Portugal e a Questão dos Bens Culturais Deslocados Durante a II Guerra Mundial: Conjunturas, Factos, Protagonistas e o Actual Estado da Arte*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/20596>

XAVIER, Hugo - *Galeria de pintura no Real Paço da Ajuda*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/12402>

NORMAS

Norma Portuguesa (ISO 690)

NP 405-1. 1994. Informação e Documentação - Referências bibliográficas: documentos impressos. Monte da Caparica. Instituto Português da Qualidade, 2003

NP 405-2. 1998. Informação e Documentação – Referências bibliográficas: parte 2: materiais não livro. Monte da Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2003

NP 405-3. 2000. Informação e Documentação – Referências bibliográficas: parte 3: documentos não publicados. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2003

NP 405-3. 2002. Informação e Documentação – Referências bibliográficas: parte 4: documentos electrónicos. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2003

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Acervo Documental da Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida - Arquivo FMA

Acervo Epistolar da Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida - Arquivo FMA

Acervo Fotográfico da Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida - Arquivo FMA

Acervo Áudio da Casa-Museu da Fundação Medeiros e Almeida - Arquivo FMA

Fichas de Inventário da Casa-Museu Medeiros e Almeida – Arquivo FMA

Conversas com familiares e colaboradores de AMA

ANEXOS

I. Anexo fotográfico



Fig.1 António de Medeiros e Almeida (1895-1986)



Fig.2 Maria Amélia e João Silvestre Medeiros e Almeida, pais de AMA



Fig.3 António com os irmãos Maria da Conceição e Gustavo



Fig.4 AMA ao volante do Morris Cowley c.1926



Fig.5 AMA no barco a caminho da República de Weimar, 1923



Fig.6 Margarida Pinto Basto, c.1923



Fig.7 AMA com o Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar

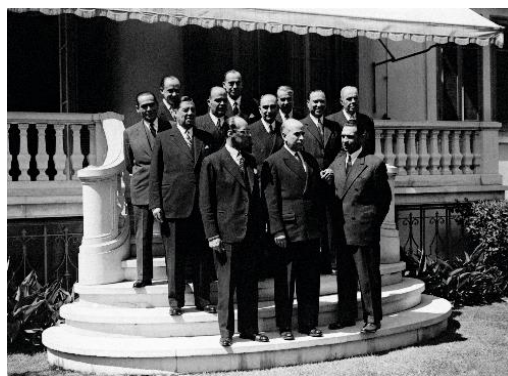


Fig.8 AMA e o Almirante Américo Thomaz com empresários, entre eles, Manuel de Mello



Fig.9 O casal Medeiros e Almeida a ladear William Morris, 1931

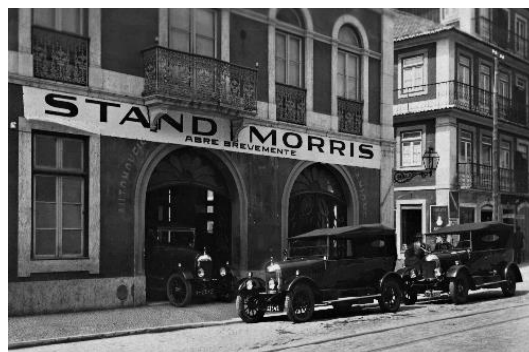


Fig.10 O stand da A.M. ALMEIDA, rua da Escola Politécnica, nºs 37-39

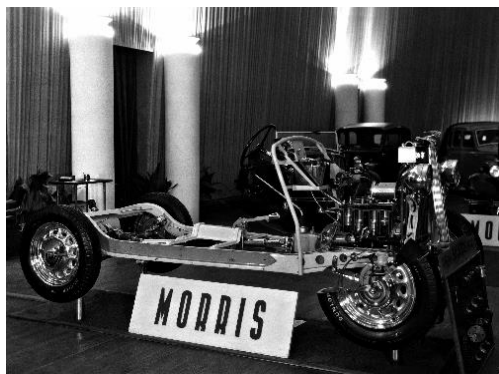


Fig.11 O chassi de um Morris seccionado, Exposição Morris, Sociedade. Nacional de Belas Artes, 1938



Fig.12 O avião e a tripulação da Aero Portuguesa, c.1950



Fig.13 Charles Trenet na Aero Portuguesa, maio de 1952



Fig.14 A bênção de um avião da SATA, c.1948



Fig.15 Visita à CTN pelos Subsecretários de Estado da Indústria e do Comércio, 1950



Fig.16 Fábrica de Lagoa, UFAA, 1962



Fig.17 Visita do Presidente da República Américo Thomaz à Fábrica de Santa Clara, São Miguel, Açores, 1962



Fig.18 AMA e Vasco Bensaúde no paquete "Funchal" da Companhia de navegação, INSULANA, fevereiro 1961

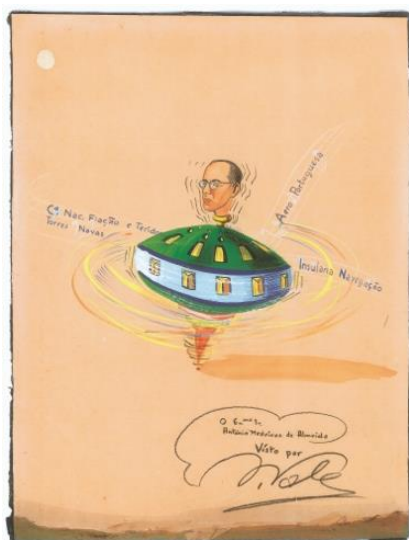


Fig.19 Caricatura de AMA por Viale. S.l., s.d.



Fig.20 Lord Ronald Hugh Campbell, 1945

SHIPS REPAIRED AT ST. MIGUEL			
SCAFELA	27/10/1942	FOUNTAIN	14/ 4/1941
T.G. MOORE	27/10/1942	ICRE COCKRAKE	25/ 4/1941
REPER UNCOAR	16/ 1/1940	EMPIRE ADVOCATE	25/ 4/1941
GEORGE EXTRACTOR	26/ 1/1940	SENGAPUR	26/ 5/1941
SWIMMO	20/ 4/1940	TEROA	26/ 5/1941
POINT JUDITH	11/ 5/1940	ALBERT	31/ 5/1941
POINT ANCH	15/ 5/1940	REPER	12/ 7/1941
CANTOR	31/ 5/1940	WACH	22/ 7/1941
EMPIRE HANMER	14/ 8/1940	EMILIO G. THERMOPOLIS	21/ 7/1941
ALMA	28/ 8/1940	MOORE PELTON	21/ 7/1941
EMPIRE DEFENSE	22/ 8/1940	CHRISTINE WASTE	20/10/1941
LODA	26/ 8/1940	STERNAL	12/11/1941
EDARON	17/12/1940	EL BRIMO	2/12/1941
VENTERBARK	12/12/1940	NEW FRANCISCO	24/12/1941
TROMPERBERG	31/12/1940	DENT ENERY	31/12/1941
JERRY KOLLER	2/ 1/1941	HOLLINGHIE	28/ 1/1942
REPER	2/ 1/1941	ROSENWOOD	10/ 3/1942
BOHITA	16/ 1/1941	STATE NAARUM	5/ 4/1942
DER	22/ 2/1941	CHARLES L. B.	5/ 4/1942
LOHASTON	22/ 2/1941	VIRGA	12/ 4/1942
SLAKHARTON	12/ 5/1941	CHESSBARK	26/ 4/1942
CITY OF ENCH	12/ 5/1941	YANJA	22/ 4/1942
REUTERBERG	20/ 7/1941	TUNEVUTOC	2/ 6/1942
SURLEAK	2/ 8/1941	VOLVENC	2/ 5/1942
JERRY KOLLER	4/ 4/1942	WABA	11/ 6/1942

Fig.21 Lista de barcos reparados em São Miguel, 1941-1942



Fig.22 Colónia Infantil Balnear "O Século", 1955

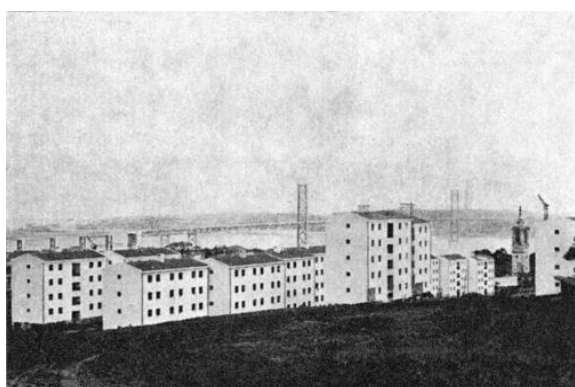


Fig.23 Bairro construído pela Fundação Salazar, c.1973

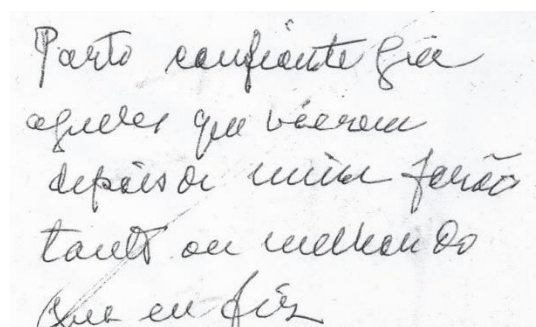


Fig.24 Frase manuscrita por AMA. S.l., s.d.



Fig.25 O casal Medeiros e Almeida numa apresentação do Corpo Diplomático no Palácio Nacional da Ajuda, maio 1954



Fig.26 O casal MA e amigos numa viagem a Marrocos na Aero Portuguesa, fevereiro 1952



Fig.26 a) O Salão, anos 50



Fig.26 b) O escritório, anos 50



Fig.26 c) A Sala de Jantar, anos 50



Fig.26 d) AMA na escadaria do jardim, anos 50



Fig.27 O casal Medeiros e Almeida com os irmãos, cunhados e sobrinhos Pinto Basto

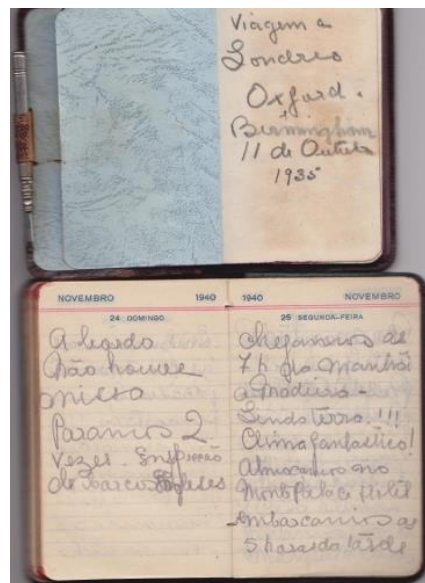


Fig.28 Diários de MMA, Viagem a Londres, 1935 e viagem à Madeira, novembro de 1940



Fig.29 O casal fotografado em casa para a revista americana *Town & Country*,

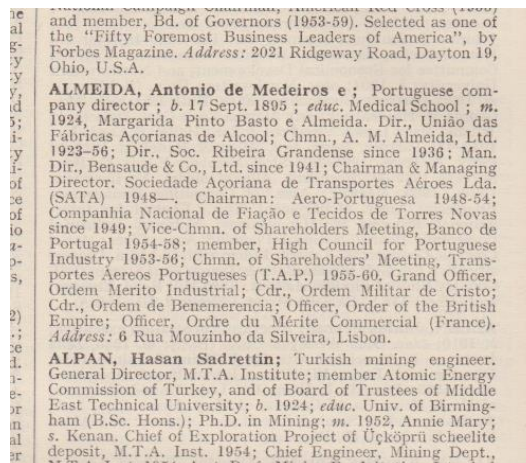


Fig.30 Entrada sobre AMA na publicação "Who's Who" de 1963



Fig.31 Gomil "D. Manuel", porcelana da China, dinastia Ming, reinado Zhengde, c. 1519-20 – FMA 824



Fig.32 "O cobrador de impostos", Pieter Bruegel, o Novo., Flandres, 1616 – FMA 741



Fig.33 Taça "Aldobrandini".Itália / Flandres (?), c. 1570-85



Fig.34 Ampulheta, âmbar. Gdansk, c. 1660–FMA 1062



Fig.35 Cofre de aparato. Esmalte, cristal de rocha. Lápis lazúli, Viena de Áustria, c.1883-1926 – FMA 126



Fig.36 "O Nascimento de Adónis". François Boucher, França, 1733 - FMA 20



Fig.37 Estátua velada, Veritas. Raffaello Monti, 1853 – FMA 795



Fig.38 Tapeçaria "O Camelo", série "Grotescos". Manufatura Beauvais, França, c. 1730 - FMA 38



Fig.39 Púlpito Indo-português, inícios séc. XVIII - FMA 1215



Fig.40 Relógio despertador com pederneira. Godfrie Poy, Londres 1720-30 – FMA 2608



Fig.41

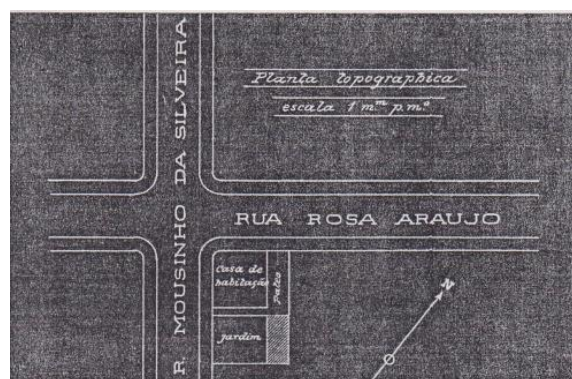


Fig.42

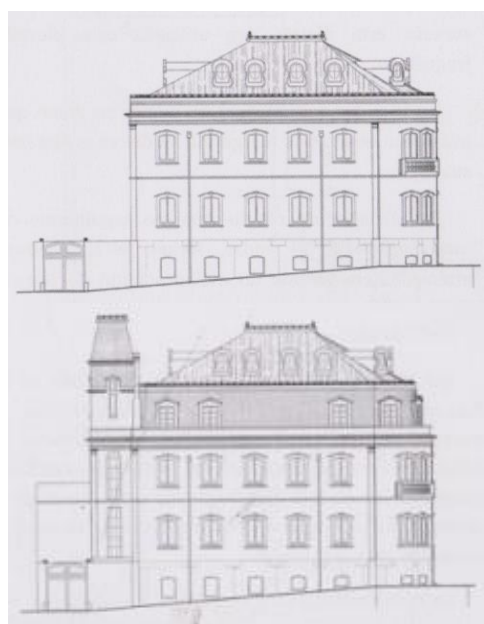
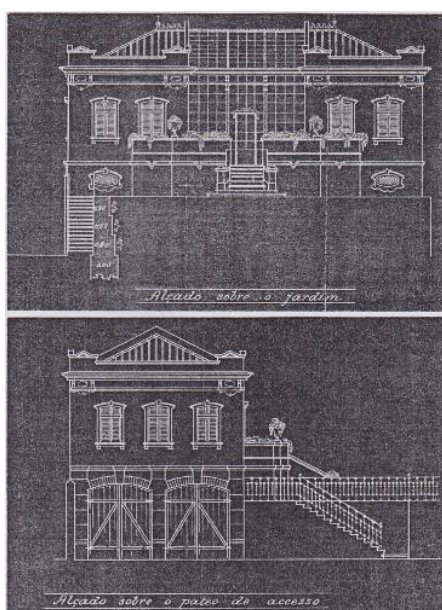


Fig.43 Alçados da casa do motorista. Arq. Rebelo de Andrade, 1923

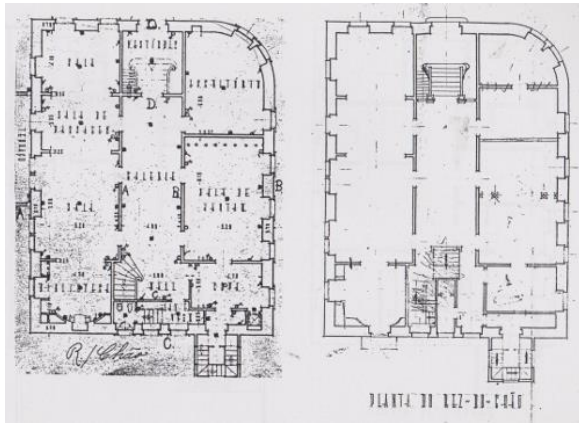


Fig.44 Alçados rua Rosa Araújo, 41. Antes e depois alterações Arq. Rebelo de Andrade, 1923

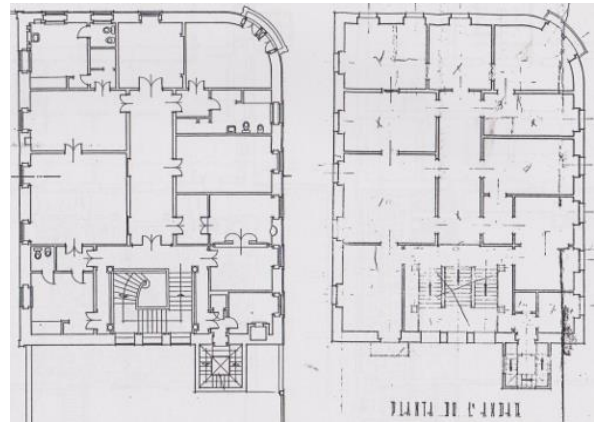


Fig.45 Plantas do rés-do-chão. Antes e depois da intervenção do Arq. Carlos Ramos. 1945

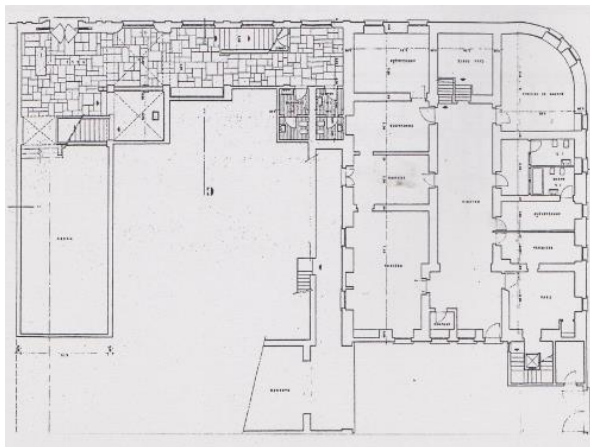


Fig.46 Plantas do 1º andar. Antes e depois da intervenção do Arq. Carlos Ramos. 1945

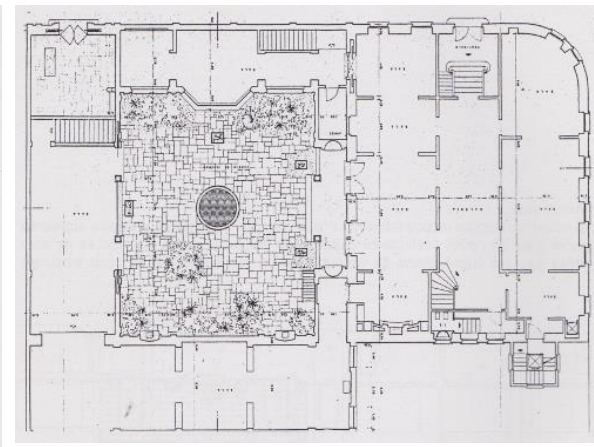


Fig.47 Planta da cave com ala nova. Arq. Alberto Cruz, 1968



Fig.49 Fachada atual da residência de AMA. Rua Rosa Araújo, 37-39

Fig.48 Planta do 1º andar com ala nova. Arq. Alberto Cruz, 1968 (Esta Sala do Lago não se construiu)

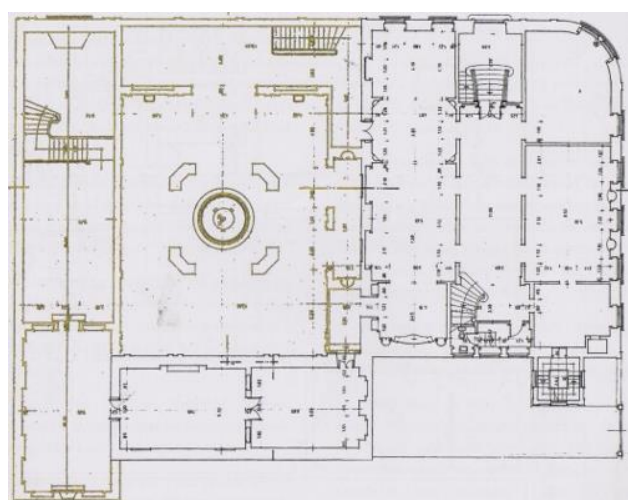


Fig.50 Planta da Sala do Lago. Arq. Sommer Ribeiro, 1971

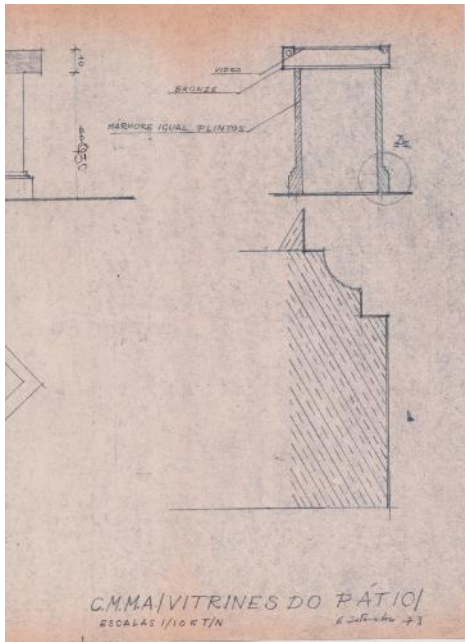


Fig.51 Pormenor das vitrinas da Sala do Lago (Pátio) Arq. Sommer Ribeiro, c. 1972

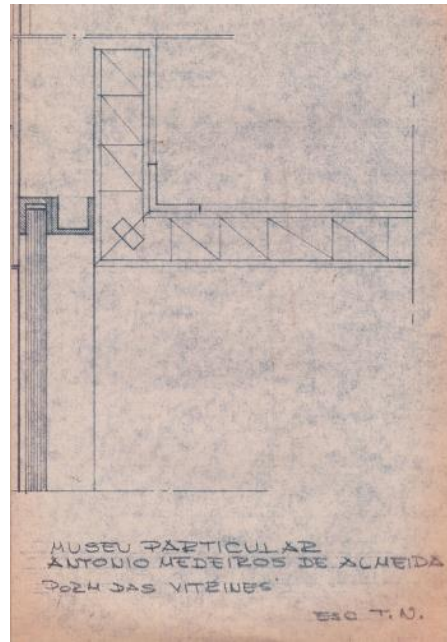


Fig.52 Pormenor das vitrinas da Sala das porcelana. Arq. Sommer Ribeiro, c. 1972



Fig.53 Alçado da fachada da rua Rosa Araújo da CMMA

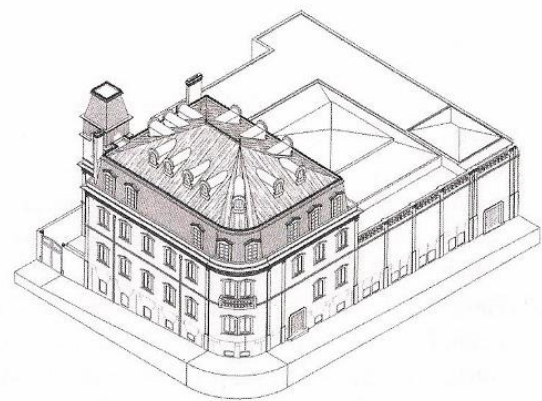


Fig.54 Representação volumétrica do edifício da CMMA



Fig.55 Fachada atual da CMMA



Fig.56 Planta atual do rés-do-chão da CMMA

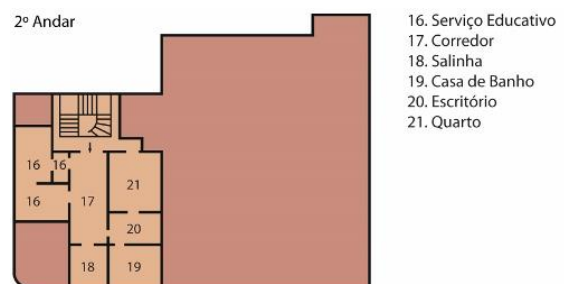


Fig.57 Planta atual do 1º andar da CMMA



Fig.59 Ante Capela. Ala Nova CMMA

Fig.58 Planta atual do 2º andar da CMMA



Fig.60 Capela. Ala Nova CMMA



Fig.61 Átrio, Ala Nova CMMA



Fig.62 Galeria Nova. Ala Nova CMMA



Fig. 63 Sala do Piano. Ala Nova CMMA



Fig. 64 Sala Luís XIV. Ala Nova CMMA



Fig.65 Quarto. Ala Nova CMMA



Fig.66 Corredor Catarina de Bragança. Ala Nova CMMA



Fig.67 Salão A. Ala Antiga CMMA



Fig.68 Salão B. Ala Antiga CMMA



Fig.69 Corredor de entrada. Ala Antiga CMMA



Fig.70 Escadaria. Ala Antiga CMMA



Fig.71 Corredor do 1º andar. Ala Antiga CMMA



Fig.72 Sala dos Leques. Ala Antiga CMMA



Fig.73 Salinha da Senhora. Ala Antiga CMMA



Fig.74 Sala da Espreguiçadeira. Ala Antiga CMMA



Fig.75 Quarto do 1º andar. Ala Antiga CMMA



Fig.76 Sala das Pratas. Ala Antiga CMMA



Fig.77 Sala de Jantar. Ala Antiga CMMA



Fig.78 Escritório. Ala Antiga CMMA



Fig.79 Salão C. Ala Nova CMMA



Fig.80 Salão D. Ala Nova CMMA



Fig.81 Galeria de Cima. Ala Nova CMMA



Fig.82 Sala do Lago. Ala Nova CMMA



Fig.83 Galeria de Baixo. Ala Nova CMMA



Fig. Sala dos Relógios. Ala Nova CMMA



Fig.59 Sala das Porcelanas. Ala Nova CMMA

II. Anexo documental

Maio 1955 vende AMA td ↓

Desde em 1924 e logo passou a ser atacado pelo vilão
eleccionado, mas em 1928 fui obrigado a suspender
em viário pois o negócio de autoconstrução resultou
num prejuízo de 1.600 escudos em virtude das carro
importadas fabricadas em Inglaterra e exportadas
ativamente nos estrados ingleses mas não exportadas
as peças dos parâmetros e paralelepípedos ainda
existentes não só em Portugal como outros países de
Europa. Nessas circunstâncias as carro partiam-se
e eu sentia-me na obrigação de reparar ~~tudo~~
e reforçar todos os carros vendidos ^{em muitos} que eu possuía
e o referido prejuízo.

Mas tive a felicidade após grande agitação
convencer os ingleses a fabricarem um tipo
de carro especial para exportação. Assim
em 1930 aparece o celebre "Warrior"
fabricado com características para suportar
maiores picos. Consequentemente em menos de
dez anos eu tinha recuperado aquele prejuízo
e a partir de então continuei a dar satisfação
ao meu viário de eleccionado. Em 1955 vendi
a minha fábrica e fui para AMA ^{Almada} por um
criado, e pouco depois fui o negócio de autoconstrução
foi o iniciador do que é hoje a Fundação Lu-A. ~~para~~
^{promotor} pois

Anexo II, 1 – Memorial manuscrito (AMA), c. anos 80, p.1

2
Tal negócio rendeu-me lucros que ultrapassaram as
42 mil contos a sessão parte dos quais estão
hoje a valer como grande patrimônio da Fundação.
Por outro lado em 1941 fui recebido no
muito desinteressadamente a sessão-me a
finança. Desse modo e c.º fui atormentado com
dificuldades. A minha resistência em aceitar
este convite baseava-se no facto de não afimmar
que pensava receber o ~~meu dinheiro~~ nome que
tenha gravado na Banca e na Praça do
que todo o dinheiro que me quisessem oferecer.
Fiquei ~~resistindo~~ o meu sócio de firma
em Lisboa sem toda a responsabilidade
de administração visto o sócio Vasco Teixeira
de ter retirado parte os negócios e o outro
sócio o Joaquim Teixeira viver com o pai.
Porém alguns meses fui aos Açores disse
ao meu sócio Vasco Teixeira que arranjasse
alguém para me substituir porque eu
falei ^{em que a firma não me interessava} ~~motivo~~ ^{em que a firma não me interessava} ~~motivo~~ ^{em que a firma não me interessava}
que não continuasse a sociedade. Pelo facto de como
o meu sócio implorou que não abandonasse a

Anexo II, 1 – Memorial manuscrito (AMA), c. anos 80, p.2

sociedade em figura descontabilizada e acabou
 por ceder. Mas em Outubro de 1943 foi forçado
 a pedir a sua demissão em dos funcionários
 de confiança uma inspecção que tinha a seu
 cargo a parte da contabilidade. Verificou-se
 então que a contabilidade estava num estado
 caótico ao ponto de não haver livro de
devedores e credores. Isto tudo foi confirmado
 por uma inspecção da Inspeção Geral da sociedade
 proceder pelo Ministro dos Finanças, donde se
 concluiu que estavam a pagar mais ao Estado
 do que o que lhe deviamos pagar, etc etc.
 Em fins de 1948 em virtude de uma atitude
 do meu sócio correcta para comigo resolvi novamente
 sair da sociedade.

Depois de muito cuidado para retirar o meu
 pedido de demissão em que foram necessários
 grandes influências entre elas um amigo pessoal
 do meu sócio e até o Ministro Cardoso e por outros
 lado os administradores do banco em que a firma
Trabalhava nomeadamente Ricardo Espírito Santo, Cardoso,
Frederico B. L. P. e Alameda Branco Vello, de tal

5

ficou em Bernand⁵ porque diziam terem sido
perjudicados por Bernand. Vassothomaz. Depois
dizem eu deixei passar algum tempo e não fui
a Standard Oil Co. (patroa do Tapas Oil Co) se
aperceberem eu decidi passar o negócio para
a firma Bernand & Co.

Em 1949 quando assinou o contrato de ~~se~~ para
ficar até 1951 o advogado de Vasco Bernand
~~me~~ aconselhou ~~Vasco~~ a fazer investimento
a compra da minha casa atendendo a que
eu tinha como herdeiros 14 filhos e que
por minha morte passaria para os filhos.
~~Vasco~~ Vasco Bernand, sentindo-se preferindo
não pagar a minha casa em dinheiro que
faria falta ao filho da Sociedade e teve para
convicção a seguinte frase: ^{na presença do Sr. Soares} Como não vamos
pagar-te em dinheiro eu calculo que o que tu
queres é a devolução do negócio do oleo". Eu
respondeste que não quero guerra e ele retorquiu:
"Não queres porque? Esse negócio era teu". Respondeste:
"Não quero pagar esse negócio e o melhor que é
fazer-te". Ele perguntou então o que é que queres?
Eu retorquiu: "Quero o que tu não queres". Ele disse:
"Mas isso é inferior ao valor da tua casa".

Anexo II, 1 – Memorial manuscrito (AMA), c. anos 80, p.5

6

Assim fiquei com um ~~pouco~~^{pequeno} lote de ações
da C.F. Farre Navas que o Secretário da Agricultura
de ~~este~~ estado ~~dizia~~^{afirmava} me afirmava
que mais dia menos dia iria dar à Fábria do
Norte os alvarás correspondentes aos de CFN
atendendo ao estado de degradação em que este
estava visto Vasco Teixeira se ter sempre
oposto a qualquer levantamento nesse respeito
que lhe tinha vindo parar às mãos como
consequência de um empréstimo feito a bancos de
dirova que nunca pagou. ! Pau

Fazemos fatapias do estado em fun a CTR
estava em 1949 e outras como fiam
em ---°

E' de salientar que a negociação quando se abrirem o
 negócios dos alhos, pretendi cedendo a fatura ~~em~~
~~numeros contantes~~ pelo mesmo preço por que o outro
 pago, visto Vasco Bensaude apor-se argumentando
 que o negócio não era bem ~~por~~ e que os Americanos
 se tinham desfeito dele por falta de alho por todo
 o mundo e também porque os navios cabia mais
 tinham vendido mais de alho e consequentemente não
 se abasteceriam em ^{Porto} ^{Delgado} ~~Algarve~~.
 Deixei attendendo a estes outros motivos, pensando com
 a companhia English, sempre obter uma audiência

Anexo II, 1 – Memorial manuscrito (AMA), c. anos 80, p.6

7

em julho 1966

Do ~~união~~ ^{negócios} de Fuel and Power - Ltd Berthel
 Depois de uma argumentação de Leobers sobre a
 autorização de nos ser fornecido o óleo que queríamos.
 No entanto sem atender a opinião do meu sócio
 em fins de execução do negócio, por escritura, a Thuanh
 & C. L. E. Eramos o meu sócio neto a Lina e para
 o Natal manifestou-se surpreso e desagradado
 com minha atitude, mas eu calei - o prontamente
 afirmando que no fim do ano de verificação que
 o negócio era mesmo em fiducia com ele pelo
 preço que a firma pagou. Creio que ainda hoje
 é de longe o melhor negócio que a firma teve.
 É de salientar que até 1966 todos dinheiros que
 eu recebi da firma como vencimento desde 1941
 (data da minha entrada) somam um total de £58.107.913.66
 tendo sido pagos do meu bolso todas as despesas de
 estropeiros exclusivamente para tratar assuntos da firma
 e as despesas em Lina e tudo autenticado como
~~cheque~~ ^{cheque} ~~materialmente~~ ^{materialmente} É de realçar que o
 negócio até a mesma data de 1966 recebeu fr. 117.739.635,61

Anexo II, 1 – Memorial manuscrito (AMA), c. anos 80, p.7

Tendo-me desligado definitivamente da Organização Bensaúde em 1 de Julho deste ano, já lá vão portanto perto de três meses, é possível que o meu silêncio para convosco lhes tenha causado estranheza. É que propositadamente aguardei que tivesse decorrido o período de férias para poder reunir todos como agora, aproveitando também uma oportunidade em que tivesse de tratar de assuntos relativos à SINAGA, por cuja administração continuo a ser o principal responsável.

Provavelmente está no espírito de alguns ou mesmo de todos a curiosidade de saber o verdadeiro motivo por que me afastei. Eu satisfarei essa curiosidade. Mas antes disso, talvez interesse saber como me associei à firma Bensaúde.

Tendo meu Pai falecido em 1936, pouco tempo depois o Snr. Vasco Bensaúde fez-me saber que eu não teria de intervir nos assuntos relativos à União de que meu Pai se ocupava. Além disso, soube que o Snr. Vasco pretendia que fôsse outra pessoa a tomar o lugar de meu Pai que era sócio-gerente da Sociedade Ribeiragrandense e, como tal, intervinha na administração da União. Aconteceu, porém, que na Assembleia Geral da Sociedade Ribeiragrandense especialmente convocada para esse efeito eu fui eleito gerente, por unanimidade. Daí resultou que eu passei a tomar parte em reuniões com Bensaúde & Ca., Lda. para efeitos de administração da União.

Como consequência desta situação, foi-me dada oportunidade de resolver alguns problemas que o Snr. Vasco e outros gerentes de Bensaúde & Ca., Lda. consideravam muito difíceis. Assim, o Snr. Vasco Bensaúde passou a fazer de mim uma opinião antagónica daquela que tinha antes desses nossos contactos.

Aconteceu que em princípios de 1941 o Snr. Vasco Bensaúde resolveu fixar residência em S. Miguel e como o sócio Jacques Bensaúde resolvera abandonar a firma para ir alistar-se no exército francês e o outro sócio Dr. Joaquim Bensaúde residia em Paris, a firma não tinha sócio para administrar a Sede. Foi por essa circunstância que o Snr. Vasco me propôs então para me associar a Bensaúde & Ca., Lda. e ficar sozinho a administrar a sua sede.

Agradecendo a prova de confiança que me era manifestada, disse-lhe que a minha resposta dependia das condições de trabalho que me propusesse, dado que para mim valia mais o bom nome, o prestígio e o crédito que eu conseguira grangear durante a minha vida comercial, começada em 1922, do que as condições de ordem material, por melhores que fossem, que me quisessem oferecer. O Snr. Vasco propôs então que eu entrasse com uma quota de importância igual à do sócio Dr. Joaquim Bensaúde e nas mesmas bases estabelecidas para este, o que eu aceitei. Assim, por escritura notarial, ingressei em Bensaúde & Ca., Lda. em 1 de Abril de 1941, e os anos foram passando

4

que viessem substituir-me. Foi assim que ingressou como gerente o Snr. Eng^o. Santos e Castro e outros estavam para ser contratados. Mas logo que eu tive a dolorosa notícia do falecimento do Snr. Vasco, tomei a firme decisão de, não só deixar de ser gerente-delegado, como ainda de me afastar completamente da firma Bensaúde. Dessa minha resolução dei conhecimento aos herdeiros do Snr. Vasco em Agosto do ano passado, com o pedido de me fazerem substituir o mais rapidamente possível, tendo eu posteriormente fixado o prazo limite de 30 de Junho último. Muito embora os herdeiros tenham, amavelmente, manifestado o desejo de que eu me mantivesse na sociedade, a minha decisão era inabalável.

Assim, a partir da data do falecimento do Snr. Vasco, deixei de me considerar gerente-delegado de toda a Organização de que fazem parte onze actividades que me foram oferecidas e que hoje me pertenceriam se eu não tivesse querido gostosamente integrar em Bensaúde. No caso particular da SATA, mantenho-me, no entanto, como sócio.

Tenho a consciência de que correspondo à excepional prova de confiança que me foi dada pelo Snr. Vasco Bensaúde, pois durante o tempo em que tive a responsabilidade de comandar sozinho a firma, esta teve o seu período de maior expansão.

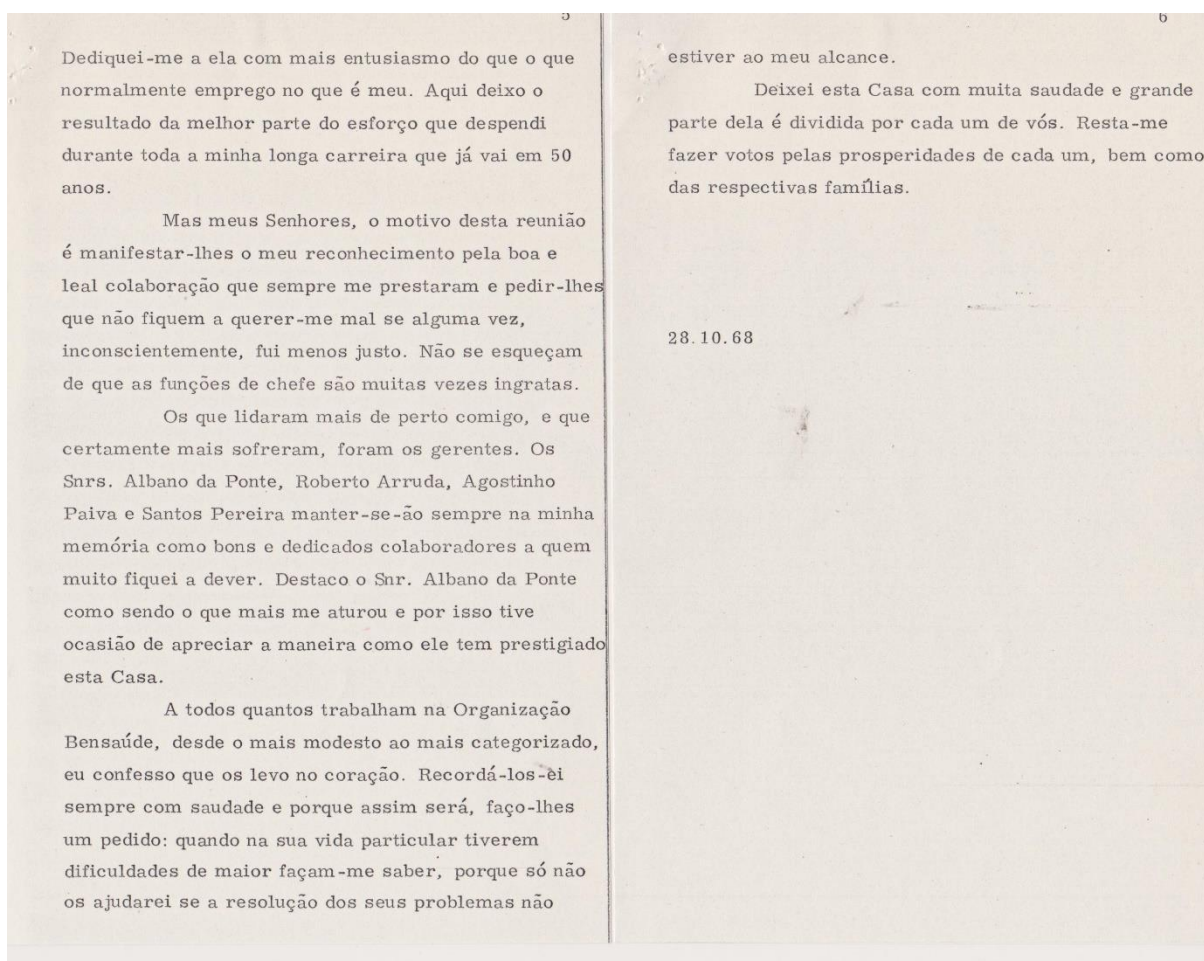
3

durante os quais eu empreguei o melhor do meu saber para o engrandecimento desta casa.

Voltando ao motivo da minha saída, devo esclarecer que desde 1965 que eu vinha manifestando ao Snr. Vasco Bensaúde o desejo de reduzir a minha actividade na administração que me estava totalmente confiada desde 1949, de modo a que pudesse dispor de tempo para tratar dos meus assuntos particulares e muito especialmente da transformação da minha casa em museu, obra muito trabalhosa e de grande responsabilidade, pois uma vez o museu completo será doado ao Estado, em homenagem ao Dr. Salazar que em virtude da ordem e prestígio que deu ao País permitiu que eu pudesse reunir várias colecções de arte cujo conjunto deve representar a colecção particular mais valiosa do País. Eu e minha mulher decidimos deixar a casa onde vivemos há 23 anos para irmos ocupar uma residência mais pequena e mais modesta. Esse grande sacrifício de abandonar o património ao qual estão ligadas muitas recordações, com prazer o fazemos em sinal de gratidão a Salazar.

Ora o Snr. Vasco, apesar de há muito tempo ter conhecimento destes meus propósitos, só pouco tempo antes de nos deixar para sempre é que anuiu a que eu reduzisse para metade a minha presença na firma, mas pedindo-me que continuasse sócio-gerente-delegado de forma a orientar as pessoas

Anexo II, 2 – Memorial (AMA), 28 out.1968, pp.3-4



Anexo II, 2 – Memorial (AMA), 28 out.1968, pp.5-6

ANEXO II, 3

ANTÓNIO MEDEIROS E ALMEIDA – BREVE CRONOLOGIA

- 1895.- Nasce em Lisboa a 17 de Setembro em casa de seus pais na Rua do Salitre, nº 405. Filho de Maria Amélia (1872-1952) e João Silvestre de Almeida (1864-1936), médico e empresário, naturais de Ponta Delgada, São Miguel, Açores
- 1895.- Baptizado na Igreja de São Mamede
- 1897 - Nasce a sua irmã Maria da Conceição (1897-1965)
- 1898 - Nasce o seu irmão Gustavo, médico otorrino (1898-1955)
- 1906.- Conclui o exame de instrução primária – 2º Grau na Escola Académica em Lisboa.
- 1910/12- Entra para o Liceu Central da Lapa na Rua do Sacramento à Lapa (atual Liceu Pedro Nunes) onde conclui o exame do Curso Geral

- Muda-se com os pais para a rua Mouzinho da Silveira, nº 12, edifício encomendado por seu pai ao amigo arquiteto Ventura Terra (1866-1919)
- 1913/14.- Frequenta o Liceu Passos Manuel, onde conclui o Curso Complementar de Ciências
- 1917.- Frequenta o Liceu Manuel Bernardes
- 1916.- Matricula-se na Faculdade de Medicina de Lisboa
- 1919 - Transfere a matrícula para a Universidade de Coimbra acompanhando o irmão Gustavo que também frequenta o curso de medicina.
- 1922 (Junho).- Desiste do curso no último ano e vai para a Alemanha treinar-se nos negócios internacionais
- 1923.- Funda a empresa A.M.Almeida, Lda. Representante de automóveis ingleses com sede em Lisboa na rua da Escola Politécnica.
- 1924 (26/6).- Casa com Margarida Pinto Basto, passando a residir na rua do Salitre nº 134 em Lisboa
- Começa a interessar-se por antiguidades que adquire no mercado nacional
- 192??.- Sócio da firma de calçado ATLAS LDA. (Ponta Delgada)
- 1935 (23/9) - Morre o pai, João Silvestre de Almeida, em Lisboa
- 1936.- Gerente da Sociedade Ribeira Grandense (álcool e açúcar), posição que herda após morte do pai, com uma quota de 51%
- Sócio administrador da Sociedade Lusitana de Destilação Lda.
- 1938 - Organiza com grande sucesso a “Exposição Morris” na Sociedade Nacional de Belas Artes em Lisboa
- 1941.- Sócio e Administrador Delegado da Firma Bensaúde Lda. a partir Abril
- Transfere para a firma Bensaúde a sua quota da Sociedade Lusitana de Destilação,
- Recebe a condecoração de Oficial da Ordem de Benemerência (maio)
- O amigo Ronald Campbell, embaixador do reino Unido em Portugal contacta AMA
- No âmbito da II Guerra Mundial promove auxílio às Forças Aliadas Inglesas
- Recebe a Grã-Cruz da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial. (agosto)

- Recebe a Comenda da Ordem Militar de Cristo (agosto)
- 1943.- Adquire o palacete da rua Mouzinho da Silveira nº 6. Contrata o arquiteto Carlos Ramos (1897-1969) para obras de qualificação da sua casa
- 1944.- Administrador da Companhia de Fiação de Torres Novas
Administrador da Empresa Insulana de Navegação
- 1945.- Começa a adquirir obras de arte no mercado internacional em Londres, Inglaterra
- 1946- Muda-se para o palacete da Mouzinho da Silveira
- 1947- Administrador Delegado e principal accionista da Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos Lda. (SATA)
Pela sua ação durante a II Guerra Mundial, recebe na Embaixada do Reino Unido em Lisboa a Ordem do Império Britânico (OBE) por ordem do rei Jorge VI. (agosto)
- 1948- Administrador e maior accionista da União das Fábricas Açorianas de Álcool (UFAA)
Vogal da Comissão Reorganizadora da Indústria de Fabrico de Álcool
Presidente e único proprietário da Aero Portuguesa, companhia aérea de transporte regular
- 1949.- Presidente do Conselho de Administração e maior acionista da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas
- 1950- Abandona a Marinha Mercante
- 1951.- Recebe a Ordem de Mérito Comercial de França (junho) pelo trabalho desempenhado na Comissão de Propaganda da Confederação Internacional do Linho e do Cânhamo com sede em Paris
Adquire o terreno anexo à sua moradia, no gaveto das ruas Mouzinho da Silveira e Barata Salgueiro
- 1952.- Morre a mãe, Maria Amélia Machado de Medeiros, em Lisboa
- 1953.- Membro do Conselho Superior da Indústria (durante 3 anos)
Abandona a administração da Empresa Insulana de Navegação
- 1954.- Vice-Presidente da Assembleia Geral do Banco de Portugal

- Vende a Aero Portuguesa transferindo todos os negócios desta Sociedade para a transportadora portuguesa TAP
- 1955.- Presidente da Assembleia-geral da TAP
- Vende a A.M. Almeida Lda.
- Morre o irmão Gustavo Medeiros e Almeida (médico otorrino), em Lisboa
- Começa a frequentar o mercado de arte em França
- 1956 - Abandona por deliberação própria o Conselho Superior da Indústria
- Faz parte da SODIM, sociedade de investimentos imobiliários, composta por 12 investidores que, por sugestão do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, ofereceram o capital necessário para a construção do Hotel Ritz:
- 1958.- Presidente da Comissão de Propaganda da Confederação Internacional do Linho e do Cânhamo
- 1959 - Recebe a Comenda da Ordem de Benemerência (fevereiro)
- 1960 - Abandona por deliberação própria a Presidência da Assembleia-geral da TAP, transferindo a sua posição de maior acionista para a Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, Lda. SATA de que é administrador delegado e sócio maioritário
- 1962.- Recebe a condecoração de Grande Oficial de Mérito Agrícola e Industrial (julho)
- 1964.- Planeia doar a sua coleção de arte ao País
- Presidente do Conselho de Administração da fábrica Automóveis Citroën Portugal SARL (Mangualde)
- 1965 - Administrador da SALVOR, Sociedade que construiu o grupo hoteleiro ALVOR em parceria com o Grupo Mello
- 1966 - Eleito Presidente da Direção Nacional da UCIDT (União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho)
1967. - Sociedade Ribeira Grandense da qual era já então sócio maioritário, entrou como fundadora e acionista de uma sociedade anónima, a SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas SARL. cuja presidência assume

- 1968.- Abandona a administração da firma Bensaúde Lda. (julho)
- Contrata o arquiteto Alberto Cruz (1920-1990) para fazer a extensão e qualificação museológica da sua casa
- Solicita a Alberto Cruz um anteprojecto para um edifício no terreno anexo à sua moradia
- 1969.- A convite do Presidente da República, Almirante Américo Thomaz dirige a Comissão organizadora e preside à Fundação Salazar
- 1970.- Adquire uma casa na rua Rosa Araújo, nº 37 para onde se muda com a sua mulher na sequência do início das obras de ampliação da futura Casa-Museu
- 1971 (21/6).- Encarrega o arquiteto Frederico George (1915-1994) para acompanhar e fazer algumas alterações no projecto inicial da Casa-Museu
- Contrata o arquiteto Sommer Ribeiro (1924-2006) para realizar o projecto de museografia da Casa-Museu
- Uma equipa da Fundação Calouste Gulbenkian começa o inventário museológico do acervo da casa-Museu
- Morre Margarida Medeiros e Almeida
- 1972.- Cria oficialmente a Fundação Medeiros e Almeida à qual doa a sua coleção de obras de arte e o património imóvel com o objetivo de dotar o País com uma Casa-Museu
- Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Medeiros e Almeida.
- Aprovação dos Estatutos da Fundação Medeiros e Almeida (31 agosto)
- Encomenda dois bustos em mármore (seu e da mulher) ao escultor Leopoldo de Almeida
- 1972... Acompanha directamente as obras de ampliação e qualificação da Casa-Museu
- 1973.- Solicita a Frederico George um anteprojecto para um edifício no terreno anexo à sua moradia
- Solicita ao arquiteto Artur Lamas um anteprojecto para um edifício no terreno anexo à sua moradia

- 1974.- Revolução de 25 de abril de 1974 - encerramento da Bolsa de Valores e da atividade bancária. AMA fica sem liquidez para continuar a obra da Casa-Museu
- Enceta negociações com o Governo com vista à resolução da sua situação
- Solicita a Carlos Ramos um anteprojeto para um edifício no terreno anexo à sua moradia. Não chegará a ver o edifício construído.
- 1975.- Abranda a atividade empresarial, mantendo as presidências da Sinaga (Sociedade das Industrias Açorianas) e a Companhia Nacional de Fiação de Torres Novas
- 1982 - Assembleia-geral da SODIM, empresa que gere o Hotel Ritz.
- 1977.- Por intervenção do Presidente da República General ramalho Eanes a sua situação financeira é desbloqueada
- Na sequência do acordo com o Governo doa à Fundação Medeiros e Almeida o restante do seu património artístico
- Recorre ao IPPC para iniciar a profissionalização museológica do projeto da Casa-Museu, na pessoa da diretora do Museu nacional de Arte Antiga, Maria Alice Beaumont
- 1978... Dificuldades com a venda das ações da Sinaga impedem a concretização do projeto da casa-Museu
1980. - Conclusão das obras de requalificação da Casa-Museu
- 1983 - Retira-se da administração da Companhia Nacional de Fiação de Torres Novas.
- 1985- A 17 de Setembro promove a sua última Assembleia-geral na Sinaga em Ponta Delgada. Reúne com todo o pessoal da fábrica despedindo-se de cada trabalhador e oferecendo relógios a todos
- 1986 - AMA morre no dia 19 de fevereiro em casa. Está sepultado no Cemitério dos Prazeres. Tinha trabalhado até à véspera. Não chegou a ver cumprido o seu sonho de doar ao País uma Casa-Museu.

ANEXO II, 4

EXCERTOS DE CARTAS ESCRITAS A AMA. 1952-1985

5/8/1952 - João Couto (1892-1968), historiador da arte, diretor Museu Nacional de Arte Antiga: *"...referente à generosa dádiva de V. Ex^a, a qual muito vai contribuir para auxiliar os nossos serviços..."* (doação de 20.000\$00 ao Grupo Amigos do MNAA)

23/8/1957 – Jacques Gans–Ruedin (?), autor, especialista em tapetes orientais, Evian Suíça : *« J'ai eu un grand plaisir de connaître les belles choses que referme votre demeure. Et avec quel amour et quelle compétence vous savez expliquer les tableaux, meubles, porcelaines, etc. »*

20/11/1957 – Jhr. David Cornellis Röell (1894-1961), historiador, diretor do Rijksmuseum (entre 1945 e 1959), Amesterdão : *« Je voudrais vous remercier très chaleureusement de l'aimable accueil que vous avez bien voulu me réserver à Lisbonne. J'ai été enchanté des bons moments passés avec vous dans votre merveilleuse maison qui contient tant de richesses artistiques... »*

28/2/1959 – Kurt Bauch (1897-1975), historiador da arte, especialista em Rembrandt, autor, Friburgo, Alemanha – AMA: *"...giving him the permission to reproduce my Rembrandt's picture "The Raising of Lazarus" in his book about the early Rembrandt..."*

196? – Wendy (1916-2007) e **Emery Reves** (1904-1981) jornalista, editor (agente literário de Winston Churchill) colecionador, filantropo, Hungria: *"...it surpasses all that I have anticipated and we were overwhelmed by the "hauteur" of quality of each chosen object and the overall unity and harmony..."*

21/4/1961 – Peter Sparks (1896-1970), antiquário de porcelana da China *John Sparks Ltd.*, Londres: *"I much look forward to seeing you and your collections – though I am quite sure that I will ask you to let me see it on more than one occasion!!!"*

9/5/1963 – Edmond Petit (1899-1993), embaixador de França em Portugal (de abril 1962 a 1964) : *« Une visite dont nous conservons, ma femme et moi, un merveilleux souvenir. Que des splendeurs nous avons pu admirer grâce à vous! Je rêve encore d'un des van Goyen. »*

26/8/1963 – José Leitão de Barros (1896-1967), cineasta, jornalista, dramaturgo: *“Não voltei a falar-lhe sobre a “Nau São Vicente” porque queria organizada toda a informação [...] Depois de estar consigo, tive uma longa entrevista com o Manuel Gonçalves (Presidente do CA do Diário de Notícias) que se mostrou encantado com a iniciativa[...] Escuso de dizer-lhe como ele se referiu a si: “se tivermos o Medeiros e Almeida connosco a “Nau” seria imediatamente um facto” [...] Tenho a impressão que temos em nossas mãos a mais bela coisa que jamais se fez neste género, quer aqui quer em qualquer parte do mundo. O Moreira Batista (Diário de Notícias) manifestou também o maior interesse em que levássemos a “Nau” à exposição de New York...”*

14/4/1964 – Harold P. Stern (1922-1977), historiador da arte, especialista em porcelana da China, assistente diretor na Freer Gallery, Smithsonian Institution, Washington, EUA: *“...to thank you for your kindness to him during his visit to Portugal. He has written glowingly of it and wants to express the hope that you will visit him at the Freer G. whenever you come to Washington.”*

11/5/1964 – L.G.G. Ramsey (?), autor, editor da revista *“The Connoisseur”*, Londres - Pedu para receber **Robert C. Smith (1912-1975)**, historiador, especialista em mobiliário e arte portuguesa e brasileira, professor da Universidade de Pensylvania: *“...would greatly like to come and see your fine works of art...agree to professor Smith writing about them in Connoisseur...”*

20/8/1964 - L.G.G. Ramsey (?), autor, editor da revista *“The Connoisseur”*, Londres - Pedu a AMA que receba **Clifford Musgrave, OBE**, autor e diretor do Pavilhão Real de Brighton, para escrever sobre a coleção: *“We would then talk about the possibility of your publishing and illustrating in “Connoisseur” some of my pieces. I wish to say that this will be a privilege for you as other magazines have also asked me but I have refused.”* **Idem:** pede também para AMA receber **Mr. Philip Blairman (1896-1972)** e mulher, antiquário, H. Blairman and Sons Ltd., Londres: *“...the privilege of seeing your wonderful collection...”*

15/9/1964 – Ronald A. Lee (?), antiquário Ronald A. Lee Ltd., Londres: *“Most of all we enjoyed seeing your splendid collection and would have liked to browse again. How wise you are to plan an extension for the porcelains, etc. they deserve to be shown more individually as the standard is so very high. I also think that the lighting of your paintings is as good as I have seen, a point which is so often missed in many collections. If you intend*

making a catalogue of your collection it should be an interesting publication and if I can help...”

20/10/1964 – C.H. Josten (?), curador do Museu de História e Ciência, Oxford: *“Mr. Mannheimer of Zurich has often mentioned to me your excelent collection of works of art and especially of early watches, clocks, etc.”*

30/11/1965 – D. de Carle (?), antiquário, Garrard The Crown Jewellers, Londres: *“...you have given permission for the photograph of your Breguet clock to be used.”* (George Daniels, Cecil Clutton *“Watches”* 1965)

3/5/1966 – Jacques Kugel (1912-1985), antiquário Galerie J. Kugel, Paris: *« ...j’ai été très heureux [...] d’avoir l’occasion de voir votre belle collection dont j’avais tant entendu parler »*

18/7/1966– John A. Pope (1906-1982), historiador da arte, perito porcelana da China, diretor da Freer Gallery, Smithsonian Institution Washington (entre 1962 e 1971) - pede para AMA receber **Mrs. Bardach (?)** e **Soame Jenyns**: *“... he is a leading authority on both Chinese and Japanese porcelain, and any help you may be able to give him in seeing Lisbon collections...”* **14/12/1966 - Roger Soame Jenyns** (1904 –1976) historiador da arte do Departamento de Antiguidades Orientais do Museu Britânico Londres: *“...to study collections of Chinese export porcelain.....[Pope] tells me that you have a magnificent house full of 15th century Flemish masters and Chinese porcelain.”* - **24/2/1967 Soame Jenyns**: *“...we rang to see if it was possible to visit your house again...”*

5/5/1967 – John A. Pope (1906-1982), historiador da arte, perito porcelana da China, diretor da Freer Gallery, Smithsonian Institution Washington (entre 1962 e 1971) - Pede a AMA para receber **Henry Trubner** (1920-1999), especialista em arte do extremo Oriente, conservador no Museu Real de Ontário, Canadá *“...to thank you again for allowing me to see your very important collection of Chinese ceramics, notably the Ming blue-and-white ...your lovely house and beautiful collection of paintings, French furniture and clocks...”*

7/6/1968 – Marie Hélène Demorlane (?), autora, *Connaissance des Arts*, Academia Francesa, Paris: *“...vous possédez quelques beaux spécimens de Breguet. Au cas où vous accepteriez que nous les reproduisions...”* **11/12/1968 – AMA** : *« ...la montre Junot-Wellington qui est la plus importante de ma collection, dont le nombre de pièces dépasse déjà les trois centaines. »*

20/9/1968 – Ronald A. Lee (?), antiquário Ronald A. Lee, Ltd., Londres - pede para AMA receber **Nicholas Goodison** (n.1934), autor, Courtauld Institute of Art, Londres: *"...any possibility of seeing your of watches [...] He will be publishing a book on barometers which includes your Quare..."*

8/1/1969 – Geza von Habsburg-Lorraine (n.1940), diretor da leiloeira Christie's, Genebra: pede para AMA receber **M.D.G. Clayton**, especialista em pratas da Christie's de Genebra.

2/05/1969 – John Alexander Pope (1906-1982), historiador da arte, especialista porcelana da China, diretor da Freer Gallery, Smithsonian Institution Washington (entre 1962 e 1971): *"...I was working with our late friend Professor Luis Reis Santos on the problem of Chinese porcelains made for the Portuguese market [...] I also hear that in the intervening years you have been able to collect a number of important pieces of that kind and if it is of convenience for you I should like very much to be able to see them..."*

28/01/1970 – Me Jean Roh (?), advogado, Genebra Suíça: *"...rare privilège qu'il vous a plu de m'accorder en me faisant les honneurs de votre maison."*

15/06/1970 – Geoffrey W.G. Agnew (?), Antiquário, Londres (a Margarida): *"...we greatly enjoyed showing us the beautiful collection you and your husband have made. I greatly admire your generosity in making such a gift to Portugal..."* (a António): *"...your wife entertained us most charmingly. I was pleased to see the P. Nasmyth I sold..."*

5/07/1970 – Christianne Neuvy (?), amiga, Paris : *« ...l'extraordinaire accueil que vous nous avez (moi et mës amis) réservé [...] voir les merveilles avant l'ouverture de votre fondation, vous pouvez etre fiers d'avoir acquis un si grand nombre d'objets d'un si grand eclectisme et qualité... »*

25/09/1970 – Daisy Lion-Goldsmith (1903-1998), autora, Conservadora do Museu Nacional de Artes Asiáticas, Guimet, Paris: - vem a Portugal com a viagem da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional de Cerâmica de Sèvres e a um congresso de porcelana da China na FCG: *"...de revoir Madame MA et vous-même ... Amener mon ami Me Fourest conservateur en chef du musée, très intéressé par vos collections ...quelques diapositives de vos beaux 'bleau et blancs' de commande portugaise ...beaucoup d'intérêt à ce qu'on me demande d'insister sur les liens Chine-Portugal..."*

16/11/1970 – L.G.G. Ramsey (?), autor, editor *The Connoisseur*, Londres – pede a AMA que receba **Yvonne Hackenbrock** (1912-2012), Curadora Arte Asiática do Museu

Metropolitano de Arte, Nova Iorque, EUA e **Judge Untermeyer** (1886-1973), colecionador e filantropo, EUA. **Idem**: - Pede a AMA que envie dados de uma pintura de Rembrandt para o **Simon Hijman Levie** (1925-?), historiador da arte, diretor do Rijksmuseum e do Museu Van Gogh Amsterdão (entre 1975 e 1989): *“he would greatly like to see a photograph of it and the relatings (he is compiling a catalogue on rembrandt’s works throughout the world) ...”*

9/11/1970 – Peter Vaughan (?), Antiquário, John Sparks Ltd., Londres: *“What a magnificent gift...looking forward to hearing about the museum and its progress...”*

28/12/1970 – Clifford Musgrave (?), autor, diretor do Pavilhão Real, Brighton, pede para ver documentação. AMA escreve: *“I’ve just started rebuilding and redecoration of my old home to be turned into a museum”* Musgrave responde: *“It is exciting news that you have now begun the extension of the building to form a museum ...It will be wonderful to have all your splendid works of art which are at present stored away through lacking space, displayed in a worthy manner.”*

21/01/1971 – John A. Pope (1906-1982), historiador da arte, especialista porcelana da China, diretor da Freer Gallery, Smithsonian Institution Washington (entre 1962 e 1971): *“...supply me with photographs of your pieces of Chinese blue and white that have Portuguese transcriptions and coats of arms and decorations...as they play an important part in the whole history of early Chinese export porcelain.”* **Idem** - Pede a AMA para receber o colecionador de relógios Captain Belin: *“...he has heard about your famous collection of watches and clocks...”*

26/7/1971 – Maurice Chalom (?), antiquário, Paris: *« ...le créateur d’idées telle que vous avez été toute votre vie, et cette chose que vous créez, le musée avec tous les objets que vous avez collectionné toute votre vie. C’est merveilleux, permettez-moi de vous dire, la grande admiration que j’ai pour vous depuis que j’ai vu les projets de votre future entreprise. »*

26/08/1971 – Captain Ferdinnand Lammot ‘Peter’ Belin (1913-1982), diplomata, colecionador de relógios, EUA: *“It was a day to remember, once more so many thanks to you for the personally guided tour of your house ... the National Gallery of Art of Portugal!”*

26/8/1971 - Coronel Humphrey Quill (?), autor, conservador do Museu do Relógio, Londres, (amigo de Belin): *“...congratulate you on the beautiful taste and care with*

everything is displayed. For me it was an education, and my visit gave me great pleasure for which I wish to thank you greatly....”

18/11/1971 – Harold L. Tonkin (1902-1984), colecionador, filantropo, Pennsylvania, EUA:

“...magnificent and unique museum. Never have we seen in our travels anything that compares in detailed beauty, luxury, and as a manifestation of exquisite taste [...] your guests will either wear soft shoe coverings or go without shoes. The unusual lighting was also intriguing [...] the treatment of special focal points was so beautifully done.”

10/12/1971 – Mark Lewin (?), Jade Company S.A., Genebra : «....votre si chaleureux accueil, une multitude d’objets exceptionnelles...je me réjouis déjà de venir à Lisbonne l’année prochaine pour l’inauguration de votre musée et je serais fier de voir quelques objets de Jade Company figures parmi vos superbes collections... »

31/10/1972 - (assinatura ilegível) : « *Est-ce toujours pour cette fin d’année l’inauguration de votre musée?* »

16/03/1972 – Nicolas E. Landau (1887-1979), antiquário, Paris : « *Je garde un très agréable souvenir de votre visite et serait heureux de la voir se renouveler.* »

19/01/1973 – R.E. de Zoete (?), Mallet & Son (Antiques), Ltd. Londres: *“I should be most interested to see your collection.”*

3/05/1973 – Marie Hélène Demoriane (?) autora, *Connaissance des Arts*, Academia Francesa, Paris: « *...voir et apprécier à nouveau votre remarquable collection de porcelaines sino-portugaises... de rédiger une étude approfondie sur le sujet portugais qui m’a captivée.* »

23/05/1973 – George Feuer (?), Artinterias (Cranbourn Antiques) Ltd., Londres: *“...your intended bequest to the Nation can almost be compared with the Wallace collection in London and also in a way with the Jones Collection at the V&A...”*

23/11/1973 – Didier Coigny (?), Office du Livre, Friburgo, Suíça : « *Concerne: Guide du Connoisseur de la Céramique Chinoise – M.(ichel) Beurdeley... Ces deux objets faisant partie de votre collection, nous vous serions obligés de nous autoriser a les reproduire...* »
(objetos de porcelana da China já reproduzidos por Lion-Golschmidt em 1960)

6/12/1973 – Maurice Chalom (?), antiquário, Paris: « *...je serais heureux de savoir quand a lieu l’inauguration du joli musée. Est-ce que vous avez fait un catalogue pour le musée?* »

13/12/1973 - AMA responde: « *Je ne pense que le musée sera prêt avant le mois de janvier... »*

1974 – Jo Ballantine Malher (?), Virginia, USA – “*...for making my last night in Lisbon magic...I saw something unique...*”

20/04/1975 – Paul E. Geier (1914-1981), diplomata, embaixador em Roma (1949-1953), colecionador, filantropo, Ohio, EUA: « *...votre superbe collection, la qualité le goût tellement raffiné et le splendide décor me restent inoubliables... »*

23/04/1975 – José Cutileiro (n. 1934), Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Londres (entre 1974 e 1977), Lisboa: “*...é único em Portugal...como exemplo de uma forma de serviço público e amor pela Pátria ...*”

197? - Gregory Martin (?), especialista em pintura, leiloeira Christie’s, Londres – visitou coleção com M^a José Mendonça da FCG: “*...wonderful private museum.*”

15?/01/1976 – Herlander dos Santos Estrela (n.1943), Subsecretário de Estado do Tesouro, (VI Governo Provisório 1975-76): “*...magnífico património artístico...encontre as melhores soluções tendo em vista a salvaguarda daquele património e a sua colocação ao serviço do nosso País...*”

2/10/1976 – Stanley J. Pratt (?), antiquário Stanley J. Pratt Ltd., Londres: “*...priceless collection...*”

29/02/1976 – General Luiz Câmara Pina (1904-?) e mulher, amigos, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa: “*...bem hajas portuguesmente pela tua grande obra...enriqueces o País na hora em que o Estado te empobrece...*”

29/04/1976 – Sir and Lady Peter Norton-Griffith (1905-?), amigos, Quinta do Torneiro, Paço de Arcos – “*...our admiration for what you have achieved at your Museum...wonderful example of collecting, which is going to benefit thousands of Portuguese and foreigners in future years...the catalogue which I venture to suggest to be written first in English and French ...*”

1/08/1976 – M^a Arminda e António Lacerda de Cértima (1894-1989), escritor e diplomata, Museu Caramulo: *“...contar a história da sua nova casa e de cada peça do seu museu...beleza, equilíbrio, requinte e bom gosto do ambiente em que estão expostas! E com um cicerone como o meu querido amigo!”*

29/08/1976 – M^a de Lourdes da Costa Lobo (?), amiga, Lisboa: *“...vendo a Wallace Collection só a posso comparar à sua maravilhosa coleção...”*

6/10/1976 – M^a Teresa Gomes Ferreira (?), Diretora do Museu Calouste Gulbenkian, Lisboa: *“... sua preciosa coleção que tenho esperança muito em breve possa ser patenteado ao público. Ele reveste-se, de facto, do maior interesse e será, estamos certos, um elemento valioso para o enriquecimento cultural do nosso país...”*

27/10/1976 – Luiz de Lancastre (Alcáçovas) (?), amigo, Paço de Arcos – *“...absolutamente deslumbrado com tanta beleza. Um conjunto inestimável de obras de arte, raras, únicas, e soube relacionar, com verdadeiro conhecimento do que é ARTE – Bem-haja por ter querido enriquecer Portugal...”*

2/11/1976 – Stanley J. Pratt (?), antiquário Stanley J. Pratt Ltd., Londres: *“...honor of being shown such a fantastic collection. It is so sad that due to present circumstances so much thought, care and beauty should not be generally seen and appreciated...”*

16/11/1976 – Thèrese (?), amiga, Estoril: *“... a tua dedicação por este País que é o nosso, ao longo de anos e com que trabalho, canseiras e arrelias para juntar essas maravilhas...podes estar orgulhoso.”*

s.dia/12/1976 – Henrique Medina (1901-1988), pintor, Lisboa: *“... na sequência de maravilhosas surpresas...tantas, tão belas, tão extraordinárias e tão raras. Talvez um livro ou catálogo nos pudesse elucidar...grande Senhor que tão altruísta tem sido, pois que, com extremoso carinho colecionou para presentear à Nação...”*

5/01/1977 – Rosine (María Rosa) Bemberg (1922-2009), Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA), International Council of Arts, Museu de Arte Moderna de Buenos Aires (Mamba) Paris: *« ...Il est difficile d’exprimer toute l’admiration que j’éprouve pour l’admirable Fondation que j’ai eu le privilège de visiter...la réussite que cela représente c’est en outre un gage de confiance envers le Portugal qui doit retrouver sa digne place en*

Europe et c'est aussi, parce que vous avez dit de sa formation, un hommage à votre femme. »

24/6/1977 – M^a Manuel Marques da Mota (?), Conservadora Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: *“...gostaríamos de apresentar fotografias das seguintes peças da vossa colecção: – Taça de porcelana Chinesa com inscrição, - Gomil com armas António Peixoto, - Frasco com armas Villas-Boas...”*

20/03/1977 - Paes de Villas-Boas (?), amigo, Lisboa: *“... verdadeiramente maravilhado e surpreendido não só com o quanto viu mas pela vida e integração que soube dar, mantendo vivo todo o património ... ciceronado com tanto saber e coração – cultura e amor.”*

16/04/1977 – Ruy Oliveira (?): *“...um empreendimento desta envergadura representa um somatório de inúmeras facetas diferentes – extraordinário bom gosto, vastíssima cultura artística, iniciativa persistente, sentido firme de organização – que muito honram a Pessoa que foi capaz de o por de pé e o País que tem a felicidade de o albergar.”*

10/7/1977 – Jean-Paul et Eugène Anglès (?), Embaixadores de França em Portugal, Paris (entre 1976 e 1981) : *« ...tout ce que l'on réussit dans la vie est source de satisfaction inégale et quand en plus on peut s'enorgueillir d'être le donateur à son pays d'un grand trésor, on peut dire que sa vie aura été d'une grande valeur ! »*

12/05/1977 – Joaquim Veríssimo Serrão (n. 1925), historiador, professor Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: *“...encanto e surpresa pela descoberta dessa admirável realidade cultural...agradeço-lhe, como português, a dádiva colossal e sem preço que põe à disposição do nosso País e que fica a assinalar uma trajetória humana inspirada pela Beleza eterna.”*

31/03/1977 – Harold L. Tonkin (1902-1984), colecionador, Pennsylvania, EUA: *“... memories of our visit with you and your museum in 1971... gem-like museum”* - **6/04/1977** – Resposta de AMA referindo as obras do museu: *“...extensive enlargement and rearrangement works have been carried out...”*

14/12/1977 – Renée Huyghe (1906-1997), membro da Academia Francesa, autor, conservador de pintura no Louvre, professor na Escola do Louvre, diretor Casa-Museu Jacquemart-André, Paris: *« À Antonio de Medeiros e Almeida en souvenir d'une visite*

émerveillée de sa collection où éclate l'univers [??] de son goût en hommage de sympathie et d'admiration » (dedicatória no livro « *L'Art et L'Âme* » Paris : Flammarion, 1960)

27/12/1977 – Maria Ulrich (1908-1988), pedagoga, Lisboa: “...seu santuário...E depois, o sentido e a história que você dá a cada obra e que representa uma evocação e uma vida apaixonante!”

31/01/1978 – Simon Hijman Levie (1925-?), historiador da arte, diretor do Rijksmuseum e do Museu Van Gogh Amsterdão (entre 1975 e 1989): “...I woud much appreciate to meet you on that occasion and, if possible, to be shown your collection, as once my illustrious predecessor, Jhr. Röell.”

14/01/1978 – Frédéric Fresco (?), colecionador Paris e **Bernard Labère** (1941-2013): « *Il est évidente que vous avez consacré une partie de votre existence très importante à choisir, éliminer et réunir des arts si divers Rembrandt et van Goyen dont vous avez si intelligemment rassemblé des différentes manières...l'éclairage, l'aménagement des vitrines (que j'espère voir bientôt garnies)...* »

26/04/1979 – Jacques Bruschin-Mortiau (1931-?), engenheiro, especialista e colecionador de porcelana da China, professor Escola Politécnica de Lausanne, Suíça e **Professor Pflug** : « *...visiter la collection Almeida, cité fréquemment dans la littérature sur la céramique chinoise, dont le livre encore récent de Mme Lion-Goldschmidt...* »

7/03/1980 – Furniture History Society - Dr. John Forrest Hayward (1916-1983), historiador da arte, autor – agradecem a visita à coleção, através da Anglo Portuguese Society: “...o Dr. Hayward e sua mulher que me falaram da visita a sua casa e como tinham gostado e ficado muito agradecidos.”

8/1/1981 – Peter Collis (?), autor, Time-Life Books, Paris Bureau: “*Your beautiful Manueline ewer is on page 96...*” (MILLER, Russel “East Indiamen”, Virginia, Time-life Books, 1980).

24/12/1981 – Carlos Pinto Bastos de Moraes (?), Visconde de Mira-Vouga, amigo, Lisboa: “...perpetuará o nome ilustre e a magnanimidade do seu Instituidor...realização de grandes empreendimentos, sempre tratados com notável visão, dignidade e sabedoria...traduz não só a coragem, o trabalho e o dispêndio...servindo as carências escolares do País em formação artística...forma erudita como planeou tão importante realização.”

24/01/1983 – Jacques J. Gendarme (?), amigo, França : « *...déjà rares sont les hommes, dans notre monde, qui par le fruit de leur travail peuvent laisser un tel patrimoine artistique à leur pays. Mais en plus, en amateur d'art éclairé, vous avez judicieusement placé les richesses historiques dans un environnement prestigieux, garantissant ainsi leur mise en valeur d'une manière extraordinaire.* »

5/4/1983 – Hugh Campbell Byatt (1927-2011) e mulher, diplomata, embaixador do Reino Unido em Portugal: “*...a sua admirável colecção de obras de arte – colecção que é um extraordinário feito pessoal – e gostámos imenso que tivesse tido tempo livre para nos acompanhar na nossa visita.*”

11/04/1983 – António Santos Mendonça (?), amigo, Lisboa: “*...seria valioso e importante que ficasse escrito para o futuro, a história das circunstâncias e até os “fait-divers” ligados à aquisição e manutenção de cada uma das peças da vossa coleção.*”

20/05/1983 – Simon Hijman Levie (1925-?), historiador da arte, diretor do Rijksmuseum e do Museu Van Gogh Amsterdão (entre 1975 e 1989): “*Deeply impressed by the quality and quantity of works of art which you collected during the last fifty years... Spoken with my colleagues I will let you know our opinion about the raising of Lazarus which is dated 1624.*”

14/10/1983 – Jeannine Quintin (?), diretora da Alliance Française, Lisboa: “*J'étais loin de soupçonner l'importance de cette visite*” (visitaram por recomendação do Prof. David Mourão-Ferreira.) **30/03/1984 - Idem:** « *Que l'on puisse réunir à ce point le goût, la connaissance des objets d'art et la capacité de les acquérir et de les mettre en valeur...exceptionnel.* » **11/04/1984 – Idem:** pede para publicar peças da coleção na obra “*Oeuvres d'art Françaises dans les musées Portugais*” (QUENTIN, Jeannine, Lisboa : Alliance Française, 1985)

10/02/1984 – António Coimbra Martins (n.1927), diplomata, Ministro da Cultura, Lisboa: “ *...justificado seria chamar-lhe Génio da lâmpada. A estas imagens sobrepõe-se porém, um pensamento camoniano: os prodígios dos portugueses, verdadeiros, excedem os fabulosos que andam nas crónicas e na tradição.*”

12/02/1984 – Jessie McNab-Dennis (?), conservadora de Escultura e Artes Decorativas, Museu Metropolitano, Nova Iorque, EUA: “*... such pleasure to know that you are installing*

your wonderful collection by yourself. I do think this is the best way, for one knows every little nuance of one's piece, which no secretary or architect could be as sensitive to".

23/03/1984 – Fumiya e Kimiko Okada (?), embaixadores do Japão em Lisboa: *"...wonder and surprise to us all...we not only enjoyed the visit but learnt a great deal as well..."*

30/03/1984 – Marie Antoinette de Freitas Branco (1903-1986), amiga, pianista, Lisboa :
« Le cœur, les yeux, les souvenirs se joignent pour vous exprimer ma reconnaissance, ma joie et mon émotion... »

4/04/1984 – Maria do Carmo Pinheiro de Mello (1897-1986), Duquesa de Palmela, Quinta do Calhariz, Sesimbra – AMA: *"Depois da morte da minha querida Margarida, faço uma vida muito recatada, dedicando-me exclusivamente ao trabalho do escritório e da minha Fundação."*

21/05/1984 – Ingrid Janeiro e marido (?), amigos – agradecem visita. AMA responde:
"...Sempre tive grande admiração pela antiga civilização chinesa – como está patente no meu museu – e que em certos aspectos deixa as actuais civilizações bastante diminuídas."

4/06/1984 – Kikuo Watanabe e Akimasa Iwashita (?), jornalistas The Hokkaido Shimbun Press, Japão (visitaram a coleção com a mulher do embaixador): *"Such wonderful works of art..."*

11/10/1984 – Leonardo Neto Pereira (?), Setúbal e **Dr. Serra Pinto (?)** – pedem para visitar: *"... especialmente os 'azuis e brancos'"*

7/11/1984 – Britt-Marie Huss Hedin (?), Embaixatriz da Suécia em Lisboa: *"...as futuras gerações hão-de agradecer."*

27/11/1984 – Eleanor Thomson (?), especialista em ourivesaria europeia, leiloeira Sotheby's, Londres: *"...It certainly gave me a great pleasure and I left full of admiration for the work you have done for the past years. I also learnt a lot not just about silver but many of the other items you were so kind enough to explain to me in detail."*

30/11/1984 – Dr. Jorge Gamboa de Vasconcelos (1908-1995), médico, parlamentar, jornalista, Ponta Delgada, Açores – a propósito de um artigo publicado a 29 nov. 1984, Diário de Notícias: *"...quase 5 horas a percorrer...todas as explicações que lhe pedi...as explicações magistrais que V.Exa me deu ..."* - **4/12/1984** - resposta de AMA: *"Sobre o que está patente no Museu, o meu mérito é insignificante porque foi obra do meu subconsciente que através do vício de colecionador me arrastou, quase sem eu dar por*

isso, para o que está feito. É claro que para tal foi preciso muito dinheiro, mas também aí eu não mereço elogios por ter sabido obtê-lo e até costumo dizer que “nunca andei à procura de dinheiro, ele é que veio ter comigo” e disso tenho bastantes provas.”

25/03/1985 - Teresa Patrício Gouveia (n.1946), Ministra da Cultura e Coordenação Científica, Lisboa – *“...orgulhosa fiquei por saber que neste país, que é o nosso, há quem tenha sabido vencer o desinteresse generalizado e tenha sabido fazer uma obra tão exemplar...”*

21/05/1985 – Diane Scarisbick (n.1928), autora, especialista em joalheria, Londres: *“...walking round this collection [Wallace] today I thought of you and the wonderful morning...”*

26/07/1985 – Julian Thomson (1941-2011), especialista em porcelana da China, presidente da leiloeira Sotheby's, Londres: *“...your wonderful collection...lot 10 Ming blue and yellow box is the twin to your own piece.”*

15/08/1985 –José Manuel Monteiro da Silva (?), Juiz Conselheiro Ponta Delgada, Açores: *“...será um testemunho fiel do esforço que desenvolveu em toda a sua vida, juntamente com a sua mulher.”*

Fevereiro de 1986 – morte de Medeiros e Almeida

1/3/1989 – Jacques Bruschin-Mortiau (1931-?), engenheiro, especialista e colecionador de porcelana da China, professor Escola Politécnica de Lausanne, Suíça: *«...Si j'étais émerveillé cette fois comme il y a dix ans par le goût très sûr et la grande persévérance de feu son propriétaire, je m'interroge encore sur la possibilité de concilier le cachet très particulier que dégage la demeure – celui de la maison d'un amateur éclairé d'art et de belles choses qui collectionne des céramiques de Chine, des montres et la peinture de van Goyen – avec le besoin de préserver les objets contre l'usure sinon le vandalisme, une fois qu'elle sera ouverte au public. Je me souviens qu'António de Medeiros avait beaucoup insisté lors de notre rencontre sur cet aspect presque intimiste (je dirai anti-musée), qu'il souhaitait sauvegarder. La solution, difficile (mais est-ce que ce serait intéressant sans cela ?), qui vous incombe maintenant, est fondamentale, parce qu'elle déterminera le caractère de l'ensemble, tel qu'il sera perçu par les futurs visiteurs intéressés. »*

FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA

TELEF. 478 92

RUA ROSA ARAÚJO, Nº 41
LISBOA-2

END. TELEG. FUMAL

Desde os meus 20 anos, isto é, desde 1915, comecei a interessar-me por peças antigas, que passei a adquirir a partir dos meus 30 anos e quando as minhas posses o permitiam. Esse interesse foi-se desenvolvendo com intensidade crescente e a pouco e pouco fui coleccionando peças raras e de valor histórico, como móveis, tapetes, lustres, loiças, bibelots, leques, relógios, pratas, quadros, jóias, livros de arte, cristais, azulejos, tapeçarias, peças de arte sacra, estatuária, etc..

À medida que o tempo ia correndo, fui-me tornando mais exigente e por isso fui pondo de parte determinadas peças menos valiosas. A selecção tem-se mantido, cada vez mais rigorosa.

Algumas dessas antiguidades foram adquiridas com certa dificuldade, quer por os seus donos não quererem desfazer-se delas quer muitas vezes por os seus preços estarem fora do meu alcance. Casos houve em que, para as adquirir, tive de esperar anos e outros em que, para as observar e discutir a compra, fui obrigado a deslocar-me por esse mundo fora. Mas o facto é que cada uma dessas peças, reunidas ao longo de perto de 50 anos, faz hoje parte do meu ser e reflecte o meu gosto. Assim, sinto-me chocado quando alguém me sugere a venda de uma ou mais peças para resolver a minha difícil situação financeira, visto ter entregue à Fundação que criei quase todos os meus haveres e o pouco que me resta estar nacionalizado.

Na eventualidade de aumentarem essas dificuldades financeiras, preferirei, se a isso as circunstâncias me levarem, recorrer à mendicância em vez de me desfazer de qualquer das peças que com tanto carinho e amor coleccionei para as deixar ao meu País. É possível que por isso me apelidem de tolo. São diferenças de sensibilidade.

Janeiro 1977.

2.º B.º Camões
Araújo
25-7-923

712

Folha 1
Proc. 8970

19 de Maio de 1923

O VENDEDOR
L. Aurim

DEFERIDO

AO Exmo. Smr.
Presidente da Camara Municipal de Lisboa

Eduardo Guedes, desejando introduzir alterações e construir uma mansarda no prédio da sua residência na Rua Rosa Araújo 41, freguesia de S. Sebastião da Pedreira, e não a podendo fazer sem que primeiro seja aprovado o projecto que junta, por isso,

Pede deferimento,

Lisboa 9 de Maio de 1923

Reconheço a signa supra

Lisboa

1.ª REPARTIÇÃO
SECRETARIA GERAL
5.º 8970
Data de entrada 21-5-23
Data de saída
Destino

- 8970 -
140 PORTA
11.5.23

Concluido - 15-1-25
Historia - 24-6-"
Habitada - 25-7-923

Anexo II, 6 – Pedido de obras à CML. por Eduardo Guedes (arquiteto Rebelo de Andrade), 9 mai. 1923 p.1

DESPACHO

SENHA N.º 3451/1929

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

4.ª Repartição EDIFICAÇÕES URBANAS

Pedido de licença

para pequenas obras ou reparações,

ocupação da via pública, ou renovação de licença

O Chefe do Serviço

Nome do requerente Nunciatura Apostólica

Local da obra

Freguesia de 3.º Bairro

pretende executar

os seguintes trabalhos (1)

A Nunciatura Apostólica, gozando dos direitos de exterritorialidade, comunica à Exma Camara para os devidos efeitos, que adquirio a propriedade sita na Rua Mousinho da Silveira N.º 6 tornejando para a Rua Rosa Araújo, N.º 41, onde vai fazer diversos trabalhos de reparação interiores para instalação dos seus serviços.

Nome do proprietário do prédio

Morada do proprietário

Qualidade em que o requerente faz o pedido (2)

Director técnico responsável (quando o houver, indicar o número, nome e morada e juntar o respectivo termo)

Lisboa, 30 de Outubro de 1929.

Assinatura: pelo Senhor Nuncio Apost. - *Francisco de Paula Araújo*

Morada: Rua do Príncipe, 7.º Lisboa

Passou-se a licença n.º em de de 19

Observações: — Se no decorrer da obra se efectuarem trabalhos diferentes dos que foram pedidos, será ela embargada nos termos da lei.

Anexo II, 7 – Pedido de obras à CML pela Nunciatura Apostólica, out. 1929, p.1

Processo de
Carlos Ramos
1945



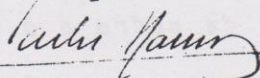
Fólia 2
Proc.º 4120 /94

Memória descritiva e justificativa

As alterações a que se refere o presente projecto constam, em relação ao primeiro pavimento, da deslocação e modificação de dimensões de alguns vãos de ta interiores, instalação de quartos de banho para pessoal e de um monta-cargas para serviço dos andares superiores, até ao terceiro e substituição de todos os revestimentos de paredes e tetos que ficarão sendo, respectivamente, de mosaico e azulejo hidráulico em quasi todas as dependências, excepção feita á quartos. Em relação ao segundo pavimento é que se verifica uma maior remodelação pois quasi todas as divisórias interiores, construídas de madeira, serão substituídas por paredes a uma e a meia vez de tecto, sendo igualmente substituídos todos os seus revestimentos. Os tetos, que atualmente tem um pé direito exagerado, serão abaixados. As duas escadas, quer a da entrada da Rua Mouzinho da Silveira, quer a que interiormente, liga os terceiro e segundo pavimentos serão totalmente remodeladas, continuando a primeira a ser de pedra e a segunda de madeira com balaustada do mesmo material. Alargar-se-hão alguns vãos, outros se abrirão de novo, e para que no terceiro pavimento se instalem nas condições regulamentares três quartos de banho, outras tantas placas de cimento e

mado se fundirão sobre as paredes de tejo lo que no
segundo pavimento haverá o cuidado de levantar de no-
vo. No vão da escada principal que do segundo conduz
ao terceiro pavimento, instalar-se-há um vestiário e
lavabo, nas mesmas condições anteriormente mencionadas
Para a construção de divisórias que no terceiro pavi-
mento não coincidem com prumadas das paredes do pavi-
mento inferior, serão lançadas vigas de ferro com as
secções que os calculos determinarem. Estes, bem como
os que se prendem com as placas de cimento, darão en-
trada oportunamente nessa Dig.ma Camara. No terceiro
pavimento só o nivel do tecto da caixa da escada prin-
cipal será alterado. Neste terceiro pavimento são i-
gualmente substituidos todos os revestimentos de te-
tos, paredes e, parcialmente, de pavimentos. Toda a ins-
talação de energia electrica, redes de esgotos, distri-
buição de aguas quentes e frias serão executadas de
novo, e em tudo o mais serão rigorosamente respeitadas
todas as posturas e regulamentos em vigor Dessa Dig.a
Camara.

O architecto



- Inscrito com o N.º 8

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas desta papel ou escrever nas suas margens.



Proc.º 6028/0B/1970

C. M. L.
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO
E OBRAS
2.ª Repartição - Urbanização

18 NOV. 1970
6028
Proc.º N.º/08
Destino: Direcção dos Serviços de
EU - 2.ª Repartição

DEFERIDO
Exm.º Senhor Presidente
Nos termos da informação
da Câmara Municipal de Lisboa
Despacho de 16/12/1970
Em 16/12/1970
O director dos serviços de E. U.

António de Medeiros e Almeida, casado, proprietário,
morador na Rua Mousinho da Silveira nº 6, Freguesia de Camões,
em Lisboa, estando a proceder à ampliação da sua residência pa-
ra adaptação da mesma a museu, e desejando introduzir algumas
alterações ao projecto já aprovado cujo processo tem o nº.
18264/68, submete à apreciação de V.Ex.ª o projecto de alte-
rações que junta e para o qual

D. S. E. U. - 2.ª REPARTIÇÃO
Extractado para o D. S. E. U. em 17/11/70
Publicado na "D. S. E. U." em 21/12/70

Pede deferimento

Lisboa, 14 de Novembro de 1970

OK
M. Cruz
18/11/70

O requerente

D. S. E. U.
1.ª REPARTIÇÃO
SECT. DE CONT. DE
Em 20 MAR. 1971
Foi pago 1772/71

D. S. U. O. - 2.ª Rep. - Urbanização
À cons.ªção da 2.ª Repartição
da Direcção dos Ser. E. U.
Data a actuação
de 19/11/70
O Chefe da Repartição

ANEXO II, 10

RUA MOUZINHO DA SILVEIRA Nº4 - FASES DE INTERVENÇÕES - Resumo

- **1896:** Proprietário: Augusto Vítor dos Santos.

Construção – Manuel Correia Júnior (terreno com implantação de 1.055,60m²: habitação 330m² + jardim 725,60m² / Área bruta de construção de c. 1.200m²: 3 pisos x 330m² + sótão 210m²);

- **1921:** Proprietário: Eduardo Guedes de Sousa.

• **1922:** Ampliação: construção do anexo – Arq. Carlos Rebelo de Andrade. **1924:** Ampliação: construção da torre do elevador, de um sótão e remodelação da mansarda – Arq. Rebelo de Andrade (Área bruta de construção 1792m²: 4 andares x 363 m² + sótão 340m²);

- **1929:** Proprietário: Nunciatura Apostólica.

- **1929:** Projeto de remodelações – Construtor José Joaquim dos Santos;

• **1942:** Proprietário: Sociedade Agrícola do Cassequel, Angola (Banco Espírito Santo);

- **1943:** Proprietário: António de Medeiros e Almeida.

- **1943/1946:** Remodelação geral interior - Arq. Carlos Ramos.

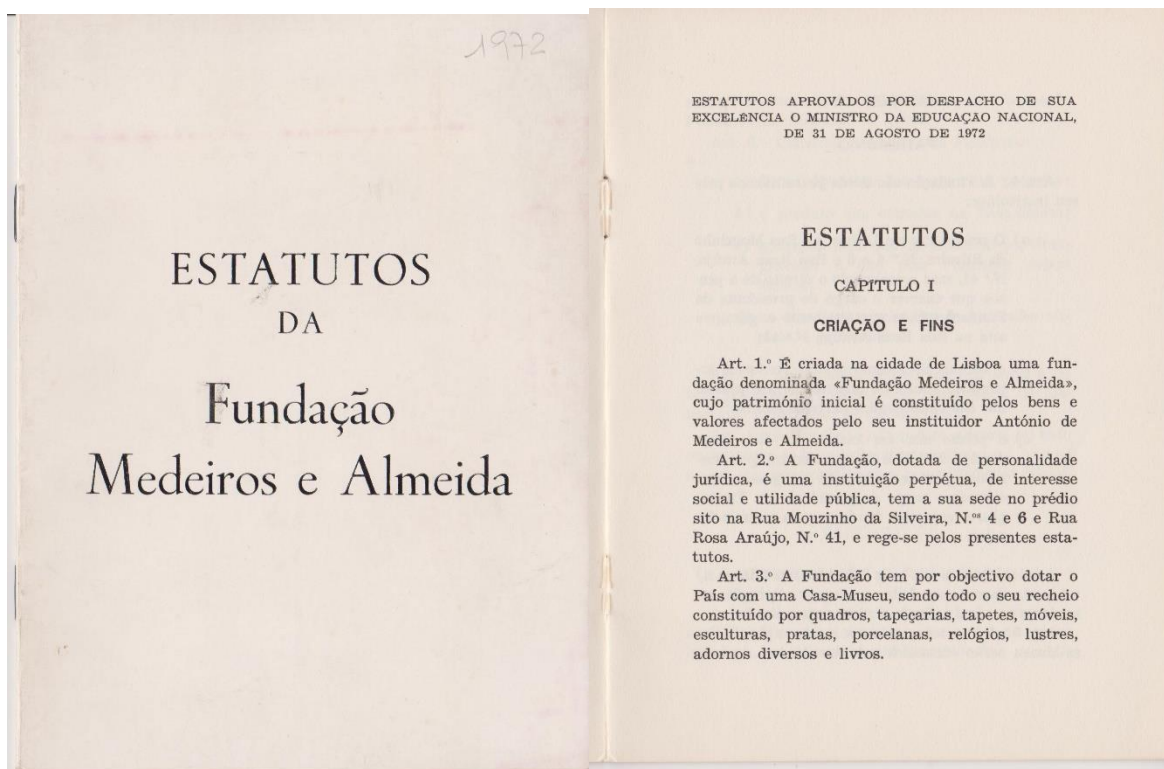
• **1968/1970:** Ampliação sobre o jardim (1.008m²: 2 pisos x 504m²). Adaptação a casa-museu – Arq. Alberto Cruz.

• **1970/1974:** Conclusão da obra - Arq. Frederico George (área bruta de construção 2.063,60m²). Museografia Arq. Sommer Ribeiro;

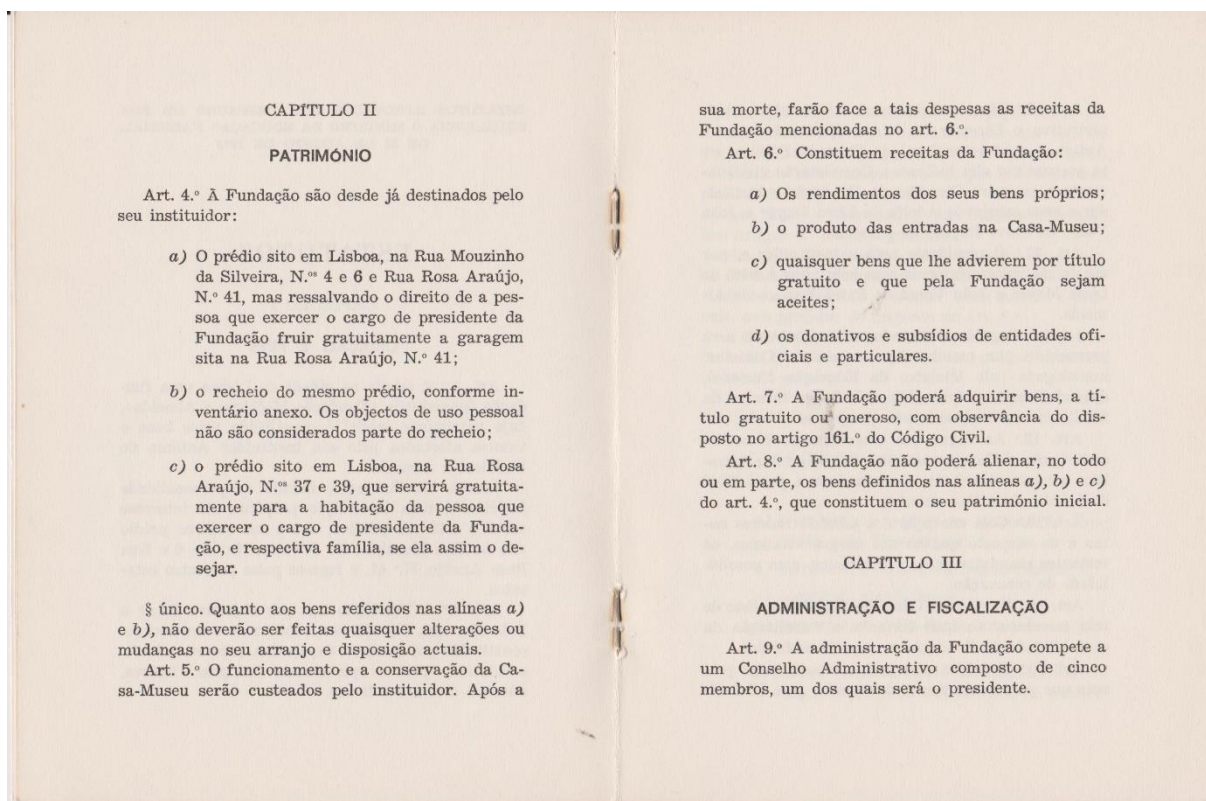
- **1986:** Proprietário: Fundação Medeiros e Almeida.

• **1992/2001:** Remodelação da cave/entrada Casa-Museu – ARQUI III; Arq. João de Almeida / Arq. Pedro Ferreira Pinto / Arq. António da Costa Cabral.

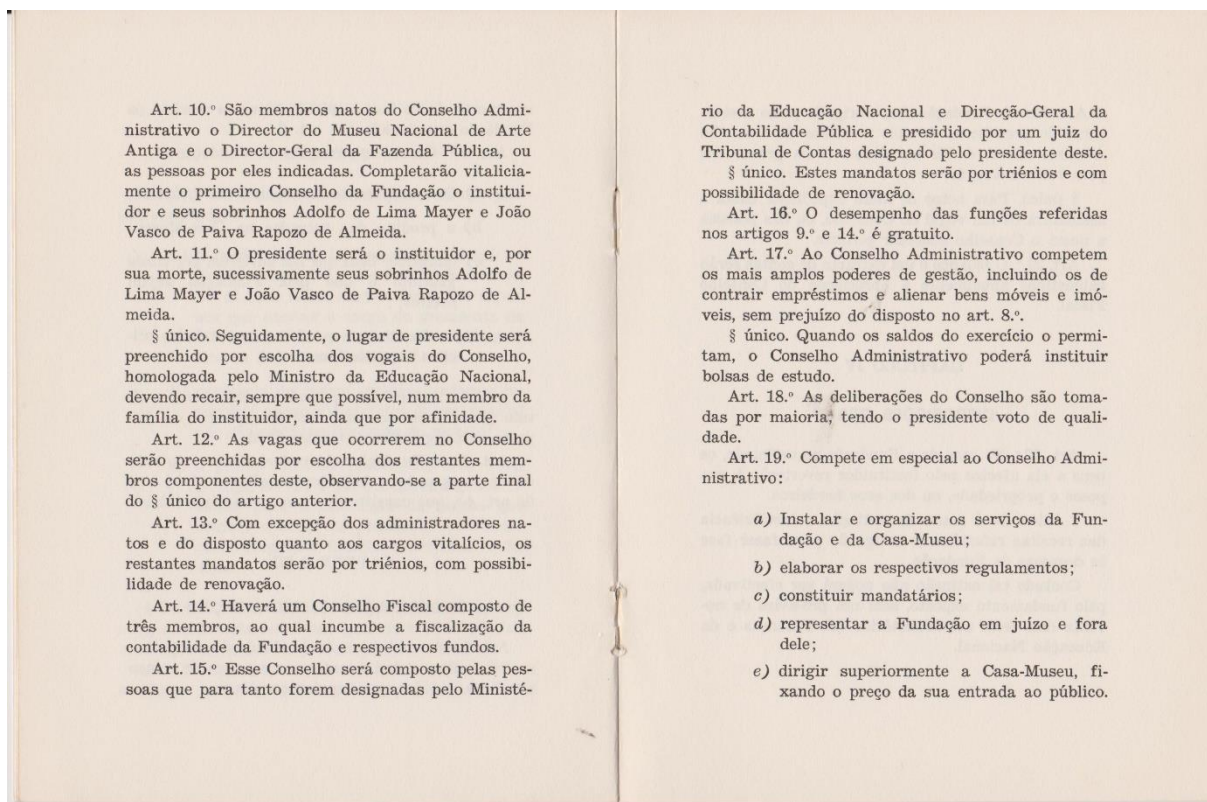
Anexo II, 10 – Resumo das Intervenções no edifício da rua Mouzinho da Silveira nº4, pp.1-5



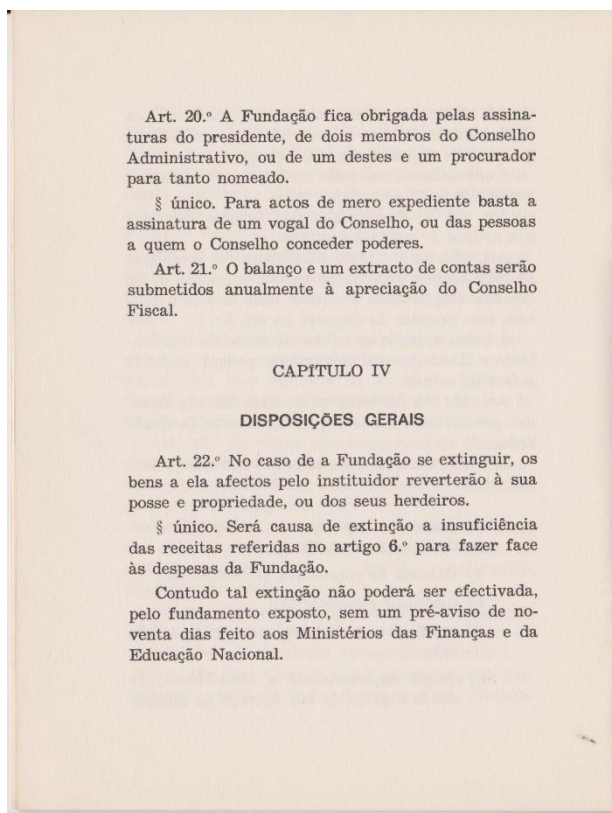
Anexo II, 11 – Estatutos FMA iniciais, capa, p.1



Anexo II, 11 – Estatutos FMA iniciais, pp.2-3



Anexo II, 11 – Estatutos FMA iniciais, pp.4-5



Anexo II, 11 – Estatutos FMA iniciais, p.6



Gravura 18

Lote 181

QUADROS

- 180 — CRISTO COROADO DE ESPINHOS.
Pintura a óleo sobre madeira (primitivo) assinado Jan Gossaert (Mabuse), escola flamenga, sécs. XV/XVI.
Dim.: 0,22 × 0,185.

Gravura da Capa

- 181 — SAGRADA FAMÍLIA.
Pintura a óleo sobre madeira, (primitivo), atribuída a Barend van Orley, escola flamenga, séc. XVI.
Dim.: 0,44 × 0,315.

Gravura 18

- 523 — Dois bustos antigos de mármore branco, e suas competentes pilastras de mármore verde, italianos, medindo 2^m,80.

Sala I

- 524 — Relicário em ébano com figuras de marfim, trabalho italiano do século XVII. Na parte superior entre duas columnas d'agatha com capiteis de prata e moldura ornamentada com trabalhos de prata e cristas de rocha cobrindo reliquias, está um quadro pintado sobre madeira de 0^m,18 por 0^m,24, obra prima do notabilíssimo pintor João de Mabuse, representa o Christo sentado, coroado d'espinhos, sendo escarnecido por tres judeus; fundo d'architecture, assignado Joannes Molbo-dius Invenit, 1527. Este quadro tem sido considerado como a mais bella peça de pintura conhecida do grande pintor flamengo. Foi para enviar o quadro de presente á rainha D. Catharina d'Inglaterra, filha de D. João IV, que o Papa Innocencio XI mandou fazer o relicario. Esta princeza legou-o ao celebre conde de Castello Melhor, na casa do qual se conservou até ao fallecimento do ultimo marquez. Relicario, trabalho do século XVII, quadro. Escola flamenga do século XVI.

- 525 — Dois quadros a óleo sobre madeira, Ecce Homo e Mater Dolorosa, n'uma só moldura em estylo gothico, em fórma de dyptico. Originaes de Hans Memlinc. Escola flamenga do século XV, altura 0^m,63, largura 0^m,42. Não só as figuras são notabilissimas n'estes quadros como as paesagens vistas atravez das janellas.

- 526 — Grande relógio de parede em fórma de *Regulateur*. Altura 2^m,80, largura 0^m,67. Em

Anexo II, 12 – Fatura de compra efetuada em leilão da Dinastia Lda., Lisboa de 2 mai 1972. A obra em causa, com uma identificação sumária, poderia ter sido comparada com uma obra semelhante (ou a mesma?) vendida no famoso leilão do Palácio Foz em 1901. Não foi feita qualquer pesquisa, nem mesmo para valorizar a obra. Cristo Coroado de espinhos, atribuído a Jan Gossaert, dito Mabuse (1478-1533).FMA 1223

The Property of Major H. B. Vernon, M.C.

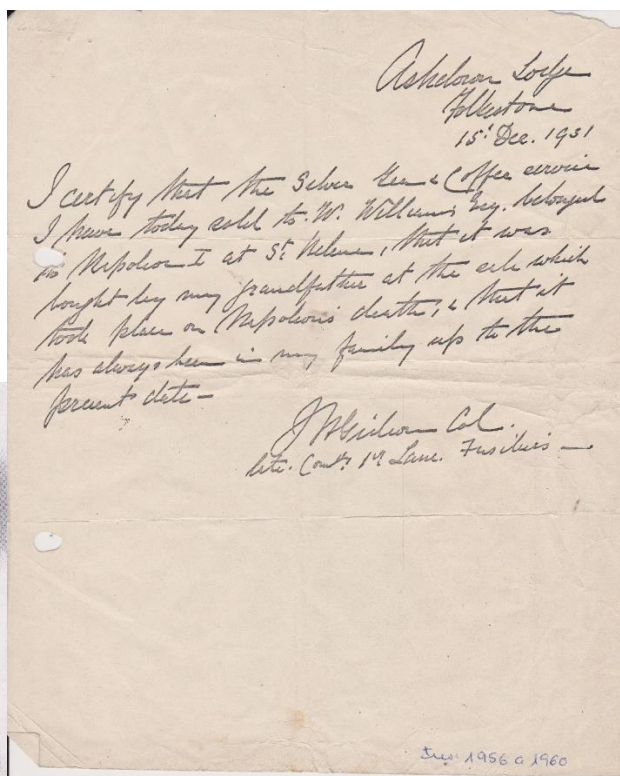
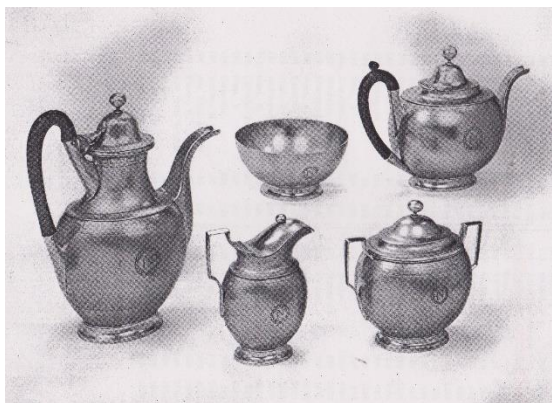
- 213 A French baluster Coffee Pot with beaded borders, curved spout and handle, the body monogrammed and engine-turned, similar domed cover and vase-shaped finial, $9\frac{1}{4}$ in. (23.5 cm.) high, Paris, mid-19th Century, 14oz. 11dwt. (all in)

- 214 NAPOLEON BONAPARTE. A HEAVY EARLY 19TH CENTURY FIVE-PIECE PORTUGUESE TEA AND COFFEE SERVICE IN NEO-CLASSICAL TASTE, each piece on moulded rim foot, the slop bowl hemispherical, the rest of oval outline, all engraved with the cypher N within a wreath of bay between bands of Greek key pattern and floral 'bright-cut' engraving, the tea and coffee pots with similar domed lids, the covered sugar bowl and milk jug with angular handles, by Antonio Firmo da Costa, Lisbon, circa 1815, 115oz. 18dwt. (all in, excluding wood case) (6)

This service is stated to have been collected in ^{madeira} ~~Lisbon~~ when H.M.S. Northumberland called there on her way to St. Helena, carrying the defeated Emperor into exile, used by Napoleon at Longwood and after his death sold with the rest of his effects. The grandson of the purchaser, Colonel J. H. Gideon, Lancashire Fusiliers (1862-1958), sold the service in 1931 to the mother of the present owner. Sold with the service are a note signed by the vendor and a copy of a certificate signed in 1931 by Col. Gideon, setting out its history

(See ILLUSTRATION)

Anexo II, 13 – Aquisição no Sotheby's, Londres de um serviço de chá de prata que pertenceu a Napoleão Bonaparte. A leiloeira levantou o historial da peça e juntou documentação de proveniência para o comprador., doc.1. 9 out. 1969. FMA 1956 a1960



Anexo II, 13 – Aquisição no Sotheby's, Londres de um serviço de chá de prata que pertenceu a Napoleão Bonaparte. A leiloeira levantou o historial da peça e juntou documentação de proveniência para o comprador., imagem, doc.2. 9 out. 1969. FMA 1956 a1960

GREAT TEW 249.

THE COTTAGE,
LITTLE TEW,
OXFORDSHIRE.

Silver Tea Service used at Longwood by Napoleon I

This Silver Tea Service was picked up by Napoleon at Lisbon when the Northumberland called there on the way to St. Helena.

It was used by him at Longwood, and on his death was purchased by the Grandfather of Col. J. H. Gideon (1862 - 1958) XX Lancashire Fusiliers, and remained in his Family until sold by him in 1931 to Lady Vernon, 109 Lancaster Gate, London, W.2., who subsequently ~~set~~ gave it to her Son, Humphrey Bagnall Vernon, in whose possession it has remained.

July 1969.

Humphrey B. Vernon

Inv. 1956 a 1960

Anexo II, 13 – Aquisição no Sotheby's, Londres de um serviço de chá de prata que pertenceu a Napoleão Bonaparte. A leiloeira levantou o historial da peça e juntou documentação de proveniência para o comprador., doc.3. 9 out. 1969. FMA 1956 a 1960

FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA

TELEF. 478 92

RUA ROSA ARAÚJO, Nº 41
LISBOA-2

END. TELEG. FUMEAL

MEMORIAL

O instituidor desta Fundação começou em 1936 a adquirir e coleccionar obras de arte, tendo já em vista a sua futura reunião numa Casa-Museu.

Foi neste espírito que em 21 de Fevereiro de 1973 constituiu oficialmente a Fundação Medeiros e Almeida, depois de, com o compreensível sacrifício pessoal, ter abandonado a sua residência de muitos anos e nela ter efectuado vultosas obras de adaptação e extensão, para o que incorreu em elevada dívida a um banco. À ideia de ainda em vida constituir uma Fundação e nela integrar as suas valiosas colecções presidiu a preocupação de evitar que, após a sua morte, se verificasse a sua dispersão e abandono, como infelizmente tem acontecido noutros casos.

A fim de não onerar o Estado e proporcionar à Fundação meios próprios para fazer face à sua manutenção e subsistência, era intenção do instituidor financiar, com fundos obtidos pela venda dos seus bens representados por acções de empresas e para os quais tinha compradores potenciais, a construção de um imóvel num terreno anexo à Casa-Museu, metade do qual já doou à Fundação. Como a concretização deste projecto representava a alienação da quase totalidade dos seus bens, ficaria o instituidor com o direito, enquanto fosse vivo e para sua subsistência, a metade do rendimento desse imóvel, destinando-se a outra metade às despesas da Fundação e à concessão de bolsas de estudo. Como é óbvio, a totalidade do rendimento pertenceria à Fundação após a sua morte. Este projecto foi largamente discutido e merecera já a aprovação de princípio do Governo de então.

Com o advento do 25 de Abril e as alterações que se verificaram na vida portuguesa, todo este esquema deixou de ter viabilidade. O encerramento da Bolsa e o congelamento dos títulos tornaram impossíveis quaisquer transacções e, para além disso, deixaram de existir compradores.

Dois problemas graves se punham: por um lado, a necessidade, cada vez mais premente, de dar cumprimento ao artº. 22º. dos estatutos, ou seja, extinguir a Fundação e promover a devolução ao instituidor ou seus herdeiros de todos os bens a ela affectos, por insuficiência de meios para a sua manutenção; por outro, a impossibilidade de o instituidor afectar à Fundação,

.../...

FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA

TELEF. 478 92

RUA ROSA ARAÚJO, Nº 41
LISBOA-2

END. TELEG. FUMEAL

- 2 -

MEMORIAL

como sempre foi seu desejo, o elevado número de valiosas obras de arte ainda de sua propriedade e a sua consequente dispersão e perda para o património nacional.

Foi com isto em mente que se iniciaram diligências junto das entidades governamentais, nomeadamente a Secretaria de Estado da Cultura, com o objectivo de se obter solução para tão graves problemas, por forma a evitar-se tão irreparável perda para o património artístico nacional. Saliente-se que o valor dos bens da Fundação ascende a perto de um milhão de contos, avaliação esta feita por abalizados especialistas estrangeiros.

As questões a resolver eram concretamente três: resolução da dívida contraída no banco para as obras da Casa-Museu, inicialmente do montante de 35.000 contos e que se tem vindo a agravar pela acumulação de juros que o instituidor não tem tido meios de liquidar; liquidação de dívidas ainda existentes a alguns empreiteiros e o financiamento das obras de acabamento da Casa-Museu (valor global calculado em cerca de 3.500 contos); e finalmente a cobertura financeira das despesas normais de funcionamento e manutenção da Fundação (80/100 contos mensais).

Tem o instituidor conhecimento de que, após aturados estudos a vários níveis governamentais, foi exarado um despacho conjunto dos Senhores Secretários de Estado das Finanças e da Cultura prevendo a solução de todos estes assuntos, despacho este que, segundo consta, se encontra em poder do Senhor Secretário de Estado dos Investimentos.

E é no sentido de que seja dado rápido andamento a uma solução realista e que permita a salvaguarda do património artístico nacional que se toma a liberdade de apresentar este memorial.

Para informação, junta-se um exemplar dos estatutos da Fundação Medeiros e Almeida.

Dois problemas graves se punham: por um lado, a necessidade, cada vez mais premente, de dar cumprimento ao artº. 22º. dos estatutos, ou seja, extinguir a Fundação e promover a devolução ao instituidor ou seus herdeiros dos bens a ela afectos, por insuficiência de meios para a sua manutenção; por outro, a impossibilidade de o instituidor afectar à Fundação,

18.12.75

ANEXO II, 15

REVISÕES DOS ESTATUTOS

No âmbito de um trabalho conjunto do fundador com a tutela (Secretaria de Estado da Cultura e Instituto Português do Património Cultural³⁹⁰) os estatutos sofreram algumas revisões que nos termos da lei, foram sendo publicadas em Diário de Governo³⁹¹:

- 15 junho de 1978 (escritura de 15 Maio 1978). As alterações foram comunicadas por ofício assinado pelo Dr. Luz Afonso, Chefe de Gabinete do SEC Estatutos revistos aprovados por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura do II Governo Constitucional, Dr. Mário Sottomayor Cardia (n. 1941).³⁹² Nesta revisão publicada em Diário da República³⁹³, alteraram-se os seguintes artigos: o 3º, o 4º - onde se incluiu nos bens da Fundação o terreno da Barata Salgueiro e metade do seu rendimento líquido -, o 4º§ e 5º, o artigo 7º foi substituído pelo artigo 7º §³⁹⁴. No artigo 8º autoriza-se uma hipoteca sobre o imóvel a construir - os 10º, 11º, 15º e 19ºb) – neste artigo acrescentam-se as alíneas f) e g) onde se inclui o dever de: “... *promover e dirigir a construção de um imóvel de rendimento no terreno referido na alínea d) do artigo 4º...*” – finalmente no artigo 22º, referente às condições de extinção da Fundação, introduz-se a salvaguarda de possíveis dos investimentos do Estado: “...*sem prejuízo da reversão a favor do estado do valor dos subsídios que este lhe tenha atribuído, directamente ou através do instituidor, com a actualização dos coeficientes de desvalorização da moeda fornecidos pelo Banco de Portugal.*” O ofício da SEC sugeria que o Conselho Administrativo, atendendo ao

³⁹⁰ Organismos doravante referidos com os acrónimos SEC e IPPC

³⁹¹ Código Civil “Artigo 189.º Os estatutos da fundação podem a todo o tempo ser modificados pela autoridade competente para o reconhecimento, sob proposta da respectiva administração, contanto que não haja alteração essencial do fim da instituição e se não contrarie a vontade do fundador. [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL:

<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=ei_velhas&nversao=1&so_miolo=>

³⁹² Ofício 647-GAB/78, Lisboa, 17 Mar. 1978. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁹³ Lisboa, Diário da República, III Série – número 135, 15 de junho de 1978, pp. 6628-6629. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁹⁴ Lisboa, Diário da República, III Série – número 135, 15 de junho de 1978, pp. 6628-6629. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Esta disposição implicava a observância do artigo 161º do Código Civil, que foi eliminado por Decreto-Lei nº496/77. Código Civil, “Artigo 161º 1. As pessoas colectivas podem adquirir livremente bens imóveis a título gratuito. 2. Carece, porém, de autorização do Governo, sob pena de nulidade, a aquisição de imóveis a título oneroso, bem como a sua alienação ou operação a qualquer título.” [Em linha], [Consult. 30 Dez. 2015]. Disponível em WWW: URL:

<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=775&pagina=2&tabela=ei_velhas&nversao=1&so_miolo=>

empréstimo concedido, “... fosse alterado de modo a funcionar em regime de paridade entre os representantes do Estado e os restantes membros...”. Esta pretensão foi liminarmente recusada por AMA que referiu na sua resposta: “...Parece-me elementar justiça que quem pratica um gesto destes deseje ser ele ou, após o seu falecimento, os seus familiares, quem administre a Fundação – já se vê com plena fiscalização por parte das entidades oficiais competentes.”³⁹⁵

- 5 de Agosto de 1980 (escritura de 8 junho 1980) - Estatutos revistos e homologados e publicados por S. Excelência o Secretário de Estado da Cultura do VI Governo Constitucional, Vasco Pulido Valente (1941-) (comunicado pelo Instituto Português do Património Cultural): Nesta revisão, sem grandes alterações de fundo, modificaram-se os artigos: 4º b) e c), 8º, 10º, 11º, 12º e 19ºb) e f). No artigo 4º (alínea b) exclui-se a frase: “[O prédio...] que servirá gratuitamente para a habitação do instituidor” – c) inclui-se a frase: “...excluindo apenas os objectos de vestuário, toilette, álbuns de fotografias, correspondência particular, bem como garrafeira e despensa”), 8º (obriga-se o voto favorável do IPPC para autorização do montante a despendar na construção do edifício), 10º (substitui-se o “o director-geral do Património”, por: “o Presidente do Instituto Português do Património Cultural”), 11º (quanto à presidência do CA, substitui-se: “O presidente será o instituidor e, por sua morte, sucessivamente, seus sobrinhos Adolfo Lima Mayer e João Vasco de Paiva Raposo de Almeida”, por: “O presidente será o instituidor ou a pessoa por ele indicada e, por sua morte, o seu lugar será preenchido por escolha dos vogais do conselho, homologada pelo Ministro ou Secretário de Estado da tutela...”), 12º (inclui-se a observância da escolha das vagas com a homologação por parte da tutela referida no artigo anterior) e 19º b) e f) (alínea b) exclui-se a apresentação de proposta de regulamento da Casa-Museu por parte do diretor do Museu de Arte Antiga, atribuindo-a somente ao CA – a alínea f) é anulada).³⁹⁶

- 6 de Julho de 1983 (escritura de 11 outubro 1983) – Sua Excelência o Ministro da Cultura do IX Governo Constitucional, Dr. António Coimbra Martins (1927-) despacha, através de declaração emitida pelo IPPC (11 julho 1983) a homologação da alteração de estatutos. Nesta revisão incluiu-se o artigo 3º a alínea b) que prevê a concessão de bolsas,

³⁹⁵ Resposta ao ofício nº 647-GAB/78 da SEC. Lisboa, 27 mar. 1978. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

³⁹⁶ Lisboa, Diário da República, III Série, Nº 179, 5 Agosto, 1980, p. 8928, Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA

no artigo 4º introduziu-se o dever de *“...expor as peças que ainda se encontram armazenadas nas instalações da Fundação”*, no artigo 7º introduziu-se a obrigação de vinculação por parte do CA e do CF aquando da aquisição de obras de arte a título oneroso e a obrigação que as obras a serem adquiridas, *“...se enquadrem no espírito que presidiu à organização da Casa-Museu.”*, no artigo 8º estabelece-se a necessidade de deliberação por parte do CA, do CF e da tutela sobre uma possível hipoteca sobre o terreno, no artigo 9º altera-se a composição do CA de cinco para sete membros, o artigo 10º prevê que a nomeação dos referidos membros do CA será feita pelo Instituidor, no artigo 11º, estabelece-se que a nomeação do Presidente da Instituição será feita pelo Instituidor, no 12º artigo refere-se, que no caso de incumprimento de mandato por parte de algum membro do CA, os outros membros procederão à sua substituição, no artigo 13º os mandatos são alterados de triénios para dois anos. No artigo 15º também se alteram os mandatos dos membros do CF para dois anos, no artigo 16º, inclui-se a possibilidade de remunerar as funções que são em regime de gratuidade, depois de a Fundação dispor de rendimentos do imóvel, no artigo 17º introduz-se a obrigação de homologação de possíveis alienações ou contrações de empréstimos, por parte da tutela. No artigo 19º introduz-se a alínea g), relativa às bolsas de estudo que deverão *“...sempre que possível ser dada prioridade na sua atribuição a naturais dos Açores.”*, no artigo 20º, introduz-se o §1º *“Enquanto o Instituidor for o Presidente da Fundação, esta fica obrigada pela sua assinatura.”*. Finalmente, no artigo 22º, altera-se a frase: *“...reverterão à sua posse e propriedade, ou dos seus herdeiros”*, por: *“...reverterão à sua posse e propriedade, ou de quem este indicar por disposição testamentária.”*

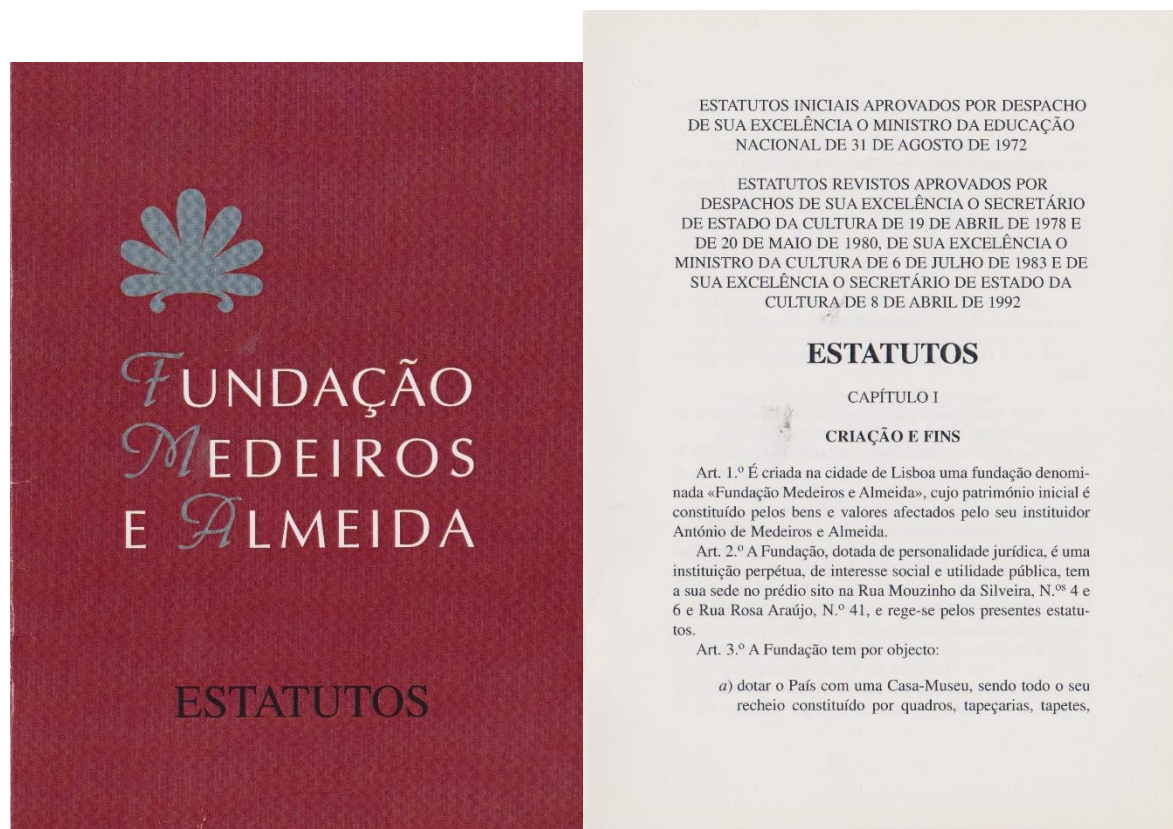
Após a morte de Medeiros e Almeida, a vinte de fevereiro de 1992, o CA solicita à tutela, uma última alteração de estatutos, aprovada por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Cultura, do XII Governo Constitucional, Dr. Manuel Frexes (1956-):

- 8 de Abril de 1992 – Em ofício datado de 9/7/1992³⁹⁷, o Instituto Português dos Museus, dirigido por Simonetta Luz Afonso, comunica a aprovação da alteração do artigo 10º dos estatutos, na qual se substitui como membro nato do Conselho Administrativo da

³⁹⁷ Informação 251/92, Instituto Português dos Museus, Documento de homologação da *Alteração do artigo 10º dos Estatutos da Fundação Medeiros e Almeida*, Lisboa, 28 abr. 1992, enviado à Fundação em 9 jul. 1992. Espólio documental – Arquivo FMA

Fundação, o então IPPC, pela tutela coeva; o IPM. Com esta pequena revisão, os estatutos adquirem a redação que se encontra em vigor até à data.³⁹⁸

Anexo II, 15 – Revisões dos Estatutos FMA, pp.1-4



Anexo II, 16 – Estatutos FMA finais, capa, p.1

³⁹⁸ Apesar da tutela da cultura ter alterado por diversas vezes de organismo (Ministério, Direção-Geral, Instituto), o cargo pertence ao seu dirigente máximo.

- móveis, esculturas, pratas, porcelanas, relógios, jóias, leques, azulejos, lustres, adornos diversos, livros e outros objectos de carácter artístico ou cultural;
- b) conceder bolsas de estudo sobre temas de Arte relacionados com os objectivos da Casa-Museu, de acordo com o regulamento interno a elaborar pelo Conselho Administrativo.

CAPÍTULO II

PATRIMÓNIO

Art. 4.º À Fundação são desde já destinados pelo seu instituidor:

- a) O prédio sito em Lisboa, na Rua Mouzinho da Silveira, N.ºs 4 e 6 e Rua Rosa Araújo, N.º 41;
- b) o prédio sito em Lisboa, na Rua Rosa Araújo, N.ºs 37 e 39, que constituirá um prolongamento natural da Casa-Museu para os fins estabelecidos no art.º 3.º;
- c) o recheio dos mesmos prédios, conforme respectivos inventários. Se na data da morte do instituidor estes ainda não estiverem concluídos, ficará pertencendo à Fundação o referido recheio, excluindo apenas os objectos de vestuário, toilette, álbuns de fotografias, correspondência particular, bem como garrafeira e despesa;
- d) - 1) o terreno anexo à Casa-Museu, tornejando da Rua Mouzinho da Silveira para a Rua Barata Salgueiro, a fim de nele ser construído um imóvel;

- 2) o rendimento líquido do imóvel referido no número anterior será, durante a vida do instituidor, metade para ele e metade para a Fundação, revertendo para esta a totalidade desse rendimento após a morte do instituidor.

§ único - Não poderão ser feitas alterações no arranjo do Museu, devendo, no entanto, serem expostas as peças que ainda se encontram armazenadas nas instalações da Fundação.

As peças poderão ser, excepcionalmente, removidas por ocasião de exposições temporárias de especial relevância.

Art. 5.º O funcionamento e a conservação da Casa-Museu serão custeados pelas receitas da Fundação mencionadas no art. 6.º.

Art. 6.º Constituem receitas da Fundação:

- a) Os rendimentos dos seus bens próprios;
- b) o produto das entradas na Casa-Museu;
- c) quaisquer bens que lhe advierem por título gratuito e que pela Fundação sejam aceites;
- d) os donativos e subsídios de entidades oficiais e particulares.

Art. 7.º A Fundação só poderá adquirir bens a título oneroso, após deliberação nesse sentido pelo Conselho Administrativo, que mereça a concordância do Conselho Fiscal, salvo tratando-se de artigos de consumo corrente.

§ 1.º - Caso o Conselho Fiscal emita parecer desfavorável, o assunto será submetido, acompanhado das posições do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, ao membro do governo da tutela, que decidirá.

§ 2.º - A Fundação só poderá adquirir, a título oneroso, obras de arte quando estas se enquadrem no espírito que presidiu à

Anexo II, 16 – Estatutos FMA finais, pp.2-3

organização da Casa-Museu e sem prejuízo do disposto no § único do art. 4.º.

Art. 8.º A Fundação não poderá alienar, no todo ou em parte, os bens definidos nas alíneas a), b), c) e d) do art.º 4.º, que constituem o seu património inicial.

§ único. Fica contudo autorizada a constituição de uma hipoteca sobre o terreno referido na alínea d) do artigo 4.º e sobre o imóvel que aí será construído, dependendo, todavia, a determinação das suas condições, nomeadamente o seu montante máximo, de deliberação do Conselho Administrativo, ouvido o Conselho Fiscal e homologado pelo membro do governo da tutela.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 9.º A administração da Fundação compete a um Conselho Administrativo, composto de sete membros, um dos quais será o presidente.

Art. 10.º São membros natos do Conselho Administrativo o Director do Instituto Português de Museus e o Director do Museu Nacional de Arte Antiga, podendo fazer-se representar, quando impossibilitados, por funcionários superiores dos respectivos organismos.

Em vida do Instituidor o Conselho Administrativo da Fundação será integrado por ele e por seus sobrinhos, Adolfo de Lima Mayer e João Vasco de Paiva Raposo de Almeida.

§ único. Os restantes membros que completarão o Conselho serão nomeados pelo Instituidor.

Art. 11.º O Presidente será o Instituidor ou a pessoa que ele indicar e, por sua morte, o seu lugar será preenchido por quem

o Instituidor designar em documento escrito arquivado no seu cofre.

Art. 12.º As vagas que ocorrerem no Conselho serão preenchidas por escolha de todos os seus membros, trinta dias antes do termo dos diversos mandatos.

§ único. Quando qualquer dos membros do Conselho Administrativo, com excepção dos administradores natos e do disposto na parte final do corpo do artigo 10.º, não exercer o seu mandato até ao final, o seu lugar será preenchido por escolha dos restantes membros.

Art. 13.º Com excepção dos administradores natos e do disposto na parte final do corpo do artigo 10.º, os restantes mandatos serão por dois anos, com possibilidade de renovação.

§ único. Os mandatos dos administradores, que não sejam membros natos do Conselho, em funções à data do falecimento do Instituidor, terminam após o decurso de dois anos sobre a morte deste.

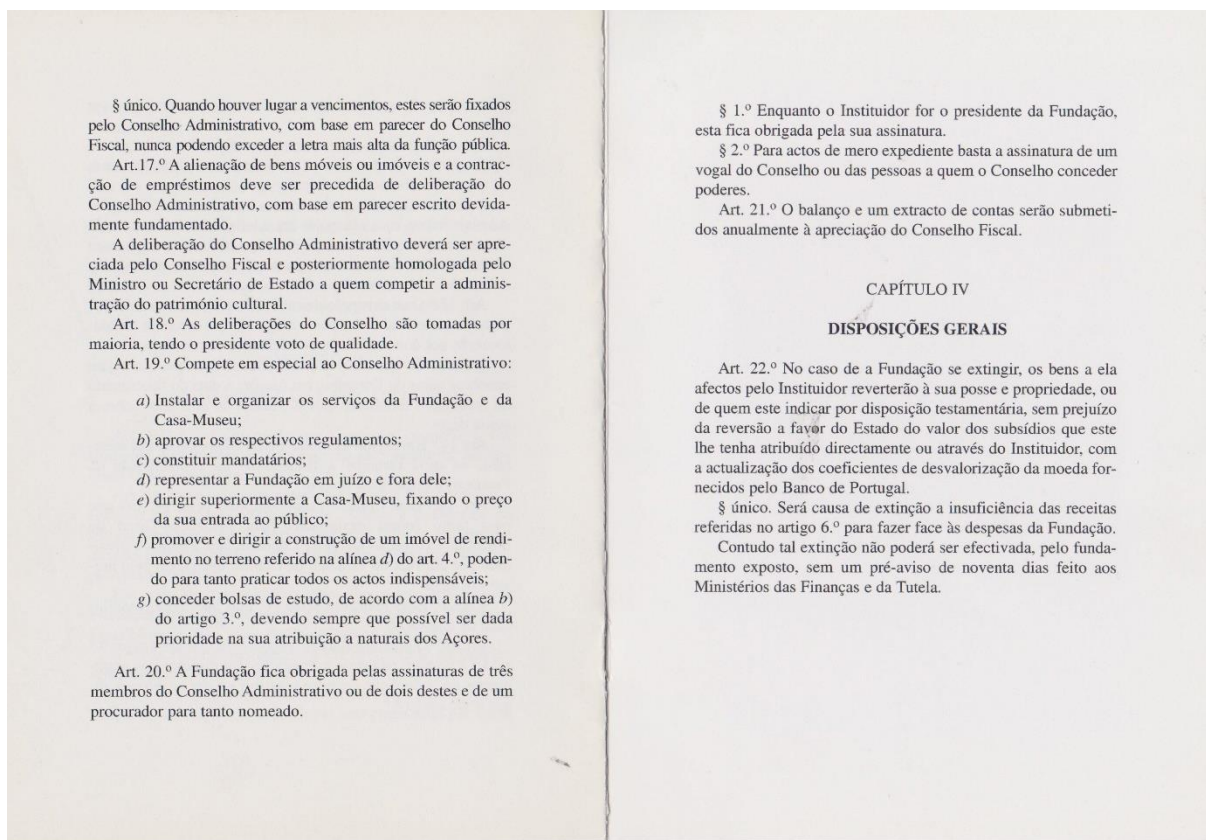
Art. 14.º Haverá um Conselho Fiscal composto de três membros, ao qual incumbe a fiscalização da contabilidade da Fundação e respectivos fundos.

Art. 15.º Esse Conselho será composto pelas pessoas que para tanto forem designadas pela Inspeção-Geral de Finanças e Direcção-Geral da Contabilidade Pública e presidido por um Juiz do Tribunal de Contas, designado pelo presidente deste.

§ único. Estes mandatos serão por dois anos com possibilidade de renovação.

Art. 16.º O desempenho das funções referidas nos artigos 9.º e 14.º é gratuito enquanto a Fundação não dispuser dos rendimentos do imóvel que pretende construir e a que se refere a alínea d) do artigo 4.º.

Anexo II, 16 – Estatutos FMA finais, pp.4-5



Anexo II, 16 – Estatutos FMA finais, pp.6-7

Anexo II, 17 – Memorial (AMA), 18 dez. 1975, p.1

Anexo II, 17 – Memorial (AMA), 18 dez. 1975, p.2



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

6/7/76

1. António Medeiros e Almeida instituiu uma fundação, essencialmente constituída por uma Casa-Museu, a que afectou certos e determinados bens, devidamente arrolados, no valor aproximado de um milhão de contos.

2. De acordo com os respectivos estatutos o funcionamento e conservação da Casa-Museu seriam custeados por bens pessoais do instituidor (não pertencentes, já, à fundação, portanto) no número dos quais se contam títulos de crédito.

3. Com o encerramento da Bolsa, deixou o instituidor de poder continuar a custear, sozinho, as despesas de funcionamento e conservação da Casa-Museu, bem como de poder pagar uma dívida que contraiu, junto da banca, hoje, nacionalizada, para ocorrer à constituição parcial da fundação.

4. A dívida do instituidor junto da banca (Banco FONSECA & Burnay) é, actualmente, de cerca de 40 000 contos.

5. Em face da situação criada, recorreu o instituidor ao governo para que o ajudasse a resolver a dificuldade, alertando para o facto de, dos estatutos, constar que, se a fundação se extinguir por insuficiência de receitas para a sua manutenção, os bens da fundação revertem para os herdeiros do instituidor.

Mais acrescentou que, além dos bens já afectados à fundação, se encontram na Casa-Museu obras de arte de grande valor, pertencentes ao instituidor, e que por sua morte destinava à fundação mas de que não queria desfazer-se por ir dispersar colecções preciosas.

6. Uma comissão nomeada pelo Governo verificou a exactidão do invocado, sendo a dívida no montante já referido e o valor das obras de arte (pertencentes ao instituidor) de cerca de 200 000 contos.

7. Em 2 de Setembro de 1975, por despacho conjunto dos, então, Secretário de Estado das Finanças e Secretário de Estado da Cultura, foi determinado que

- a) "Através de dotação orçamental da Secretaria de Estado da Cultura assegurar-se-á o funcionamento e conservação da Casa-Museu da Fundação;
- b) Como contrapartida da entrega à fundação das peças de arte avaliadas, em documento anexo a este despacho em duzentos mil contos, pelos peritos António Costa e Rafael Calado, o Estado resgatará a dívida de, sensivelmente, quarenta mil contos que o Senhor Medeiros e Almeida tem para com o Banco FONSECAS & BURNAY;
- c) A fundação será dotada pela Secretaria de Estado da Cultura com uma verba compreendida entre os 3 000 e 3 500 contos para acabamentos finais da Casa-Museu tal como foi concebida pelo instituidor;
- d) Consequentemente deverão os estatutos da Fundação adoptar as soluções decorrentes do determinado nos nºs 1 e 2 (aqui alíneas a) e b)) e outras aconselhadas para os aspectos marcadamente sociais que se pretende imprimir à Fundação bem como à sua integração no património artístico do país pelo que se julga de toda a conveniência venham a serem recolhidas as modificações estatutárias elaboradas pela comissão e que se anexam ao presente despacho;
- e) Deverão os Serviços competentes elaborar no mais curto período de tempo possível, diploma legal tendo em vista a solução das questões mencionadas.

Para esse efeito, deverão os mesmos solicitar à Comissão Administrativa do Banco Fonsecas & Burnay e do Senhor António Medeiros e Almeida os esclarecimentos indispensáveis".

8. O referido despacho conjunto, porque definitivo e executivo, não sofreu impugnação atempada, devendo considerar-se insusceptível de poder ser alterado.

9. As modificações estatutárias propostas e elaboradas pela Comissão mereceram o acolhimento do instituidor.

10. Nos termos do artigo 1899 do Código Civil "os estatutos da fundação podem a todo o tempo ser modificados pela autoridade competente para o reconhecimento, sob proposta da respectiva administração, contando que não haja alteração essencial do fim da instituição e se não contrarie a vontade do fundador".

11. A entidade competente para o reconhecimento da fundação é o Ministro da Educação e Investigação Científica (ex-Ministro da Educação Nacional) pelo que deve ser ele também a entidade competente para a alteração dos Estatutos.

12. Por todo o exposto

- a) deve o Conselho Administrativo da Fundação propor ao Ministério da Educação e Cultura a alteração dos estatutos tendo em conta as propostas feitas nesse sentido;
- b) feita essa alteração estatutária deve a Secretaria de Estado do Tesouro proceder às diligências tendentes à satisfação ao constante do despacho conjunto de 2 de Setembro de 1975, acima referido.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
GABINETE DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS

Com o melhor cumprimento do
FERNANDO DE ABRANCHES-FERRÃO
ADVOGADO

R. DO CRUCIFIXO, 50-F. E.
LISBOA-2

DESPACHO

Nas duas cartas anexas, do Ilustre Advogado Sr. Dr. Abranches Ferrão, de 31.1.77, e do seu cliente, a Fundação Medeiros e Almeida, de 24.1.77, solicita-se, em síntese:

- a)- a elevação para 60 000 contos do crédito a processar pelo Banco Fonsecas e Burnay nos termos e condições do meu despacho de 6 de Janeiro findo;
- b)- redução - ou isenção - de taxa de juros sobre aquele empréstimo;

Quanto à elevação do crédito para os 60 000 contos, merece ela a nossa concordância, motivo por que o assunto deve ser submetido ao Conselho de Gestão do Banco Fonsecas e Burnay - a cujo âmbito de acção cabe a decisão nesta matéria - com a afirmação do empenho desta Secretaria de Estado na rápida solução que, em nosso critério, o assunto merece.

Quanto à redução da taxa de juros, também a decisão cabe, exclusivamente, ao Conselho de Gestão do Banco Fonsecas e Burnay, a cuja compreensão deve a questão ser submetida.

Também esta Secretaria de Estado nada tem a opôr a que os juros do empréstimo sejam debitados em conta autónoma, desde que o Conselho de Gestão do referido Banco aceda a pedido que nesse sentido lhe seja apresentado.

No que respeita à assumpção do encargo com o montante dos juros pelo Estado, parece-me não ser hipótese a considerar senão no âmbito de um subsídio ou donativo a solicitar pelos interessados à Secretaria de Estado da Cultura.

Comunique-se para os devidos efeitos:

- Ao Conselho de Gestão do Banco Fonsecas e Burnay, a quem devem ser enviadas fotocópias das cartas mencionadas no primeiro parágrafo deste despacho;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO


- à Fundação Medeiros e Almeida
- ao Advogado da mesma Fundação, Sr. Dr. Abranches Ferrão.

Lisboa,

4/2/77

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO,

[Handwritten signature]
José Achando Cabral

S.  R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

DESPACHO

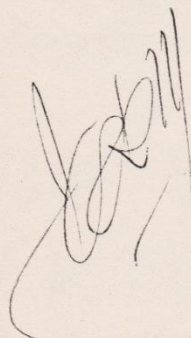
Considerando o elevado interesse cultural e artístico que para o País representa a Fundação Medeiros e Almeida, acei-
tam-se as considerações feitas no presente requerimento pelo
que se libertam dos condicionalismos estabelecidos na determi-
nação da Junta de Salvação Nacional, de 29 de Abril de 1974,
no despacho do Directório do Conselho da Revolução de 16.8.75,
publicado no Diário do Governo, I Série, de 23 deste último
mês e no despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de
6.12.76, as:

24 388 acções da Sinaga, as

450 acções da Citroen Lusitana, SARL e as

3 459 acções da Fiação e Tecidos de Torres Novas,

que se encontram depositadas no Banco Espírito Santo e Comer-
cial de Lisboa, bem como as acções que se encontram no Banco
Fonseca & Burnay em caução da dívida do requerente ao mesmo
banco.

 Ficam, assim, implicitamente, revogados os segundo e
terceiro parágrafos do nosso despacho de 20.9.76, o qual em
tudo o mais se confirma, pelo que as referidas acções deixam
de ficar sujeitas à sua manutenção no circuito bancário, poden-
do, manter-se conservadas fora dele na posse do requerente ou
da entidade a quem por ele vierem a ser vendidas.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

2.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

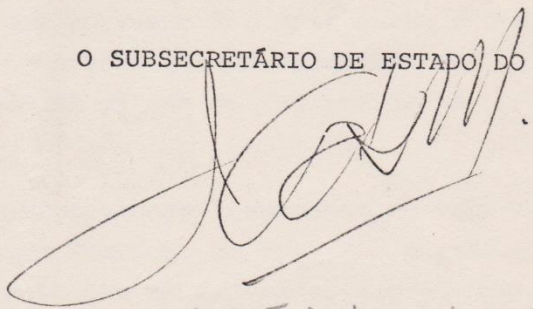
Comunique-se, para cumprimento, aos Bancos de Portugal, Espírito Santo e Comercial de Lisboa e FONSECAS & BURNAY, bem como ao interessado e ao seu advogado.

Quanto ao policiamento da Fundação Medeiros e Almeida e relativamente à ligação dos seus telefones e alarmes à P.S.P. e aos bombeiros, é matéria que se situa no âmbito da competência dos Ministérios da Administração Interna e dos Transportes e Comunicações.

Peça-se, por isso, a S.Exas. os Ministros destas pastas a sua particular atenção para o conteúdo deste requerimento (do qual lhes deve ser enviada fotocópia) com a nossa empenhada solicitação de urgente satisfação do pedido apresentado pelo requerente, face aos importantes valores a acautelar.

Lisboa, 6 de Janeiro de 1977.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO,



Dr. José Achando Cabral

ANEXO II, 20

BREVE VISITA GUIADA

A visita da Casa-Museu começa por uma sala onde foi reunida a arte sacra encontrando-se exposta como se de uma capela se tratasse. O espaço é conhecido como a **Capela** porém, nunca foi consagrado. Medeiros e Almeida tinha um oratório privado na sua casa (1º andar) que se tornava pequeno para expor peças de grande porte como paramentos e cadeirais de pau-santo, pelo que projetou este espaço na ala nova. Para além do altar-mor (peça proveniente da coleção do capitalista Henrique Burnay, 1886-1909) removido do antigo oratório, a peça em destaque nesta sala é um púlpito indo-português de finais do século XVII, peça única na Europa. Na **Ante Capela destaca-se** pelas suas proporções, numa vitrina de parede, um conjunto escultório do barroco português representando a Sagrada Família no Regresso do Egito.

O **Átrio** dotado de acesso à rua, previsto por AMA como acesso do público à casa-museu (vide Parte I Cap2, 2.3.2) tendo sido ali encenada uma entrada palaciana com um vestíbulo em mármore e um lanço de escadas. O pequeno átrio alberga duas peças do marceneiro francês François Linke (1855-1946), um móvel de aparato e um relógio de caixa alta, de inícios do séc. XIX, peças únicas em Portugal. A escadaria dá acesso à **Galeria Nova** ou Sala das Tapeçarias, um espaço amplo onde se penduram duas tapeçarias da fábrica de Beauvais pertencentes à célebre armação “Os Grotescos” (“O Camelo” e “Oferta a Pã”) destacando-se ainda o mobiliário (duas cómodas “Mazarinas”) e a pintura francesa de François Boucher bem como um par de cómodas portuguesas da época D. João V (início séc. XVIII). Segue-se a **Sala do Piano** que recria uma sala de aparato francesa sendo revestida com um apainelado de carvalho francês, coberta com um enorme tapete Aubusson e mobilada com peças de origem francesa: três originais *cartonniers*, um par de cómodas regência, um piano de cauda da casa Erard e um conjunto de móveis de assento forrados com tapeçaria de Beauvais, decorados com a temática das Fábulas de Jean de la Fontaine. Aqui a pintura de retrato assume especial papel com dois trabalhos ingleses (Romney e Hoppner), um retrato de Rembrandt do século XVII, dois do flamengo Antonio Moro (um nobre espanhol e Margarida de Parma) e ainda um retrato de fantasia de Giandomenico Tiepolo. Na sala seguinte, denominada **Luís XIV**, continua o ambiente de pendor francês já que, o apainelado e o teto de caixotão provêm de um palácio situado

nas margens do rio Sena e o mobiliário é majoritariamente de estilo Boulle. De realçar um significativo e original conjunto de esmaltes de Viena; peças do revivalismo austríaco de meados do século XIX que incluem uma *garniture* forrada a placas de lápis-lazúli e um cofre em cristal de rocha – revivalismo de um “*cassone*” veneziano. No **Quarto**, o apainelado decorado por uma família francesa de pintores ornamentais, os Audran dá o mote a uma armação de cama “*à la duchesse*”, acompanhada por um *bidet* em porcelana da China do século XVIII que ostenta as armas reais francesas.

A passagem da “ala nova” para a “ala antiga” faz-se pelo **Corredor D. Catarina de Bragança**, espaço dedicado a peças relativas a esta Princesa Portuguesa e Rainha de Inglaterra. Destacam-se um espelho de tartaruga e bordado em relevo inglês (*stumpwork*) do século XVII representando os monarcas e um raro relógio de noite pertença de Catarina de Bragança da autoria do relojoeiro da corte, Edward East, referenciado no famoso diário do cronista inglês Samuel Pepys (1633-1703). O corredor permite acesso ao salão da antiga residência. Utilizado para a receção de família e convidados está hoje dividido em quatro seções: A,B / C,D.

O **Salão A** é o primeiro espaço de vivência pessoal com que deparamos, trata-se da saleta de estar de AMA, integrada num dos topos, onde um conjunto de sofás, a lareira e o típico rádio Philips dos anos quarenta, definem um ambiente de intimidade que contraria com os espaços anteriores. Sobressai aqui o retrato de Amédée Berny d’Ouille pintado por Eugène Delacroix em 1830. O **Salão B** tem a disposição de uma característica sala de visitas, com um conjunto de móveis de assento franceses (estampilhados Jean-Baptiste Lelarge) a rodear uma mesa, exemplar raro em pau-santo do trabalho de marcenaria da época de D. José, com um jogo de tampos e pernas que lhe permite desempenhar várias funções: mesa de encostar, mesa de jogo de cartas, mesa de jogo de peças, mesa de centro ou de chá e tocador. Neste trecho situavam-se a escadaria e a varanda em pedra que ligavam os salões ao jardim e que foram eliminadas nas obras do anexo. O percurso continua passando ao antigo **Corredor** que servia o átrio de entrada original e que faz a distribuição axial dos dois andares que compunham a ala antiga. O corredor é decorado por um conjunto de cinco marinhas setecentistas do paisagista holandês Jan van Goyen

(1596-1656) e dá acesso a uma escadaria que conduz ao piso dos apartamentos privados do casal.

O primeiro andar foi aberto ao público em 2002, com o intuito de aumentar o contacto com a vivência do casal já que, aqui se situavam o seu quarto e salinhas privadas. No corredor surge à direita a **Sala dos Leques**, recentemente aberta ao público (novembro 2014) onde se exhibe parte da coleção de leques do acervo. Segundo estatuído pelo instituidor: *“Não poderão ser feitas alterações no arranjo do Museu, devendo, no entanto, serem expostas as peças que ainda se encontram armazenadas nas instalações da Fundação.”*³⁹⁹ É neste contexto que após estudo dos 210 exemplares⁴⁰⁰ que constituem a coleção, o antigo oratório foi transformado em espaço expositivo⁴⁰¹. Dos setenta leques expostos, destacam-se um leque francês do século XVIII com as guardas incrustadas com topázios e o leque pertencente à Imperatriz Eugénia do Montijo, pintado por Edmond Hédouin e decorado com o monograma real (1854). No topo do corredor situa-se a **Salinha da Senhora**, onde se revela a intimidade da dona da casa, já que se observam fotografias de família e objetos pessoais (um chapéu, uma carteira, livros e revistas). Do lado esquerdo do corredor, a **Casa de Banho** e a **Sala da Espreguiçadeira** são espaços da privacidade de AMA, onde se encontram a sua máquina de exercícios, as bengalas e o chapéu, juntamente com peças de mobiliário como um enorme móvel com alçado inglês que pertenceu ao fundador da empresa Lever Brothers, Lord Leverhulme (1851-1925). Por último, o **Quarto** do casal encerra o conjunto de espaços privados podendo-se encontrar fotografias, objetos pessoais como um conjunto de *toilette* e *manicure* (da casa *Leitão & Irmão*) ou objetos de devoção em marfim.

Descendo ao rés-do-chão, entramos na **Sala das Pratas**, antiga copa que dava assistência à sala de jantar. Aqui se instalaram vitrinas e se dispuseram as pratas da casa, nomeadamente uma baixela inglesa do prateiro huguenote Paul Storr (1771-1844), as coleções de paliteiros portugueses em prata e em porcelana Vista Alegre e o serviço de

³⁹⁹ Capítulo II, Art. 4º, §. Estatutos finais FMA. Pasta VII. Espólio documental – Arquivo FMA. Vide Anexo II, 16

⁴⁰⁰ A coleção de leques da Casa-Museu foi estudada na dissertação de mestrado em Museologia de Joana Ferreira *“Biografia de uma colecção: Os leques da casa-Museu Medeiros e Almeida”*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Outubro de 2015.

⁴⁰¹ Optou-se por apresentar apenas o núcleo de leques europeus, estando prevista a rotação de peças de outros núcleos de forma a poder divulgar toda a coleção e preservar a sua integridade.

chá executado por António Firmo da Costa (c. 1810-15) que pertenceu a Napoleão Bonaparte quando este esteve no exílio, na ilha de Santa Helena (1815-21). Ao centro, em plinto próprio, ergue-se uma taça de pé alto, a “Taça Aldobrandini”, um ex-libris da ourivesaria renascentista decorada no prato com quatro cenas representando em baixo relevo da vida do Imperador Calígula e tronada pela figura do Imperador Galba. Esta peça pertence a um grupo de 12 taças, hoje dispersas pelo mundo. O acesso à **Sala de Jantar** está vedado ao público pois, a mesa de 12 lugares está posta tal como em dias de festa com a baixela de prata inglesa e com conjuntos de vidros franceses e ingleses. Um louceiro inglês de grandes dimensões guarda alguns dos serviços de porcelana da China a uso no tempo de Medeiros e Almeida assim como um original conjunto de cristais ingleses de talhe “*step cut*”. Nas paredes destacam-se quatro naturezas mortas: sobre o *side board* inglês, uma natureza morta com presunto (c.1640) de Jan Davidsz De Heem, pintor holandês do século XVII e três naturezas mortas com flores de van Huysum e Simon Verelst. Aqui o casal recebeu a família, os amigos e a melhor sociedade lisboeta⁴⁰². O **Escritório** era o espaço preferido de AMA que mandou forrar as paredes com estantes para albergar parte da sua extensa biblioteca. Aqui se observam os retratos de família: os seus pais e irmão, pintados pelo amigo Veloso Salgado e os donos da casa pintados por Henrique Medina em 1974 (sendo o retrato de MMA póstumo). Numa mesa vitrina expõem-se as condecorações com que o fundador foi agraciado ao longo da vida. A imponente secretária com alçado Chippendale pertenceu aos escritórios da North Eastern Railway, a primeira companhia ferroviária do mundo situada em Darlington, Inglaterra. O **Salão D** volta a ter um conjunto de sofás estampilhados que rodeiam uma cómoda francesa decorada com motivos de *chinnoiseries* em *vernís Martin*, peça que deu brados no Diário Popular de 20 de agosto de 1947: “*Encontra-se em Lisboa uma cómoda assinada pelo "Stradivarius" do móvel; Pierre Roussel (...) um móvel que não tem prata nem ouro e vale o preço de uma herdade completa, com vacas e tudo (...) a cómoda Luís XV, "puro-sangue", que vimos ontem e nos pareceu roubada ao "boudoir" da marquesa de Pompadour (...) Contentamo-nos em saber que o património artístico português subiu um ponto.*” Nas paredes duas das mais famosas pinturas da coleção: “*O Cobrador de*

⁴⁰² Ficaram famosos os jantares em honra do Presidente do Conselho de Ministros Marcello Caetano (1906-1980) amigo pessoal de AMA, do qual se guarda um cuidadoso plano de mesa elaborado por AMA e o jantar e receção dada à família real monegasca, para a qual AMA convidou Amália Rodrigues para cantar ao serão.

Impostos” (1616) do flamengo Pieter Brueghel o Novo e “*A Paragem*” (1606), um pequeno óleo sobre cobre de Jan Brueghel, seu irmão. Colocado entre as pinturas sobressai um contador flamengo do séc. XVII com as frentes das gavetas pintadas com naturezas mortas e cenas de género. Através do **Salão C** acede-se novamente à ala nova. Nos cantos deste espaço distribuem-se quatro cadeirões de braços forrados com tapeçaria inglesa da manufatura Mortlake (1620-1703), representando cenas mitológicas.

A **Galeria de Cima** é uma antecâmara da Sala do Lago. Este espaço é forrado com painéis de azulejos setecentistas de diversas proveniências, destacando-se a representação dos Quatros Continentes. As paredes ostentam ainda um conjunto de 9 telas com esboços de Veloso Salgado que representam a história da Medicina; o artista fez estes estudos para os frescos da Escola Médica do Campo Santana tendo-os oferecido ao Pai de AMA, que era médico, para o seu consultório na Av. da Liberdade. A **Sala do Lago** é um espaço pensado enquanto memória do antigo jardim da casa. Ao centro, um lago é circundado por quatro vitrinas dispostas como se de quatro canteiros se tratasse e onde se exibem coleções de caixas de rapé e de joias. As paredes são revestidas de painéis de azulejos azul e branco, do século XVIII, oito deles provenientes da Quinta dos Inglesinhos em Carnide, representam as Quatro Estações e os Quatro Continentes. O teto em caixotão pronunciado é decorado igualmente com o tema dos Quatro Continentes. Das estátuas a evocar o ambiente de exterior, destaca-se uma “Verdade desvelando-se” (1853), peça do escultor italiano Raffaele Monti, a trabalhar na Inglaterra Vitoriana, que conheceu sucesso, devido à representação realística de rostos e corpos velados. Novo lanço de escadas conduz à **Galeria de Baixo**, no andar inferior. Este espaço reveste-se igualmente de painéis de azulejos azuis e brancos numa original representação dos Cinco Sentidos. Ao fundo ergue-se um grande biombo chinês, rara peça do século XVII, produzida para o mercado interno, comemorativa do aniversário de um ancião. Um escritório sobre trempe decorado com símbolos da Ordem dos Dominicanos proveniente da região de Sinde no norte da Índia destaca-se na produção do mobiliário indo-português. A **Sala dos Relógios** é o penúltimo espaço do percurso, pensado de raiz para colocar as vitrinas com relógios de bolso que estavam no corredor do 1º andar, ao tempo de Medeiros e Almeida. Esta é uma das coleções de que AMA mais gostava e à qual se dedicou até ao fim dos dias. Na sala, expostos em 6 vitrinas, encontram-se cerca de 200 relógios de bolso e de mesa dispostos

num percurso cronológico, de carácter didático, que começa nos séculos XVI/XVII (vitrina 1) e termina no século XX (vitrina 6). Da coleção foram escolhidos os melhores relojoeiros e máquinas representativas de significativos avanços técnicos, traçando o percurso histórico da relojoaria europeia. Na 1ª vitrina, um dos protagonistas é o relógio de mesa despertador, do relojoeiro inglês Godfrie Poy, ativo entre 1718 e 1750, cujo sistema de alarme funciona com o despoletar de um tiro de pólvora seca, acionado por uma pederneira ligada à patilha do alarme. São ainda de notar os relógios de carruagem franceses. A vitrina 3 expõe diversos relógios mecânicos autómatos e um exemplar de forma oval do relojoeiro inglês William Anthony (1765-1844) cujos ponteiros articulados esticam e retraem adaptando-se à original forma do mostrador. A vitrina 4 é a mais famosa pois encerra 26 exemplares da marca mais conhecida do mundo: a Casa Breguet. Um dos relógios foi encomendado pelo General Junot em 1808 e, por ironia do destino, acabou na posse do Duque de Wellington. A vitrina 6 representa o final do século XIX e o século XX ostentando um raro Patek-Philippe & Co., de 1867, com equação do tempo, uma complicação astronómica de difícil realização. Numa pequena vitrina de parede esconde-se uma elaborada ampulheta de 3 âmbulas em âmbar e marfim, com mostrador e calendário, que se diria pertencente a um gabinete de maravilhas; trata-se de uma peça produzida na Gdansk prussiana, assinada por Michael Schödelock (activo c. 1660) um artesão da corporação do âmbar de Dantzig. A última galeria deste percurso é a **Sala das Porcelanas**. À semelhança dos relógios, foi aqui disposta a valiosa coleção de porcelana da China com uma organização cronológica, estando as peças agrupadas por dinastias indicando, por sua vez, as diferentes maneiras de trabalhar e decorar a pasta que evoluiu de terracota a porcelana vidrada. Das terracotas destacam-se o conjunto de boi e carroça datado de 200 a.C. da dinastia Han, um conjunto de seis tocadoras de música e um jogador de polo a cavalo da dinastia Tang (618-907). O núcleo mais significativo é o da porcelana da dinastia Ming (1638-1644) uma vez que compreende um grupo conhecido como “primeiras encomendas”; peças que foram produzidas na primeira metade do séc. XVI, no contexto da chegada dos Portugueses à China em 1513, sendo decoradas com simbologia do reinado e o escudo de armas de Portugal. Uma das peças mais emblemáticas da coleção é um gomil do reinado Zhengde (1506-1521) decorado com a esfera armilar de D. Manuel I, destacam-se ainda uma taça do reinado Jiajing (1522-1566)

que apresenta o escudo de Portugal em posição invertida, o símbolo “*IHS*” da Companhia de Jesus e a inscrição “*AVE MARIA GRACIA PIENA*” e dois pratos covos (Zhengde e Jiajing) decorados com escudos de Portugal e a esfera armilar. Das centenas de peças do acervo pertencentes à dinastia Qing (1644-1911) mormente aos reinados do Imperador Kangxi (1662-1722) e Qianlong (1736-1795) foram escolhidas as peças mais significativas feitas para o mercado interno chinês (um par de tijelas imperiais para arroz) e para o mercado de exportação europeu como as terrinas em forma de cabeça de javali e de ganso (copiadas de modelos em faiança europeus) ou as terrinas com brasões de famílias nobres, exemplares que eram encomendados na China para satisfazer a enorme demanda de peças chinesas que se verificou no decorrer dos séculos XVII e XVIII na Europa.

Anexo II, 20 – Breve Visita Guiada à Casa-Museu Medeiros e Almeida, pp.1-7

III. Anexo gráficos

Gráfico 1



Gráfico 2



Gráfico 3



Gráfico 4

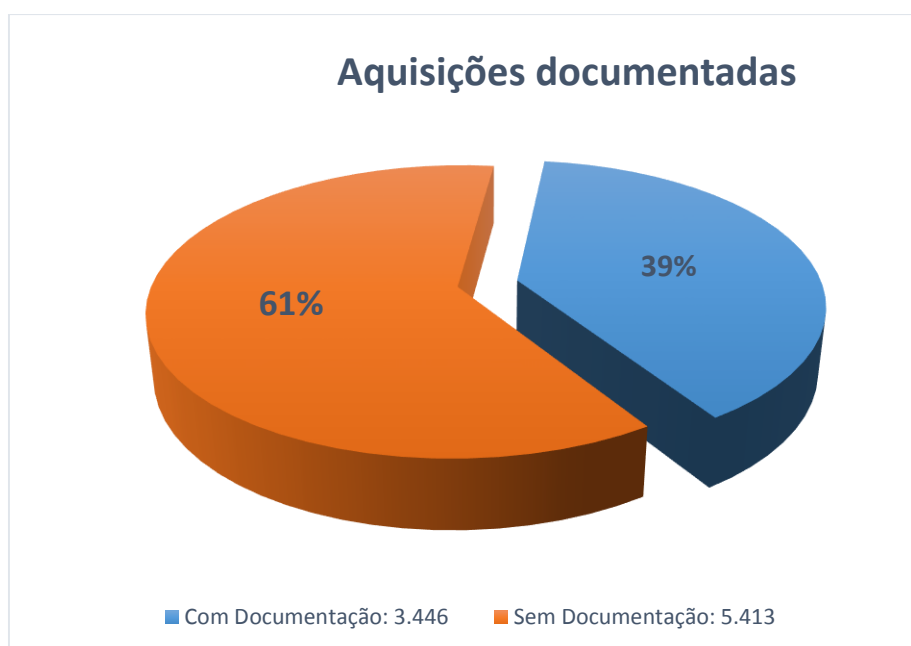


Gráfico 5

